

Das Amazônias

REVISTA DISCENTE DE HISTÓRIA DA UFAC

RESISTÊNCIA!

A construção de saberes históricos em
tempos de pandemia



Universidade Federal do Acre (UFAC)
Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)
ISSN: 2674-5968 V.4, N.1, 2021



RESISTÊNCIA!

A construção de saberes históricos em
tempos de pandemia

APRESENTAÇÃO

Do atribulado ano de 2019 até o presente momento, vivemos o recrudescimento de desrespeito aos direitos e garantias fundamentais assegurados em nossa Carta Constitucional de 1988, representados em ataques à educação, saúde, trabalho, previdência, assistência aos desamparados, lazer, segurança e proteção à vida.

Nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) isso tem sido vivenciado em campanhas de contraposição à ciência, descrédito dos trabalhos desenvolvidos pela academia e sobretudo com as restrições orçamentárias dificultando a execução dos pilares das Universidades, sendo eles, o ensino, a pesquisa e a extensão. Acrescido ainda do corte do dinheiro voltado para a realização do censo, recordando que os resultados deste são sustentáculo importante para se pensar políticas públicas dentro dos espaços de ensino juntamente com a sociedade. Além disso, a mera possibilidade de não realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é outro obstáculo dificultado o ingresso nas Universidades, gerando assim a justificativa para o fechamento destas.

Nesse sentido buscamos criar uma capa como reflexo de nossas inquietações e conteúdos. Por isso a montagem da capa desse número da Revista Discente das Amazôniaas representa as várias formas em que a História se manifesta no presente contexto, sendo nos livros, saberes filosóficos, espaço de memória, grupos sociais a procura da equidade dentro de uma sociedade injusta.

Logo, ao observarmos a primeira imagem do canto superior esquerdo visualizamos uma mesa com várias fontes históricas, cujo teor científico é advento da atuação do historiador, pesquisador ou professor-pesquisador se debruça sobre eles e a partir de sua análise e compreensão, torna possível a construção de novos conhecimentos. Passeando o olhar para o lado direito temos um recorte da capa do livro do professor Francisco Bento da Silva, chamado *Acre, Formas de Olhar e de Narrar: Natureza e História nas Ausências*, publicado no ano de 2020, pela Nepan, cuja resenha se encontra nesse volume.

A penúltima imagem do lado direito é a Casa da Memória, antigo Casarão da Rua 20, situada na cidade de Goiânia, no estado de Goiás. Fotografia obtida junto ao Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) da Universidade Federal de Goiás, que se faz presente aqui tanto pelo teor significativo da relação entre produção historiográfica, memória e instituições de ensino, quanto por constituir objeto de um dos trabalhos dessa edição.

Por sua vez, a parte medial do canto esquerdo é uma figura retirada do livro “Mulheres e Caça às Bruxas: da Idade Média aos Dias Atuais” de autoria de Silvia Federici que faz um paralelo da caça às bruxas do fim do século XIV, com a mulher no sistema capitalismo e a resistências às violações de seus corpos. Material também resenhado nesse exemplar. E embaixo da imagem do livro de Federici temos o retrato de membros da Academia dos Rebeldes, de pensamento comunista, defensores dos elementos da cultura afro-baiana.

Seguindo com as perspectivas de resistência e as suas correlações com as temáticas étnico-raciais, se expõe a última imagem do lado direito consiste na educação escolar indígena do povo Krahô, caracterizando a resiliência educacional, tendo em vista, que a *educação indígena* se difere da educação *escolar indígena*, conforme se pode ler nas páginas do presente periódico.

Ao centro trouxemos a icônica foto de Ruby Bridges, primeira criança negra a frequentar uma escola de brancos nos Estados Unidos e a se tornar um símbolo de luta por mudanças no sistema educacional norte-americano do século XX, que não aceitava o fim da segregação racial no país. Hoje, inspirados em sua conquista, lutamos contra o desmonte da educação pública brasileira, não com armas, mas através do conhecimento, nos inspiramos na força dessa imagem e seus significados.

Por fim, ao fundo da capa trouxemos a adinkra Sankofa que simboliza a sabedoria, de aprender com o passado para construir um futuro. Esse símbolo descreve bem as ações da nossa revista em busca do passado com um olhar crítico, para a partir de reflexões propor a constituição de saberes históricos sem esquecer os erros de tempos idos.

Esp. Jardel Silva França

Membro do corpo editorial da Revista Das Amazônias

Das Amazônias

REVISTA DISCENTE DE HISTÓRIA DA UFAC

Equipe Editorial

EDITORA CHEFE

Profa. Dra. Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

EDITOR ADJUNTO

Prof. Dr. Daniel da Silva Klein, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Ma. Flávia Rodrigues Lima da Rocha, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

Prof. Dr. Francisco Osvanilson Dourado Veloso, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

Profa. Dra. Geórgia Pereira Lima, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

Prof. Dr. José Dourado de Souza, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil.

Dra. Marilsa Aparecida Alberto, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Brasil.

Profa. Dra. Teresa Almeida Cruz, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

EDITORES TÉCNICOS

Alana Carla Herculano de Oliveira, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

Andrisson Ferreira da Silva, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

Jardel Silva França, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

Kennedy Felipe Alves da Silva, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

Lucas Nascimento Assef de Carvalho, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil

Ramon Nere de Lima, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

PARECERISTAS

Prof. Me. Francisco Afonso Nepomuceno, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

Prof. Dr. Hélio Moreira da Costa Júnior, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

Prof. Dr. José Sávio da Costa Maia, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

Profa. Ma. Leticia Helena Mamed, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

Profa. Dra. Marina Vieira Carvalho, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

Prof. Me. Rosenildo da Costa Pereira, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

Profa. Dra. Vanessa Generoso Paes, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

Me. Wladimir Sena Araújo, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil.

Prof. Dr. Wlisses James de Farias Silva, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

REVISORES DE TEXTO

Ana Beatriz Freire de Almeida, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

Bianca Cardoso Magalhães, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Brasil.

Fernanda Moreira Justo, Instituto Federal de Brasília (IFB), Brasil.

Ma. Laianny Martins Silva Efel, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil.

Esp. Janaina de Mello Oliveira, Universidade Católica do Salvador (UCSal), Brasil.

Esp. Maria de Fátima Bandeira de Souza, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil

Me. Rovílio de Lima Nicácio, Universidade Federal do Acre (UFAC), Brasil.

Esp. Virginia Laurindo dos Santos, Liceu Literário Português (CELLP), Brasil.

INDEXADORES

Academia.edu, Academic Resourc Index, Base, CiteFactor, Diadorim, Directory Open Acces Journal (DOAJ), Directory of Research Journal Indexing (DRJI), Edufac, Google Scholar, Latindex, LatinRev, LatinoAmericana, Revista de Livre Acesso (LIVRE), Miar, PKP/INDEX, Repositório científico de acesso aberto de Portugal (RCAAP), Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org)

SUMÁRIO

Editorial	09
------------------------	----

Andrisson Ferreira da Silva

ARTIGOS

Disputas entre medicinas: práticas e ensino médico e as artes de curar no Brasil e na Amazônia no século XIX	12
---	----

Ana Paula Oliveira do Nascimento

A música como forma de expressão e manifestação contra a Ditadura Civil-Militar no Brasil	26
--	----

Cyndy Nathana Melo de Souza, Elcio Gomes Araújo e Uizenairian Rodrigues da Rocha

Entre memórias e fontes históricas: diálogos e problemáticas historiografias e em sala de aula no ensino de História	36
---	----

Daniilo Rodrigues do Nascimento e Poliana de Melo Nogueira

Do Casarão à casa da Memória: um lugar de Memória na Rua 20	51
--	----

Darlen Priscila Santana Rodrigues

O Discurso colonizador camuflado de ciência na Amazônia do século 19	62
---	----

Déborah Tays Silva dos Santos

Racismo: conceito historicamente construído na legislação brasileira	75
---	----

Diego Manoel Medeiros de Albuquerque

História e alimentação: políticas de assistência alimentar na Amazônia (1940-1950)	86
---	----

Edson Gabriel dos Santos Dias

A Escola nunca vai entender a comunidade e será que a comunidade entende o significado da escola?	101
--	-----

José Manuel Ribeiro Meireles

Nas entrelinhas da História: representações Femininas no romance de Francisco Galvão	123
---	-----

Neila Braga Monteiro

A Revista Manchete Rural e a antena parabólica: tecnologia, integração e novos hábitos	138
---	-----

Roberto Biluczyk

A história da Madeira-Mamoré: medos, desafios e enfrentamentos na construção da EFMM	164
---	-----

Rosa Thaís Neves Hydall

Os Intelectuais na construção de uma Bahia imaginada entre as décadas de 1910 e 1950.....175

Sura Souza Carmo

Do interior baiano à selva de pedra paulistana: desafios frente a migração nordestina em São Paulo.....190

Victor Hugo de Almeida França

RESENHAS

O desdizer e o desexplicar de Francisco Bento da Silva, na obra ‘Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências.....201

Ezir Leite de Moura Júnior

Aquirianas: o protagonismo feminino na floresta acriana.....210

Jardel Silva França

Caça às bruxas: a contribuição do capitalismo para o aumento da violência contra às mulheres.....215

Karolaine da Silva Oliveira

Editorial

Iniciamos esta edição com sinceras condolências em respeito a todos os brasileiros e brasileiras que partiram devido à crise sanitária ocasionada pelo novo coronavírus, mas sobretudo pesarosos do contexto ideológico em que o Brasil está inserido. A Revista Discente das Amazôniaas se irmana no sentimento de tristeza de cada ente querido que sente a dor da saudade, palavra encontrada apenas no português do Brasil (e que faz muito sentido face a falta do avô, da mãe, do irmão, do pai, da tia, do primo, do próximo ou do distante), na ausência da vida. Externamos nossa solidariedade aos que permanecem e lastimamos por aquelas pessoas que se tornaram montante numérico superior a 470.000 mil mortos, vítimas de um genocídio resultante da ignorância, do negacionismo e da pseudociência.

Mas, nos apeguemos aos respingos de esperanças. Paulo Freire, fugindo da norma, já nos convidava a conjugar o substantivo “esperança” – esperar é preciso. É nesses embalos de incerteza de um viver marcado por lutas, que devemos acreditar na ciência, na educação pública e gratuita e sua fundamental importância e contribuição para à sociedade. Assim, caros(as) leitores e leitoras, lhes convidamos a lerem os trabalhos submetidos à *Das Amazôniaas*, Revista Discente de História da Ufac (em seu volume 4, número 1), que compõe o conjunto de periódicos da área de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), da Universidade Federal do Acre (Ufac).

Iniciando esta edição, as letras ecoam nos escritos de Ana Paula Oliveira do Nascimento com a produção “Disputas entre medicinas: prática e ensino médico e as artes de curar no Brasil e nas Amazôniaas no século XIX”. Tecendo estudos sobre a constituição da classe médica no Brasil e na Amazônia e as resistências, as repressões e restrições de governos autoritários destinadas às populações destes recantos. Em sequência, Cyndy Souza, Elcio Araújo e Uizenairian Rocha nos trazem “A música como forma de expressão e manifestação contra a Ditadura Civil-Militar no Brasil”, analisando as formas de expressão da musicalidade, seus códigos e metáforas a partir do repertório de renomados cantores brasileiros daquele período.

Danilo Rodrigues do Nascimento e Poliana de Melo Nogueira suscitam uma pesquisa bibliográfica interseccionando suas experiências em disciplinas na graduação de Licenciatura em História da UFAC, refletindo e problematizando fontes históricas, bem como suas abordagens, pelo qual intitulou “Entre memórias e fontes históricas: diálogos, problemáticas e historiografias em sala de aula no Ensino de História”

Darlen Priscila Santana Rodrigues escreveu “Do Casarão à Casa da Memória: um lugar de Memória na Rua 20”, investigando documentações relevantes para compreensão de aspectos de identidade e memória, chegando a considerar a importante contribuição da universidade pública para a preservação de patrimônios históricos.

Déborah Santos em “O Discurso colonizador camuflado de ciência na Amazônia do século 19”, possibilita a visualização da ciência como ferramenta colonizante. Seu texto de muita valia aos estudos amazônicos, desabrocha levantamentos a respeito das linhas discursivas imperialistas e racistas, cujas influências incidiram na formação da identidade nacional.

Diego Manoel Medeiros de Albuquerque traz um riquíssimo, “Racismo: conceito historicamente construído na legislação brasileira”, acerca do racismo à brasileira, levantando reflexões a partir de um projeto vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac) para investigar o racismo no Brasil, tendo como eixo norteador o judiciário acreano.

Edson Gabriel dos Santos Dias nos presenteia com a proposta de estudo das implantações de políticas públicas na Amazônia na vertente alimentar, com o trabalho “História e alimentação: políticas de assistência alimentar na Amazônia (1940-1950)”. Certamente corroborando com uma investigação de muita valia nos estudos em história.

José Manuel Ribeiro Meireles, em sequência, aborda a temática indígena com a produção “A Escola nunca vai entender a comunidade e será que a comunidade entende o significado da escola?”, propiciando debates a partir da análise da educação escolar para o povo indígena Krahô e as suas implicações, refletindo acerca dos conhecimentos tradicionais e universais, e como a comunidade enxerga a instituição escolar, investigando as alterações e interferências culturais.

Neila Braga Monteiro, na proposição dos estudos de gênero, assegura investigações precisas: “Nas entrelinhas da História: representações sobre mulheres no romance de Francisco Galvão”. Sua análise do romance social “Terra de ninguém” fortalece os estudos de mulheres amazônicas, principalmente quanto às presenças nos seringais.

Roberto Biluczyk levanta aspectos históricos relativos à tecnologia e seu avanço no Brasil, tendo como objeto de estudo a “Revista Manchete Rural” e suas publicações veiculadas entre os anos de 1987 e 1998. Assim, assegura em “A Revista Manchete Rural e a antena parabólica: tecnologia, integração e novos hábitos” a leitura para visualizar a interação da sociedade com o avanço tecnológico daquele período.

Rosa Thaís Neves Hydall, na continuidade exitosa, traz “A história da Madeira-Mamoré: medos, desafios e enfrentamentos na construção da EFMM”, discorrendo sobre os impactos

econômicos e sociais da estrada de ferro. E ainda no segmento destes valiosos trabalhos, a pesquisadora Sura Souza Carmo traz “Os Intelectuais na construção de uma Bahia imaginada entre as décadas de 1910 e 1950”. Seu exposto já está bem enfatizado no título, sua abordagem também se aterá aos pensadores que buscavam valorizar os aspectos coloniais em comparativo ao segmento notabilizador da cultura afro-baiana, a exemplo de Jorge Amado membro inaugural da Academia dos Rebeldes (não obstante as críticas às suas obras como reprodutoras do “racismo à brasileira” como afirmou Abdias do Nascimento).

Por encerrar os artigos, Victor Hugo de Almeida França contempla, a partir da metodologia de História Oral, o processo de migração nordestina, tendo desenvolvido sua pesquisa de maneira a respeitar o isolamento social através de entrevistas em plataformas digitais, resultando na obra “Do interior baiano à selva de pedra paulistana: desafios frente a migração nordestina em São Paulo”. Seu intuito de resgate das vozes subalternizadas é oportuno.

Quanto às resenhas, materiais ricos para pesquisadores e demais leitores, Ezir Moura Júnior nos oferece “O desdizer e o desexplicar de Francisco Bento da Silva, na obra ‘Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências’”. Jardel Silva França, na continuidade, de forma contundente nos encaminha a homenagem póstuma ao professor Carlos Alberto Alves de Souza “Aquirianas: mulheres da floresta na história do Acre”, posto o grande contributo para os estudos históricos amazônicos. O pesquisador sintetiza a obra ficando o título “Aquirianas: o protagonismo feminino na floresta acriana”.

Por derradeiro, Karolaine da Silva Oliveira, seguindo a proposta de gênero, também resenha a obra “Caça às bruxas: a contribuição do capitalismo para o aumento da violência contra às mulheres”. Nos possibilitando visualizar, de forma sintetizada, a taxação às mulheres e a cultura histórica subalternizante imposta a elas.

Neste compêndio de trabalhos cientificamente pensados, investigados e desenvolvidos, o convite à leitura é fortalecido a você que compreende a importância do fazer ciência no Brasil, sobretudo nas Amazônias, nas instituições públicas e de qualidade. Ademais, o chamado fica a todos e todas com pesquisas em História e sua interdisciplinaridade. Prazerosa leitura!

Andrisson Ferreira da Silva
Membro do corpo editorial da Revista Das Amazônia

DISPUTAS ENTRE MEDICINAS: PRÁTICA E ENSINO MÉDICO E AS ARTES DE CURAR NO BRASIL E NAS AMAZÔNIAS NO SÉCULO XIX

DISPUTAS ENTRE MEDICINAS: LA PRÁCTICA Y INSTRUCCIÓN MÉDICA Y LAS ARTES DE CURAR EN BRASIL Y EN LAS AMAZONIAS DEL SIGLO XIX

Ana Paula Oliveira do Nascimento¹

RESUMO

Neste trabalho, busco tratar sobre a constituição da classe médica no decorrer do século XIX no Brasil e nas Amazônias e seus confrontos contra os praticantes das artes de curar na assistência e no tratamento das enfermidades por estes segmentos a população. Também pretendo fazer diálogo com as transformações de concepção institucional sofridas pela classe médica na prática do ofício de cura e seus embates às artes de curar, e também o uso da imprensa como agente representativo e repressor dos terapeutas populares e suas práticas e seu caráter ambíguo a estes segmentos sociais juntamente com os governos locais. Como base na discussão desta temática, utilizam-se os artigos de Aldrin Moura Figueiredo, Luiz Otávio Ferreira, Gabriela dos Reis Sampaio para fundamentação da abordagem aqui desenvolvida. Busco, neste trabalho, compreender e dialogar como esses modos e práticas de cura, presentes nas populações das Amazônias e nas demais regiões do país, resistiram aos processos de restrição, proibições por governos autoritários e órgãos reguladores, e como as artes de curar continuam a desempenhar seu papel principal – curar doenças e resistir aos processos de modernização e autoritarismo por parte do poder público e da ciência.

PALAVRAS-CHAVE: Artes de curar; Saúde; Amazônias; Ciência.

RESUMEN

En este trabajo, busco abordar la constitución de la clase médica durante el siglo XIX en Brasil y en la Amazonía y sus enfrentamientos contra los practicantes de las artes de sanar en la asistencia y tratamiento de enfermedades por estos segmentos de la población. También pretendo dialogar con las transformaciones del concepción institucional que sufre la profesión médica en el ejercicio de la profesión curativa y sus choques con las artes de sanar, y también el uso de la prensa como agente representativo y represivo de los terapeutas populares y sus prácticas y su carácter ambiguo, estos segmentos sociales junto con los gobiernos locales. Como base para la discusión de este tema, utilizaré los artículos de Aldrin Moura Figueiredo, Luiz Otávio Ferreira, Gabriela dos Reis Sampaio para fundamentar el enfoque en desarrollo. En este trabajo, busco comprender y discutir cómo estos modos y prácticas de curar presentes en las poblaciones de la

¹ Bacharelada em História pela Universidade Federal do Acre - UFAC, 5º Período.

E-mail: anapaula18.acre@gmail.com.

Amazonía y en otras regiones del país, resistieron los procesos de restricción, prohibiciones de gobiernos autoritarios y organismos reguladores, las artes de sanar sigue desempeñando su papel principal: curar enfermedades y resistir los procesos de modernización y autoritarismo por parte de las autoridades públicas y la ciencia.

PALABRAS-CLAVE: Arte de sanar; Salud; Amazônias; Ciencia.

1. INTRODUÇÃO

A perspectiva da temática aqui discutida expõe algumas abordagens sobre os problemas na oferta e na assistência de saúde pública nas Amazônias e no Brasil no decorrer do século XIX, e estabelece possíveis diálogos com as transformações do pensamento científico do período aqui proposto.

Também vai abordar as relações entre as instituições médicas, a imprensa e o poder público no controle das práticas de cura, sejam elas do campo institucional ou popular. Além disso, neste artigo, pretendo discutir o papel da imprensa na construção representativa imagética dos terapeutas populares e, principalmente, da mulher negra como praticante do ofício de cura, tema pouco explorado pela historiografia da saúde, pelo fato de a grande maioria dos praticantes do ofício de cura ser homens², o que acarretou certos desafios para as mulheres praticantes das artes de curar, principalmente as mulheres negras, ao lidar com descrédito e mistificação de seu ofício terapêutico, além das barreiras sociais impostas pela sociedade do período aqui analisado, como gênero e racismo.

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira tem oferecido uma significativa quantidade de fontes e pesquisa sobre a história da saúde e das doenças, que alargou consideravelmente a pesquisa e a escrita sobre esta temática na história e nas ciências humanas como todo. Dialogando com Luiz Otávio Ferreira (2003), as narrativas historiográficas sobre a história da saúde e da ciência estão longes de serem lineares, e neste caso não diferem do que eu e outros pesquisadores mencionados neste texto apresentamos.

Convém dizer que busco, neste trabalho, apresentar e destacar esta presença destes segmentos dentro da história social da saúde e das doenças no decorrer do século XIX, que de algum modo em seu tempo como sujeito social participaram cada um ao seu modo, contribuindo para construção de uma narrativa social e histórica, em que o historiador deve estar atento a estes

² PIMENTA, 1998, *apud* DANTAS, 2013, p. 1-2.

aspectos, na ampliação das perspectivas, abordagens e discussões sobre o objeto de pesquisa (LUCA; PINSKY, 2006, p. 132).

Utilizando desses pressupostos, fica aqui evidenciada a importância do diálogo destas fontes, em que iremos mergulhar em uma sociedade altamente influenciada pelos modelos europeus, através dos costumes, hábitos e seus modos de se curarem, mas, como em toda regra há exceção, iremos nos deparar com uma população vítima do constante descaso público na saúde, e, em decorrência da falta ou da pouca assistência médica prestada, os segmentos sociais buscaram alternativas de se tratarem e curar suas moléstias, seja através por meios legítimos ou não para o período.

2. SABER MÉDICO ACADÊMICO E POPULAR NO BRASIL E NAS AMAZÔNIAS

“O ensino médico, tal como o conhecemos, é uma invenção do século XIX” (FERREIRA, 2003, p. 59).

O ensino médico no Brasil desde a sua “gênese” institucional, no período colonial até a sua formação como corpo institucionalizado no decorrer do século XIX, está interligado com as influências do pensamento médico-científico europeu e parte da América Central e Latina, transformando as relações com prática da cura, diagnóstico, pesquisa e ensino da medicina. Mas, diferente do contexto europeu e da América Central como, por exemplo, nos Estados Unidos, o estabelecimento da medicina no Brasil apresenta uma influência significativa da medicina de cunho popular, mas a influência desta medicina não impediu o estabelecimento e a hegemonia da medicina acadêmica, que, segundo Ferreira, “no caso brasileiro a hegemonia da medicina científica teria sido alcançada na ausência de conflito social mais sério” (FERREIRA, 2003, p. 101).

Diferente do campo institucional científico, as artes de curar populares no Brasil estão presentes entre as populações muito antes do período colonial através da atuação de “[...] Curandeiros, feiticeiros, raizeiros, vendedores, padres, barbeiros, sangradores, boticários e cirurgiões” (FERREIRA, 2014, p. 102). Com a colonização do Brasil pelos portugueses, as artes de curar passaram a ser descritas para melhor enfretamento das moléstias que os acometiam³. Tanto que o uso de plantas medicinais e outras terapêuticas eram uns dos meios mais recorridos

³ COELHO, 2011, p. 1.

no período colonial para tratamento e cura das doenças, a partir da convivência e da combinação dos saberes indígenas, africanos e europeus (FERREIRA, 2003).

De acordo com o autor citado anteriormente, a medicina culta e popular no período colonial "[...] assemelhava-se [...] a medida em que expunha uma concepção da doença e apregoava um arsenal terapêutico fundados numa visão de mundo em que coexistiam o natural e sobrenatural, a experiência e a crença" (FERREIRA, 2003, p. 102). Com a tardia institucionalização do ensino e da prática médica acadêmica, a classe médica buscou estabelecer meios de diferenciação da medicina acadêmica e medicina popular.

Ferreira (2001) destaca que a organização institucional, os modelos de ensino e o modelo de prática médica na Europa transformaram o modo de observar, estudar e obter informações sobre os fenômenos patológicos.

Dessa forma, abandonaram-se conceitos naturalistas e passaram a praticar a anamnese, estudo de anatomia humana, semiologia clínica, rompendo com qualquer explicação não reconhecida pela ciência (FERREIRA, 2001), influenciando grande parte da classe acadêmica brasileira no decorrer do século XIX e na primeira metade do século XX, em tese, na busca de diferenciar-se das práticas não reconhecidas pela ciência, indo de acordo com que Figueiredo (2001) expõe em seu artigo *Anfiteatro da cura: Pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX*, segundo o qual as práticas de cura não provenientes do universo acadêmico nunca poderiam ser consideradas como uma "ciência da saúde", em decorrência de não apresentar leis e tratados que a comprovassem como ciência. Havia, ainda, o agravante de elas estarem embasadas em ideias supersticiosas e supernaturais (FIGUEREIDO, 2001).

Apesar das mudanças de concepção de ensino, a prática da medicina no Brasil, com adoção de um currículo europeu por parte das faculdades de medicina, a implementação do laboratório como lugar de afirmação e o desenvolvimento prático do saber médico dentro dos centros acadêmicos e hospitalares, juntamente com embasamento dos estudos de anatomia, microbiologia e demais áreas de estudo do corpo e das doenças, estão interligados a uma perspectiva de legitimidade e poder pela ciência, em delimitar a um grupo os saberes construídos por este segmento, e qualquer conhecimento fora da estrutura cimentada representaria um risco à base estabelecida. Mas, como podemos observar, mesmo com este processo estrutural da ciência médica no país, as ligações entre a medicina acadêmica e as terapêuticas dos pajés, feiticeiros, curandeiros e outros praticantes das artes de curar são muito mais complexas do que se imaginavam até então.

Um exemplo claro dessas ligações entre estes grupos foi descrito por Figueiredo (2001), ao exprimir as relações entre médicos e pajés na cidade de Belém do Pará no final do século XIX e início do século XX. Mesmo que os médicos estivessem munidos de tratados, manuais clínicos e discursos científicos na prática clínica em seus consultórios, na ausência ou falha de seus métodos, eles se valiam das mesmas terapêuticas e receituários que pajés, curandeiros e demais integrantes do ofício de cura popular receitava em suas sessões de cura⁴. Reforçando que Canguillen (1977- 53) expressa que a medicina durante todo o século XVIII e XIX não passou “[...] além de um discurso vazio que incidia as práticas (terapêuticas e profiláticas) que muito se assemelhavam à magia” (apud FERREIRA *et al*, 2001, p. 62).

Como podemos observar até momento, as relações entre a medicina acadêmica e as artes de curar durante todo o Período Colonial, e no decorrer do Primeiro e Segundo Império continuaram a exercer suas práticas, mas podemos observar que, de algum modo, a medicina acadêmica e popular viveram uma espécie de paradoxo ou equilíbri⁵ nos meios sociais em que seus integrantes se inseriam, já que grande parte da população mais pobre se utilizava das terapêuticas fomentadas por curandeiros, pajés, feiticeiros, etc., tornando mais complicada a desvinculação das práticas populares de cura pela classe médica.

É certo que manter uma distinção da figura médica dos terapeutas populares foi uma estratégia para a classe médica manter-se no seu lugar de prestígio social, garantido assim, de certo modo, o monopólio de controle sobre as camadas sociais. De acordo com Sampaio (2001), os médicos tentavam de todas as formas garantir a superioridade da medicina científica, pois:

Não era apenas por meio do desenvolvimento daquela ciência que essa luta era travada. Era preciso eliminar as práticas diferentes, os concorrentes perigosos e ameaçadores que não poderiam permanecer como obstáculo ao sonhado progresso que se buscava para o país, nos moldes de nações europeias (SAMPAIO, 2001, p. 84).

É digno de nota que, mesmo com os esforços por parte da classe médica para se diferenciar das artes de curar, as práticas oficiais não alcançaram toda a população, especialmente a mais pobre, que sofria com a precariedade dos serviços de saúde. Ressaltamos, ainda, que as cidades estavam assoladas pelas crises endêmicas e epidêmicas das mais variadas doenças durante o Primeiro e Segundo Império⁶.

⁴ FIGUEIREDO, 2001, p. 274-275.

⁵ Termo utilizado por Aldrin Moura Figueiredo (2011), ao descrever a relação entre médicos e pajés em Belém (PA) no final do século XIX e início do século XX no campo de disputa na atividade de cura à população paraense.

⁶ SAMPAIO, 2001.

Assim como as demais regiões do Brasil, a região Amazônica não escapou de dissensos e consensos das concepções de ensino e da prática médica e suas rivalidades em relação às artes de curar e seus integrantes. Este cenário de disputas entre a medicina oficial e as terapêuticas populares foi descrito por cronistas como Raymundo Moraes⁷ como uma batalha entre “[...] o médico com seu bisturi derrubando o pajé (**um dos integrantes da classe de terapeutas populares**) com seu maracá”⁸ (grifo meu), enquanto a figura do médico derrota seu opositor, trazendo consigo o progresso, neste caso a ciência, para ocupar o espaço da magia e barbárie que supostamente assolavam a região amazônica.

Tais perspectivas não estariam muito distantes do cenário nacional, afinal de contas, o combate às artes de curar estariam muito além de manter o status da classe médica na região amazônica ou em demais regiões do país.

Apesar da inexpressiva atuação por parte dos governos locais, estes preocupados em manter o parâmetro de civilidade com ações repressivas e grande parte ambígua e autoritária no enfrentamento às práticas de cura populares e seus provedores, a classe médica se valeu de todos os recursos ao seu favor para reprimir seus concorrentes e suas práticas mandingueiras⁹ a população pobre e ignorante¹⁰.

Recorrendo a Lima & Hochman (2000), para a classe médica e para os governos, a ciência representaria: “[...] uma alternativa face a essa profusão de incômodas formas de vida; uma defesa artificial diante da falha da defesa natural de homens enfraquecidos pelo processo civilizatório” (p. 318). Em outras palavras, além de ‘civilizar’ o homem, este estaria sendo forjado para progresso como sujeito social, como também do meio em que se insere na sociedade, neste caso, as artes de curar estariam sendo o contrário, o retrocesso do homem como civilização, como sujeito e também como homem. Enquanto isso, o médico, principal representante da ciência entre as camadas subalternas, além de promover o progresso, a civilidade, com sua terapêutica baseada na ciência, este sujeito social, de algum modo, foi promovido pelas elites como o “Herói da cura”, o sujeito “a favor do bem público”, o

⁷ Cronista paraense discutido por Aldrin Moura Figueiredo (2011).

⁸ FIGUEIREDO, 2011, p. 274.

⁹ Uns dos inúmeros termos atribuídos às terapêuticas populares, na tentativa de desmoralização e descrédito destas atividades de cura pela classe médica à população.

¹⁰ A atribuição de ignorância, atraso e barbárie aos segmentos sociais, seja ela a população ou os praticantes das artes de curar e aos seus fazeres, eram uns dos meios utilizados pela classe médica e pelo poder público neste embate contra estes segmentos, na tentativa de descrédito e se possível, a diminuição da procura da população local a estes grupos e aumentar o prestígio, procura da mesma as terapêuticas validadas pela ciência, promovendo o que no período em questão seria o ‘progresso do homem através da ciência’ (Ver Lima & Hochman, 2000), ideia de grande efervescência entre intelectuais durante o século XIX e intensificado no início do século XX.

“benemérito da cidadania”¹¹, na tentativa de validar seu discurso e assumir o controle de uma sociedade com *déficit* de políticas públicas, como saúde. Tudo isso para se encaixar nos padrões de modernidade, não favorecendo de nenhum modo a população mais pobre, excluída desta modernidade, teve que se reinventar para sobreviver às narrativas higienistas, que defendia a saúde para promoção da civilização, a ordem, o progresso, e excluiu o restante da população, reforçando o que ressalta Figueiredo (2011), que o progresso das ideias de modernidade ficaram restritas a poucos grupos sociais¹².

3. IMPRENSA, CÓDIGO PENAL, MISTIFICAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO DAS ARTES DE CURAR NO BRASIL E NAS AMAZÔNIAS

No decorrer do século XIX e no início do século XX, a imprensa desempenhou um papel significativo na divulgação de ideias advindas das classes hegemônicas no controle da conduta social e das normas relacionadas ao campo da higiene¹³. Segundo Sampaio (2001), a imprensa desempenhou um papel significativo na divulgação dos discursos higienistas propagados na Europa pela classe médica brasileira a população carioca, e uns dos principais difusores de ideias contra os “charlatões¹⁴” e demais praticantes de medicina popular, como instrumento utilizado pela elite médica e política carioca, induzir a população a deixar de procurar os tais “embustes” (SAMPAIO, 2001, p. 59). Contexto nem um pouco contrário às demais regiões do país, nas Amazônias, principalmente nas grandes cidades como Belém, Manaus e também o Acre Territorial no decorrer do século XIX e início do século XX também foram bombardeados por estas concepções.

Com o aumento das doenças como paludismo, varíola, lepra, entre outras, na região amazônica, as doenças se tornaram o principal motivo de preocupação das autoridades políticas e higienistas na execução de ações no enfrentamento das doenças. De acordo com o periódico *O Município* (AC), expedido no dia 22 de outubro de 1911, discutido por Sérgio Souza (2014), além dos surtos de doenças sofridos pela população acriana na região, as autoridades locais tinham que

¹¹ FIGUEIREDO, 2011, p. 287.

¹² FIGUEIREDO, 2011, p. 275.

¹³ “[...] Os jornais, além de constituírem-se em meios de comunicação capazes de informar eventos, promover, divulgar notícias, também são construtores de relações sociais, divulgadores de propostas políticas e discursos. [...] os discursos neles vinculados, atendem também à função de contribuir para tornar hegemônico os valores de grupos sociais dominantes.” (SILVA, 2014, p. 27-28).

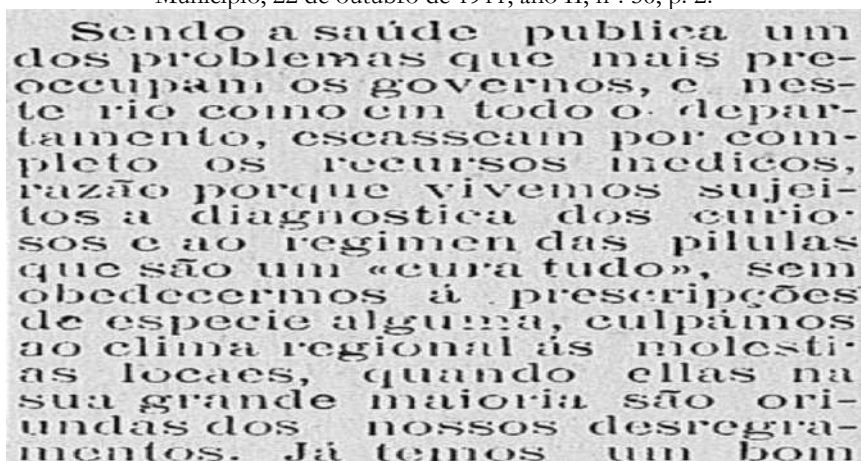
¹⁴ Termo utilizado para designar os praticantes das artes de curar, como também médicos sem licença para atuar no ofício médico legalmente.

enfrentar outra demanda: a quantidade insuficiente de profissionais médicos habilitados a dar assistência médica. De acordo com o citado jornal:

[...] a quantidade de profissionais e materiais necessários para atender a população não era suficiente, decorrente as dificuldades de acesso e recusa dos próprios médicos de atuarem na região, pelas condições deficitárias na estrutura de trabalho, atrasos salariais constantes, acabou não proporcionando a estes profissionais o amparo necessário para atuar na região¹⁵.

Apesar dos percalços que a saúde pública no Brasil, e na grande maioria das regiões urbanas, enfrentava com as pouquíssimas mudanças das autoridades higienistas e políticas, e a limitada capacidade do poder público na promoção de ações na possível melhora do modelo assistencial de saúde, foram fatores determinantes para a busca de outras formas de cura. Recorrendo novamente ao periódico *O Município*, o mesmo jornal citado na matéria anterior, observa-se que, ao ressaltar a situação da saúde pública no Departamento do Juruá, e a falta de profissionais para o atendimento da população, o que acordo o mesmo jornal, deixava a população à mercê “dos diagnósticos de curiosos e dos regimes das pílulas que tudo curavam”, reforçando a ideia de que os segmentos sociais buscaram formas de cura e tratamentos de suas doenças, que as autoridades públicas já demonstrava preocupação contra estes sujeitos que realizava ofício de cura popular e os segmentos sociais na procura destes ‘médicos populares’¹⁶.

Figura 1 – Trecho do periódico *O Município* sobre a situação de saúde pública no Departamento do Juruá. *O Município*, 22 de outubro de 1911, ano II, nº. 56, p. 2.



Sendo a saúde publica um dos problemas que mais preoccupam os governos, e neste rio como em todo o departamento, escasseam por completo os recursos medicos, razão porque vivemos sujeitos a diagnostica dos curiosos e ao regimen das pilulas que são um «cura tudo», sem obedecermos à prescripções de especie alguma, culpamos ao clima regional as molestias locais, quando ellas na sua grande maioria são oriundas dos nossos desregramentos. Já temos um bom

A normatização da prática e ensino médico europeu estabeleceram normas de ensino e prática da medicina, legitimado a atuação do médico e criminalizando as artes de curar. A atuação

¹⁵ *Apud* SOUZA, 2014, p.200.

¹⁶ *Apud* SOUZA, 2014, p.200.

dos governos como figura legitimadora, valendo-se de seu caráter autoritarista, utiliza-se das ações repressivas e controladoras apoiadas pelos discursos sanitários e modernizadores. Além disso, passou a intervir nos modos que a população se relacionava com as práticas de cura, tal concepção fomentada pelos grupos hegemônicos está de acordo com as ideias de controle das classes populares, como garantia da ordem e da modernidade. Observa-se que, além da classe médica, o Estado brasileiro durante todo o século XIX e XX, foi “[...] responsável pelas intervenções na área da saúde que culminaram em mudanças no modo de vida das classes não hegemônicas.” (SILVA, 2014, p. 37).

A constituição de uma legislação sanitária como instrumento de autocontrole de atividades de cura contrárias às normas dos grupos científicos, e também como regulamentadora da conduta médica, na busca de manter sua legitimidade, *status* e hegemonia na prática de cura como corpo representativo da ciência, foi um dos meios mais utilizados pelo poder público e pela classe médica, na manutenção de seu *status quo* social e econômico. Com a criação do Decreto de 11 de outubro de 1890, que torna crime as artes de cura, está atribuída no processo de negação, disputas por mesmo espaço social por estes grupos sociais. No citado decreto, observam-se estas atribuições em relação a tornar determinado ato em crime, e por ser algo ‘danoso’ à sociedade, de algum modo, deve ser atribuída uma punição para o ato inflacionário, e estas perspectivas se mostram presentes nos arts. 156 e 157 do Código Penal de 1890:

[...] CAPITULO III: DOS CRIMES CONTRA A SAUDE PÚBLICA.

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

Paragrapho unico. Pelos abusos commettidos no exercicio ilegal da medicina em eral, os seus autores soffrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes a que derem causa.

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

(BRASIL, Código Penal dos Estados Unidos, Cap.III – Crimes contra Saúde Pública, Art. 156-157).

A construção de um código criminal vem da perspectiva do poder que, ao criminalizar as práticas de cura e seus adeptos, vem da tentativa de diminuir suas ações, como forma clara de opressão e controle destes indivíduos.

Apesar de o Código Penal ser taxativo ao exercício de práticas de cura, isso não significou que os praticantes das artes de cura deixaram de realizar suas atividades; muito pelo contrário:

mesmo com as restrições e interversões por parte das autoridades políticas e higienistas, esses sujeitos continuaram a realizar atendimento à população, fator que contribuiu para a continuidade e resistência das práticas de cura de cunho popular¹⁷.

É bastante interessante que, mesmo com as restrições impostas pelos órgãos higienistas e criminais, isso não significou que estes sujeitos deixassem de praticar suas sessões de cura. Neste sentido, Figueiredo (2001) cita alguns exemplos de casos em que curandeiros e pajés detidos pela Polícia e pela Junta de Higiene conseguiram se libertar pagando uma multa. Estes aparelhos do Estado, portanto, acreditavam que esta era uma das formas de coibir as ações ‘criminosas’ contra a ordem e a saúde pública, por isso, aplicavam sanções punitivas que visavam a coibir possíveis tentativas de aplicação da medicina popular ao público. Conforme o autor, a repressão não foi suficiente para extinguir este tipo de medicina, conforme pode ser percebido logo abaixo:

[...] de um lado, essa atribuída conjuntura não significava que o ofício da pajelança tivesse que permanecer sempre às escondidas, longe da vista de todos [...] é certo, portanto, que os pajés e curandeiros já estavam acostumados a lidar com a repressão policial e, por certa maneira, a manipular, quanto podiam, a própria legislação a seu favor (FIGUEREDO, 2001, p. 278-280).

Mesmo com as medidas restritivas para com os praticantes de medicina popular, as disputas entre médicos, políticos e curandeiros, feiticeros, pajés e rezadeiras estão associadas com a incapacidade dos órgãos públicos e da ciência médica em deter as doenças. O controle das ações e práticas consideradas atrasadas pela concepção modernista às Amazônias e a cidade do Rio de Janeiro, estão associadas aos processos de resistências sociais e culturais das camadas sociais; modernizar as cidades era apenas uma tentativa de reordenação e (re)construção dos espaços, mas introduzir modelos e padrões de comportamento, hábitos e costumes, neste caso a medicina no decorrer de sua trajetória, juntamente como os governos e seus representantes, visou a controlar a sociedade como garantia de “exercício de poder do Estado” sobre a população¹⁸.

Além das medidas de restrição, proibição do exercício das práticas de outras medicinas, a imprensa foi uns dos instrumentos mais utilizados pela classe médica e pelos políticos na divulgação de discursos contra estes sujeitos sociais. A imprensa carioca em sua grande parte e também as demais emitiam em seus periódicos opiniões de políticos, médicos e alguns leitores a respeito das práticas de cura por parte de médicos e curandeiros, rezadores e feiticeros. De acordo com Sampaio (2001), os jornais da época aderiam a uma espécie de combate aos

¹⁷ Ibidem, p. 278-279.

¹⁸ SAMPAIO, 2001, p. 43- 44.

“charlatões”, sujeitos que praticava arte de cura sem uma autorização ou licença para o ofício; por isso, estes sujeitos deviam ser impedidos ou controlados pelo poder público, neste caso as instituições higienistas e políticas.

Utilizando-se dos discursos médicos e de outros grupos influenciados por esses discursos, através de suas interpretações, os autores e os próprios jornais construíam a imagem dos curandeiros e outros agentes de cura, projetando para a sociedade um imaginário que colocava estes especialistas de saúde como sujeitos maus, assustadores e enganadores. Dessa forma, os jornais contribuíram para a formação de opinião que influenciava seus leitores que, por sua vez, passaram a ter aversão dos especialistas que praticavam o ofício de cura. Tomamos como exemplo o periódico *Gazeta de Notícias* (RJ) publicado no dia 10 de setembro de 1889, intitulado como “A feiticeira”, e o jornal *Correio do Norte* (AM) publicado no dia 14 de dezembro de 1909, tendo como título da manchete: “Occutismo em Manaos”. Convém dizer que estes jornais (apesar de serem publicados em cidades e períodos diferentes) constroem uma imagem deturpada e ilusória dos praticantes das artes de cura. Veja os exemplos a seguir:

a) O sino da igreja da freguesia vibrou solene e triste, nas doze lentas pancadas da meia noite. As ruas estavam desertas [...] E os vultos caminhados pausadamente, como conspiradores de uma tragédia, ou de almas de outro mundo. E os vultos caminhavam pausadamente, como conspiradores de uma tragédia, ou como almas de outro mundo. E os vultos cercaram-se de uma casa, obedecendo a um deles, que parecia dar ordens. [...] O que se passava dentro daquela casa? Espiemos [...] lá está a rainha, não a rainha Ginga, afamada africana, mas uma de suas descendentes. É uma rainha de ‘shabat’, uma espécie de bruxa preta, com vistoso penacho de barretina de guarda nacional, tanga de penas de cores variegadas, e missangas que chocalham sobre lustroso peito de ébano. Empunha ela, garbosamente, [...], um centro ornado de fitas de todas as cores, desde o fúnebre preto até mavórtico vermelho. Ao seu lado vê-se uma bandeira do Divino Espírito Santo, que, conjuntamente com a rainha, recebe as adorações de oitenta e seis fanáticos. Esses fiéis da rainha do ‘cangerê’ atiram-se lascivamente às danças mais extravagantes. Saltam, guincham, contorcem-se como epiléticos, e atiram-se de roldão aos pés da rainha [...]. Há ali de tudo: homens, mulheres e crianças. E a rainha, preside majestosa a este ‘pandemonium’, profere palavras cabalísticas e enigmáticas, em língua desconhecida. [...] (*Gazeta de Notícias*, 10 de setembro de 1889, n. 253, ano XV, p. 1).

b) [...] Depois que Muncio Teixeira *d sombra das datas primeiras Palmeiras do mangue*, no Rio de Janeiro, deu começo aos seus trabalhos de occultismo, anunciando, tres dias antes, a morte de D. Carlos, a morte de Penna e a história do catafalco com as letras R.B., varios profetas têm aparecido cá neste velho mundo. Em Manaos, por exemplo, conheço diversos. Dentre estes, porem, um se destaca do modo a prender mais a atenção de todas as pessoas pelos trabalhos miraculosos que já tem feito. Esse homem extraordinário, propheta Minhós (...) o feiticeiro (...). Ainda na última sexta feira do mez correte, elle se dirigio ao morte *encantado da antiga fada*, tradicional feiticeira destes arrabaldes levando consigo todos os petrechos symbolicos da solemnidade: uma caveira, uma vela, um coiro de gato (mas devo dizer que não era coiro da sanguinária onça amazonense) e outras trapalhadas congêneres ... (*Correio do Norte*, 14 de dezembro de 1909, ano I, edição 000307, n. 307, p. 1).

No Trecho do periódico A, observa-se que, ao descrever um possível ritual de cura, o jornal utiliza-se, no decorrer da narrativa, de um clima de mistério, o que atrai a atenção e a curiosidade dos leitores, como estratégia para introduzir suas perspectivas em relação ao personagem descrito, neste caso a “Feiticeira”. Outro elemento utilizado são os termos pejorativos na descrição do sujeito e sua atividade, para evidenciar sua postura e opinião, atribuindo características, como, por exemplo: “A Rainha da Ginga”, “Rainha de Shabat”, “Rainha do Cangerê”, “Africana”, “Bruxa preta” e aos seus clientes, são descritos como “Fanáticos”, “epiléticos”, complementando sua exposição com uma carga de desprezo, descrédito e dependendo da narrativa, uma mistificação exagerada por parte do periódico. No exemplo do Periódico B, as narrativas do trecho citado apresentam os mesmos elementos, mas a narrativa desenvolvida pelo jornal apresenta uma descrição do personagem, o Feiticeiro amazonense Minhós, de forma sarcástica, beirando a uma história de humor. Mas o objetivo era o mesmo, introduzir no imaginário social uma ideia distorcida das artes de curar e seus integrantes, abordagem bem destacada por Sampaio (2001), cujo o objetivo almejado pelos grupos hegemônicos era:

[...] eliminar as práticas diferentes, **os concorrentes perigosos e ameaçadores** que não poderiam permanecer como **obstáculo ao sonhando progresso** que se buscava para o país, **nos moldes de nações europeias**. Assim, atacavam-se diferentes práticas, como cultos religiosos, nos quais também aconteciam rituais de cura (SAMPAIO, 2001, p. 87, grifo meu).

Voltando ao exemplo da matéria “A Feiticeira” do periódico *A Gazeta de Notícias*, fica evidenciada uma narrativa bastante agressiva, diferente do “Feiticeiro Minhós”, não ultrapassando do campo de deboche. Por se tratar de uma mulher praticante de uma arte de cura, negra, para o período, seria um perigo iminente, já que a personagem em questão possuía uma “autonomia” por ter um ofício, (como praticante de cura), que deveria ser combatida, pois a personagem contrariava as regras sociais de uma sociedade machista e sexista e, sendo negra, a mesma não poderia frequentar certos espaços pela cor (racismo), e também por ser uma promotora da medicina popular, era vítima constante de seus opositores, a classe médica e a imprensa. Como podemos perceber, “A Feiticeira” era verdadeiramente uma mulher poderosa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi apresentado nesta abordagem, os processos e as transformações que a saúde pública e as artes de curar e seus praticantes enfrentaram, seja nas Amazônias, seja nas demais regiões do país, foram diversas, não impedindo que estas práticas e saberes deixassem de desempenhar um papel importante na contribuição científica na medicina contemporânea e na historiografia da saúde e das doenças.

Desse modo, essas disputas entre a classe médica e os praticantes das artes de curar, através de restrições, códigos de postura, multas, prisões e descrédito por parte das elites tanto política e científica, e uma população desassistida pelo Estado, contribuíram para que diferentes grupos sociais buscassem meios de se sanarem e tratarem não somente as suas moléstias, mas a incapacidade de Estado em suprir as necessidades e demandas da população. Esta última, através de meios considerados legítimos ou não para sua época, buscou formas e modos para suprir as dificuldades de acesso à saúde pública, seja por meio de ervas, plantas medicinais, sessões de cura com curandeiros, pajés e outros terapeutas populares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal dos Estados Unidos**. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Capítulo III – Dos Crimes contra a Saúde Pública: Art. 156-157. Disponível em: <https://w.w2.camara.leg.br/decreto-847-11-outubro-1890>. Acesso em: 24 mar. 2021.

COELHO, Ricardo Ribeiro. O Universo social das artes de curar no Brasil Colonial. In: **Simpósio Nacional de História – APUH**, Minas Gerais, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org>. Acesso em: 22 mar. 2021.

DANTAS, Rodrigo Aragão. **As transformações no ofício médico e suas relações com as artes de curar no Rio de Janeiro (1840-1889)**. 6º encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), maio, 2013.

FERREIRA, Luiz Otávio; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; EDLER, Flávio Coelho. **A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino**. In: DANTAS, Maria Amélia Mascarenhas (org.), Rio de Janeiro, Editora História, Ciência e Saúde – Manguinhos, 2001.

FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina Impopular: Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830 -1840). In: CHALHOUB, Sidney (org.) **Artes e ofícios de Curar no Brasil**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

FIGUEREDO, Aldrin Moura. **Anfiteatro da cura: Pajelança na Amazônia no limiar do século XX**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 5(2), p. 313-332, Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA, Sérgio. **Desnervados, desfibrados e amarelos em busca de cura**: Saúde Pública no Acre Territorial (1904 a 1930). 256p. Tese – doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2014.

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento. **Em Busca de cura**: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas entre 1885 e 1925. 208p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2014.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. 306 p. Campinas – São Paulo, Unicamp, CECULT, IFCH, 2001.

JORNAIS

A Gazeta de Notícias, 10 de setembro de 1889, n. 253, ano XV, p. 1.

Correio do Norte, 14 de dezembro de 1909, ano I, n. 307, p. 1.

O Município, 22 de outubro de 1911, ano II, n. 56, p. 2.

Hair! Or am I?": Black Women's Transformative

Brasileira de Educação, n. 23, p. 75–85, 2003.

Data de submissão: 02/04/2021

Data de aprovação: 09/05/2021

A MÚSICA COMO FORMA DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO CONTRA A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

MUSIC AS A FORM OF EXPRESSION AND MANIFESTATION AGAINST THE MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL

Cyndy Nathana Melo de Souza¹

Elcio Gomes de Araújo²

Uizenairian Rodrigues da Rocha³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a importância da música, como forma de expressão e manifestação contra o período da Ditadura Civil-Militar, instaurada no Brasil durante os anos de 1964 a 1985. Apesar da censura, exílio, prisões, torturas e mortes, os artistas brasileiros se recusaram a ficar em silêncio e usaram a música como uma das principais ferramentas para combater a ideologia do sistema imposto. Mesmo que para isso tivessem que usar da criatividade e, através de códigos e metáforas, transmitir ao público suas ideias e opiniões. Este trabalho utiliza músicas escritas por cantores da época como Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso e outros, com o intuito de fazer uma análise referente às mensagens “secretas” presentes em suas obras. Nosso referencial teórico inclui os escritos de Goulart (2013), Ferrari (2009), Garcia (1982), entre outros autores que possuem como objeto de estudo as músicas como forma de expressão e manifestação contra a ditadura militar no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Música; Ditadura; Brasil.

ABSTRACT

This article aims to analyze the importance of music as a form of expression and manifestation against the period of the Civil-Military Dictatorship, established in Brazil during the years 1964 to 1985. Despite censorship, exile, arrests, torture and deaths, Brazilian artists refused to stay silently and used music as one of the main tools to combat the ideology of the tax system. Even if they had to use creativity and, through codes and metaphors, transmit their ideas and opinions to the public. This work uses the songs written by singers of the time as Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, etc. in order to make an analysis of the "secret" messages present in his works. Our theoretical framework includes the writings of Goulart (2013), Ferrari (2009), Garcia (1982),

¹ Licencianda em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Bolsista Voluntária no projeto Grupo Coral Ufac. Bolsista Voluntária do Programa Institucional de Residência Pedagógica. Atuo no grupo de pesquisa "O Processo de Construção do Docente em História: possibilidades e desafios da formação inicial e da formação continuada de fazer-se historiador em sala de aula, na linha de pesquisa "Estágio Supervisionado do Ensino de História". E-mail: cyndynathana@gmail.com

² Licenciando em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: elcioaraujoac@gmail.com

³ Licencianda em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: wydemairomsilva@gmail.com

among others authors who have as object of study the songs as a form of expression and manifestation against the military dictatorship in Brazil.

KEYWORDS: Music; Dictatorship; Brazil.

1 A MÚSICA COMO EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO

A música tem sido, ao longo da história humana, o mais complexo e profundo modo de expressão artística. “O efeito da música é muito mais poderoso e penetrante que o das outras artes, pois estas falam das aparências, ao passo que a música fala da essência” (FISCHER, 1983).

A música tem a capacidade de despertar uma variedade de emoções nas pessoas. Pode-se argumentar, que, além de sentimentos, a música pode despertar a consciência política de diversos grupos, que passam a tentar compreender o meio em que vivem, o que em algumas situações podem acabar gerando movimentos sociais, que buscam como objetivos uma maior liberdade de expressão e uma melhor qualidade de vida na sociedade. A música não pode ser dissociada do contexto e do tempo histórico ao qual está inserida, pois esta acaba por expressar as questões políticas, sociais, culturais e econômicas daquele momento. Nesse sentido, a linguagem musical é um poderoso instrumento para transmitir ideias e opiniões.

Mais do que qualquer outra manifestação humana, a música contém e expressa os sons, que se inserem num determinado tempo histórico e são influenciados diretamente pelo meio social de onde emergem. Talvez por essa razão ela está sempre fugindo a qualquer rótulo ou definição, pois ao se tentar defini-la, a música já se modificou, a própria expressão ou audição musical difere de um indivíduo para outro, depende necessariamente do estado emocional daquele que a expressa, bem como daquele ou daqueles que a ouvem (LOUREIRO, 2009, p. 79).

A partir desse conceito podemos entender a importância das manifestações artísticas, principalmente a música, no período do regime militar no Brasil. Esta funcionou não somente como uma forma de expressão, mas também como um instrumento poderoso para permitir àquela geração criticar e se manifestar contra a ideologia imposta à sociedade brasileira naquele período.

2 O GOLPE MILITAR E O GOLPE À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Com o Golpe Militar em 31 março de 1964, foi deposto o então presidente João Goulart (1961 a 1964) que havia sido eleito de forma democrática como vice-presidente de Jânio

Quadros. Com o mundo pós-guerra dividido em dois blocos, capitalismo e socialismo, os Estados Unidos se aproximaram da América Latina. As pessoas ligadas à esquerda passaram a ser vistas de forma negativa, e a ditadura militar acabou sendo implantada como forma de governo em alguns países, como Uruguai, Chile e Argentina. Sob o argumento de se evitar um governo totalitário comunista, os golpistas depuseram Goulart que, para evitar uma guerra, se exilou no Uruguai. O Brasil, desde então, entrou em um regime ditatorial que ficou conhecido como a Ditadura Civil Militar, que perdurou por vinte e um anos. Não houve uma guerra civil, mas existia muita violência: os protestos acabavam em prisões, exílios e assassinatos. Quem não concordava com o novo regime era considerado subversivo.

Mas foi no governo de Costa e Silva (1967 e 1969), conhecido como “linha dura”, que foi criado o Ato Institucional nº 5 (AI 5). Este ato ordenava a apreensão de livros, jornais e revistas e impedia qualquer manifestação nas ruas. Além disso, autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos parlamentares, suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens considerados ilícitos, e suspender a garantia do habeas-corpus e outros. A produção cultural no Brasil foi duramente atingida pela Ditadura Militar, exigindo assim, criatividade e coragem dos artistas para burlarem a censura e expressarem opiniões e críticas a forma de governo atuante naquele momento. Segundo Garcia (1982), a censura atuou fortemente no controle ideológico e na propaganda. “Todos os assuntos, temas e dúvidas em relação às afirmações da propaganda oficial tinham sua divulgação proibida” (GARCIA, 1982, p. 91).

Assim, a censura foi uma das mais fortes armas utilizadas no regime militar para calar os seus opositores e impedir que qualquer tipo de mensagem contrária a ditadura fosse amplamente divulgado. Os responsáveis pela repressão examinavam os trabalhos artísticos e informativos, com bases em critérios morais e políticos, e então conforme a conveniência, estes eram liberados ou não para o público em geral. Foram muitas músicas censuradas durante o período do regime militar, muitos artistas tiveram que usar códigos, figuras de linguagem e outras estratégias para colocar nas canções suas ideias e opiniões sobre a ditadura e disseminá-las entre o povo.

Mesmo com a utilização de todos estes recursos estilísticos, a situação da música brasileira nos anos 1970 e 1980 foi complexa. Diversos artistas estavam morando fora do país, em exílios voluntários ou forçados. Os compositores viram-se pressionados pelo aparelho repressivo do regime autoritário, e a grande maioria, mais diretamente, pela censura (CAROCHA, 2006, p. 194).

São diversos os exemplos que podemos citar, como o cantor Raul Seixas. Dentre as várias músicas produzidas e cantadas por este, *Mosca na Sopa* chama a atenção, pois em sentido figurativo a mosca simboliza os que são contrários ao regime militar. Um trecho da letra diz: “(...) não adianta vir me dedetizar pois nem o DDT pode assim me exterminar. Porque cê mata uma e vem outra em meu lugar”⁴. Essa passagem significa a resistência e a continuidade da luta, embora sob violenta repreensão, dos opositores ao regime autoritário. O cantor Sérgio Ricardo foi outro artista bastante censurado por suas músicas:

Comunico a Vossa Excelência que nesta data estou encaminhando ofício ao senhor Delegado Regional de São Paulo, solicitando providências no sentido que o compositor Sérgio Ricardo seja fichado no D.O.P.S (Departamento de Ordem e Política e Social) face as suas atividades subversivas, ao compor músicas com mensagem contrária aos interesses nacionais. Junto ao presente encaminhamento das letras musicais deste compositor vetadas pela censura. (Série “Correspondência oficial”, Subsérie “Informações sigilosas”, ofício n. 393/68, de 16 de outubro de 1968. Caixa 4).

“Chico Buarque teve por volta de 40 músicas vetadas, metade das quais por causa de alusões a questões políticas” como nos diz Werneck em uma análise sobre o cantor, o que nos leva a entender que a censura tinha como objetivo maior os interesses próprios da ditadura civil militar em nosso país:

Embora a censura musical nunca tenha tido o objetivo de “extirpar fisicamente o câncer do comunismo”, suas tentativas foram no sentido de eliminar a simples menção em letras de músicas da existência de algo que não era do interesse do regime e ao mesmo tempo extrair também das letras a propagação de novos costumes que também não atendiam aos seus interesses, mantendo com isso uma visão de mundo própria e de acordo com os ditames dos militares (CAROCHA, 2006, p. 210).

Segundo dados coletados em livros e artigos no ano de 1980, quando o regime militar mostrou os seus primeiros traços de crise, a censura à música continuou forte, mesmo com o fim do período ditatorial. Somente em 1988, com a promulgação da nova Constituição Brasileira, é que o órgão DCDP (Divisão de Censura de Diversões Públicas) foi extinto. Estima-se que, no ano de 1973 foram censuradas 159 músicas, já em 1976 foram 198 letras e, em 1980, 458 músicas foram censuradas⁵.

⁴ Fragmento da canção *Mosca na Sopa*, composta e gravada por Raul Seixas em 1973.

⁵ Informação da DCDP de 10 de julho de 1980. Série “Correspondência oficial”, subsérie “Informações sigilosas”. Caixa 1.

2.1 – Os Festivais de Música

A insatisfação da população só crescia pois esta não tinha o direito de expressar as suas opiniões. Neste momento os festivais de música puderam impulsionar a produção cultural durante o regime militar:

Diante de um cenário de militância política, surgem os festivais de música popular brasileira, daí por diante a MPB se projeta nacionalmente criando estruturas para se apresentar em grandes espaços públicos, tendo uma temática ligada diretamente à situação política do país. (FERRARI; PEREIRA, 2009, p. 18)

As músicas cada vez mais expressavam a opinião do povo, as letras passaram a ser suas vozes ecoando nas rádios, nos televisores e principalmente nos festivais que batiam recordes de audiência e público.

A era dos Festivais é marcada principalmente por uma intensa produção Artística no campo musical, e por uma resistência forte da MPB com sua música de protesto; toda a discussão de luta social e política, a partir deste momento, é canalizada para a música de forma arrebatadora (FERRARI; PEREIRA, 2009, p. 19).

Dentre os muitos festivais que ocorreram podemos destacar um que se tornou um marco dos concursos de canções: o III Festival da Música Popular Brasileira da TV Record, ocorrido em setembro e outubro de 1967. A plateia se dividia em torcidas e se manifestava por meio de aplausos ou estridentes vaias, elegendo ou reprovando os artistas. Essa escolha era feita de acordo com seus gostos musicais ou, notadamente, preferências políticas. Vale destacar que o público desses eventos era na grande maioria, uma juventude de classe média, universitária, politizada, que estava em sintonia com os acontecimentos políticos do país naquele momento.

Esses festivais trouxeram mensagens políticas grandiosas e deixaram marcado na história da Ditadura a repulsa de músicos, população civil e os mais complexos setores de uma sociedade pressionada. Pois, o impacto marcado pelo acirramento de conflitos entre opressores e opositores já não acontecia apenas nas sociedades periféricas, e sim, numa repleta e variada nação e seus diversos integrantes (FERRARI; PEREIRA, 2009, p. 26).

2.2 – O Movimento Tropicalista

O tropicalismo foi um movimento que surgiu no ano de 1967 em plena ditadura civil-militar. Liderado por Caetano Veloso e Gilberto Gil, dentre outros, trouxe uma grande polêmica

entre a música tradicional brasileira da época, como a bossa nova, e as músicas importadas inglesas e americanas. Os tropicalistas apregoavam que o mais rico valor brasileiro não era reproduzir uma tradição do nosso passado como sempre foi, mas a capacidade de incorporar elementos de diversas culturas, misturando e transformando, enriquecendo a cultura nacional. A ideia era fazer música sob a influência de vários estilos como o samba, rock, jazz, erudito, baião e outros. Não copiando, mas criando algo tipicamente brasileiro.

Além de romper com a música tradicional já existente no país, eles construíram uma nova forma de se vestir, de se comportar, de pensar, além de transmitirem as suas críticas, ideias e concepções. Claro que disfarçadamente, devido a censura, atingindo a estrutura de poder existente. O movimento tropicalista passou a ser uma representação do povo brasileiro, sendo divulgado como uma ruptura importante e conscientizadora. O tropicalismo foi crescendo e se espalhando de forma muito rápida através da mídia, principalmente durante os festivais de música. Apesar de serem ouvidos, eles não eram entendidos por muitos, o que chamou a atenção de muita gente, inclusive dos que eram a favor da ditadura civil-militar e de muitos que ainda tinham um pensamento tradicionalista.

Ao tentar criar um movimento de massa, os tropicalistas desagradaram boa parte da imprensa e dos intelectuais do Brasil, bem como alguns músicos da época. O uso de guitarras elétricas, instrumento musical típico do rock n' roll norte-americano, e a própria ruptura que sugeria a estética tropicalista geraram certo desconforto. Segundo o músico Tom Zé, foi necessário encontrar um público que estivesse perdido entre a direita e a esquerda, durante a ditadura militar brasileira, para receber a Tropicália (GOULART, et al. 2013, p. 5).

O governo militar, obviamente, não ficou observando sem fazer nada, afinal este movimento ganhou popularidade entre o povo. Logo os músicos se tornaram alvos constantes da censura, sob a ótica de serem um movimento “contracultural”, ameaçadores da moral e dos bons costumes, surgindo aí um período bastante conturbado de instabilidade e conflitos. É neste momento que o governo lança o Ato Institucional nº 5:

No dia 13 de dezembro de 1968, um golpe interno no governo militar lançou o Ato Institucional n.5, suspendendo o habeas-corpus, dando poderes à polícia de invadir domicílios, enfim, instaurando um regime policial truculento que fez, em retrospecto, os primeiros quatro anos que passáramos sob os militares parecerem razoáveis e amenos. Eu estivera em Salvador por uns dias e viajei para São Paulo exatamente no dia 13. Ao chegar em casa fiquei sabendo do que ocorrera. Não medi a extensão e a profundidade das mudanças anunciadas pelos noticiários da TV. Claro que a linha dura tomara o poder. Mas nós justamente éramos vistos com hostilidade pelas esquerdas mais barulhentas (VELOSO, 2012, p. 336).

O movimento tropicalista teve o seu fim no ano de 1968 com a prisão e exílio de Caetano Veloso e Gilberto Gil. Os músicos passaram dois meses em uma prisão no Rio de Janeiro e mais quatro meses confinados em uma casa em Salvador. Logo depois foram exilados por dois anos em Londres.

Durante o seu interrogatório, Veloso afirma que o oficial dizia entender claramente que o que eles faziam era muito mais perigoso do que o que faziam os artistas de protesto explícito e engajamento ostensivo (p. 393), o que comprova a eficácia das estratégias de protesto adotadas por eles. Já na Europa, em um show em Portugal, Caetano afirma que a Tropicália havia acabado. Apesar de ter inspirado outros cantores a seguir o mesmo caminho que o deles, o exílio marcava uma interrupção na continuidade do trabalho, não havendo qualquer sentido conservar por mais tempo aquela estética. No primeiro e único episódio do programa de TV Divino, Maravilhoso, um enterro simbólico do tropicalismo é encenado por Gil, Capinan e Torquato Neto (GOULART, et al. 2013, p. 12).

3 ANÁLISE DE MÚSICAS DE RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR

Como dito anteriormente, os artistas, durante o período ditatorial, tiveram que apresentar muita criatividade e esperteza. Suas músicas não podiam insinuar de forma direta os pensamentos de liberdade e críticas ao sistema de poder vigente daquela época. A censura estava atenta a todas as formas de expressão que se colocavam contra o regime. Para tal, os artistas tiveram que adotar códigos, figuras de linguagem, jogo de palavras, metáforas e outros, para poderem transmitir através da música suas ideologias. A seguir vamos realizar uma breve análise de algumas músicas importantes para este movimento, e os significados que cada uma carrega, de forma implícita ou subliminar, em suas letras e melodias. As músicas foram escolhidas por serem as mais conhecidas e cantadas até os dias de hoje, com letras que retratam a situação política do momento, mas também por terem reflexos na atualidade, mostrando um país com raízes do século passado.

a) *Cálice*, de Chico Buarque e Gilberto Gil

Escrita no ano de 1973, *Cálice* só foi lançada em 1978, e se tornou um marco na luta contra a ditadura civil-militar. A letra se baseia em uma passagem bíblica em que retrata o intenso sofrimento de Jesus Cristo na noite em que foi traído, o comparando ao sofrimento do povo brasileiro durante o período ditatorial. Há também uma similaridade muito grande entre as palavras “cálice” e “cale-se”, representando a opressão e o não direito a expressão contra o regime militar.

b) *Alegria, Alegria.* de Caetano Veloso

Apresentada em 1967 no festival de música da TV Record, foi também um símbolo para o movimento tropicalista. O verso “caminhando contra o vento” simbolizava a luta e a resistência da população contra o regime ditatorial. Também representava a juventude da época que se sentia oprimida e presa, com a ânsia de liberdade e fuga, mas sem saber como fazer e para onde ir.

c) *Pra não dizer que não falei das flores,* de Geraldo Vandré

A música ficou em segundo lugar no Festival Internacional da Canção (FIC) de 1968 e se tornou uma bandeira nas manifestações e protestos realizados pelo povo. A letra é um chamado para a “união e a ação coletiva”. Entende-se também que a inércia não iria levar a lugar nenhum, e que todos que tinham a consciência da opressão deveriam agir.

d) *O bêbado e o equilibrista,* de Elis Regina

A música se tornou um hino nos manifestos do retorno dos exilados para o Brasil. Em sua letra, ao descrever um bêbado “trajando luto”, apresenta a “confusão e tristeza” do povo brasileiro, com as perseguições, prisões, mortes e torturas. O “equilibrista” representa o povo e os artistas, que apesar do sofrimento, deveriam continuar de pé lutando e resistindo às represálias.

e) *Aquele abraço,* de Gilberto Gil

A letra da música representa uma despedida, pois neste momento, Gilberto Gil estava sendo exilado em Londres, mas sabia que brevemente voltaria para o Brasil. Ele se coloca como dono de sua vida, “caminho pelo mundo” do jeito que ele quer. Representando a liberdade, tão sonhada no regime militar.

f) *É proibido proibir,* de Caetano Veloso

Composta no ano de 1968, mesmo ano do AI-5 que trazia sérias restrições aos direitos dos cidadãos brasileiros. Em 1969, Caetano canta esta música no 3º Festival Internacional da Canção, onde é vaiado e então faz um discurso dizendo que o público “não estava entendendo nada”.

g) *Que país é esse?* de Renato Russo (Legião Urbana)

A música foi composta em 1978, mas só lançada quase uma década depois. Renato Russo acreditava que algum tempo depois as coisas mudariam, mas se surpreendeu ao ver que depois de uma década as coisas continuavam iguais. Apesar do poder não estar mais nas mãos dos militares, no ano de 1987 o país atravessava uma crise de impunidades, falta de respeito e corrupção. Além de ainda não existirem eleições diretas, houve também a instauração de medidas econômicas que fracassaram e trouxeram ainda mais crises naquele período. A letra da música tece uma dura crítica ao sistema político-econômico brasileiro que ignorava totalmente as mazelas sociais do seu povo e focava em interesses financeiros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas e muitas outras canções se tornaram um símbolo importante na luta pela liberdade de pensamento e expressão. A ditadura civil-militar, trouxe uma série de proibições, principalmente com o Ato Institucional nº 5, que tirou a liberdade e direitos do povo brasileiro. Oprimidos, perseguidos, torturados, exilados e mortos, muitos buscaram na manifestação musical uma válvula de escape para expor suas ideias e concepções. Utilizaram esta manifestação artística também para difundir, motivar e apoiar as lutas na derrubada de um sistema de poder que manchou a história de nosso país.

Nos dias atuais a questão sobre a ditadura militar mais uma vez foi levantada: de um lado aqueles que a defendem e exaltam “pontos positivos” daquele período e de outro, os que querem deixá-la nos relatos históricos do passado, como algo que trouxe graves consequências a vidas humanas. Mas percebemos pela conjuntura atual, que mais uma vez, esta geração precisa se expressar e se manifestar, pois a história parece se repetir, no contexto de termos direitos adquiridos sendo ameaçados e uma política econômica voltada para as elites. A questão é: quem serão os novos protagonistas e quais serão os meios usados para a expressão e manifestação da sociedade brasileira? O que sabemos é que muitas músicas do período ditatorial, até hoje, servem de inspiração para continuarmos as lutas para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

CAROCHA, Maika Lois. **A Censura Musical durante o regime militar (1964-1985)**. Curitiba, n. 44, p. 189-211: UFPR 2006.

FERRARI, Julio César; PEREIRA, Rafael Caluz. **A INFLUÊNCIA MUSICAL DURANTE A DITADURA MILITAR Uma analogia musical nas transformações sociais**. São Paulo:

UNISALESIANO, 2009.

FISCHER, Ernst. **A Necessidade da Arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GARCIA, N. **O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política**. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

GOULART, Ana Paula; et al. **Tropicália: a contracultura na Música Popular Brasileira**. In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia UFOP. Minas Gerais: 2013, p. 1-13.

Informação da DCDP de 10 de julho de 1980. Série “Correspondência oficial”, subsérie “Informações sigilosas”. Caixa 1.

LOUREIRO, Vivian Maria Rodrigues. **“Música para os ouvidos, fé para a alma, transformação para a vida”**: música, fé e construção de novas identidades na prisão. 2009. 167f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Marcello, Carolina. **17 Músicas famosas sobre a ditadura militar no Brasil**. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/musicas-famosas-ditadura-militar-brasileira/>. Acesso em: 11 maio. 2019.

SEIXAS, Raul (compositor). “Eu sou a mosca”. In: Krig-há, Bandolo! (LP). Raul Seixas. Rio de Janeiro: Philips (6349078), 1973.

Série “Correspondência oficial”, Subsérie “Informações sigilosas”, ofício n. 393/68, de 16 de outubro de 1968. Caixa 4.

VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

WERNECK, Humberto. **Chico Buarque: letra e música**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. v. 1. p. 137 et seq.

Data de submissão: 14/08/2019

Data de aprovação: 24/04/2021

ENTRE MEMÓRIAS E FONTES HISTÓRICAS: DIÁLOGOS, PROBLEMÁTICAS E HISTORIOGRAFIAS EM SALA DE AULA NO ENSINO DE HISTÓRIA

BETWEEN MEMORIES AND HISTORICAL SOURCES: DIALOGUES, PROBLEMS AND HISTORIOGRAPHIES IN THE CLASSROOM IN HISTORY TEACHING

Danilo Rodrigues Nascimento¹

Poliana de Melo Nogueira²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as múltiplas fontes históricas, suas ampliações e problematizações nas abordagens historiográficas voltadas ao ensino de história. É uma pesquisa bibliográfica a partir de artigos, livros, textos e trabalhos feitos nas disciplinas Ensino de História (CFCH318), Ensino de História II (CFCH131) do curso licenciatura em história da Universidade Federal do Acre. Assim, este trabalho tem como filtros conceituais: memórias, ensino de história, linguagens e de fontes históricas em sala de aula. Nossa perspectiva é que o diálogo entre professores, fontes e alunos trazem à tona outras experiências e vivências a partir da oralidade, da música, das letras, entre outras dimensões pedagógicas e metodológicas do cotidiano escolar. A pesquisa indica que teorias e metodologias não devem ser abordadas separadamente, pois interatuam na construção de outros conteúdos nas relações ensino aprendizagem na disciplina de História.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias; Ensino de História; Linguagem; Fontes Históricas;

ABSTRACT

The present article aims to reflect about the multiple historical sources, their amplification and problematization in the historiographical approaches focused on the teaching of history. It is a bibliographical research based on articles, books, texts and works done in the disciplines History Teaching (CFCH318) and History Teaching II (CFCH131) of the history graduation course of the Federal University of Acre. Thus, this work has as conceptual filters: memories, history teaching, languages, and historical sources in the classroom. Our perspective is that the dialogue between teachers, sources, and students brings to light other experiences from orality, music, and lyrics, among other pedagogical and methodological dimensions of everyday school life. The research indicates that theories and methodologies should not be approached separately, because they interact in the construction of other contents in the teaching-learning relationships in the subject of History.

KEYWORDS: Memories; History Teaching; Language; Historical Sources;

¹ Licenciando em História e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Bacharel em História pela mesma instituição.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, pela Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: polymelonogueira@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo: refletir sobre as múltiplas fontes históricas e suas problematizações nas abordagens historiográficas voltadas ao ensino de história. A proposta deste texto surgiu de exercício-reflexivo-coletivo e das participações nas disciplinas Ensino de História (CFCH318), Ensino de História II (CFCH131) e a “XX Semana de História – Ensino de História e Pesquisa em História Perspectivas e possibilidades”. As discussões, os debates e as aulas possibilitaram deslocamentos e reflexões sobre as perspectivas teóricas-metodológica, concepções de mundo presentes na produção historiográficas, a Base Comum Curricular Nacional (BNCC), os cadernos de orientações curriculares, as novas linguagens e abordagens no ensino de história.

Nos primeiros anos do curso de História nos deparamos com alguns questionamentos: o que é história? O que são as fontes históricas? O que é o tempo? Como trabalhar com as fontes históricas em sala de aula e na pesquisa? Essas e outras reflexões que contribuem para/no processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, tais perguntas permaneceram nos inquietando e serviam de debates e diálogos com vários colegas em sala de aula.

O livro “Apologia da história, ou o ofício do historiador” do pesquisador francês Marc Bloch, foi o primeiro nesse processo de reflexões sobre a história, fonte e tempo. Esta obra foi o estopim para compreendermos o termo História como a ciência dos homens no tempo. Nesse sentido, o referido texto contribuiu para nossa ampliação de compreensão historiográfica e que esta vai além das histórias dos governantes e políticos (histórias de modo geral apresentadas como oficiais). A partir dessa leitura percebemos as histórias, como por exemplo, histórias da mentalidade, histórias das crianças, histórias das mulheres, histórias dos operários, entre tantas outras.

As fontes históricas são caracterizadas como registros que podem fornecer aspectos informativos sobre acontecimentos do passado, por exemplo, orais, sonoros, iconográficos e escritos. Assim, é preciso mencionar que no século XIX – os documentos escritos eram vistos como fontes confiáveis e verdadeiras na historiografia positivista. Nesse sentido, os documentos escritos recebiam aspectos de veracidade, progressividade e linearidade dentro da construção da História. No entanto, o livro “A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia” do historiador inglês Peter Burke apresentou a base para a compreensão do

movimento historiográfico francês liderado pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre na ampliação das temáticas, temas, fontes e a colaboração interdisciplinar desta escola no trabalho com as fontes históricas. O pesquisador Burker apresenta no decorrer do livro as três gerações da Escola dos Annales: o Antigo Regime na historiografia e seus críticos, os fundadores: Lucien Febvre e Marc Bloch, a era de Braudel, a terceira geração e os Annales numa perspectiva global.

O processo historiográfico é tortuoso e cheio de grandes desafios que o historiador enfrenta quando prepara suas pesquisas e como desenvolve catalogações das fontes históricas. Bloch (2001) destaca quão intensamente é preciso questionar e problematizar as fontes históricas, pois podem conter ideias, informações, autores, datas, tempo e objetivos que na pesquisa historiográfica deve ser indagado pelo pesquisador. De acordo com esta perspectiva o historiador deve olhar para as suas fontes históricas e questioná-las, possibilitando ou propondo a ampliação de vozes outras que na história oficial não são levadas em consideração, como por exemplo, dos negros, indígenas, quilombolas, mulheres, entre outras vozes que ecoam na diversidade e que são sufocadas pela ordem progressiva e linear de uma história única e oficial.

A metodologia utilizada neste estudo é a bibliográfica. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é caracterizada a partir de material já elaborado, constituído efetivamente de teses, dissertações, livros e artigos científicos. Deste modo, o primeiro momento do artigo foi na seleção, na organização dos textos para alcançar o objetivo desta pesquisa.

Nesse sentido, Barros (2011) apresenta que teoria e metodologia andam juntas no trabalho historiográfico e também na formação de historiadores. Ele apresenta como os processos históricos e as correntes da História foram sofrendo continuidades e rupturas nos processos econômicos, sociais, políticos, culturais, entre outras dimensões. Portanto, o trabalho com as fontes históricas em sala de aula depende dos filtros teóricos/ metodológicos e como o professor abordará o objeto de estudos dos conteúdos ministrados. O docente proporcionará de acordo com o filtro escolhido um meio pelo qual os alunos irão olhar os documentos: fotos, relatório, entre outras fontes, no sentido de tecer críticas e reflexões sobre aquele determinado material.

A partir dessas e de outras leituras filtradas durante a disciplina e em alguns eventos na área de História, esquematizamos discussões bibliográficas sobre fontes históricas, tempos, memórias, linguagens, metodologias e teorias. Este momento oportunizou muitas reflexões sobre documentos e a formação de professores da Universidade Federal do Acre (UFAC). Destacamos então a importância do espaço universitário democrático, público e de qualidade para o encontro na “poética da diversidade” (GLISSANT, 2005), pois este ambiente possibilitou momentos de

diálogos e reflexões sobre as diferentes línguas, culturas, políticas, teóricas e metodologias de vários sujeitos.

2 A FAVOR DAS MÚLTIPLAS LINGUAGENS EM SALA DE AULA

O historiador José Ribamar Bessa Freire no artigo intitulado “A canoa do tempo: tradição oral e memória indígena” propõem uma reflexão muito importante para a ampliação das múltiplas linguagens na historiografia e no Ensino de História. Ele tece reflexões sobre memória e fontes históricas a partir de autores europeus, quilombolas e indígenas para que o leitor a partir de sua leitura perceba que existem outras perspectivas de memórias para além das letras e dos documentos escritos. Nesse sentido, Freire apresenta o relato de Maria Joaquina da Silva, Dona Fiota, quando ela participou do seminário sobre as línguas faladas no Brasil:

[...] “Eu não tenho a letra. Eu tenho a palavra” [...]. Mostrou assim que existe sabedoria sem escrita, que na situação em que se encontra ela não precisa da letra, porque usa a palavra para transmitir seus saberes, trocar experiências e desenvolver suas práticas sociais. Ela não é carente de escrita, como afirma alguns letrados, mas independente de escrita. (FREIRE, 2014, p.13-14).

A fala da Dona Fiota tem um aspecto marcante, pois nos apresenta aspectos outros, comunicativos e relacionais com o mundo e os saberes/conhecimentos. Criando dimensões outras de ensino e aprendizagem a partir da oralidade, da arte, da música, dos jogos de videogames, das fotografias e dos territórios ancestrais. A discussão da letra e da palavra, baseada na vivência e experiência de Dona Fiota nos instigou o olhar para outras dimensões de linguagens em sala de aula, proporcionando caminhos diferentes que dialoguem com as letras e com a oralidade.

A disciplina Ensino de História trouxe para o debate a variedade de documentos escritos e não escritos a partir do texto “Ensino de História: fundamentos e métodos” da professora Circe Maria Fernandes Bittencourt. A leitura deste livro possibilitou discussões e imersões nas temáticas de currículo, de correntes historiográficas, dos conceitos históricos, das aprendizagens em História, dos procedimentos metodológicos, dos materiais didáticos: concepções e usos, entre outras reflexões tecidas ao longo do livro:

Imagens diversas produzidas pela capacidade artística humana também nos informa sobre o passado das sociedades, sobre suas sensações, seu trabalho, suas paisagens, caminhos, cidades, guerras. Qualquer imagem é importante, e não apenas aquelas produzidas por artistas. Fotografias ou quadros registram as pessoas, seus rostos e vestuários e são marcas de uma história. Produções modernas, como os filmes,

registram a vida contemporânea e reconstróem o passado, revivendo guerras, batalhas e amores de outrora, ou ainda imagem do tempo futuro. (BITTENCOURT, 2011, p.353).

Portanto, essas produções artísticas e culturais de certa maneira contribuem para a compreensão de um determinado tempo e lugar, é claro por um filtro narrativo ficcional, mas cremos que história também atua dessa maneira, recriando e reinventando o passado a partir de um ponto de vista. No filme *“Sociedade dos Poetas Mortos”*³, o autor Robin Williams interpretando o professor John Keating, protagoniza a luta de um docente na implementação de outros métodos de ensino e aprendizagem a partir da poesia, das artes, das músicas, dos sentidos, entre outras dimensões do potencial criativo e reflexivo dos seus alunos. Mas, o professor John Keating é duramente reprimido, porque a escola Welton Academy era regida por quatro pilares fundamentais: honra, tradição, disciplina e a excelência. Assim, essa academia era referência na formação de médicos, advogados, administradores, entre outras profissões, que são vistas como as mais “dignas” dentro da sociedade capitalista; e os métodos utilizados pelo professor Keating não dialogavam com o objetivo disciplinador que a escola almejava, porque fugiam da lógica de formação homogênea.

Na contramão desse sistema “escolar bancário” (FREIRE, 1974), que treina os alunos para ocupar o seu espaço no mercado de trabalho e que não leva em consideração as experiências e vivências dos alunos, mas compreende esses discentes como banco de depósitos de informações, sem fazer crítica a esses conteúdos, o professor John Keating delineou ao longo do filme aspectos para além desta educação bancária, mas fez refletir sobre a educação libertadora das amarras capitalistas, entretanto, que leva também o encontro com a poesia e as artes. Uma das falas que ganharam destaque no filme e que muito nos afetou foi quando o professor John Keating diz: “medicina, direito, administração, engenharia são atividades nobres, necessárias à vida. Mas, a poesia, a beleza, o romance, o amor, são coisas pelos quais vale a pena viver”. Não pretendemos desvalorizar ou dizer qual é a melhor área de atuação, qual profissional vive melhor, o que pretendemos é refletir sobre um modelo escolar cujo objetivo é formar máquinas que não pensam, não falam, não tem necessidades e que não cansa de realizar suas tarefas, escola essa que visa a disciplina acima de tudo, que pensa em formar modelos de subserviência que jamais deverão se contrapor a esse sistema que lhes é imposto.

³ Direção de Peter Weir - Em 1959 na Welton Academy, uma tradicional escola preparatória, um ex-aluno (Robin Williams) se torna o novo professor de literatura, mas logo seus métodos de incentivar os alunos a pensarem por si mesmos cria um choque com a ortodoxa direção do colégio, principalmente quando ele fala aos seus alunos sobre a "Sociedade dos Poetas Mortos". Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-5280/>>. Acesso em: 17 de março de 2021.

O diálogo entre o livro *“Ensino de História: fundamentos e métodos”* e o filme *“Sociedade dos Poetas Mortos”* contribui para repensarmos esse modelo de escola tradicional e assim considerarmos as linguagens múltiplas que um ensino diferenciado pode nos proporcionar. Desse modo, o livro e o filme destacam mecanismos e ferramentas para romper com esta ideia da escola disciplinadora e formadora de seres que “não pensam” e de pensarmos ainda que nesse processo de ensino aprendizagem tanto o aluno aprende quanto nos ensina, pois suas vivências dizem do mundo que vai muito além das quatro paredes de uma sala de aula.

A leitura do texto “Linguagem, Língua, Linguística” de Petter (2018) teceu o fascínio que a linguagem sempre desempenhou sobre o homem que decorre desse poder que admite não só nomear/criar/transformar o universo real, mas também permite trocas de experiências a partir das oralidades. Para Martelotta (2017) a linguagem se destaca como uma complexidade e uma diversidade de problemas que suscitam a análise de outras ciências, como a psicologia, a antropologia, a história, a geografia. Deste modo, Martelotta (2017) apresenta que, o termo “linguagem” perpassa várias dimensões, que é mais destacada a partir do emprego na comunicação, por exemplo, dessas diversas linguagens que são: dos animais, corporal, artística e de sinalização. Diante disso, esses autores apresentam muitas reflexões para além da escrita alfabética, mas entrecruzam vários tipos de linguagens nas múltiplas sociedades do mundo.

Assim, o ser humano cunhou e permanece desenvolvendo várias categorias de linguagem que lhes deixam tecer os múltiplos enfoques das “realidades” e, também, se anunciar e dialogar com os mundos. Na atualidade temos uma diversidade incomensurável de linguagens, tais como a matemática, artística, científica, indígenas, africanas, arábicas, feminista, teatral, cinematográficas, entre outras. As novas tecnologias nos fazem alargar a ideia (conceito) das linguagens já existentes e também criam perspectivas outras, mais correspondentes às necessidades do momento histórico.

2 FORA DA MEMÓRIA E O MAL DE ARQUIVO: FONTES HISTÓRICAS EM SALA DE AULA

Neste ponto dialogamos a partir da música

Fora da memória tem
Uma recompensa
Um presente pra você
Você que não pensa
No que foi
No que será

No que foi
No que viria

Fora da memória tem
Uma regalia
Para quando você acordar todo dia
Fora da memória tem
Uma fantasia
Para você recordar todo dia
De esquecer
De esquecer
De esquecer, iê”. (TRIBALISTAS, 2017).⁴

A música “fora da memória” analisa as distintas formas pelas quais o ser humano conta e articula a recordação e como essa representação se relaciona com o modo de construção dessa memória. Essa perspectiva nos lembra o jogo que a memória faz entre o esquecer e o lembrar nas entrelinhas dos tempos. Essa ideia nos adverte como os livros, os museus, as fotografias, os vídeos, os corpos e as músicas tentam captar e armazenar memórias. Em uma aula da disciplina Ensino de História ocorreu a discussão sobre a importância da música e a História, pois esses dois campos de conhecimentos possibilitam novas dimensões e abordagens dentro da ministração de determinados conteúdos e temáticas. Como destaca Bittencourt (2011), a música e o ensino de História apresentam grandes fluxos de problemáticas sobre os conteúdos, as fontes e os materiais didáticos utilizados em sala de aula. Portanto, essas trajetórias-pedagógicas buscam novas perspectivas historiográficas em sintonia com as histórias no plural.

O historiador francês Jacques Le Goff, apresenta uma reflexão entre História e memória de muita importância, pois observa esse fluxo da linguagem falada e/ou escrita nas especificidades das sociedades. Assim, tecendo os múltiplos tipos de memórias, por exemplo, a fotográfica, a escrita, a oral, a criptografada (computador), livros, museus, coletiva e individual. Le Goff (2006), frisa que a História é ciência do passado, mas como a “ciência da mutação e da explicação dessa mudança” (LE GOFF, 2006, p. 14-15), o passado é construção e reinterpretação a partir da seleção de determinado historiador. Esta perspectiva trouxe à tona que a memória e História não são lineares, mas se caracterizam de rupturas, descontinuidades, saberes e poderes. Portanto, fazendo nos refletir sobre as fontes históricas em sala de aula no sentido de observarmos o saber/poder do documento, da fotografia, entre outras referências.

A memória individual é caracterizada como as vivências e as experiências de um sujeito dentro das suas dimensões sensitivas, mas ela também pode conter aspectos do grupo no qual esse sujeito pertenceu. A memória coletiva é forjada a partir da “imposição” de determinados traços identitários e nacionais, ou seja, cria uma certa identificação geral das pessoas que

⁴ Música disponível em: <https://youtu.be/FhIFWOdhjHl>. Acesso em: 29 de março de 2021.

pertencem a determinada, sociedade, como por exemplo, o patriotismo criado para um país. Nesse sentido, no trecho da música dos Tribalistas que diz: “Fora da memória tem uma fantasia para você recordar todo dia”, é fazendo, portanto, uma relação com essas memórias coletivas, que criam museus, monumentos, estátuas, projetos políticos, entre outras dimensões, que servem de manutenção de uma identidade, de uma historiografia, de uma nação, de um povo. Esses processos desenvolvem laços de coletividades entre Estados e população. Mas, ao mesmo tempo, exclui outros tipos de memórias: a história/memória das mulheres, dos povos africanos e afro-brasileiros, dos povos indígenas de tantos outros sociais que são lidos nessa lógica como minorias. Segundo Le Goff (2006), a memória é plural, pois as sociedades usam diversas formas de registrar, organizar, difundir e armazenar suas linguagens nos mundos em conexões.

No texto *O mal de arquivo* do filósofo Derrida (2001), compreendemos como os arquivos são criados e operacionalizados na seleção e escolha de memórias. Esses arquivos são guardados e armazenados na perspectiva da conservação e também do desejo de apagamento, ou seja, no mesmo momento que se pretende guardar determinados aspectos de uma sociedade, se almeja também ao apagamento de outras. É pertinente, portanto, pontuarmos que o pesquisador ou leitor desses arquivos deve estar atento para as lacunas, ocultamentos ou exaltação de alguns pontos. Deve-se estar atento ao pesquisar em arquivos que eles foram criados por alguém, com um objetivo, com um viés e o pesquisador ao analisa-lo deve questiona-lo enquanto fonte de pesquisa.

Como destaca Bloch (2001) é preciso colocarmos esses arquivos e documentos no pentefino da problemática e dos questionamentos a partir das perguntas: quem produziu? Por que produziu? Para quem? Onde? Qual o contexto histórico? Tais questionamentos põem em xeque e no centro do debate a questão dos arquivos como lembranças e apagamentos, e principalmente nos fazendo refletir sobre a produção de arquivos e documentos que visa uma História Nacionalista e Progressista, que tenta apagar as diferenças e outros modos de memórias.

O trabalho com as diversas fontes históricas em sala de aula são importantes para refletirmos sobre o tipo de produção e recorte que eram produzidas sobre esse passado, sobre como os sujeitos históricos se relacionavam com tais documentos e arquivos; nos permite ainda refletir sobre crenças, visões de mundo, aspectos geográficos, arqueológicos, filosóficos, entre outras inter-relações que podem surgir das problemáticas sobre o documento.

Nesse sentido, os arquivos:

Quer se trate de documentos conscientes ou inconscientes (traços deixados pelos homens sem a mínima intenção de legar um testemunho à posterioridade), as condições

de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas. [...] Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é 'falso', avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-los. (LE GOFF, 2006, p. 106-110).

Portanto, atividade de pesquisa-crítica nos documentos estimula a curiosidade e o potencial investigativos dos alunos, permitindo-lhes deferir o papel de voz ativa na seleção, na organização, na busca e no registro da desestruturação desses documentos em sala de aula. Assim, os diálogos professor e aluno permitem um desenvolvimento das capacidades de trabalho no fluxo do ensino/aprendizagem, que são necessárias para desmistificar essas fontes cânones. O docente pode motivar e orientar a pesquisa documental levando questões e problemáticas para que os alunos questionem o que está sendo estudado. Esse exercício contribui para o desenvolvimento de outras histórias e historiografias na ampliação e nos questionamentos dos documentos. A “XX Semana de História – Ensino de História e Pesquisa em História Perspectivas e possibilidades” forneceu discussões muito pertinentes sobre memória, fontes, interdisciplinaridades, ensino e pesquisa dentro da História. Nesse sentido, este evento privilegiou discussões metodológicas e teóricas que muito nos interessou, pois somos sujeitos em constante trânsitos de ensino e aprendizagem.

Nessa direção, a historiadora brasileira Maria Regina Celestino de Almeida apresenta o diálogo interdisciplinar para desmontar essas documentações, que colocam os povos indígenas, como selvagens, bárbaros, incivilizados, entre outros termos estereotipados.

A partir dessas novas abordagens interdisciplinares, alguns pontos pacíficos da história do Brasil têm sido desmontados e dado lugar a interpretações nas quais os índios surgem como agentes dos processos de mudanças por eles vividos. Fontes históricas, algumas já bastantes trabalhadas, quando lidas de outra forma revelam realidades distintas das tradicionalmente apresentadas. (ALMEIDA, 2010, p. 25).

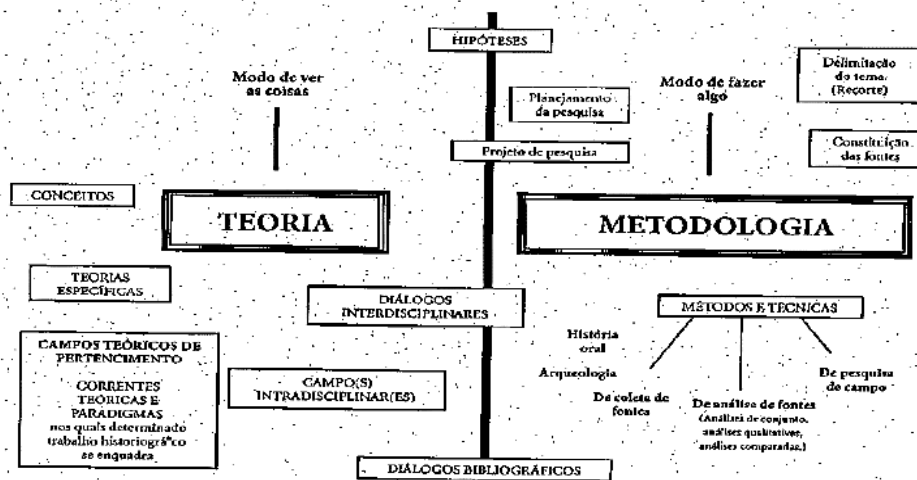
Essas abordagens interdisciplinares trazem momentos metodológicos e pedagógicos muito pertinentes, colocando diversas disciplinas em diálogos e assim ampliando as propostas de estudos e análises. Um exemplo dessa interdisciplinaridade é o diálogo entre a química e a arqueologia, pois trabalham juntas (a partir do Carbono-14), no qual trouxeram muitas contribuições e descobertas a respeito de civilizações e cidades antigas, objetos e histórias.

Deste modo, quando Almeida (2010) traz esse dismantelo dos documentos e a possibilidade de outras interpretações nas quais os povos originários surgem como voz ativa de suas vidas, cantos, histórias, educações, fator importante e imprescindível, pois traz à tona o debate da (re)existência desses povos desde os primórdios, muito antes da história escrita e linear, que lutaram e continuam a lutar dentro desses processos históricos e documentais eurocentrados.

As memórias dessas comunidades são tecidas no corpo, na floresta, no canto, nas artes, na educação, na escrita, na terra, entre outras perspectivas que vai muito além daquela instituída na sociedade dita moderna e progressista.

Nesse contexto, a historiografia sofreu alterações no campo teórico, metodológico e de pesquisa. O historiador Barros (2011) diz que teoria e metodologia – “são duas dimensões fundamentais para a formação do historiador(a) e para a sustentação de qualquer pesquisa histórica desse âmbito profissional e do campo disciplinar da historiografia” (BARROS, 2011 p.9). Portanto, esses campos: teóricos, metodológicos e historiográficos constituem-se a partir de novas fontes, críticas aos documentos, oralidades, novos ângulos históricos, novas dimensões, domínios, abordagens e temáticas que eram vistas como “marginalizadas”, mas que surgem para deslocar o tempo linear e progressista da História com H maiúsculos dos políticos e dos ditos “vencedores”⁵.

Figura 1 - sobre a diferença entre a teoria e a metodologia na operação historiográfica



Quadro 2. Sobre a diferença entre teoria e metodologia na operação historiográfica

Fonte: (BARROS, 2011, p. 69)

As diferenças entre teoria e metodologia se desenvolvem em vários aspectos, por exemplo, a teoria é o modo de ver, já a metodologia é modo de fazer. Assim, a teoria se constitui de conceitos, de teorias específicas, de campo(s) intradisciplinar(es), de campo teórico e paradigmas (correntes teóricas e paradigmas nos quais determinado trabalho historiográfico se enquadra, de diálogos interdisciplinares, de diálogos bibliográficos) e a metodologia se constrói a partir do planejamento da pesquisa, delimitação do tema (recorte), constituição das fontes,

⁵ Ler: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política.** Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

métodos e técnicas, História oral, Arqueologia, de coleta de fontes e análise das mesmas, de conjunto, qualitativas e comparadas e de pesquisa de campo.

Portanto, para Barros (2011) há essas diferenças supracitadas, mas a teoria e metodologia andam em par de irmandade, pois os dois campos se comunicam de forma interdisciplinares na ampliação do objeto de pesquisa ou das documentações utilizadas. Esses diálogos entre teoria e metodologia originam outras perspectivas historiográficas para as temáticas, os temas e os conteúdos em sala de aula, porque trazem à tona outros ângulos históricos na diversidade de línguas, linguagens, culturas, entre outras extensões.

Como destacam Almeida (2010) e Barros (2011), esses fluxos comunicativos alargam a noção de fonte histórica e colocam as documentações em constantes problemáticas e questionamentos sobre os materiais utilizados na pesquisa ou na composição de uma aula. Deste modo, professores e os alunos entram em sintonia na elaboração de conteúdos mais críticos que contribuem para a formação de cidadãos, no sentido do respeito e da solidariedade. Assim, a crítica a esses marcos históricos visto como “verdade absoluta” são importantes vias para repensarmos as estruturas e desconstruir as narrativas lineares de exclusão e de silenciamento das múltiplas vozes.

Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a história oral [...]; outros, à evidência das imagens [...]; outros, a estatística. Também se provou possível reler alguns tipos de registros oficiais de novas maneiras. (BURKE, 1992, p. 25).

A escrita da História dos séculos XX e XXI, vem trazendo novas perspectivas de transformações teóricas/metodológicas das temáticas relacionadas com as experiências comuns, que eram ignoradas pela pesquisa historiográfica tradicional e positivista do XIX. Essas novas metodologias da oralidade, interdisciplinares apresentam novos questionamentos para o passado e uma problemática mais relacionada com as críticas aos documentos ditos como “oficiais”.

Desse modo, quando Burke (1992) apresenta essa perspectiva de ampliação das fontes devemos reconhecer que essa perspectiva se faz importante e deve ser levada para a sala de aula no Ensino de História, possibilitando um processo de repensar o ensino/aprendizagem. Essa nova corrente historiográfica dos Annales (século XX), nesse momento, demonstrou a diversidade de fontes que tecem a base para o trabalho do historiador. É por meio dessas múltiplas fontes históricas que temos a possibilidade de alcançar novas perspectivas e

problemáticas. A necessidade de despertar e alertar o aluno para as intencionalidades dos documentos é importante para vermos quem construiu e para quem registrou aquela determinada fonte histórica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas leituras bibliográficas nos levaram a refletir sobre como a teoria e a metodologia são importantes no trabalho dos professores para realizarmos a ampliação dos documentos e das fontes históricas em sala de aula, pois novas abordagens trazem a noção de história no plural. Assim, o Ensino de História, também sofreu alterações nesse processo. Hoje, os professores de História trabalham com múltiplas fontes históricas e materiais didáticos, por exemplo, os filmes, as músicas, os documentos, as oralidades, as fotografias, os jogos, entre outras.

Portanto, a relação ensino/aprendizagem alicerçada nesse texto é no sentido de proporcionar um saber que esteja relacionado com a prática, que diga do mundo, mas que faça sentido no mundo, que possibilite o diálogo crítico e participativo de todos igualmente e assim dialogarmos com essas múltiplas realidades que vão além das paredes de uma sala de aula. A pesquisa desenvolvida neste trabalho foi efetivamente bibliográfica a partir de leituras e debates nas disciplinas Ensino de História e a “XX Semana de História – Ensino de História e Pesquisa em História Perspectivas e possibilidades”.

As múltiplas memórias são pertinentes para realizarmos um trabalho que destaque as possibilidades de atividades com as linguagens, oralidades, músicas, artes, filmes e a internet na integração das relações críticas e na problematização das historiografias tradicionais. Deste modo, novos temas, abordagens, dimensões, perspectivas historiográficas exigem outras fontes de pesquisa, como destaca Burke (1992).

A formação de professores de caráter diferenciado tem função fundamental que permitem o trabalho com essas novas linguagens, e o docente de História pode buscar oportunidades de aprender continuamente, utilizando-se dessas fontes históricas no processo de ensino/aprendizagem. Esse processo formativo dos professores se dá de forma colaborativa com os colegas de profissão e também com os estudantes, que são seus companheiros nessas aventuras das linguagens, das múltiplas memórias e também na melhoria da qualidade dos fluxos das aprendizagens.

Assim, refletirmos e dialogarmos a partir dos textos supracitados sobre as novas e outras abordagens, que vão de encontro com as novas formas que o mundo vem tomando e como os

(nós) enquanto professores de história devemos estar caminhando lado a lado tentando contribuir com uma formação mais igualitária, crítica, democrática e de qualidade. Tal reflexão é um dos pontos abordados por Bittencourt (2011) nos questionamentos e debates que ela nos traz em torno dessas novas abordagens no ensino de História.

A interdisciplinaridade é uma abordagem teórica-metodológica que apresenta o trabalho de interação de várias áreas do conhecimento. Essa ação traz a perspectiva do conhecimento em diálogos com outras áreas, mas sem perder de vista as especificidades das ciências e estar em interação fornece outras leituras e problemáticas sobre determinado conteúdo.

Ainda pensando a possibilidade de diálogos outros, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabi⁶ da Universidade Federal do Acre têm desenvolvidos trabalhos que vão na direção da discussão aqui apresentada, trabalha na formação das áreas educacionais, étnico-raciais, filosóficas, sociológicas, históricas e também nas múltiplas linguagens. O NEABI-UFAC desempenha um papel fundamental na formação de professores de várias áreas educacionais abrangendo diversos temas e temáticas tão importantes para o Ensino de História bem como os demais espaços do conhecimento.

É preciso a criação de movimentos de problematização sobre as fontes históricas que coloquem em xeque a História linear, positivista e europeia, que possibilitem aos alunos, professores e as comunidades ouvirem outras vozes e visões de mundo para além das óticas etnocêntricas. A prática de formação apresentada durante “XX Semana de História – Ensino de História e Pesquisa em História Perspectivas e possibilidades”, utilizou instrumentos que dialogam com essa perspectiva crítica sobre as fontes históricas utilizadas em sala de aula, tão importantes para esse processo de formação de professores e alunos.

Assim, vê-se que a questão entre memórias e fonte históricas é um fluxo teórico-metodológico interdisciplinar, que se mantém na atualidade. Desse modo, o Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre, cuja a função é formar professores e historiadores no país, vem fazendo por meios de disciplinas, eventos, programas de formações e outras ações a possibilidade de problematizarmos nossas ações pedagógicas e metodológicas no ensino de História.

⁶ Aprovado no Conselho Universitário no dia 22 de novembro de 2018, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre, o NEABI/UFAC é uma organização acadêmica vinculada aos movimentos negros e indígenas. Ele integra o Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros que, juntamente com outros 40 Neabi's integrantes espalhados por todo o país, luta pelas causas da população negra desde 2004 e no combate a superação de todas as formas de racismo e discriminação racial. Disponível em: <<http://www.ufac.br/neabi/neabi>>. Acesso em 30 de março de 2021.

Nas últimas décadas, a didática e prática de ensino de História sofreu alterações pertinentes, por exemplo, a incorporação de diferentes linguagens em sala de aula, a pesquisa e a produção de ação de saberes/fazeres a partir da história problema e do cotidiano, o estudo das histórias locais e sociais, revisitação a história da disciplina nas últimas décadas do século XX e abordagens de outras historiografias mais em consonâncias com os povos nativos, africanos, mulheres, ribeirinhos, agricultores, entre diversas dimensões culturais e identitárias que eram deixadas a margem da história, mas que veem à tona para deslocar a história dos ditos “vencedores”.

É neste sentido que devem ser conduzidas e valorizadas políticas de formação mais em par com as especificidades universitárias na busca de conhecer e explicitar a trajetória das historiografias enquanto modos de estudo e descrição da História, que influenciam na disciplina. Portanto, não criando uniformizações, mas observando os fluxos dos ensinos e das aprendizagens das fontes históricas. Nessas movimentações, se reconhecem e partilham, também, as experiências e as vivências pedagógicas e metodológicas de múltiplos professores(as). Além disso, essas jogadas possibilitam os diálogos, as problemáticas, as observações sobre os conteúdos e temáticas em sala de aula a partir de outras possibilidades plurais, democráticas e críticas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. p. 168.

BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História (Volume I – Princípios e Conceitos Fundamentais)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortes, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **A Canoa do Tempo**: Tradição Oral e Memória Indígena. In: ALBUQUEQUE, G. R.; ANTONACCI, M. A. Desde as Amazônias. Colóquios (volume 2). Rio Branco: Nepan Editora, 2014, pp. 13-59.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projeto de Pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLISSANT, E. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução de Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora (MG): Editora da UFJF, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de linguística** – 2 ed. 5a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017.

PETER. M. **Linguagem, Língua, Linguística**. In: FIORIN, J.L. Introdução à Linguística: objetos teóricos. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 11 – 24.

Sociedade dos Poetas Mortos. Produção de Peter Weir. EUA: abril Vídeo, 1989. Filme (128 minutos)

TRIBALISTAS. **Fora da Memória**. Rio de Janeiro. PHONOMOTOR RECORDS UNIVERSAL MUSIC, 2017.

Data de submissão: 06/04/2021

Data de aprovação: 19/05/2021

Darlen Priscila Santana Rodrigues¹

RESUMO

A proposta deste estudo consiste em apresentar a Casa da Memória, antigo Casarão da rua 20, como um lugar de memória e que desenvolve práticas museológicas de comunicação por meio das exposições. Foi investigada por meio das memórias institucionais do Centro de Informação, Documentação e Arquivo – CIDARQ, importantes informações, visando uma apreensão sobre a identidade, memória da casa e os valores atribuídos. O estudo foi realizado mediante leituras em livros e artigos científicos, sites especializados sobre o tema, bem como da observação *in loco*. Como resultado, observou-se a importância e contribuição da Universidade Federal de Goiás e a Justiça Federal de Goiás como benfeitores na ação de preservação e difusão da memória.

PALAVRAS-CHAVE: Casa da Memória; Exposição; Memória.

RESUMEN

La propuesta de este estudio es presentar la Casa da Memória calle 20, como un lugar de memoria y que desarrolla prácticas museológicas de comunicación a través de exposiciones. Se investigó con las memorias institucionales con el Centro de Información, Documentación y Archivos - CIDARQ, información importante, buscando una aprehensión sobre la identidad, la memoria de la casa y los valores asignados. El estudio se realizó a través de lecturas en libros y artículos científicos, sitios especializados en el tema, así como la observación *in situ*. Como resultado, se observó la importancia y la contribución de la Universidad Federal de Goiás y de la Justicia Federal de Goiás como benefactores en la acción de preservación y difusión de la memoria.

PALABRAS CLAVE: Casa de la Memoria; Exposición; La memoria.

¹ Graduada em Museologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e graduanda em Artes Visuais pela mesma instituição. E-mail: museologist.darlen@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história.

Pierre Nora

Na citação que inicia essa apresentação encontramos elemento que nos conduz ao entendimento dos lugares de memória como um dos elementos fundamentais para que possamos nos identificar e estabelecer relação de pertencimento, a partir dos elementos que compõem nossa herança cultural. Na sua visão analítica, Pierre Nora considera que há uma subjetivação nos lugares de memória, uma transformação do abstrato no concreto, acionado pela história e assim o presente aborda a curiosidades pelos lugares.

Dessa forma, os mecanismos e as estratégias para acionar os lugares de memória são múltiplos e infinitos, visto que, com o crescimento da complexidade social, se fragmentou o vínculo entre o passado e o presente, e o que antes circulava por meio da palavra e do gesto, passou a estabelecer-se na esfera da materialidade, onde ao objeto foi atribuído à função de remeter o ser humano ao passado.

Segundo Hawbwachs (1990) outro importante teórico sobre a memória, aponta que "A memória existe socialmente construída. Enquanto memória coletiva, é contínua e retém do passado o que está contido no grupo e portanto ela é múltipla".

A memória representa a conquista progressiva pelo homem do seu passado. As distinções entre o passado e o futuro são essenciais na concepção do tempo social e é fundamental na operação da história que constitui para o grupo social a conquista do seu passado. Segundo Marly Rodrigues (2000), foi a consideração da materialidade dos objetos, e seu poder de testemunhar o passado que estruturou a noção de patrimônio como conjunto de bens que compõem a herança social.

Mas, ao falarmos de herança cultural, estamos também falando de valores. Para se falar dos valores são exigidos conhecimentos de uma rede de interações, por intermédio das quais estes são produzidos, armazenados, consumidos, reciclados e descartados. É necessário compreendermos, também, historicamente, as formas como estes se socializam e suas diferentes formas de apropriações. A cultura viva provoca inovações criadoras oferecidas como novidades a cada nova impressão, que gera situações como fator de construção social e cultural. Está intimamente vinculada ao patrimônio cultural tombado ou não, que ela transforma antes de transmitir o resultado para novas gerações, as quais podem ser conscientes ou inconscientes.

(RODRIGUES; ALVES; MOREIRA, 2014, p. 48).

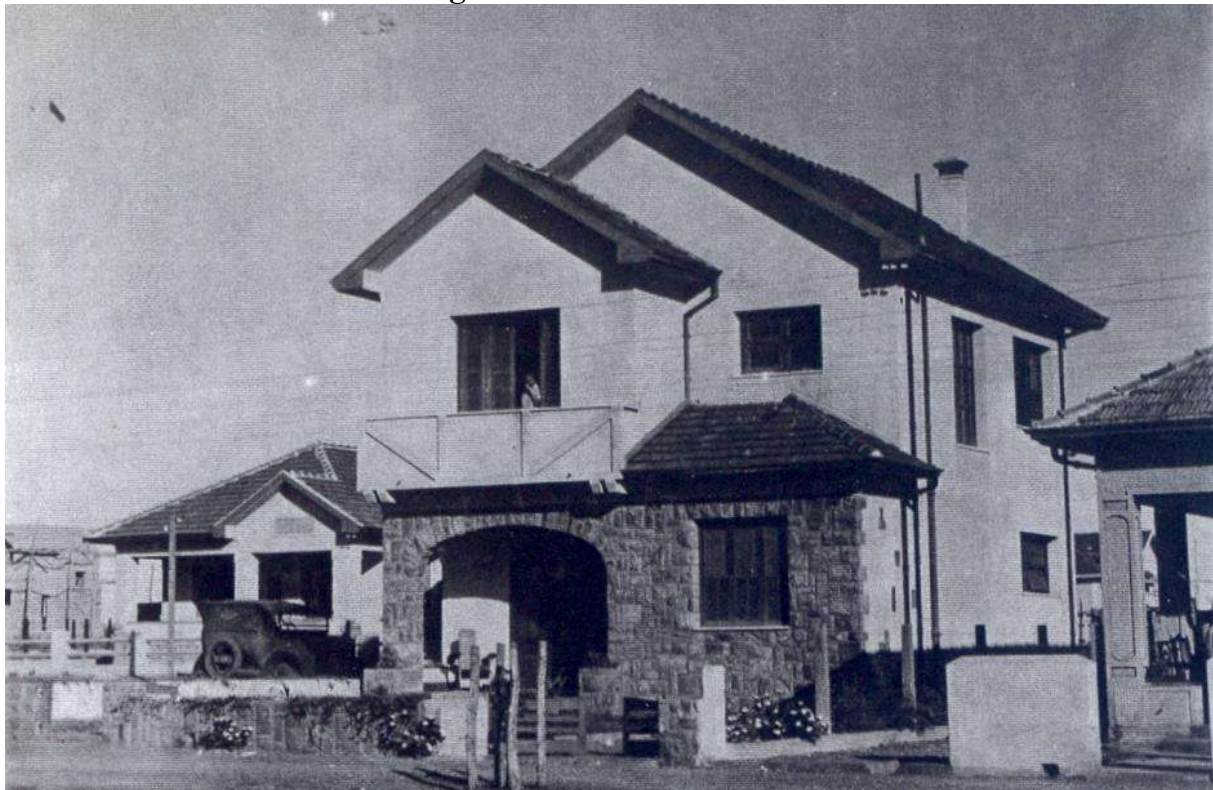
2 A CASA DA RUA 20

“A Casa da Memória é um espaço aberto ao público, que contém exposições iniciadas pela Universidade Federal de Goiás, além de móveis, fotos e documentos cedidos pela Justiça Federal”. (CASA DA MEMÓRIA, 2012). Está situada na Rua 20, nº 19 - Setor Central, onde fica a Seção Judiciária da Justiça Federal em Goiás, entre a Catedral Metropolitana de Goiânia e a casa onde morou Colemar Natal e Silva, fundador da Universidade Federal de Goiás, hoje acolhe a Academia Goiana de Letras.

“A história da Casa da Memória começou na década de 1930 como um Palácio Provisório do Governo do Estado de Goiás”. (CASA DA MEMÓRIA, s/d). A crise de 1929 afetou indiretamente a construção da nova capital. Pedro Ludovico Teixeira Interventor da época decidiu escolher uma nova empresa para construção. Assim, duas empresas, Pena Chaves e Coimbra Bueno, foram responsáveis pela sua continuidade. Como resultado, a construção de 10 edifícios foi concluída na Rua 20, e o “Palácio Provisório” do Governo na época (figura 1) onde acolhe atualmente a Casa da Memória foi concluído mais rapidamente. Este “Palácio Provisório” foi palco de importantes decisões que determinaram os rumos da nova capital durante a implantação do Palácio das Esmeraldas².

² O Palácio das Esmeraldas atualmente é a casa do Governador do Estado de Goiás. Esmeraldas atualmente é a casa do Governador do Estado de Goiás.

Figura 1: Casarão da Rua 20



Fonte: Cidarq/UFG

Em seguida à mudança da antiga capital para a nova capital, a Faculdade de Direito Goiás passou a usar o Casarão da Rua 20, (atual Casa da Memória). Para RODRIGUES; ALVES; MOREIRA (2014, p. 38) pretendia ser uma “cidade sintonizada com o moderno, inovadora, diferente e bela, mas que colocasse a nova capital em evidência. Seria vista como uma cidade altamente desenvolvida e ligada nos acontecimentos e transformações do mundo veloz e cosmopolita”. Essa modernidade vinha acompanhada de Liceu, escola técnica e da Universidade. Foi aí que começou a história da Universidade Federal de Goiás, quando Colemar Natal e Silva, chefe do Departamento de Direito, tornou-se o primeiro reitor da Universidade.

De 1969 a 1972, o Conservatório de Música da UFG iniciou suas atividades no mesmo local e cedeu espaço para o poder judiciário em junho de 1973. Neste ano, a Justiça Federal assumiu o prédio da Rua 20 adquirido pela UFG. Primeira sede da Seção Judiciária de Goiás, Fórum Guimarães Natal.

Após a conclusão da construção do edifício da Rua 19, este foi classificado como monumento histórico de acordo com o Despacho nº 1086 do Governador Ary Ribeiro Valadão de 18 de outubro de 1982, tendo sido reformado e restaurado em 10 de novembro daquele ano e entregue à população com as características originais.

A Casa da Memória é um importante instrumento de valorização da história e cultura de Goiás, possibilitando à população a oportunidade de visitá-la e reviver sua história. Atualmente, é disponibilizada ao povo a exposição "E o Desastre Radioativo de Goiânia se Revela: Narrativas e Memórias Jornalísticas" que foi organizada pelo Centro de Informação, Documentação e Arquivo – CIDARQ da UFG. A exibição, feita por meio de fotos e documentos. “A Casa da Memória conta também com a exposição dos primeiros móveis e atos processuais da Justiça Federal, além de fotos da Casa, desde sua fundação na década de 1930 até seu tombamento na de 1980”. (CASA DA MEMÓRIA, 2012).

A Casa da Memória é uma importante ferramenta de valorização da história e da cultura goiana, dando a oportunidade de conhecer e reviver a história goiana. Atualmente, é disponibilizada ao povo a exposição “E o Desastre Radioativo de Goiânia se Revela: Narrativas e Memórias Jornalísticas” que foi organizada pelo Centro de Informação, Documentação e Arquivo – CIDARQ – da UFG. A exposição é realizada por meio de fotos e documentos. Desde a sua constituição na década de 1930 até ao seu tombamento na década de 1980, a Casa da Memória também exhibe a primeira coleção de fotos de móveis e atos processuais da Justiça Federal.

Para Moema Olival (2007):

por dimensionar a importância histórica daquele antigo prédio onde foram estabelecidas todas as estratégias de ações para a criação da UFG o atual reitorado desta instituição está desenvolvendo destemidas gestões junto aos órgãos competentes, visando a resgatar o referido prédio, a fim de nele instalar o Centro de Memória da Universidade Federal de Goiás. (OLIVAL, 2007, p. 36-37).

Casa da Memória é um local denominado de lugares de memória. As fontes utilizadas neste trabalho encontram-se nela mesma. Ou seja, ao visitá-la, a própria Casa se encarrega de contar a sua história, daí a importância de preservá-la e divulgá-la, proporcionando assim, o espírito de cidadania e patrimônio.

Em 2012 o departamento da memória institucional do CIDARQ iniciou um projeto para uma nova exposição, chamada “A Casa, A Rua e A Cidade”, com objetivo de reviver a memória e importância da CASA da RUA para a construção da CIDADE de Goiânia. A Exposição buscou trilhar os caminhos dos habitantes, trabalhadores e frequentadores, registrados na literatura, biografias e bibliografia sobre a construção de Goiânia.

A concepção da exposição contou com a participação dos estagiários do curso de Museologia da Universidade Federal de Goiás Darlen Rodrigues e do curso de história Felipe Andraos e Eduardo, aluno do curso de economia.

2.1 EXPOSIÇÕES SOBRE MEMÓRIAS

A Casa da Memória da Justiça Federal, instalada no prédio onde funcionou a Faculdade de Direito da UFG, encontra-se cedida à Universidade Federal de Goiás, desde agosto de 2007.

Neste espaço o CIDARQ tem implementado ações que visam a recuperação da memória institucional e goiana.

Cinco exposições foram montadas neste período:

- A primeira intitulada “*Colemar Natal e Silva - a saga de um fundador*” (alusiva ao centenário de nascimento), que funcionou no período de agosto de 2007 a agosto de 2009. (2007 - 2008)
- A segunda intitulada “*Bandeirantes: documentos e história de um Monumento*”, resultado de um tratamento arquivístico do acervo do monumento aos bandeirantes, integrado ao CIDARQ em fevereiro de 2009. Essa exposição foi aberta ao público em outubro de 2009. (2009 - 2010)
- A terceira intitulada “*UFG 50 Anos de História*” uma pequena mostra dos múltiplos caminhos percorridos pela Universidade Federal de Goiás, em sua trajetória de produção e divulgação do conhecimento na Região Centro-Oeste. (2011 - 2012)
- A quarta intitulada: “*A casa, a rua e a cidade*” (figura 3) um pequeno recorte nesse universo infinito, é um caminho para reavivar as lembranças e as memórias, é uma forma de revisitar a história e uma fonte em que a sociedade local possa conhecer a significativa contribuição desses lugares e de seus atores, célebres ou anônimos, para a memória e a história dessa jovem capital, Goiânia. (2013 - 2017)
- A quinta intitulada: “*E o Desastre Radioativo de Goiânia se Revela: Narrativas e Memórias Jornalísticas*” (figura 2) reúne mostra de reportagens dos jornais e das emissoras de televisão instauraram os veículos de comunicação como atores sociais fundamentais da “revelação do desastre”. (2017 - atual).

Figura 2: Convite para a exposição E o Desastre Radioativo de Goiânia se Revela: Narrativas e Memórias Jornalísticas, 2017.

CONVITE

O Reitor da Universidade Federal de Goiás, Professor Orlando Afonso Valle do Amaral, e a Diretora do Centro de Informação, Documentação e Arquivo, Heloisa Esser dos Reis, convidam para a abertura da Exposição, "... E o Desastre Radioativo de Goiânia se Revela: Narrativas e Memórias Jornalísticas".

Dia 13 de Novembro 2017, na Casa da Memória da Justiça Federal, às 17hs.

PROGRAMAÇÃO:

- Mesa Redonda: A atuação da imprensa na cobertura do desastre com o Césio-137
- Abertura da Exposição.

ENDEREÇO: Casa da Memória da Justiça Federal (Casarão da rua 20) Rua 20 Nº 19 Setor Central

APOIO:

REALIZAÇÃO:

PATROCÍNIO:



The image shows a yellow invitation card with a silhouette of a city skyline in the background. The text on the card provides details about the exhibition, including the date (November 13, 2017), time (5 PM), location (Casa da Memória da Justiça Federal), and the program (a round table discussion and the opening ceremony). It also lists the organizing institutions (OFFICE, Espaço dos Sabores, CRCNCO, Cnen) and sponsors (CIDARQ, UFU, Prefeitura de Goiânia).

Fonte: Cidarq/UFU

As exposições na Casa da Memória procuram proporcionar momentos culturais e de ressignificações, cada exposição propõe aos visitantes reviver a memória de lugares e momentos nunca vividos, é isso que torna a Casa da Memória importância a cidade de Goiânia, para a história e a memória das instituições que ali se estabeleceram. Para Nora (1981), “Há locais de memória porque não há mais meios de memória”.

A Casa da Memória é este lugar que possui elementos essenciais para a história, a memória social local, onde as exposições buscam trilhar os caminhos dos habitantes, trabalhadores e frequentadores, registrados na literatura, biografias, bibliografia, fatos e acontecimentos sociais.

As exposições tem sido um instrumento para a produção e disseminação de conhecimento, um lugar para a problematização, para reflexão, onde o presente, o passado e o futuro se articulam, recriando o real filtrado pelos olhares de seus produtores e pesquisadores, concatenados com os diversos saberes de uma equipe inter e multidisciplinar, bem como recursos materiais e tecnológicos diversos.

Figura 3: Convite para abertura da exposição À casa, a rua e a cidade, 2013



Fonte: Cidarq/UFG

Os elementos de uma exposição podem ser conjugados de diferentes modos para promover a interação e o diálogo com os diferentes universos socioculturais de seu público. A exposição deve ser o lugar dos distintos tipos de discursos expositivos, que, como enfatiza Santos, “são traduções de discursos, por meios de imagens referenciais, espaciais, interações, que se dão não somente pelo que se expõe, mas inclusive, pelo que se quer ocultar.” (SANTOS, 1999, p. 52).

A exposição é um ato de gestão e de requalificação dos elementos patrimoniais, que se processa mediante um conjunto de ações para aproximar e dialogar com os diversos segmentos

de seu público e desempenhar seu papel nas construções do passado, da memória e do conhecimento. A Exposição tem por finalidade aproximar os objetos/fatos/imagens interpretados dos olhares interpretantes, como bem ressalta Bruno. Essa aproximação, no entanto, exige que os objetos/fatos/imagens tenham significados ou sejam ressignificados, para que possam ser assimilados e apropriados, pois somente assim poderão ser indicadores de memória e reconhecidos como patrimônio cultural pelo grupo a que pertencem. (BRUNO, 2004, p. 4).

A relevância das exposições está na valorização da memória da comunidade goianiense, considerando a importância da Casa da Memória, enquanto local de acontecimentos que compõem a história de diversas instituições, enquanto lugares de memórias individuais e coletivas da sociedade local. A Casa, a Rua 20, foram palco de diferentes ações e lugar de decisões políticas e administrativas que definiram os rumos da cidade e das instituições ali instaladas e que também influenciaram os rumos da nova capital, Goiânia.

Assim, a realização dessa exposição, se justifica por possibilitar que o público goianiense, e em particular, o público estudantil, tenha acesso aos fatos que ali foram consolidados. A história da casa, da rua e das instituições, como a da Universidade Federal de Goiás - UFG e sua Faculdade de Direito, Conservatório de Música, da Justiça Federal, permitirá também, percorrer alguns episódios que transformaram a história cidade de Goiânia e a história de vida dos personagens que ali idealizaram e concretizaram sonhos.

A exposição para além de apresentar os fatos, os desafios e as conquistas realizadas nesses lugares, espera contribuir como ponto de reflexão sobre importância da preservação e a disponibilização dos lugares de memória, para que a sociedade possa reavivar suas lembranças, memórias e contar a sua história.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Goiânia foi construída em 1933, em seu traçado original foram feitas algumas ruas e três principais avenidas, entretanto a primeira rua da cidade foi palco de importantes acontecimentos. Na rua 20 foram construídos os primeiros casarões sendo estes nos estilos Art déco, neoclássico e normando modelos arquitetônicos planejados para a capital. Muitos destes casarões pertenciam ao núcleo pioneiro de Goiânia. Entretanto um dos casarões tornou - se importante e significativo, por abrigar temporariamente o Interventor Pedro Ludovico Teixeira e sua família na época que ocorreu a transferência da capital do Estado para Goiânia, sendo assim tornou - se

palco de importantes decisões que definiram o rumo da nova capital enquanto era construído o Palácio das Esmeraldas.

O tombamento em 1982 levou o casarão ao Monumento Histórico através do Despacho nº 1086, de 18 de outubro de 1982, e entregue à população em 10 de novembro do mesmo ano. Por um lado, o tombamento salvaguarda a memória e contribui para a preservação do Casarão, que motiva em consolidar a identidade da cidade e do povo, em construir uma história para uma jovem capital.

Desde agosto de 2007 a Casa da Memória da Justiça Federal encontra-se cedida à Universidade Federal de Goiás. Neste espaço o Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) tem implementado ações que visam a recuperação da memória institucional. A Casa da Memória é um espaço aberto ao público que abriga exposições, com objetivo de reviver a memória e importância da Casa da Rua 20 para a construção da cidade de Goiânia. As Exposições buscam trilhar os caminhos culturais dos habitantes, trabalhadores e frequentadores, registrados na literatura, biografias e bibliografia da sociedade Goiana.

Sendo um importante instrumento de valorização da história e cultura de Goiás, possibilita à população a oportunidade de visitá-la e reviver sua história. Neste cenário (a casa da rua 20), o visitante desperta para a importância de preservar o patrimônio cultural, contextualizando a UFG, a cidade de Goiânia que é com partisse de uma história da outra.

Desde a abertura da primeira exposição, vem recebendo centenas de visitantes, entre grupos de estudantes universitários, escolares e pesquisadores interessados no patrimônio cultural local.

Finalmente, vale ressaltar que a Casa da Memória é um local denominado de lugares de memória. Assim, a realização dessa exposição, se justifica por possibilitar que o público goianiense, e em particular, o público estudantil, tenha acesso aos fatos que ali foram consolidados. A história da casa, da rua e das instituições, como a da Universidade Federal de Goiás- UFG e sua Faculdade de Direito, Conservatório de Música, da Justiça Federal, permitirá também, percorrer alguns episódios que transformaram a história cidade de Goiânia e a história de vida dos personagens que ali idealizaram e concretizaram sonhos.

REFERÊNCIAS

BRUNO, Maria Cristina. Principais Campos da Ação Museológica (Texto apresentado no Seminário Museus e Exposições no Século XXI: Vetores e Desafios Contemporâneos). São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, **Revista dos Tribunais**, 1990, p. 53-89.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós - Graduados em História e do Departamento de História da PUC -SP**. São Paulo, 1981.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *Centenário de Colemar Natal e Silva*. Goiânia: Kelps, 2007.

RODRIGUES, Darlen Priscila Santana; ALVES, Marcos Francisco; MOREIRA, Rosineide Silveira. Patrimonialização do estilo Art Déco de Goiânia: Salvaguarda da memória, desuso imobiliário, poluição visual e teatralização do poder. **Anais: II Seminário Internacional de Museologia – SEMIM/ FCS/ UFG Museus, Memória e Ativismo – De 27 a 30 de Maio de 2014**. Goiânia. 2014. Disponível em: https://semimufg.webnode.com/files/200000020-ac2a1ad25e/Anais%20seminario%20internacional_FINAL.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987**. 2000.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Documentação Museológica, Educação e Cidadania. In: **Caderno de Museologia nº 3**. ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Portugal – 1994.

Sites Consultados

CASA DA MEMÓRIA. Disponível em: <https://cidarq.ufg.br/n/32520-casa-da-memoria>. Acesso em: 02 jan. 2019.

Data de submissão: 15/03/2021

Data de aprovação: 11/05/2021

O DISCURSO COLONIZADOR CAMUFLADO DE CIÊNCIA NA AMAZÔNIA DO SÉCULO 19

THE CAMOUFLAGE COLONIZING DISCOURSE OF SCIENCE IN THE AMAZON OF THE 19TH CENTURY

Déborah Tays Silva dos Santos¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir a(s) maneira (s) em que o discurso científico que estava em destaque na Europa chega a Amazônia dos Oitocentos e passa a fazer parte de um conjunto de mecanismos de colonização. Diante de um cenário em que buscavam desvendar os mistérios sobre a origem das espécies e, no Brasil, definir a identidade nacional partimos do problema de que esse discurso tece teorias baseadas em ideias imperialistas e racistas que influenciaram e influenciam na construção de um espaço representado pelo atraso e composto por indivíduos selvagens. A Amazônia ocupará chamará a atenção das civilizações do velho mundo, posto que aqueles que detivessem o controle dessa imensa região rica em recursos naturais e uma possível mão de obra significava estar no topo do sistema imperialista. Para entender como esse discurso científico ganha destaque e passa a legitimar ações colonizadoras analisamos as obras de alguns intelectuais como Lilian Schwarcz (1993), Hideraldo Costa (2013), Neide Gondim (2019) e Márcio Souza (2019). Bem como revisitamos as produções de um dos viajantes que esteve na Amazônia neste período e produziu um vasto material sobre a região, Henry Walter Bates (1848-1859). Ao longo deste estudo nota-se como esses discursos construídos sobre as primícias da ciência irão se tornar a base das justificativas para ações de dominação e colonização do espaço e do ser amazônico.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Ciência; Colonização; Discurso.

ABSTRACT

This article aims to discuss the manner (s) in which the scientific discourse that was highlighted in Europe reaches the Amazon of the nineteenth century and becomes part of a set of colonization mechanisms. Faced with a scenario in which they sought to unravel the mysteries about the origin of species and, in Brazil, to define national identity, we start from the problem that this discourse weaves theories based on imperialist and racist ideas that influenced and influence the construction of a space represented by late and composed of wild individuals. The Amazon will occupy will draw the attention of old world civilizations, since those who held control of this immense region rich in natural resources and a possible workforce meant being at the top of the imperialist system. To understand how this scientific discourse gains prominence

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História PPGH – UFAM. Participou na condição de bolsista de Iniciação a Docência do Subprojeto PIBID-História do Programa de Iniciação a Docência - PIBID, na UFAC, Campus Rio Branco, no período de Abril de 2017 a Fevereiro de 2018. Atuou como residente do Programa Institucional de Residência Pedagógica/UFAC de Licenciatura em História, no período de Agosto de 2018 a Janeiro de 2020. E-mail: deborah00@gmail.com.

and legitimizes colonizing actions, we analyze the works of some intellectuals such as Lilian Schwarcz (1993), Hideraldo Costa (2013), Neide Gondim (2019) and Márcio Souza (2019). As well as revisiting the productions of one of the travelers who was in the Amazon during this period and produced a vast material about the region, Henry Walter Bates (1848-1859). Throughout this study, it is noted how these discourses built on the first fruits of science will become the basis for justifications for actions of domination and colonization of space and the Amazonian being.

KEYWORDS: Amazon; Science; Colonization; Discourse.

1. INTRODUÇÃO

Por séculos a Amazônia foi objeto de curiosidades e inquietações de várias potenciais do Velho Mundo, entre elas a Inglaterra, França, Espanha e Portugal. “*A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante*”². Com sua imensidão territorial e rica em recursos naturais atraiu aventureiros, religiosos e cientistas que buscavam respostas escondidas nas partes mais remotas do mundo que conheciam.

É possível observar que a Amazônia sempre foi pauta na historiografia brasileira, desde as primeiras expedições expansionistas, religiosas e, por fim, as científicas. Nesse sentido, encontramos um amplo campo de pesquisa sobre a região e seus habitantes.

Contudo, neste trabalho voltamos nossa atenção para as discussões propostas por autores brasileiros como Lilian Schwarcz que discute em uma de suas obras as instituições científicas que vão se constituindo pelo Brasil entre 1970-1930 incluindo as na região Amazônica. Somada a esse debate dialogamos com Neide Gondim no que se refere a ideia de “Invenção da Amazônia”, de que esse espaço que foi apresentado durante séculos não foi descoberto ou construído, mas inventado cuidadosamente para atender objetivos políticos e econômicos. Podemos nos aprofundar neste debate com o auxílio de Márcio Souza que destrincha a história da Amazônia desde o período Pré-Colombiano ao século 21, e neste podemos observar que a região cumpria/cumprir apenas um papel, o de fonte de recursos exploráveis e que por muitas vezes foi-se negado políticas específicas que visassem de fato leva-la ao progresso, ao contrário está vive em constante situação de abandono, e seus discursos de dominação permanecem mudando apenas os seus autores.

No século 19 vemos que esta invenção parte dos interesses das grande potenciais representadas por seus cientistas, Hideraldo Costa discute alguns desses viajantes que passam pela Amazônia nesse período e de que forma eles tecem suas narrativas e as divulgam pela Europa e

² Cunha, Euclides da. À margem da história. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 25.

EUA, dentre eles Henry Walter Batters que possui uma visão completamente racista e preconceituosa e a expressa em seus textos.

São essas diferentes perspectivas que constituem o conjunto de textos, em sua maioria científicos, que são responsáveis pela invenção da Amazônia que fora apresentada ao mundo Ocidental. Uma região que passava a abrir espaço para razão e não mais para o fantasioso e por esse aspecto que os homens da ciência cumpriram papel fundamental na construção e propagação do imaginário da Amazônia e do ser amazônico, na medida em que seus discursos apesar de representarem apenas uma experiência do vivido são recebidos pelo público como conhecimento supremo, ou seja, como uma verdade absoluta.

Para exemplificar o que discutimos, recorreremos a Neide Gondim (2019, p.13) em sua obra “*A invenção da Amazônia*” que nos aponta:

Contrariamente ao que se possa supor **a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída.** Na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes. [Negrito nosso];

Ao aprofundarmos o estudo sobre essa temática percebemos que esses discursos é construído sobre a ótica das potencias imperialistas dos Oitocentos e assim passam a elaborar argumentos que justifiquem a exploração e dominação da região e de seus habitantes, em virtude de seus interesses expansionistas e mercantilistas.

2. A CIÊNCIA NO SÉCULO 19

O século 19 é conhecido como o século do conhecimento. Acreditava-se que era o tempo do progresso e nesse sentido, a ciência era o caminho para alcançá-lo. Motivados pela possibilidade de alcançar o sucesso as expedições partem na procura de novas descobertas que estariam, supostamente, escondidas em lugares “isolados” como a Amazônia.

Hideraldo Costa (2013, pp. 38 3 39) ao analisar o espírito científico que predominava na sociedade do século 19 da Europa diz que:

Os naturalistas estavam, em princípio, mais preocupados em atender às exigências e propósitos profissionais, com os quais estavam diretamente comprometidos, porque lhes ‘caberia classificar, ordenar, organizar em mapas e coleções o que se encontra pelo caminho’ [...] **estavam mais interessados em atender às exigências motivadoras de sua vinda à região do que preocupados em descrever os hábitos, costumes, religiosidades, cultura, relações de trabalho etc. de seus habitantes.** [Negrito nosso];

Isso significa que essa “moda científica” iria resultar em uma variada formação de profissionais que se lançam ao mundo desejando construir fama, pois para participar dos grandes debates que ocorriam nos espaços intelectuais precisariam atender as expectativas de suas respectivas nações que os financiavam. Em nenhum momento a preocupação se voltava a conhecer e compreender as diferenças culturais que encontrariam pelo percurso. Vemos assim sair da Europa diversos profissionais, denominados como homens da ciência, entre eles haviam zoólogos, botânicos, entomólogos, ictiólogos, médicos, geólogos, entomólogos entre outros, membros das ciências naturais.

Tais estudiosos lançam-se pelo mundo carregados de ideias e concepções de mundo bem estabelecidas e sob essas primícias veremos uma ciência que é produzida a partir desses conceitos visando atender as necessidades de determinados grupos em poder, para que estes mantenham sua posição no topo de uma hierarquia social, econômica e política.

Esse discurso científico ao caracterizar o espaço amazônico como atrasado abre prerrogativas para que as nações consideradas modernas aproprie-se dele e possibilite que este seja conduzido ao progresso, sendo essa uma missão/um fardo a ser carregado pelo velho mundo que reconhece as riquezas presentes na área e que se estas não forem moldadas estarão fadadas ao desperdício, ao fracasso.

No que se refere aos habitantes amazônicos, identifica-los como sujeitos selvagens e bárbaros justifica o controle por parte dos homens modernos, na medida em que eles são classificados como indivíduos incapazes de conduzir a região ao progresso que ela necessita e isso se dá por serem, de acordo com os cientistas naturalistas, homens desprovidos de moral e preguiçosos e que em virtude da abundância em que vivem não seguem os padrões de moral e de tempo da sociedade industrial. Ao coloca-los neste papel os europeus e norte-americanos apresentam-se como a salvação para esses habitantes que necessitam de tutela e dos cuidados que somente estes estavam capazes de possibilitar.

Hideraldo Costa (2013, p.43) nos explica essa condenação do ser amazônico, que contribui para a construção de um imaginário que representa a degeneração e o atraso:

Ao pensar o elemento humano dessa maneira, nos leva a concluir que julgavam a natureza amazônica uma obra pronta e acabada, a não ser pelo homem amazônico, que não era sequer digno de explorá-la. Em outras palavras, **a natureza estava pronta, mas o seu habitante não.** [Negrito nosso];

3. O BRASIL NO SÉCULO 19

Pensar a educação no Brasil sempre envolve uma discussão problemática no que diz respeito ao acesso e incentivo, ou seja, está além do campo educacional, compreende ainda questões sociais, econômicas e políticas desde o período colonial até os dias atuais. A educação constitui um privilégio da elite branca masculina. E desde esse aspecto podemos compreender uma cultura de exclusão que começa a se formar, classificando-o os indivíduos de acordo com sua classe social, raça e gênero, hierarquia esta que se espalhará em diversos setores como a política, por exemplo, e impactará nas diferentes realidades de vida existentes no Brasil, incluindo nos habitantes que encontravam-se na isolada Amazônia.

Durante o período colonial veremos um ensino administrado pelos jesuítas que restringia-se ao ensino primário. É só com a chegada da família real, no início do século 19, que este cenário irá passar por mudanças.

Com a chegada de d. João VI e da maior parte de sua corte, vê-se a necessidade da instalação de instituições que sejam espaços de pesquisa e de formação superior. Essa transferência da corte implicava na urgência de preparar a colônia para ser o novo centro do Império. Esse processo irá ter grande impacto na sociedade, como nos explica Lilian Schwarcz (1993, pp. 31-32):

Dotar a colônia de estabelecimentos de ensino não significou, porém apenas um esforço de centralização do poder. Respondia, também, à **situação emergencial vivida pela corte portuguesa no Brasil e aos impasses criados pela decisão apressada e repentina.** [Negrito nosso];

Essas “situação emergencial” mencionada pela historiadora é referente aos impactos, principalmente, na saúde dos brasileiros que vivenciavam uma situação crítica, assolados com doenças contagiosas e a ausência de profissionais capacitados para curá-los.

O Brasil viverá a era das instituições científicas. Contudo, enfatizemos que essas instituições representam um espaço de poder e que o acesso a esses locais eram restringidos aos sujeitos que compunham o grupo que mencionamos anteriormente, de privilegiados.

Em 1808 são construídas escolas de medicina, em decorrência da situação crítica como já mencionamos. Além destas veremos se espalhar pelo Império a criação dos Institutos Históricos e Geográficos, bem como o surgimento do Museu Nacional que, inicialmente, representava apenas um acervo de coleções e curiosidades, mas também auxiliou a ciência na medida em que estimulava pesquisas na área da zoologia e da botânica, que muito ainda tinha a revelar na

imensidão do império.

E é nesse contexto da criação dos IHGs que veremos surgir cada vez mais indagações a serem respondidas. Uma das questões que marca o desenvolvimento da sociedade brasileira é justamente sobre a definição da identidade brasileira que passa a ser discutida nesses espaços com destaque a partir desse período, e era de interesse dos grupos dominantes que essa classificação os priorizassem e aquilo que fosse diferente deveria ser posto como o inferior.

O desafio de definir a identidade brasileira foi intenso e problemático e tal debate permanece sendo assim até os dias atuais. Isso se dá por sermos constituídos de uma mistura intensa entre as raças preta, branca e indígenas, desse modo não é possível classificar o Brasil como uma nação homogênea, mas sim, uma mistura de diferentes povos e culturas. E essa mistura foi extremamente condenada pela maioria dos viajantes naturalistas, que apontavam esse fator como o pior dos males do império, em especial na Amazônia. Ao analisar essas narrativas de viagem, Hideraldo Costa (2013, p. 33) aponta que:

Uma preocupação recorrente, que aparece no conjunto dessas narrativas, é a temática relativa à mestiçagem e aos efeitos produzido por ela. Suas preocupações referentes a essa questão materializam-se de modo muito forte no Atlântico Sul e, de modo específico, no Brasil.

Ainda sobre essa condenação ao ser amazônico e o processo de mestiçagem, em um artigo publicado na *Revista Brasileira de História* por Lorelai B. Kury (2001) intitulado “*A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil*” a autora discute como essa expedição apontava preocupações com relação aos processos de cruzamento das raças, acreditando que desse processo só seriam repassados os defeitos de cada raça e isso significaria um aumento da população inferior, desprovida de moral e preguiçosos.

São essas e outras discussões que ocuparam os espaços dentro desses institutos científicos, que analisam, criam teorias e classificam o que encontram pelos trajetos que fazem os cientistas. Por isso é possível compreender a importância desses espaços de produção de conhecimento da época, bem como as discussões que ganhavam destaque no Brasil. Tal pensamento é reafirmado através do seguinte trecho da obra “Uma Breve História do Brasil”:

Em meados do século XIX, a capital do Império viu **surgir uma nova moda cultural**: a de procurar vestígios de antigas civilizações que teriam existido no interior do Brasil antes da chegada de Cabral. Tais incursões, promovidas pelo **prestigiado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, ou, mais sucintamente, IHGB, não eram organizadas por lunáticos, mas sim por **renomados intelectuais da época** que contavam, inclusive, com o apoio do governo imperial (DEL PRIORE, M; VENANCIO, R. 2016 p. 170) [Negrito nosso];

O Brasil viverá um período marcado não mais por histórias fantasiosas, mas por informações que são resultados de estudos científicos realizados por homens conceituados no campo educacional. As dúvidas seriam respondidas e os problemas solucionados pelos homens da ciência. Essa ideia de responder as perguntas que todos se faziam estimulavam as diversas expedições que se espalham pelo interior, expedições essas muitas vezes financiadas por governos de suas pátrias e até do Brasil. Afinal, não só o império brasileiro, mas o mundo vivia o que o historiador Hideraldo Costa chama de “*A nova era, marcada pelo racionalismo [...]*”³. E é esse racionalismo científico que embarcará no Rio de Janeiro (capital do império) em direção à Amazônia brasileira para desvendar os mistérios que a região escondia em meio a selva.

4. QUANDO A CIÊNCIA CHEGA NA AMAZÔNIA

Nos oitocentos a ideia de conquista ainda não havia sido extinta, mas a ciência começava a ganhar mais evidência, especialmente no que diz respeito ao estudo das ciências naturais. E é por isso que a Amazônia começará a representar um laboratório vivo, ou como Hideraldo Costa (2013, p. 25) chama, o “*Paraíso dos Naturalistas*”. Aqueles que viajavam pelo curso do Amazonas não eram mais exploradores ou religiosos, mas homens da ciência.

Os cientistas que chegavam na Amazônia traziam nos navios suas bagagens intelectuais, com interpretações próprias sobre as diversas temáticas. Kassiane Albuquerque (2013, p. 35) nos alerta que,

[...] não podemos nos esquecer de que ao trabalharmos com os viajantes naturalistas temos que **entende-los dentro do contexto de sua época**, mesmo que nossas motivações, para pesquisa sejam problemas e inquietações do nosso tempo presente. [Negrito nosso];

E para compreendê-los de acordo com o contexto em que estavam inseridos precisamos refletir sobre os motivos que os trouxeram a terras tão distantes de sua pátria. Cronologicamente, voltemos ao século 17.

Nesse período a expansão colonial na região foi oficializada, ou seja, o processo de conquista do “Novo Mundo” estava em curso, e desse mundo a ser explorado a Amazônia era uma parte intrigante que guardava inúmeros segredos. Dona de uma natureza exuberante e

³ COSTA, Hideraldo. *Cultura, Trabalho e Luta Social na Amazônia: Discurso dos Viajantes – Século 19*. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2013, p. 28.

assustadora, de uma população intrigante e fonte inspiração para a origem de mitos e lendas que enchiam os olhos e ouvidos dos curiosos espalhados pelo mundo. Essa era a Amazônia que abria espaço para o fantasioso, para as buscas pelo “Paraíso Perdido”, pela caçada a fonte da juventude ou pelas histórias que atravessam os oceanos sobre as bravas guerreiras Amazonas.

Posteriormente, esse espaço da fantasia será questionado. Era tempo de registrar um conhecimento verdadeiro, de organizar o que era visto e de classificar o que se encontrava no caminho. Era tempo de produzir legitimados pela razão, pela ciência. E para isso, segundo Lorelai B. Kury(2001) no artigo *“Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”*:

A viagem é em geral considerada pela história natural como uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em ciência. Muitas vezes o coletor e o sistematizador não são a mesma pessoa. Ou seja, para a história natural realizada nas instituições europeias, ver com os próprios olhos não é necessário. Daí a importância que adquirem as instruções para as viagens científicas e a formação de profissionais de diversos tipos [...].

São esses profissionais variados quem irão coletar, conservar e empalhar as amostras que serão levadas para o novo mundo.

Esse novo olhar, um olhar treinado e permeado de racionalidade vai ser responsável por inventar uma Amazônia como local de atraso. Dessa forma, a ciência trazida por esses estrangeiros irá construir um imaginário sobre a região que, posteriormente, legitimará ações para uma nova colonização.

Na medida em que olham, classificam e ordenam o espaço e os habitantes de acordo com ideias expansionistas e mercantilistas passam a se colocar como agentes colonizadores diante de seres que precisariam de tutela, de cuidados. A análise e a escrita sobre a região não ocorrerá de forma neutra. Ao contrário, tudo o que é apresentado sobre o local visa atender interesses políticos e econômicos das grandes potências do século 19.

Essa noção de atraso empregada sob o ser e o espaço amazônico justificarão a imposição da tecnologia sobre a natureza. Um exemplo sobre esse aspecto é construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré⁴, um empreendimento de grande porte no meio da selva que não contou

⁴ Francisco Hardman na obra *“Trem Fantasma: a Modernidade na Selva”* (1998), irá discutir o processo de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Neste, poderemos compreender como os interesses pela região vão além do cunho científico, mas tratam-se, sobretudo, de interesses políticos e econômicos. O acesso à região nesse período era difícil, a viagem pelos rios duravam dias, semanas e até meses. A natureza era quem determinava a viagem, prova disso é que em alguns casos cientistas chegaram a perder parte do material coletado em naufrágios. E reconhecendo a imensidão em recursos naturais era preciso pensar formas de comunicação rápida e segura com a região, por isso defendem a importância de da construção de uma estrada de ferro que possibilite o acesso e o escoamento de produtos presentes na floresta. Tal empreendimento não obtém êxito, as dificuldade vão desde a mão de obra já que

apenas com a resistência do homem local, mas também da natureza que não propiciava a conclusão da obra. Outro claro exemplo da chegada da ciência na floresta é a criação do Museu Paraense Emilio Goeldi - MPEG, que inclusive realizou publicações científicas em seu “Boletim do Museu Nacional Paraense de História Natural e Etnografia”. Contudo, é importante ressaltar que essa ciência que adentra o meio da floresta amazônica é trazida por cientistas estrangeiros, para os cientistas nacionais a região ainda era um local a ser desbravado que não lhes atraía. Como bem exemplifica Lilian Schwarcz (1993, p. 115).

Por outro lado, a importância científica do museu, nesse momento, estava mais atrelada à lógica dos centros do exterior do que a uma efetiva produção intelectual local. Abrigo seguro para os viajantes que chegavam do estrangeiro sem qualquer familiaridade, entreposto para a troca de coleções preciosas, o museu cumpria também essa função interna ao mundo dos museus.

Pode-se considerar a ausência de cientistas nacionais como um dos fatores que influenciou na implementação de um discurso colonizador camuflado de ciência na Amazônia. Pois o que era produzido, era feito a partir do olhar do estrangeiro que nada tinha a ganhar ao valorizar a região. O objetivo era desqualificar e desumanizar a região para então se apresentar como a solução dos problemas. Os homens da ciência seriam os heróis da floresta, os únicos capazes de levar a civilização, modernidade e progresso para uma área tão selvagem que apresentava tantos recursos constantemente desperdiçados, segundo a ótica europeia.

Esse progresso não era baseado apenas nos interesses científicos, além de responder as inquietações sobre a origem das espécies, por exemplo, esses estudos visavam ainda aumentar “*influência política e econômica de seus países de origem às regiões visitadas*” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 35).

Esses cientistas irão inventar uma Amazônia baseada nos princípios do Velho Mundo, o que significa que não reagem inertes ao que veem, mas que ao ver automaticamente julgam, ordenam e classificam. É por meio desse olhar que compara e condena que o europeu se denominará como superior e apontará os povos amazônicos como inferiores.

Como temos discutido esse século é marcado pela razão, e para comprovar o que encontravam nessas regiões por onde passavam os intelectuais usavam de alguns recursos dentre

os habitantes locais possuíam uma noção de trabalho diferente da existente na sociedade capitalista e se recusavam a trabalhar em troca de pagamentos. Além da natureza também resistir a esse processo, pois o clima e o solo ditavam o que poderia ser construído e quando poderia ser feito, alguns trechos tiveram que ser refeitos devido a deslizamentos ou até pela “invasão” das plantas sobre suas estruturas. Além dessas questões, esse é ainda um claro exemplo da negação ao ser e ao espaço amazônico, apesar das diferentes formas de enfrentamentos a esse empreendimento, os ditos “homens civilizados” continuarão tentando executá-la, chegando a custar vidas dos povos indígenas que habitavam nos trajetos por onde esses trilhos da modernidade passaria.

eles as ilustrações/pinturas para descrever os homens, as plantas e os animais. Contudo, é importante analisarmos que essas produções são uma representação do que era visto, não podemos tomá-las como conhecimento supremo.

Posteriormente, contarão com o auxílio de fotografia que também são uma representação do vivido, na medida em que o fotógrafo escolhe o quê e como registrar, mas que na época era considerada isenta de subjetividade, ou seja, poderia revelar a realidade tornando-se uma prova científica fundamental incontestável. A expedição que contasse com este profissional teria grandes chances de obter sucesso.

Esses recursos fortalecem o imaginário preconceituoso e racista sobre a região e seus habitantes. A constituição de um discurso cientista que anda ao lado de ideias morais e religiosas do Ocidente servirá de aporte para a definição de hierarquias sociais e econômicas, no Brasil e em especial na Amazônia. E essas classificações serão usadas como argumentos para a difusão de ideias racistas, eugênicas e excludentes que permanecem presentes no século 21 e seguem sendo combatidas através de diversas formas de resistência.

O discurso que permeia os diferentes países sobre a Amazônia será, portanto, fruto de informações cuidadosamente selecionadas e organizadas por seus intelectuais da época que negam o espaço e o homem da floresta amazônica.

Nota-se que a escrita sobre o local irá se converter em um mecanismo de dominação moderno utilizado pelas potências industriais que buscavam novos argumentos para justificar o controle e exploração de áreas que pudessem lhes garantir algum lucro. Isso se dá com certa facilidade porque tais textos são recebidos como verdades absolutas por aqueles que estavam na outra margem do oceano e acreditavam nos relatos fielmente afinal, eram produzidos pelos grandes intelectuais de seus países e financiados pelo Estado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as diversas expedições científicas que passam pela Amazônia durante do século 19, veremos a produção de muitas obras contendo diversos temas, desde o estudo da natureza como o estudo do homem amazônico.

Essa vasta produção que se constrói é fortemente divulgada na Europa e nos Estados Unidos, contribuindo na construção de um imaginário do espaço e da população da floresta

Amazônica. Essa interpretação irá ignorar a diversidade populacional da região, suas culturas⁵, modos de se relacionar e de interação com a natureza. Também é deixado de lado a visão de mundo presente na região, tecem discursos sem considerar as noções de tempo, moral e trabalho desses sujeitos. As interpretações são escritas partindo da ideia de um mundo industrial e capitalista, que nada tinha a ver com o que encontraram durante suas passagens.

Esse discurso científico, portanto, passava a agir como um meio para reforçar a ideia de que a intervenção do homem branco era imprescindível na Amazônia, pois os habitantes locais não eram capazes de desenvolvê-la e alcançar o progresso esperado para uma região tão rica.

Ao pararmos para analisar, percebemos que a invenção de um “homem branco herói” é um aspecto comum nos processos de colonização das Américas, onde o estrangeiro que chega na nesses locais já habitados e com sociedades bem definidas alega que sua cultura e modos de vida são superiores aos existentes no local. Na sequência, passa a caracterizar esses indivíduos como “o outro” e este representa um sujeito inferior.

Esses processos tornar-se-iam as justificativas necessárias para a implementação de ações colonizadoras objetivando um bem maior que seria a presença do progresso no meio dessa imensa floresta tropical.

Tais intelectuais, ao promoverem em seus relatos científicos a ideia de que eram a salvação que a região precisava tornam esses documentos em uma arma de dominação. Na medida em que deixam de representar apenas um material de estudo científico e passam a significar um novo método de se impor sobre outra sociedade. É por meio da escrita que o discurso colonizador adentra os confins da Amazônia durante o século 19 e se utiliza deste para dominar a natureza e o ser amazônico na promessa de um avanço modernizador que transformaria a Amazônia na sua melhor versão.

⁵ Em decorrência dessa discussão acreditamos ser importante não finalizar esse trabalho sem explicar como entendemos o conceito de cultura nesse estudo e assim poder dar continuidade a essa análise. Para isso, recorremos a alguns autores como Edward Palmer Thompson (1981, p. 189) e Raymond Williams (1979, p. 25), buscando exemplificar de que forma estes compreendem cultura, sendo esta vista: *“Como um processo social constitutivo, que cria ‘modos de vida’ específicos e diferentes que poderiam ter sido aprofundados de forma notável pela ênfase no processo social material, foram por longo tempo irrealizadas, e com frequência substituídas na prática por um universalismo abstrato unilinear”*. Vemos na Amazônia esse diversidade que é construída por meio das interações sociais de diferentes povos sendo negada pelo homem branco europeu que as interpreta como um grupo homogêneo cujo costumes são bárbaros e imorais. O discurso científico que chega na Amazônia é, portanto, carregado de preconceitos.

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Louís; AGASSIZ, Elizabeth. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues; NENEVÉ, Miguel; SAMPAIO, Sônia Maria. **Literaturas e Amazônias: colonização e descolonização**. Rio Branco: Nepan Editora, 2015, 288p.

ALBUQUERQUE, Kassiane Nascimento da Silva. **Paisagem e representação: a Amazônia nos relatos do casal Agassiz (1865-1866)**. 120p. Dissertação de (Mestrado em Geografia), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

BATES, Henry Walter. **O Naturalista no Rio Amazonas**. Trad. Candido de Mello Leitão. Vol. 1 São Paulo: Cia Editora Nacional, 1944.

_____. **Um Naturalista no Rio Amazonas**. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa**. 197p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

COSTA, Hideraldo. **Cultura, Trabalho e Luta Social na Amazônia: Discurso dos Viajantes – Século 19**. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2013.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. 2. Ed. – São Paulo: Planeta, 2016.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 3.^a edição. Organização: Tenório Telles. – Manaus: Editora Valer, 2019.

KURY, Lorelai B. **A sereia Amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, n^o41, p.157-172. 2001.

KURY, Lorelai B. **Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem**. Revista Brasileira de História. São Paulo, p.863-877. 2001.

LIMA, Carla Oliveira de. **Natureza, Cultura e Imaginário nos relatos de Alfred Russel Wallace, Louis Rodolph Agassiz e Elizabeth Cabot Cary Agassiz**. 200p. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Trad. Jézio Guitierre – Bauru, SP: EDUSC, 1999.

REDEZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a colonização da Amazônia**

brasileira no período colonial: a definição das fronteiras. 353p. Dissertação (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** O Oriente como invenção do Ocidente. Trad. Tomás Rosa Bueno. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia:** do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América:** a questão do outro. Trad. Beatriz Perrone-Moisés – 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WALLACE, Alfred Russel, 1823-1913. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro.** Trad. Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 630 p. -- (Edições do Senado Federal; v. 17).

Data de submissão: 30/03/2021

Data de aprovação: 27/05/2021

RACISMO: CONCEITO HISTORICAMENTE CONSTRUÍDO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

RACISM: CONCEPT HISTORICALLY BUILT IN BRAZILIAN LEGISLATION

*Diego Manoel de Medeiros de Albuquerque*¹

RESUMO

O presente artigo se constitui na ideia de pensar o racismo à brasileira, tomando como ponto de partida a sua construção histórica, o aporte jurídico para o seu enfrentamento e o papel da justiça de transição, fechando o escrito com o diálogo sobre o projeto de pesquisa que estimulou a criação do atual relato científico. Logo, o que ora se expõe é a parte inicial de projeto de pesquisa vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal do Acre (Ufac), com objetivo de investigar o racismo no Brasil, a partir de sua caracterização como crime e as confusões decorrentes de sua associação e/ou registro como injúria racial. A proposta do projeto toma como recorte o olhar sobre o judiciário acreano e marco temporal da última década. O referencial é constituído de Almeida (2019), Munanga (2015), Santos (2018), dentre outros. A metodologia da pesquisa está assentada no levantamento e interpretação de dados acerca do registro e tramitação no Acre de 2010 a 2020 de queixas de crime de racismo e injúria racial. Para tanto se propõe a inquirição dos registros de boletins de ocorrência nas delegacias, denúncias oferecidas pelo Ministério Público Estadual do Acre e ações movidas no Tribunal de Justiça do Acre. Contudo, nosso método de trabalho aqui é a reunião de apontamentos sobre a problemática estudada.

PALAVRAS-CHAVE: : Racismo; Injúria Racial; Justiça de Transição.

ABSTRACT

This article is the idea of thinking about racism for Brazilians, having as its starting point its historical construction, the legal contribution to its confrontation and the role of transitional justice, closing the writing with the dialogue on the research project that stimulated the creation of the current scientific report. Therefore, what is exposed today is the initial part of a research project linked to the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies (NEABI) and Federal University of Acre (UFAC), with the objective of investigating racism in Brazil, based on its characterization as a crime and the confusion resulting from its association and/or registration as racial injury. The proposal of the project takes as a cut the look of the Judiciary acreano and the term of the last decade. The reference is composed by Almeida (2019), Munanga (2015), Santos (2018), among others. The research methodology is based on the collection and interpretation of data on registration and processing in Acre from 2010 to 2020 of complaints of crime of racism and racial injury, for this it is proposed the investigation of the records of police reports in the police stations, complaints offered by the State Prosecutor's Office of Acre and lawsuits filed in

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Acre (UFAC); servidor lotado no Ministério Público do Estado do Acre (MPAC). E-mail: diegobig34@gmail.com.

the Court of Justice of Acre. However, our working method here is the meeting of notes on the problem studied.

KEYWORDS: Racism; Racial Injury; Transitional Justice.

1 INTRODUÇÃO

Em caráter introdutório deste artigo, preciso dizer que a inserção em periódico na área de História se motiva por tratar-se de tema pertinente aos estudos sobre História do Brasil associados à História e Cultura Afro-brasileira, conforme preconiza a Lei 10.639/2003. Igualmente, a busca deste espaço decorre da busca de interlocução com os historiadores e demais pesquisadores na área das Humanas, visto o avanço traçado no Acre destes quanto ao nosso objeto de estudo.

Por conseguinte, devo ainda dizer a respeito da inquietação motivadora para a proposição sobre o tema decorrente de minha experiência enquanto operador do Direito, pós-graduando, atuando como servidor estadual no Ministério Público do Acre, somado a vivências pessoais em minha família inter-racial. Digo isto porque a breve observância de meu aspecto cromático poderia causar estranheza ou a negatória da possibilidade de investigar ou falar a respeito de racismo. Contudo, faço uso dos apontamentos de Munanga (2015) ao afirmar que a complexidade da construção identitária é permeada de valores históricos, étnico-culturais, problemas sociais, sem esquecer o reconhecimento da diversidade e das diferenças.

Ainda pautado em Munanga (2015), me valho de seus indicativos sobre a premente necessidade de construção de uma “pedagogia multicultural” a fim de formar uma “cultura de paz” e “educação antirracista”. Mas, tanto a pacificação social, quanto a educação antirracista, demandam a compreensão de que o racismo é uma construção histórica, que se motivou no decurso da Idade Moderna, a fim de justificar os discursos e as práticas coloniais e escravistas.

Tendo isto em mente, se propõe o presente artigo a fim de traçar um perfil histórico-jurídico das relações que permeiam o racismo no Brasil, para então falar do projeto Crime de Racismo no Judiciário Acriano. Por isso, a composição deste texto é dada em quatro partes, além de seus elementos pré e pós-textuais. Assim, partindo desta introdução temos a construção histórica do racismo à brasileira, passando ao histórico da legislação de combate ao racismo, adentrando no diálogo sobre a reparação da escravidão (SANTOS, 2018), encerrando com a apresentação do projeto de pesquisa.

2 CORPO DO ARTIGO

A ideia do Brasil como país sem conflitos inter-raciais foi repetida ao longo do século XX, acarretando prejuízos às populações negras, visto que isso possibilitou o chamado “racismo à brasileira” difundido, sobremaneira, a partir de Gilberto Freyre e seu *Casa-Grande e Senzala* de 1933.²

Nestes escritos, se consolidou a visão patriarcal, heteronormativa e racista da sociedade brasileira, silenciando a respeito da não integração das populações negras e indígenas no país, estabelecendo padrões de análise que tinha como chaves-explicativas a família branca mononuclear, centrada no pátrio poder, repetindo-se a ideia de homem branco como chefe de família.

Embora este tenha sido o perfil traçado, a maior parte da população brasileira era e permanece sendo composta por não-branco, com crescente participação feminina na liderança familiar, sobretudo com o aumento do número de famílias monoparentais.

Outras divergências a serem consideradas tocam a questão econômica brasileira. Nestes autores, as atividades econômicas eram assentadas em ciclos, cujo cerne eram a propriedade e a atividade rural sob um modelo explicativo de orientação marxista – principalmente em Caio Prado Júnior – em que se tentava adequar o colonialismo no Brasil ao feudalismo mesclado de pré-capitalismo. Por isso, menciona-se *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, datado de 1942 na chamada trilogia fundadora da produção explicativa do país em uma perspectiva dentro das ciências sociais.

Sem perder de vista que Caio Prado Júnior³, Freyre e Sérgio Buarque de Holanda⁴ publicaram no decurso das décadas de 1930 e 1940 (sendo por isso mesmo conhecidos como a “geração de 1930”), imprescindível é recordar seu papel inaugural no desvendar do Brasil, suas repercussões na construção inter-racial, social, econômica e cultural. Logo, apontamos tais obras como alicerces de interpretação de um racismo à brasileira, posto a inexistência de abordagem da problemática de não integração social e econômica das populações negras após a abolição. Pior ainda, o texto de Freyre apresenta os negros e negras, caracterizando-os como plenamente integrados, sem adentrar nas questões de desrespeito aos direitos humanos e sociais destes sujeitos.

² FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

³ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Edição comemorativa 70 anos. 2006.

Para compreendermos isso, devemos recordar que a história oficial do Brasil nos conta que a escravidão foi implantada durante ao período denominado “Brasil Colônia”, primeiro com o uso do trabalho nativo e depois com a introdução de populações africanas escravizadas (CALDEIRA, 2017). O tráfico negreiro para o Brasil teria se instituído quando então os primeiros navios negreiros chegaram ao nosso país, atracando principalmente na chamada Capitania de Pernambuco, trazendo os povos africanos que foram escravizados e seriam utilizados como mão de obra sem remuneração, mediante relações desumanas de subsistência, além de ameaças e atos de extrema violência (MESGRAVIS, 2016).

O trabalho dos povos africanos escravizados foi usado pelos colonizadores europeus sob a elaboração de uma rede de comércio transatlântico que ligou os continentes africano, americano e europeu, assentado em bases religiosas sob alegação da catequese e ideal “civilizatório” alicerçado na participação de ordens religiosas católicas, companhias de comércio e navegação, bem como na alegação de compensar a ausência de braços em diferentes partes do continente americano e mesmo em terras do Velho Mundo, gerando o que ficou conhecido como Diáspora Africana. Segundo os dados do banco referente ao tráfico transatlântico de escravos, do *Slave Voyages*⁵, teriam sido transportados 5.848.266 pessoas⁶ em navios sob bandeira portuguesa e brasileira, nos levando a acreditar que o destino majoritário seria o Brasil.

No transcurso de todo o período colonial, somado a fase joanina e imperial tivemos várias manifestações de resistência tanto à escravidão indígena, quanto à escravização de populações negras. Contudo, a historiografia oficial privilegiou a narrativa de abolição como fator decorrente do movimento abolicionista, trazendo mais uma vez os escravizados como agentes passivos, colocando-os na condição de tutelados do estado. Igualmente, se verificam grandes silenciamentos em torno das políticas de branqueamento, darwinismo social, eugenia e racismo científico adotadas no Brasil do século XIX e partes do século XX (BOLSANELLO, 1996).

Segundo Santos (2018), tais práticas levaram tanto a interpretação de Karl V. Martius, quanto a do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro de contribuição negra e indígena minorizada e inferiorizada na formação da sociedade brasileira, narrativa histórica consolidada na Lei de Terras de 1850, que obstava o acesso de negros e indígenas à propriedade fundiária, justificando, assim, a “abolição incompleta” calcada no aspecto jurídico, bem como a política de estímulo à imigração favorável ao ingresso de brancos europeus para a composição da população

⁵ O site *Slave Voyages* é caracterizado como um “memorial digital” destinado a debater e disponibilizar os dados referentes ao tráfico transatlântico de escravos, constituído a partir do projeto homônimo, congregando o resultado de pesquisas realizadas por pessoas de diferentes universidades e instituições de ensino, bem como distintas bibliotecas e acervos do mundo transatlântico. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em 05 set. de 2020.

⁶ Dados disponíveis em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em 05 de set. de 2020.

brasileira. Corroborando a isto, é conveniente recordar a assertiva de Munanga (2015) quanto a substituição da relação senhor e escravo pela hierarquização social entre brancos e não-brancos, a demonstrar o racismo como mecanismo de controle social.

Com a passagem do Império à República, as populações negras (e também as indígenas) não tiveram uma melhor assistência ou políticas públicas específicas de integração social, bastando recordar que a Capoeira e as Religiões de Matriz Africana foram marginalizadas e suas práticas vedadas pelo Código Penal dos Estados Unidos do Brasil de 1890, assim permanecendo até o Estado Novo (SERAFIM; AZEREDO, 2009). Nos reportando novamente a Santos (2018) observa-se que a ascensão de Vargas ao poder em 1930 acarretou mudanças na narrativa histórica oficial, descriminalizando a Capoeira, incorporando os negros e indígenas à formação social brasileira sob o prisma do racismo à brasileira em Freyre.

Dito isso, passamos a discutir o efeito da ausência de políticas públicas em favor das populações negras, assim como a forma como até hoje são subjugados pelo racismo, tomando como recorte de reflexão a nossa realidade local a partir da colaboração no projeto “racismo e injúria racial no Acre”.

3 APORTE JURÍDICO PARA COMBATE AO RACISMO

Tradicionalmente, na narrativa histórica sob viés do racismo à brasileira, se valoriza como marco do antirracismo a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888. Contudo, trata-se de uma visão equivocada. Por essa razão, os militantes das diferentes frentes do Movimento Negro no Brasil optam por celebrar o 20 de novembro em detrimento do 13 de maio tomando, assim, como data referencial o que seria a data de óbito de Zumbi dos Palmares. Sem adentrarmos no debate negacionista e revisionista em torno de Zumbi e do Quilombo dos Palmares, convém enfatizarmos que a opção é uma escolha alicerçada na substituição de uma narrativa da abolição concedida por uma princesa branca redentora, pela valorização dos longevos esforços de resistência e combate à escravidão das populações negras. De tal ordem, o Dia da Consciência Negra é celebrado como um momento de valorização identitária.

Nos remetendo à legislação internacional para o combate ao racismo no decorrer do século XX, devemos nos reportar a Santos (2018) para recordar como marco:

a Convenção Americana de Direitos Humanos (OEA, 1969), ratifica o direito à proteção judicial em casos de desrespeito aos direitos fundamentais do indivíduo, o que efetivamente ocorre em relação à população afrodescendente

do tempo presente, conforme a Conferência das Américas, realizada em 2000, como preparação para Durban.

Em plano interno se consagra a primeira legislação antirracista, a Lei Afonso Arinos (Lei 1.390/1951), motivada com o incidente datado de 1950 quando Katherine Dunham, bailarina negra norte-americana em turnê por São Paulo, foi impedida de se hospedar em hotel da capital paulista. O episódio teria causado manifestação em sua defesa de vários intelectuais brasileiros, inclusive do próprio Gilberto Freyre (DIAS MONTEIRO, 2011).

Contudo, a perspectiva antirracista na legislação brasileira ganha novos contornos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, tornando o crime de racismo inafiançável e imprescritível, seguindo-se a isto a normatização das sanções ao Crime de Racismo com a Lei Caó (Lei 7.716/1989). Em 1997, com a Lei 9.459, se alterou o Código Penal Brasileiro em seu art. 140, incluindo no rol dos crimes contra honra a injúria racial. Face a esta inclusão, ocasionando os boletins de ocorrência lavrados sobre injúria racial cuja punição é menor do que o caracterizado como crime de racismo, levando à tortuosa compreensão de que em nosso país juridicamente é insignificante o volume de crimes de racismo.

Ainda dentro do contexto da legislação antirracista, Santos (2018) elenca a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, incluindo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, bem como a indígena nos currículos somando-se a isso o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), acrescida das cotas no ensino federal médio e superior (Lei 12.711/2012) e o percentual de 20% das vagas de concursos públicos (Lei 12.290/2014). Entretanto, a própria autora assevera que tais medidas não são exclusivas como medidas antirracistas. Há de se constituir um arcabouço maior de justiça de transição, temática abordada no nosso item seguinte.

4 RACISMO, JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E RESTAURAÇÃO

O art. 5º, inciso XLII da Constituição Federal de 1988 vigente no Brasil, assevera que o racismo é crime inafiançável e imprescritível; somente com a Lei Caó se instituiu a punição de tal crime. Porém, a inserção do crime de injúria racial no § 3º do art. 140 do Código Penal, em decorrência da Lei 9.459/1997, teria causado atenuação destas permitindo fiança e prescrição, além de pena menor com reclusão de um a três anos. Assim, somos remetidos a pensar em quais as funções exercidas pela legislação que ora criminaliza o racismo, ora atenua sua prática. Existiria na letra da lei de fato uma reparação da escravidão e seus impactos no Brasil?

Neste sentido, Santos (2018) nos faz lembrar que a escravidão é crime de “lesa humanidade”, ferindo os Direitos Humanos. Com tal intuito, a III Conferência Mundial da ONU contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância realizada em Durban, na África do Sul, no ano de 2001, preconizou a adoção de políticas de ações afirmativas (MUNANGA, 2015). Tais políticas se inserem no contexto de reparação, dentro da compreensão de Justiça de Transição e Restaurativa, incorporando a escravidão como pauta a partir da inserção de novas demandas que propriamente transpõe um período transicional entre o término da condição autoritária (seja de um governo não democrático, seja da dominação de uma população) para a fase não autoritária (redemocratização e término de escravidão). Logo, a abolição jurídica configurada como incompleta no Brasil torna-se objeto de tais segmentos da Justiça.

Para melhor compreender a correlação entre o fim da escravidão no Brasil, Justiça de Transição e Restaurativa, basta pensar que, ao se ter a abolição, não foi criada nenhuma política pública de inserção social (com planos de habitação, emprego, renda, saúde e educação) para as populações negras. Somando-se a isso o fato de que a maior parte dos negros e negras brasileiras compõe os segmentos de menor renda, ao mesmo tempo em que são as maiores vítimas de homicídios e violências, constando ainda como a mais volumosa população carcerária, configurando o racismo estrutural, que integra a organização político-econômica da sociedade de forma inseparável.

O racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. (ALMEIDA, 2019, P.15)

Ainda nesse sentido, corroborando a leitura de Silvio de Almeida, acrescenta a filósofa Djamila Ribeiro:

Até serem homogeneizados pelo processo colonial, os povos negros existiam como etnias, culturas e idiomas diversos — isso até serem tratados como “o negro”. Tal categoria foi criada em um processo de discriminação, que visava ao tratamento de seres humanos como mercadoria. Portanto, o racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele. Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. (Ribeiro, 2019, p. 18).

No Brasil, no entanto, ainda se tem predominante a ideia de que não há racismo. Por isso, não há por que repudiar atos racistas ou adotar políticas de ações afirmativas, circunstâncias devidas ao mito da democracia racial. Contudo, os seus críticos entendem que nesta obra o

sociólogo acabara por romantizar os males da escravidão. Neste sentido, Clóvis Moura, em “Sociologia do negro brasileiro”, afirma que “Gilberto Freyre caracterizou a escravidão no Brasil como composta de senhores bons e escravos submissos.” (Moura, 1988, p.101).

Logo, se até então a ideia romântica de que brancos, negros, índios e tantas outras raças e etnias viviam de forma harmônica e pacífica acabou sendo reforçada de forma legal pelo estado brasileiro se levava a crer que o racismo não existia, por qual razão o estado brasileiro criaria medidas para combatê-lo? Tais premissas denegatórias do racismo, ou melhor, caracteres do racismo à brasileira se apresentaram mesmo após o Brasil se constituir como um dos signatários e partícipes das normativas traçadas em Durban no ano de 2001.

Dentro deste contexto de adoção de políticas de ações afirmativas, o Brasil passou a figurar como uma das nações a reconhecer o racismo como produto do colonialismo e do escravismo, sendo o Estado responsável por isso, além de assegurar a busca de (re)criação de memorial, prezando pela honra dos povos escravizados. Em tal perspectiva, se assentaria o direito à verdade e à memória, aduzido do direito à reparação, à equidade e à justiça social, o que por conseguinte levaria à necessárias reformas institucionais.

Face ao exposto, Santos (2018) organiza as medidas de reparação à escravidão negra no Brasil em ações materiais e simbólicas. No primeiro campo, elenca as ações afirmativas (com especial destaque à política de cotas educacionais e de concursos para a carreira de servidor público) e a titulação das terras remanescentes de quilombos as populações tradicionais desses espaços. Em segundo grupamento, coloca a criação de espaços de memória em locais outrora usados para acomodação, trabalho e comércio de escravizados; acrescido do simbolismo de ações da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como a concessão do título de advogado a Luiz Gama ou a criação da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão.

5 DA PESQUISA EM CURSO

Dito tudo isso, entendemos que tais apontamentos fundamentam o debate norteador do projeto sobre o racismo estrutural no judiciário acriano, tendo como recorte o registro e o julgamento de crimes de racismo e injúria racial no intervalo entre 2010 e 2020. A opção pelo marco cronológico se constitui pelo espaço de tempo entre a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial e a atualidade com as desarticulações de políticas públicas que prezavam pelo caráter de combate ao racismo.

A proposta do projeto de pesquisa se insere no seio dos trabalhos do grupo denominado Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac, instituição de ensino na qual me graduei

e *alma mater*⁷ do Judiciário acriano. A pesquisa tem como metodologia de trabalho a divisão em três etapas, sendo a fase final destinada à análise de dados e à escrita do relatório final de trabalho em formato de artigo, ao passo que a parte atual é constituída, inicialmente, de reunião e revisão de literatura sobre a temática, enquanto em segundo momento de coleta de dados em formato de pesquisa quantitativa e qualitativa junto às delegacias, Ministério Público e Tribunal de Justiça do Acre.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto exposto é constituído de reflexões iniciais dentro de projeto de pesquisa referente ao racismo e à injúria racial no Judiciário acriano entre os anos de 2010 a 2020. Aqui, constam preocupações e apontamentos norteadores do trabalho, demonstrando o desenvolvimento presente do trabalho, que perpassa o agrupamento e a atualização bibliográfica.

Neste sentido, se fez análise da construção histórica do racismo, o que motiva a presente publicação em revista da área de História, abordou-se o aporte jurídico antirracista, perpassando o racismo face às justiças de transição e restaurativa, finalizando com breve diálogo sobre a pesquisa em curso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639/2003 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de

⁷ *Alma mater* é uma expressão em latim que significa "mãe que alimenta" ou "a mãe que nutre", na tradução literal para a língua portuguesa. É uma frase muito comum para designar instituições de ensino que formem intelectualmente os seus alunos, como as universidades, por exemplo.

1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 05 jun2020.

BRASIL. **Lei nº 12.990 de 09 de junho 2014.** Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7716 de 05 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9459 de 13 de maio de 1997.** Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 05 ago. 2020.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 12, p. 153-165, Dec. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440601996000100014&lng=en&rm=iso. Acesso em 05 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.166>.

BRITO, A. E. C. Lares negros olhares negros :identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. **Serviço Social em Revista**, v. 15, p. 74-102, 2013.

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza no Brasil.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

DIAS MONTEIRO, Fabiano. Discursos raciais e leis antirracismo no Brasil: retornando à questão da ambiguidade. **Campos - Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 12, n. 2, dec. 2011. ISSN 2317-6830. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/30617>. Acesso em: 06 sep. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/cam.v12i2.30617>.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, Edição comemorativa 70 anos. 2006.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil Colônia.** São Paulo: Contexto, 2016.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro.** São Paulo. Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Brasil**, n.62, p. 20-31. dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rieb/n62/2316-901X-rieb-62-00020.pdf> Acesso em: 05 de ago. 2020.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Vanilda Honória dos. A reparação da escravidão negra no Brasil: fundamentos e propostas. **Revista Eletrônica OAB/RJ**, vol.29, nº. 2, 2018. Disponível em: <http://revistaelectronica.oabRJ.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ARTIGO.A-REPARA%C3%87%C3%83O-DA-ES CRAVID%C3%83O-NEGRA-NO-BRASIL.pdf>. Acesso em: 05 de ago. 2020.

SERAFIM, J.G.; AZEREDO, J.L. A (des) criminalização da cultura negra nos Códigos de 1890 e 1940. **Revista Amicus Curiae: Curso de Direito UNESC**, Criciúma, v. 6, n. 6, 2011. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/amicus/article/viewFile/541/533>. Acesso em 05 de ago. 2020.

Tráfico Transatlântico de Escravos. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em 05 de set. 2020

Data de submissão: 07/09/2020.

Data de aprovação: 28/05/2021.

HISTÓRIA E ALIMENTAÇÃO: POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ALIMENTAR NA AMAZÔNIA (1940-1950)

HISTORY AND FOOD: FOOD ASSISTANCE POLICIES IN THE AMAZON (1940-1950)

Edson Gabriel dos Santos Dias¹

RESUMO

Os discursos políticos direcionados à necessidade da modernização da economia por meio da industrialização alinharam-se aos debates científicos a respeito das condições sanitárias, da saúde e da alimentação. A combinação dos interesses políticos e intelectuais resultaram na materialização das Políticas de Assistências Sociais aos trabalhadores, tendo como marco a criação do SAPS (1940). Na Amazônia, as políticas assistenciais foram inseridas na conjuntura dos projetos desenvolvimentistas que versam na tentativa de “integrar” a região à economia nacional. Remotos paradigmas sobre uma região “deserta e insalubre”, constituída por uma natureza “selvagem e inimiga do progresso”, foram readaptados para fazer parte dos projetos governamentais sendo elementos a serem superados. A alimentação herdada dos indígenas, tem como base o consumo de mandioca. Todavia, diante das análises clínicas, a alimentação é considerada “pobre” e “escassa”, em quantidade e em qualidade, com alto teor calórico, mas baixo valor nutritivo. Portanto, além de garantir a assistência alimentar, as atuações do governo buscam “corrigir” a alimentação. Diante dessa perspectiva, o presente trabalho visa refletir sobre as implantações de políticas públicas na Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas assistenciais; Alimentação; Amazônia.

ABSTRACT

Political speeches directed at the need to modernize the economy through industrialization, aligned with scientific debates regarding sanitary conditions, health and food. The combination of political and intellectual interests resulted in the materialization of Social Welfare Policies for workers, having as a landmark the creation of SAPS (1940). In the Amazon, welfare policies were inserted in the context of developmental projects that deal with the attempt to “integrate” the region into the national economy. Remote paradigms about a “deserted and unhealthy” region, constituted by a “wild and enemy of progress” nature, were readopted to be part of government projects being elements to be overcome. The food, inherited from the indigenous people, is based the consumption of cassava. However, in the face of the clinical analysis, food is considered “poor” and “scarce”, in quantity and quality, with high calorie, but low nutritional value. Therefore, the actions of the government seek, in addition to ensure food assistance, to

¹ Licenciando em História pela Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Bragança, 8º - período. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão e Bolsista PIBIC no projeto “Farinha e Tradição: História da alimentação e do abastecimento dos povos da Amazônia no tempo presente”.

E-mail: gabrielsdias18@gmail.com.

“correct” food. In view of this perspective, this paper aims to reflect on the implementation of public policies in the Amazon.

KEYWORDS: Policies assistance; Food; Amazon.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o relatório da ONU², no âmbito do Departamento de Alimentação e Agricultura, o Brasil alcançou um importante avanço no desenvolvimento humano e social, superando os problemas relacionados ao estado de fome e de pobreza extrema, saindo do mapa mundial da fome no ano de 2014³. No entanto, a conquista é resultado de ações e políticas públicas articuladas em meados do século XX, com intuito de erradicar o estado de desnutrição e as doenças provenientes da precária condição da alimentação da população brasileira. O Estado brasileiro desenvolveu um longo trajeto para aumentar a renda econômica da população e garantir o acesso aos alimentos de primeira necessidade através de auxílios e de importantes políticas públicas sociais elaboradas a partir dos conhecimentos científicos e com a participação da sociedade (FOGAGNOLI, 2017).

No entanto, o empenho do Poder Público em assegurar e garantir às crianças pobres a alimentação, o bem-estar e a saúde, remete ao período anterior do processo de implantação da merenda escolar no Estado Novo. Na medida que se instaura o modelo político republicano no Brasil, os problemas de ordem social, política e econômica relacionados à infância adquiriram sentidos repulsivos perante as concepções “civilizatórias” e o ideal de “construção de nação”. Diante dos fundamentos educacionais, de saúde e de nação que se complementavam, a elite intelectual articulava-se para providenciar “medidas reformadoras”, tendo como base as orientações higiênicas da época. Nesse sentido, são encaminhadas iniciativas distintas para garantir a sobrevivência das crianças por meio da importação e adaptação de medidas sanitárias, da elaboração de leis de proteção materno-infantil e de melhorias na alimentação, a partir das fundações de institutos e da transmissão de conhecimentos técnicos às mulheres sobre as práticas de maternidade desenvolvidas em países europeus e nos Estados Unidos (FREIRE; LEONY, 2011).

Nessa perspectiva, o médico Moncorvo Filho, no final do século XIX, empreende debates e discursos perante a sociedade para que o Estado brasileiro intervisse de forma colaborativa nas ações assistenciais de base filantrópicas às crianças, com o auxílio de

² Organizações das Nações Unidas.

³ Combate à fome. <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>. Acesso em 01 de abril de 2014.

contribuições de iniciativas privadas. A atuação de Moncorvo Filho foi de grande importância para fundação do IPAI⁴. O Instituto trabalhava com assistências direcionadas, principalmente, à saúde, alimentação e higiene das crianças. Para as mães e mulheres em geral, o Instituto oferecia atendimento de nível educacional com intuito de “corrigir” determinadas práticas maternas. Por outro lado, proporcionava o debate a respeito da importância do “aleitamento natural” às crianças. Os discursos filantrópicos da época relacionavam as doenças das crianças com a qualidade “inadequada” da alimentação e com a precária situação sanitária (FREIRE; LEONY, 2011).

O aspecto da alimentação no período é relevante para fomentar importantes debates a respeito da qualidade de vida da população brasileira, em especial das crianças. O alto nível de mortalidade infantil é diretamente relacionado, segundo análises dos médicos da época, com os hábitos alimentares “pouco nutritivos” e “impróprios”. A partir disso, o Instituto busca distribuir leite através do programa Gotas de Leite às crianças cujas famílias não apresentavam condições para manter sua sobrevivência. Além disso, através de Moncorvo, com apoio midiático, desenvolvia atividades de fins educacionais para “corrigir” a alimentação infantil e de conscientização à amamentação das crianças, além das noções higiênicas e sanitárias.

Para o desenvolvimento desse trabalho, recorreremos à perspectiva teórica da História da Alimentação e à metodologia de pesquisa documental para analisar as ações dos grupos envolvidos nas políticas públicas de assistência alimentar bem como a atuação dos principais agentes públicos e instituições políticas e suas influências externas. Para tanto, observamos os discursos políticos e científicos através dos jornais e da bibliografia acadêmica-científica. No primeiro momento, abordamos o processo de institucionalização do saber científico nutricional no Brasil na década de 1930, as articulações governamentais e as influências externas na construção do saber nutricional, bem como as ações e políticas desenvolvidas sobre a realidade alimentar. Em seguida, observamos a realidade sociocultural da Amazônia em relação às práticas de saúde, sanitárias, higiênicas e alimentares; as concepções de saúde e as ações do Poder Público, e ainda as interpretações dos hábitos alimentares das populações amazônicas.

Diante da ótica teórica apresentada por Michael Foucault (2008), analisamos os discursos hegemônicos em torno do projeto de assistência alimentar e da saúde pública para compreender os conceitos utilizados na interpretação dos hábitos alimentares e as doenças provenientes das precárias condições sanitárias e higiênicas. As políticas públicas foram entendidas como “dispositivo” das relações de “saber” e “poder” e, da mesma forma, como objeto estratégico de

⁴ Instituto de Proteção e de Assistência à Infância. Cf. Freire e Leony (2011).

governo e controle da sociedade, resultando na transformação das dinâmicas e dos códigos sociais para elevar o rendimento dos trabalhadores, assim como a qualidade de vida da população.

O saber nutricional surge diante da “conjuntura” externa e “contextos” internos que compõem a “prática discursiva” materializada na combinação dos interesses diversos do processo de institucionalização da nova ciência no Brasil na década de 1930. Foram fundamentais para as “ações assertivas” representadas nas políticas públicas de assistência alimentar (FOUCAULT, 2008).

2 A CONSTITUIÇÃO DO SABER NUTRICIONAL

O processo de institucionalização dos conhecimentos específicos resultou no surgimento das primeiras universidades e instituições científicas no início do século XX, seguidas pela criação de museus, revistas e periódicos, publicações científicas e acadêmicas, e pelas organizações de grêmios profissionais. No âmbito das Ciências Biomédicas, as concepções de saúde desenvolvidas na segunda metade do século XIX mantiveram-se presentes na República e transformaram-se na Era Vargas, com ênfase nas pesquisas microbiológicas de médicos e sanitaristas direcionadas à saúde da população rural do país, além da continuidade das medidas sanitaristas apoiadas pelas elites políticas e econômicas, que representam o mecanismo de inserção do poder do Estado nacional no interior do país e a concretização do desenvolvimento do Estado (MUNIZ, 2009).

Hochman e Fonseca (1999), analisam os processos de construções e transformações das concepções de saúde pública do fim da República Velha ao Estado Novo. Segundo os autores, a base ideológica de saúde pública consiste na construção de uma sociedade equivalente aos parâmetros civilizadores e modernistas, que incidem diretamente nas políticas sanitárias e higienistas de alcance à população das regiões urbanas e portuárias, no primeiro momento, e posteriormente, às populações situadas nas regiões rurais dos sertões do Brasil. Contudo, a partir da década de 1930, o Estado brasileiro direciona-se ao projeto político-ideológico desenvolvimentista, por meio da modernização e industrialização da economia nacional, apresentando um cenário onde as ações sanitárias e as políticas de saúde públicas são articuladas às políticas de previdências sociais voltadas às classes trabalhadoras urbanas.

Entretanto, no primeiro momento do governo Vargas, as condições alimentares, bem como as de abastecimento de água e de habitação da população não eram consideradas pelas

concepções de políticas de saúde. Elas foram inseridas posteriormente, a partir das reformas das elites intelectuais de médicos e sanitaristas nas compreensões de saúde da população brasileira. Para os médicos da época, a má qualidade dos alimentos consumidos influenciava diretamente na proliferação das doenças e endemias. Com isso, por meio dos estudos da realidade alimentar dos brasileiros, a fome e a desnutrição passaram a fazer parte das políticas sociais sobre a ótica do desenvolvimento nacional, visando a inter-relação das políticas de saúde e assistências com a educação e a cultura da sociedade brasileira (MUNIZ, 2014).

Nesse contexto, surgem as primeiras instituições governamentais para promover as assistências sociais à sociedade, como por exemplo as CAPs⁵, atingindo, progressivamente, diversos setores dos serviços públicos. Apesar das contradições interpretativas das políticas de assistências sociais do governo Vargas, as instalações das CAPs representam o marco do direcionamento do Estado brasileiro para a perspectiva social a fim de solucionar as calamidades da sociedade. Entretanto, funcionavam por meio do esquema clássico de previdência, a partir do contrato entre dirigente e funcionários, sem necessidade do financiamento do Estado (HOCHMAN; FONSECA, 1999).

Por outro lado, são criadas no Brasil as instituições de ensino técnico e científico nutricionais, baseadas nos parâmetros do processo de institucionalização do saber nutricional dos países europeus e norte-americanos, com o objetivo de erradicar a fome e as doenças da sociedade industrial. Apresentando claramente as influências do médico argentino Pedro Escudeiro⁶, além das pesquisas no campo biológico, elas buscavam compreender a composição química dos nutrientes presente nos alimentos e atuavam de modo social, a fim de diagnosticar e solucionar os problemas presentes na sociedade. Ambos os aspectos são complementares e necessitam um do outro para serem realizados com sucesso, tendo em vista que os hábitos alimentares da população brasileira persistem de modo “inadequado” diante dos estudos clínicos nutricionais. Há, portanto, necessidade de “educar”, guiando a sociedade para uma alimentação conveniente. (VASCONCELOS, 1999).

Dentre a elite intelectual interessada pelas questões alimentares no Brasil, destacamos a atuação de Josué Apolônio de Castro ao estudar a realidade alimentar brasileira e agenciar os debates sobre a fome e a desnutrição no cenário político nacional. Os estudos de Josué de Castro identificam que o problema da alimentação brasileira não está relacionado somente à condição social e econômica, mas também aos aspectos culturais dos hábitos alimentares. Na obra *Geografia*

⁵ Caixas de Aposentadorias e Pensões. Cf. Hochman e Fonseca (1999).

⁶ Médico argentino responsável pela criação do Instituto Nacional de Nutrição (1926), da Escola Nacional de Dietistas (1933) e pelo curso de Médico Dietólogos da Universidade de Buenos Aires. Cf. Vasconcelos (1999).

da fome, ele analisa a fome e a desnutrição em todo o território nacional, dividindo o país em cinco regiões: Amazônica, Nordeste Açucareiro, Sertão Nordestino, Centro-Oeste e Extremo Sul. De acordo com Castro (1984), a região Amazônica e a região do Sertão Nordestino são as regiões nas quais concentra-se o maior índice de pobreza e desnutrição do país.

A composição da alimentação brasileira remete às trocas culturais e sociais de povos etnicamente distintos, observados em grandes clássicos da historiografia brasileira, como por exemplo, em Gilberto Freyre (2003), que apresenta a cultura alimentar como aspecto primordial da formação da sociedade brasileira durante o processo de colonização portuguesa. Por meio da alimentação, o autor dimensiona as relações socioculturais entre portugueses, indígenas e africanos no processo de construção da cultura alimentar da sociedade. Da mesma forma, Luiz da Câmara Cascudo (1983) apresenta os hábitos e costumes alimentares dos principais grupos formadores da sociedade, nos quais saberes, técnicas e consumo são combinados nas relações sociais entre portugueses, indígenas e africanos. Entretanto, é importante considerar os conflitos culturais presentes no contexto histórico, a imposição cultural europeia, a inferiorização dos hábitos indígenas e, ainda, a condição dos africanos escravizados, que configuram em processos desiguais (MACIEL, 2004).

Embora Josué de Castro (1984) compreenda a fome como “problema social e universal”, ela é diretamente intensificada pelo sistema político e econômico capitalista, apresentando certa disparidade entre as regiões rurais e urbanizadas. Além disso, problemas estruturais como a extensão geográfica, atrelados ao precário sistema de transporte e a dispersão da população, dificultam as ações das políticas de assistência alimentar nas regiões rurais dos sertões brasileiros.

As ações das políticas de assistência alimentar, no que compete ao campo social, são as propagandas de caráter pedagógico e educativo com o objetivo de “educar” a população, incentivando-a e motivando-a para uma “alimentação melhor”. As propagandas abordavam temas relacionados a uma alimentação racional, aos hábitos alimentares, à economia alimentar, às doenças, bem como à seleção, compra e conservação dos alimentos. Elas buscavam “orientar e corrigir os erros” a respeito da alimentação para que a população pudesse exercer os conhecimentos e as noções nutricionais, além de promover a compreensão das influências dos fatores econômicos e sociais na alimentação. Elas eram divulgadas por meio dos cursos de alimentação, conferências e palestras, pelas demonstrações práticas e exposições públicas, jornais, revistas e cartazes, rádio e cinema (VASCONCELOS, 1999).

A intensa articulação no campo científico e político dos intelectuais materializou-se, segundo Érico Silva Muniz (2014), com a criação do SAPS⁷, na década de 1940, iniciando a edificação da rede de estabelecimentos de consumo, armazém e comércio de determinados produtos para elevar o índice nutricional da comunidade urbana operária. Posteriormente, passaram a experimentar ações do programa Desjejum Escolar para os filhos dos trabalhadores cadastrados na autarquia, com intuito de “corrigir” e “educar” a população e aumentar o rendimento dos trabalhadores.

Um dos problemas que comprometia a alimentação da população brasileira era a questão econômica que, mesmo não sendo um fator determinante, era fundamental para o avanço da educação alimentar. Os “maus” hábitos alimentares não poderiam ser combatidos com os baixos salários, tornando um sistema desproporcional. Assim, as políticas assistiam às camadas de menor nível econômico por meio das doações de alimentos. Por outro lado, os problemas da alimentação também estavam atrelados aos aspectos culturais e sociais. Para garantir resultados positivos do projeto de educação alimentar, buscavam orientar a população, inserindo na relação de saúde as questões sanitárias, de higiene e de saneamento básico. Para os pesquisadores, muitas das doenças eram provenientes da “má alimentação”, principalmente pela ausência do consumo de alimentos “protetores” (BEZERRA, 2012).

Observamos como a alimentação exerce a função fundamental para a organização social das relações e comportamento dos indivíduos em suas identidades socioculturais, bem como nas relações de poder e cultura. É nesse sentido que os nutrólogos, a partir do diálogo com os Estudos das Ciências Sociais, elaboram políticas para a educação alimentar da sociedade, contra a fome e a desnutrição. Os estudos de Josué de Castro e Dante Costa demonstram que a “subalimentação” é produto proveniente da precária alimentação, influenciando diretamente na produtividade e no rendimento dos trabalhadores. Por outro lado, o processo histórico, a estrutura econômica, a permanência da pobreza e da “deseducação” do povo são fatores fundamentais para a condição de fome e desnutrição. Com isso, as políticas de assistência alimentar de caráter educacional deveriam também ser direcionadas às crianças pois essas, quando melhor alimentadas, oferecem rendimentos mais satisfatórios para o país quando adultas (MUNIZ, 2014; COSTA, 1951).

Os discursos direcionados ao projeto de nação apontam a alimentação como fator responsável por “impedir” o avanço e o progresso do país, por causarem pessoas “doentes”, com baixa produtividade, além de ser o principal fator do índice de mortalidade infantil. Tais

⁷ Serviço da Alimentação da Previdência Social. Cf. Muniz (2014).

discursos materializaram-se na configuração da experiência das ideias eugênicas no Brasil em 1940, articulando a alimentação racional conforme os novos padrões nutricionais para construir um novo homem para uma nova nação. Portanto, cabe ao Estado a responsabilidade de garantir alimentação às crianças de acordo com sua faixa etária, distribuindo alimentos à base de lactantes, estabelecendo centros de puericultura e bancos de leite pré-escolares, além de distribuir merenda para as escolas e restaurantes populares. A criação do programa de educação alimentar visa oferecer assistência devido às condições econômicas e sinaliza a necessidade de “educar” para a escolha dos alimentos adequados (GOMES, 2005; MUNIZ, 2014).

As políticas alimentares baseadas nas ideias de Dante Costa propunham a merenda escolar orientada pelas Visitadoras de Alimentação. No primeiro momento, a responsabilidade de garantir a merenda escolar às crianças era das próprias famílias que a preparava em casa, combinando os alimentos para suprir as necessidades. Dante Costa, portanto, promoveu estudos e elaborou material didático para auxiliar as famílias, considerando os hábitos alimentares regionais. Segundo o autor, as políticas de assistência alimentar na Amazônia abrangem questões complexas que envolvem relações sociais, históricas, econômicas, culturais e ambientais, interligadas aos problemas alimentares e de saúde pública na região. O desenvolvimento das políticas públicas, além de buscar elevar o índice de nutrição dos indivíduos, incide diretamente na solução do problema histórico de “isolamento” social da região. No campo técnico, advém a formação de profissionais de saúde para atuar na Amazônia e erradicar as doenças que assolam a população, como a malária e a febre amarela. Nesse sentido, buscamos observar as dinâmicas das políticas de assistência alimentar na região, a promulgação dos discursos e as ações do poder público e dos agentes envolvidos no processo.

3 AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ALIMENTAR NA AMAZÔNIA

A região amazônica será inserida no empreendimento das políticas sociais de assistência alimentar a partir dos “inquéritos alimentares” e das pesquisas técnicas. Josué de Castro (1984) e Dante Costa (1951), principais médicos e agentes mobilizadores das políticas sociais, denunciavam, em suas publicações, os problemas de saúde pública relacionados à alimentação da população amazônica e à crise do sistema sanitário e higiênico da cidade de Belém, capital do Estado do Pará. Para Costa (1965, p. 4), “se queremos impulsionar o crescimento geral do Brasil [...] é necessário modificar os *têrmos* do problema amazônico”.

Diante das análises de Castro (1984), o estado de fome na Amazônia é resultado de diversos fatores de ordem cultural, social, histórica e ambiental. A natureza age de forma “ímpiedosa” sobre os habitantes, pois não proporciona meios para o desenvolvimento. A densidade e hidrografia das florestas não possibilita a criação de gados que se concentram nas áreas de campos abertos, mas devido a precária condição de transporte, limita o abastecimento de carne e leite para a população. Assim, a alimentação amazônica, de modo unitário pelo alto consumo da mandioca e seus derivados e dos hábitos e costumes herdados dos indígenas, apresenta um regime alimentar “deficiente”.

O consumo de peixes, tartarugas e caças, acompanhado pela farinha de mandioca, representa um sistema alimentar “escasso”, seja na quantidade ou na qualidade. O autor evidencia o alto consumo de mandioca e baixo consumo de carne, legumes e verduras, compondo uma alimentação desequilibrada e tornando os indivíduos vulneráveis às doenças. De acordo com Castro (1984), a precária qualidade da alimentação interfere no rendimento dos trabalhadores. O autor sinaliza as relações sociais, as práticas culturais, as técnicas de produção herdadas dos indígenas e os saberes e hábitos alimentares como fatores responsáveis pela fome e pela desnutrição da população amazônica.

Segundo Costa (1965), historicamente as condições econômicas e sociais configuram as péssimas condições de vida da população amazônica. Para o autor, ainda no ano de 1963, a Amazônia apresenta “atrasos” nos aspectos de habitação, alimentação, transporte, saúde e educação, a Amazônia se mantém às margens das “correntes de riquezas”. Com isso, percebemos os interesses de Dante Costa em promover ações diretas de combate à pobreza e à miséria, juntamente, à fome e à desnutrição na Amazônia. Embora no final do século XIX a exploração da borracha tenha sido responsável por gerar excedente para os cofres públicos e importante para o processo de urbanização e modernização inserindo as concepções sanitárias e higiênicas, com apresenta Sarges (2010). Não foi suficiente para promover o desenvolvimento social da maioria da população. Os índices de mortalidade infantil e analfabetismo permanecem extremamente elevados em meado do século XX, atingindo majoritariamente as crianças pobres. Entre 1945 e 1949, a média de mortalidade de infantil de menores de um ano é cerca de 914 (IBGE, 1951).

A experiência do SAPS em assistência alimentar às crianças na Amazônia ainda não fora explorada pela historiografia. No entanto, a política de assistência alimentar direcionada às crianças pobres fazia parte do conjunto de políticas sanitárias e higienistas aplicadas no final do século XIX e início do XX, como a construção de asilos, hospitais, leprosários e, institutos de ensino e educação que retiravam as crianças carentes das ruas e da marginalidade, de forma a

apresentar uma sociedade dentro dos parâmetros da ideologia de civilidade. Em outros casos, as crianças eram acolhidas para a realização de trabalhos domésticos nas casas das classes opulentas (SABINO; ALVEZ, 2015).

Alves (2015) apresenta a experiência de assistência e proteção à infância na capital paraense no início do século XX interligada aos problemas sanitários e de saneamento básico, bem como às questões de saúde pública e higiene evidentes na cidade de Belém. Os “esforços” das elites na construção de Institutos de Educação para atender as crianças pobres e órfãs - como a Casa de Educandos Artífices, o Colégio Nossa Senhora do Amparo, o *Orphanato* Paraense e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará - versam pelo propósito de instrução para os trabalhos domésticos, pela formação educacional e das noções básicas de saúde e higiênica para manter a ordem social. Ainda, buscavam consolidando as concepções médico-sociais às crianças pobres na Amazônia, a fim de construir uma sociedade saudável, através dos meios concretos de difusão dos conhecimentos científicos.

Entretanto, os problemas sociais presentes na sociedade paraense no início do século XX perpetuam e permanecem assolando a saúde. Principalmente, o alto índice de mortalidade infantil e analfabetismo introduzidos no contexto pós-guerra. Embora os jornais da época denunciassem as calamidades sociais com propósito de campanha política partidária, anunciavam os discursos e concepções dos médicos sobre os hábitos alimentares e a interferência à saúde da população.

Em 1947, durante uma rede de homenagens ao aniversário do Senador Magalhães Barata, na cidade de Belém, observamos os discursos em agradecimento aos esforços do senador para a instalação do 3º Posto de Serviço do SAPS, no bairro do Jurunas. Justificando-se a necessidade de oferecer alimentação “sadia e rica dos princípios nutritivos”, que era vendida por valores reduzidos aos trabalhadores, combatia-se os hábitos alimentares “anti-higiênicos”, a fim de “reerguer e melhorar” a vida da população amazônica. Além disso, profissionais especializados instruíam sobre princípios da avicultura e a criação de pequenas hortas, importantes para a “economia orgânica”. No entanto, de acordo com os discursos, o índice da mortalidade infantil é devido à negligência das mães sobre as noções de higiene e alimentação (LIBERAL, 1947).

Observamos a execução das políticas alimentares no Asilo Infantil Santa Terezinha, posteriormente denominado “Asilo Santa Terezinha”. Embora passando por profundas reformas internas das diretorias, o asilo representa a materialização das ações em reverter a realidade das crianças. No asilo, sob a supervisão do Dr. Sinval Coutinho realizando inquéritos técnicos para investigar as causas das constantes mortes das crianças. Entretanto, o caráter educacional, como afirma o jornal *O Liberal*, não fora desenvolvido, sendo “abandonada em sua totalidade” pelo

corpo administrativo e por todos que prestam serviços direta e indiretamente no Asilo. Assim, “a ignorância dos mecanismos de trabalho do Asilo” consiste em um dos principais aspectos que necessitam ser “retificados” (LIBERAL, 1947).

Os problemas do entorno da manutenção dos institutos afluem o desenvolvimento dos trabalhos e a dinâmicas das ações das políticas públicas assistenciais. Embora contando com a participação da sociedade, através de doações de indumentários e alimentos, a realidade econômica, sanitária e da saúde da população amazônica é o fator fundamental contra o avanço das políticas públicas sociais, além dos hábitos culturais e das deficiências diante do sistema de abastecimento dos gêneros alimentícios, principalmente da carne verde no centro urbano da capital paraense.

A reportagem de Flaviano Pereira no jornal *O Liberal*, no ano de 1951, demonstra a dura realidade do sistema público de saúde no Pará, que tinha problemas em volta da falta de leitos e médicos para atender a população, estimada em cerca de 1.052.557 habitantes. Mesmo com cerca de 59 médicos distribuídos em 14 municípios, os hospitais não são capazes de assistir à população, que se direciona para o Hospital Central na capital do Estado. Flaviano Pereira ainda ressalta a precariedade da saúde pública intensificada pela imigração de nordestinos, que alocados às margens da sociedade, elevavam a pobreza e a miséria (LIBERAL, 1951). De acordo com Secreto (2007), a imigração dos nordestinos para a Amazônia, durante o contexto da Segunda Guerra Mundial, impulsionada pelos discursos políticos para ocupar as terras e desenvolver a economia, representa o projeto político de colonizar as terras nacionais e manter o domínio político do Estado. Entretanto, o Estado não arcou com as consequências negativas, “abandonando” os trabalhadores nos seringais à mercê dos senhores da borracha e cancelando as assistências às famílias dos imigrantes.

Ainda sobre a reportagem, lastimando o elevado índice de mortalidade infantil, Flaviano Pereira relata a condição “desesperadora” da saúde e da assistência da população presente na região. O estado de “subnutrição” é o principal fator responsável pelas mortes das crianças. Além disso, enfatizando a solução dos problemas, ele cita o exemplo das ações e serviços do SESP⁸(LIBERAL, 1951). A dificuldade em torno da “deficiência alimentar” traz à tona a realidade da população que muitas das vezes, embora seja assistida pelas políticas públicas educacionais, não consegue alcançar os padrões nutritivos e de saúde formados pelas autoridades. O SESP, segundo Campos (2006), foi um órgão responsável pela “institucionalização da política de saúde pública no Brasil”, criado no contexto da Segunda Guerra Mundial, baseado nas

⁸ Serviço Especial de Saúde Pública. Cf. Campos (2006).

políticas internacionais de saúde, com recursos norte-americanos para promover assistência, educação sanitária e formação profissional da população situada nas regiões de extração de matéria-prima.

O engenheiro sanitário Lourival Bahia e o médico sanitário Orion Loureiro apresentam ao diretor do Departamento Estadual de Saúde, o problema de saneamento básico, sobretudo, referente ao abastecimento de água e retirada dos dejetos humanos na comunidade, infligindo diretamente a saúde pública. A necessidade de desenvolver a educação sanitária, a assistência médica, a remoção de lixo e o abastecimento de água para a comunidade é fundamental para completar o sistema de saneamento e reduzir o índice de “mortalidade geral e infantil”. Os autores afirmam que na sociedade paraense, além dos serviços do SESP, não se desenvolvem ações nessa perspectiva. Cerca de “59 cidades não dispõem de serviços adequados de abastecimento de água”, apenas algumas cidades sede de município possuem o serviço de fornecimento de água com auxílio do SESP, porém, de situação “precária, incompleta, deficiente e contaminado”. Contudo, devido às condições econômicas, os municípios não podiam “arcar com as despesas e manter os serviços” (LIBERAL, 1951, p. 2).

Por outro lado, todas as cidades do Estado não apresentavam o sistema de esgoto sanitário e a coleta dos dejetos humanos e do lixo doméstico é realizada de forma inadequada, promovendo a proliferação de doenças. Assim, com os inquéritos realizados pelo SESP, foram instaladas, com auxílio do mesmo órgão, “privadas higiênicas” nas cidades de “Abaetetuba, Altamira, Gurupá, Monte Alegre, Oriximiná, Santarém, Cametá e Óbidos”. Entretanto, devido à condição econômica além das cidades de Belém e Santarém não “permite encarar a realização imediata de rede de esgoto sanitário completo”. Na capital do Estado há apenas 20.000 derivações de água, o que quer dizer que, de mais ou menos 42.000 habitantes de Belém, cerca de 48% possuem água do abastecimento público. Esses dados preocupam devido ao índice de mortalidade causada por doenças do aparelho digestivo, como a febre tifoide, proveniente da falta de tratamento da água. Entretanto, cabe ressaltar que o coeficiente de contaminação diminuiu progressivamente entre 1935 e 1945, devido ao controle e fiscalização da produção e venda dos gêneros alimentícios (LIBERAL, 1951).

Contudo, a solução dos problemas de saúde causados pela ausência do sistema de saneamento básico encaminhada ao Departamento Estadual de Saúde consiste na elaboração de um “Fundo de Saneamento”, com intuito de captar recursos financeiros e técnicos para:

Financiar a construção e a manutenção dos serviços de sistema de abastecimento de água em todas as sedes de municípios que ainda não possuem

esgoto sanitário nas que exijam ou privadas higiênicas onde a situação econômica não permite a realização imediata de um sistema dinâmico de esgoto (LIBERAL, 1951, p. 805).

As ações do SAPS em Belém apresentadas nos jornais indicam a dinamicidade dos interesses políticos nas atividades, recebendo apoio do Senador Magalhães Barata e dos prefeitos dos municípios. São quatro Postos de Subsistência, sendo o primeiro localizado na rua 28 de Setembro, canto com Rui Barbosa; o segundo no Mercado da Cremação; o terceiro no Mercado do Jurunas e o quarto no Mercado do São Braz. Esses postos distribuíam gêneros alimentícios de primeira necessidade para a população, e produtos, como aveia, importados da “América do Norte” (LIBERAL, 1947).

Sobre as ações de caráter educacional do SAPS, observamos, através dos anúncios nos jornais, os “Conselhos Alimentares do SAPS”, indicando os modos “adequados” de preparação dos alimentos para melhorar a digestão no organismo, os alimentos essenciais para os idosos, os produtos com teor vitamínico, a indicação de suco de frutas e legumes, além de “alertar” a população sobre a necessidade de “boa alimentação” para ter “energias” para realizar suas atividades e ter maiores rendimentos no trabalho. A respeito da farinha de mandioca, demonstravam o potencial calórico e o “insignificante” teor proteico, não para que fosse eliminada das refeições da população, mas para que ela não se tornasse “elemento básico para as refeições” (LIBERAL, 1951, p. 2).

Embora os serviços da autarquia no enfrentamento dos problemas da sociedade, como o fornecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade com baixos preços, os trabalhos sociais e educativo para “corrigir os erros tradicionais”, sobre higiene, puericultura. É necessário ampliar os serviços dos SAPS por meio de construções de novos armazéns e Restaurantes Populares e com a instalação da Escola de Nutrição do SAPS, para formar novos funcionários e agentes para trabalhar em função do avanço dos serviços do SAPS na cidade de Belém (LIBERAL, 1947).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre as políticas públicas implementadas na Amazônia tem sido um trabalho frequente dos historiadores da Amazônia. Todavia, em todos os períodos históricos da Amazônia, os paradigmas são readaptados para o contexto sem desvincular-se das ideologias e do pensamento colonial sobre a região e seus habitantes. Reproduzindo conceitos equivocados

sobre a cultura e a prática de sociabilidade. Sobretudo, dos hábitos alimentares, das tradições, dos saberes e das técnicas de produção herdadas dos povos indígenas. Contudo, os projetos desenvolvimentistas direcionados à Amazônia não buscam compreender a dinâmica e a realidade cultural dos habitantes, apresentando resultados contraproducente à sociedade. Como podemos observar, embora as políticas de alimentação apresentem melhorias nas condições sanitárias e nas questões de saúde pública, o plano de reeducação alimentar da população amazônica reflete diretamente na perda das identidades regionais e da cultura alimentar, generalizando os hábitos socioculturais das populações amazônicas.

REFERÊNCIAS

Repositório da Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, jornal: O Liberal (1940-1950). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761036&Pasta=ano%20194&Pesq=&pagfis=0>. Último acesso, 26 de abril de 2021.

- O Liberal. Diário Vespertino. Belém do Pará. 3 de junho de 1947. N 165. p. 1.
- O Liberal. Diário Vespertino. Belém do Pará. 18 de julho de 1947. N. 201. p. 4.
- O Liberal. Diário Vespertino. Belém do Pará. 20 de setembro de 1947. N° 254. p. 1.
- O Liberal. Diário Vespertino. Belém do Pará. 15 de novembro de 1947. N° 299. p. 45.
- O Liberal. Diário Vespertino. Belém do Pará. 18 de setembro de 1951. N. 780. p. 1.
- O Liberal. Diário Vespertino. Belém do Pará. 18 de setembro de 1951. N. 780. p. 2.
- O Liberal. Diário Vespertino. Belém do Pará. 17 de outubro de 1951. N. 508. p. 2.
- O Liberal. Diário Vespertino. Belém do Pará. 5 de julho de 1951. N° 717. p. 2.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. A política de caridade, assistência e proteção à infância desvalida em Belém do Pará: do império à república. *@rquivo Brasileiro de Educação*, v. 3, n. 6, p. 34-64, 2015.

BEZERRA, José Arimatea Barros. Educação alimentar e a constituição de trabalhadores fortes, robustos e produtivos: análise da produção científica em nutrição no Brasil, 1934-1941. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 157-179, jan/mar. 2012.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *História da Alimentação no Brasil*: pesquisas e notas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

CAMPOS, André Luiz Viera de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas*: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2006.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome*: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

COSTA, Dante. *Alimentação e progresso*. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação da Previdência Social. 1951.

COSTA, Dante. **Saúde, alimentação e pobreza na Amazônia**. Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1965.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

IBGE, Serviço Gráfico do. **Anuário estatístico do Brasil**: ano XI-1950. Rio de Janeiro. 1951
FOGAGNOLI, Marcela. **Alimentar é também educar**: a merenda escolar no Brasil (1940-1960). 201 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves, 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde – Mangueiras**, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 199-225, dez. 2011.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. O. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. *In*: PANDOLFI, Dulce (Org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 73-93.

MACIEL, Maria Eunice. Uma cozinha brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 33, jan-jun de 2004, p. 25-39.

MUNIZ, Érico Silva Alves. **Basta aplicar uma injeção?** Saúde, doença e desenvolvimento: o Programa de Erradicação da Boubá no Brasil (1956-1961). 139 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

MUNIZ, Érico Silva Alves. **Comida, trabalho e assistência social**: a alimentação na agenda política brasileira (1939-1947). 222 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

SABINO, Elianne Barreto; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Colégio Nossa Senhora do Amparo e educação de meninas desvalidas na Província do Grão Pará. *In*: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino; Alves Laura Maria da Silva Araújo (Orgs.). **Educação e instrução pública no Pará imperial e republicano**. Belém: EDUEPA, 2015. p. 105-132.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 3ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 40, jun-dez. 2007. p. 115-135.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Os Arquivos Brasileiros de Nutrição: uma revisão sobre produção científica em nutrição no Brasil (1944 a 1968). **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 303-316, abr-jun, 1999.

Data de submissão: 02/04/2021

Data de aprovação: 03/05/2021

A ESCOLA NUNCA VAI ENTENDER A COMUNIDADE¹...E SERÁ QUE A COMUNIDADE ENTENDE O SIGNIFICADO DA ESCOLA?

THE SCHOOL WILL NEVER UNDERSTAND THE COMMUNITY... AND DOES THE COMMUNITY UNDERSTAND THE MEANING OF THE SCHOOL?

José Manuel Ribeiro Meireles²

RESUMO

O artigo apresenta uma análise da educação escolar para o povo indígena Krahô e discute as dificuldades do entendimento entre a escola e duas comunidades daquela etnia. Coloca a relação do conhecimento tradicional e do chamado universal nas escolas krahô, como também a expectativa dos Krahô jovens e idosos a respeito da instituição escolar. Outro aspecto investigado neste trabalho é a comparação entre as escolas de ensino médio dos Krahô e as do Alto Rio Negro no estado do Amazonas. Reflete sobre as alterações culturais e interferência na identidade krahô ocorridas após a implantação do ensino médio nas aldeias.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas krahô; Conhecimentos; Identidade.

ABSTRACT

The article presents an analysis of the school education for the Krahô indigenous people discussing the difficulties of understanding between the school and two communities of that ethnicity. Puts the relationship of the traditional knowledge and the so called universal at the krahô schools, as well as the expectation of the young and old Krahô concerned to the school institution. Other investigated aspect of this work is the comparison between the Krahô secondary schools and the schools of the Alto Rio Negro in the Amazon State. Reflects on cultural changes and interference in the krahô identity occurred after implantation of the secondary school at the villages.

KEYWORDS: Krahô schools; Knowledges; Identity.

¹ A escola nunca vai entender a comunidade e a comunidade nunca vai entender a escola” são palavras do líder Cuxy expressando sua postura associada ao difícil relacionamento entre a escola e a aldeia Manoel Alves (julho/2015). A postura deste líder evidencia claramente as agruras da relação entre o Estado e sua comunidade, uma vez que a escola inicialmente foi algo trazido de fora, imposta e depois exigida pelos jovens que necessitavam o segundo grau na aldeia.

² José Manuel Ribeiro Meireles, PhD University of Nottingham. E-mail: mecameireles2011@hotmail.com.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8428-1513>

1 INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Este artigo é resultado da pesquisa de campo realizada entre a etnia Krahô/TO, para a elaboração da tese de doutorado sobre a Educação Escolar Indígena Brasileira, as escolas krahô e o Estado Brasileiro no século XXI.

Foi utilizada a metodologia com abordagem qualitativa e indutiva. Foram usados os métodos histórico, de pesquisa participante e comparativo. O método histórico foi empregado para compreender a educação escolar indígena do passado e a do contexto atual, de modo a entender como aspectos dessa educação persistem na estrutura atual das escolas indígenas. O método de observação participante foi utilizado com o intuito de trazer as informações sobre as escolas krahô e auxiliar no entendimento do processo educativo das escolas pesquisadas. Por fim, o método comparativo foi usado com o propósito de identificar semelhanças e diferenças entre as escolas krahô e as do Alto Rio Negro no Amazonas.

Trata-se, portanto, de um artigo de nível exploratório, pelo fato de o tema escolhido, a educação escolar krahô, não ter sido explorado anteriormente a este estudo. Foram utilizadas as técnicas de pesquisa documental, bibliográfica, de campo e de opinião. Esta última junto a especialistas e atores importantes ligados a educação escolar indígena e mais especificamente as escolas krahô.

Primeiramente recorreu-se as fontes textuais analisando o que já havia sido elaborado academicamente por outros pesquisadores, principalmente cientistas sociais. Posteriormente, foram elaborados questionários objetivando a busca por respostas à certas indagações a respeito da situação escolar krahô e finalmente a comparação das escolas indígenas que servem como referência (do Alto Rio Negro, dos Tapirapé/MT) com as do povo Krahô.

Serão apresentadas as relações entre a escola e as comunidades krahô pesquisadas, das aldeias Manoel Alves e Pedra Branca, bem como alterações ocasionadas pela ação educativa escolar naquelas aldeias. Também é relevante a questão das diferenças entre a educação escolar no Alto Rio Negro (ARN) e nas escolas krahô.

2 A RELAÇÃO DAS ESCOLAS KRAHÔ COM SUAS COMUNIDADES

Com o intuito de conhecer a postura dos Krahô em relação às suas escolas e a possível conexão daquelas com suas aldeias, foram elaborados questionários indagando sobre a existência da participação da comunidade na escola, como também a respeito de projetos da escola para a comunidade. Todos os grupos pesquisados (professores, alunos e seus pais, diretores e líderes) foram questionados a este respeito.

De acordo com as respostas obtidas através dos questionários aplicados, chegou-se a seguinte conclusão: a Escola 19 de Abril, da Aldeia Manoel Alves, 10 pessoas afirmaram existir participação da comunidade na escola, enquanto outros 5 negaram; a Escola *Toró Hacró*, da aldeia Pedra Branca apenas uma pessoa afirmou a participação da comunidade na escola e outras 3 disseram não existir tal participação.

Entende-se por participação da comunidade na escola quando há representantes do conhecimento tradicional ensinando seus saberes, tais como artesãos, cantores, etc. Ou mesmo quando líderes, pais de alunos e outros representantes da comunidade atuam para deliberar o conteúdo das disciplinas, o calendário e outras questões importantes relacionadas à comunidade e seu vínculo com a escola.

Outro aspecto que deixa muito a desejar nas escolas krahô das aldeias pesquisadas é a articulação entre a escola e a comunidade. Diferentemente de algumas escolas do Alto Rio Negro, Tupinambá e Tapirapé, onde existe um vínculo forte entre a escola e os projetos para a comunidade, como destacou Abbonizio (2013) para o Alto Rio Negro e algumas de suas escolas indígenas, também Gorete Neto (2009) no caso Tapirapé.

As escolas *Toró Hacró* e a 19 de Abril não possuem compromisso com suas comunidades no sentido de apresentar soluções práticas para questões de saúde, melhoria na produção de alimentos ou bem-estar em geral, como averigui durante esta pesquisa em 2015. Não foi encontrado nenhum entrevistado que apresentasse alguma proposta, algum projeto da escola beneficiando a população local. Muitos Krahô entrevistados, principalmente professores, conselheiros, líderes e diretores das escolas veem esta falta de articulação da escola com suas comunidades.

Quando perguntados sobre a preparação das escolas krahô, se estas faziam algum esforço para manter os jovens na comunidade ou os preparavam para sair, obteve-se como resultado o

seguinte: Manoel Alves, dez pessoas disseram que era para permanecer e três para sair. Na Pedra Branca, cinco disseram que era para ficar e outros três para sair.

3 RELAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E UNIVERSAIS ENSINADOS NAS ESCOLAS KRAHÔ

Ao comparar os dados acima na análise da situação das duas escolas krahô pesquisadas tem-se como visão favorável da escola 19 de Abril um número massivo de pessoas (dezoito), considerando-a como tal, enquanto que a *Toró Hacrô* apenas oito a consideraram eficiente, quatro como desfavorável e três como razoável.

As classificações favoráveis e desfavoráveis das escolas krahô, utilizadas no Quadro 1 foram assim determinadas com bases nas respostas dos componentes das duas aldeias pesquisadas. Quando indagados, todos eles, desde a posição de diretor, coordenador, professor, alunos e seus pais, além de funcionários e líderes sobre a expectativa deles a respeito da escola de sua aldeia. Foi dirigida a seguinte pergunta: “O que você espera da escola?”

Ainda sobre a escola 19 de Abril, o chefe *Püken*, vê aquela instituição como responsável para que os Krahô possam defender seus direitos e também pela ajuda dela para melhorar o diálogo dos *mêhî* com os não indígenas, além de proporcionar condições para que os Krahô não se sintam perdidos quando se encontram fora da aldeia.

Amâncio da Manoel Alves, pai de *Püken*, elogia a atual escola por sua estrutura física, com prédio de alvenaria, bem superior a dos tempos do SPI que era de palha. Disse também que a atual escola está mais integrada à cultura krahô e respeita as festas tradicionais, interrompendo as aulas durante os rituais tradicionais. Com uma visão semelhante à de Amâncio é a posição de *Pocroc*, jovem líder, favorável à escola daquela aldeia pelo fato da mesma ajudar no resgate cultural e também por formar professores de cultura krahô.

Outra posição favorável à escola 19 de Abril é a do seu diretor *Jabbé*, ao afirmar que ela ajuda a manter a tradição e a identidade krahô.

De maneira geral o posicionamento dos entrevistados em relação a escola 19 de Abril é favorável, contrariamente a escola da Pedra Branca onde vários membros daquela comunidade, desde alunos, seus pais, líderes e demais funcionários se posicionam desfavoravelmente ao considerá-

la fraca, como o caso do aluno *Ajébi* de 16 anos e cursando o primeiro ano do ensino médio e também de Vitor *Háchi* de 33 anos cursando o último ano escolar.

Há também posição favorável a escola da Pedra Branca, como a de Carlos *Kôc*, ancião, ex-chefe e importante líder daquela aldeia, ao dizer que aprovou a aula prática, acompanhou uma turma da escola indo caçar e os alunos relatando por escrito suas experiências naquela atividade.

Em termos do tipo de conhecimento ensinado, a 19 de Abril está mais equilibrada pois quatro pessoas afirmaram haver predominância do conhecimento tradicional e quatro do universal, enquanto outros sete viram como equilibrada o ensino de ambos. Ao tomar os resultados para a *Toró Hacró* apenas uma pessoa afirmou ser o tradicional superior ao ocidental, enquanto cinco afirmaram o predomínio do universal e cinco acreditaram haver equilíbrio entre ambos.

Através dos depoimentos dos entrevistados pode-se afirmar que a escola 19 de Abril apresenta um quadro mais equilibrado dos conhecimentos ensinados e na *Toró Hacró* a ausência quase total do conhecimento tradicional, prevalecendo o universal, porém 5 pessoas disseram que havia equilíbrio entre ambos conhecimentos.

Nas entrevistas realizadas, surgiram vários questionamentos teóricos, metodológicos e também o posicionamento dos Krahô a respeito da pesquisa, das escolas e das línguas praticadas por eles e ensinadas naquelas instituições. O Quadro abaixo mostra as diferentes visões dos entrevistados de ambas as aldeias em relação às suas escolas, com forte indicativo de considerar a escola 19 de Abril como uma instituição eficiente, com maior participação dos sábios do conhecimento tradicional, com maior aproximação da escola com a comunidade, enfim a escola da Manoel Alves é bem melhor avaliada pelos integrantes daquela aldeia que a da Pedra Branca.

O quadro demonstrativo de duas escolas krahô mostrou uma visão do ensino, segundo diferentes categorias; o conhecimento tradicional e o universal nestas escolas; a relação da comunidade com a escola; a participação de anciãos Krahô nas escolas e para que estas instituições preparem seus jovens para permanecer ou sair da aldeia. Na escola da Manoel Alves 7 pessoas entrevistadas acham que os conhecimentos ensinados naquela instituição estão equilibrados entre o tradicional e o universal, enquanto que na Pedra Branca apenas 5 indivíduos acreditam existir este equilíbrio.

Tabela I: “Avaliação das escolas feita por membros das aldeias”.

Escola 19/04 Manoel Alves

Visão	Favorável	Desfavorável	Razoável
1-Alunos	4		
2-Chefe	1		
3-Diretor	1		
4-Funcionários	2		
5-Líderes	2	1	1
6-Pais de alunos	6		1
7-Professores	2		
8-Secretário			1

Escola Toró Hakrô - Pedra Branca

Visão	Favorável	Desfavorável	Razoável
1- Alunos	1	3	
2- Chefe			1
3-Diretor			1
4-Funcionários	1		
5-Líderes	1	1	1
6-Pais de alunos	2		
7-Professores	3		
8-Secretário			

Conhecimento	
Tradicional	4
Universal	4
Equilíbrio entre ambos	7

Conhecimento	
Tradicional	1
Universal	5
Equilíbrio entre ambos	5

Relação Comunidade com a Escola	
Existe	10
Não Existe	5

Relação Comunidade com a Escola	
Existe	1
Não Existe	9

Participação dos Velhos na Escola	
Existe	4
Não Existe	1

Participação dos Velhos na Escola	
Existe	1
Não Existe	3

A escola prepara alunos para permanecer na aldeia ou para fora	
Ficar	10
Ambos	3

A escola prepara alunos para permanecer na aldeia ou para fora	
Ficar	5
Ambos	3

Fonte: Elaboração própria.

Ao entrevistar os alunos de ambas escolas krahô, a maioria dos estudantes da Manoel Alves, 4 concebem sua escola como eficiente enquanto que se tratando da Pedra Branca somente 1 a enxerga desta forma e os outros 3 com uma visão desfavorável.

Os resultados extraídos do quadro 3 evidenciam com clareza a aceitação, por parte dos entrevistados, do trabalho que está sendo realizado na 19 de Abril e as fortes críticas dos Krahô em relação a *Toró Hakrô*. A grande diferença entre ambas consiste nas aulas práticas da *Toró Hakrô*, elogiadas pelo líder *Kôc* daquela aldeia e bastante semelhante à postura de Antonino da Manoel Alves que defende a aula baseada no conhecimento tradicional e ministrada por anciãos. Na subseção abaixo foi mostrado as ilusões dos *mêhĩ*, como os Krahô se auto denominam, em relação àquilo que a escola pode proporcionar e suas expectativas.

4 A ESCOLA KRAHÔ CONTEMPLA AS EXPECTATIVAS DE JOVENS E VELHOS?

Quando os velhos Krahô colocam sua posição em relação à escola, expressam-se a favor dela para livrar seus descendentes do trabalho físico, debaixo do sol, do trabalho nas roças. Acreditam eles que, com estudo, seus filhos não necessitarão mais realizar trabalho árduo. Daí é levantada a questão: como podem manter suas comunidades sem a produção das roças? Como vão realizar suas festas rituais sem alimentos em abundância? De onde surgirão os alimentos para sustentar as aldeias? Estes aspectos acima relacionados parecem uma incógnita e também bastante ambíguos à primeira vista.

Os jovens Krahô estão deslumbrados com o mundo *cupê* (designativo Krahô para os não indígenas) e seus produtos, daí que preferem “dar as costas”, ignorar o tradicional por não conseguirem através deste meio os bens que tanto desejam como veículos, motos, celulares, roupas, etc. Apenas quando atingem uma certa idade, mais ou menos a partir dos trinta anos de idade, quando a maioria dos *mêhĩ* alcança a condição de avós, já passaram pela idade juvenil de deslumbramento com a cultura não indígena, começam a “cair na realidade” e percebem que os bens materiais *cupê* não foram adquiridos mesmo já tendo concluído o ensino fundamental. Pode-se chamar esta idade, após os trinta anos, de idade da razão, quando se despojam dos sonhos, se aproximam mais do ser krahô, buscam mais reforçar seus valores, sua identidade *mêhĩ*, já não acreditam mais na ilusão da facilidade em conseguir as benesses do mundo *cupê*, embora sigam sentindo em menor intensidade a situação conflitiva entre continuar sendo krahô e entender melhor o mundo *cupê*.

O estar perdido entre os dois mundos prossegue, porém em menor intensidade. A percepção neste sentido se deu por meio das entrevistas feitas com indivíduos de idade superior aos trinta anos nas duas aldeias. Por exemplo o caso do diretor da escola da Pedra Branca, Antônio, com mais de trinta anos, ao dizer que não consegue dormir quando começa a pensar em como fazer os alunos se interessarem pela cultura *mêhĩ*. Outro exemplo é *Cuxy* (Paulo da Manoel Alves) ao despertar a consciência de estar perdendo suas tradições e iniciar o ensinamento das crianças no *cà* (pátio central da aldeia). Ao dizer que os *mêhĩ* estão perdidos significa que estão indecisos sobre qual o caminho a

tomar: se o de seus valores tradicionais ou se vão em busca dos bens materiais *cupê*, aderindo a uma outra maneira de ser, a do mundo “branco”.

5 ANÁLISE DOS DADOS DAS ESCOLAS KRAHÔ UTILIZANDO AS VISÕES DE LÍDERES KRAHÔ, DE GIRALDIN E LUCIANO

Os temas desenvolvidos nesta subseção foram discutidos segundo a percepção de professores universitários, um indígena e o outro não indígena, cruzando-as com as visões de líderes e anciãos *mêhĩ*. Para tal também foram utilizadas concepções de líderes para mostrar como surgiu a primeira escola entre os Krahô e como a mesma desapareceu. Isto reforça a conclusão que os *mêhĩ* não entenderam ainda o significado dela, não foram convidados a participar nem da criação e nem da extinção.

Apareceram visões distintas em relação à escola, como a de *Krawakraj* em ensinar apenas o conhecimento tradicional e a de Luciano (2012B) “em defender a ideia de se ensinar apenas o conhecimento ocidental nas escolas indígenas”. Será também debatida a importância do espaço onde o conhecimento deve ser transmitido, os Krahô perdidos entre a tradição e a inovação, discurso várias vezes desenvolvido durante o ritual do *Pâr Cãhac* e do trabalho de campo. Esta tensão entre a tradição e a inovação ficou patente durante toda a pesquisa de campo.

Outros quesitos desenvolvidos foram a utilização dos conceitos de Paulo Freire e de Clastres e a possível timbirização da escola pelos Krahô (Giraldin), a escola criando estruturas físicas que terminam por fixar a permanência dos Krahô em certos locais, postos onde surgiram prédios escolares e farmácia.

Serão utilizados os autores Giraldin e Luciano para a discussão de alguns temas levantados no decorrer deste artigo. Quanto aos estudos de Melatti (1963,1967,1968,1972, 1973,1974 e 1978), sobre os Krahô, considerados como clássicos, não há possibilidade de se discutir suas ideias, uma vez que foram embasadas em observações de campo durante a década de 60, um outro tempo, que não se pode comparar com a situação atual, como bem colocado por Giraldin: “agora são os Krahô do século XXI” (entrevista por via eletrônica em 13 de novembro de 2016).

A escolha do antropólogo Giraldin se deu graças aos seus estudos sobre a educação escolar indígena do Estado do Tocantins, com três publicações sobre o assunto, onde ele trabalha como professor da Universidade Federal daquele Estado. Já a escolha de Luciano foi por se tratar de um

intelectual indígena que pesquisou sobre a educação escolar de seu próprio povo (os Baniwá) do ARN, produzindo uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado em Antropologia Social sobre o tema. Ele é professor da Universidade Federal do Amazonas em Manaus.

Partindo das palavras do secretário da escola 19 de Abril, Alvaro Krahô, ao dizer que as pessoas ainda não entenderam o que é educação, ele está se referindo aos *mêhĩ* de sua comunidade, pelo fato de ainda não entenderem o que é a escola. Os Krahô ainda necessitam saber de que forma uma instituição alheia a sua cultura e a sua organização sócio-política, a escola, pode ser apropriada por sua sociedade, mesmo resultando interferências em seu cotidiano, como por exemplo os conflitos ocasionados no momento de escolha de seus funcionários e também como conciliar atividades escolares de crianças e adolescentes sem afastá-los de outras atividades coletivas tradicionais.

Segundo Alvaro, do ano 2000 para cá as pessoas de sua aldeia passam muito tempo dentro da escola, tirando-lhes o tempo que poderia ser utilizado para desempenhar atividades rotineiras fundamentais, como o cultivo de roça, caçada, reuniões no pátio, etc. Para ele, a escola da SEDUC do Tocantins está interferindo em demasia, alterando o ritmo de vida da aldeia. Manoel Alves.

Alvaro alega que a escola anterior ao ano 2000, a da Funai, não exigia frequência, deixando os alunos com mais liberdade. O professor dava as tarefas e os alunos as traziam prontas, ou as realizavam na escola. Cita até a ajuda da professora *cupê*, que os auxiliava na roça, dando a impressão de uma escola mais integrada às atividades da aldeia. Na visão de Alvaro a escola anterior concedia mais tempo, podendo os alunos utilizarem-no para a execução de outras tarefas relacionadas à subsistência. Não ficavam “presos” diariamente dentro das “quatro paredes brancas”, como ele concebe a escola. Ao dizer paredes brancas, pode estar se referindo também ao predomínio do conhecimento “branco” na escola, que prende os *mêhĩ* em um espaço “branco”, em oposição ao indígena, tirando-lhes a chance de maior convívio com sua língua, dentro da escola, enfim com sua realidade, sua cultura, seu universo.

Não que seja uma função da escola realizar projetos para melhorar as condições materiais de seus alunos ou mesmo da comunidade em geral, porém enquanto instituição ela tem possibilidade de capacitar indivíduos com potencial para desenvolver ações que tragam bem-estar para suas aldeias ou mesmo para os Krahô em geral.

Partindo das colocações de Alvaro ao criticar a falta de entendimento sobre o significado de educação e, conseqüentemente, da escola, isto pode estar ocorrendo pelo fato dela e todo seu

modelo ser estruturado completamente fora dos padrões de construção Krahô, e também do lado de fora do círculo da aldeia. Além de não entenderem o que é a escola, ela foi criada sem a consulta prévia aos Krahô e tampouco explicaram para eles seus objetivos.

Os Krahô foram afetados diretamente pela criação da escola. Sobre este assunto, o líder Carlos *Kôc*, da aldeia Pedra Branca, coloca seu ponto de vista: não sei porque criaram e nem porque terminaram (segundo entrevista de julho de 2015) referindo-se à escola fundada pelo SPI. A este respeito também se coloca Cardoso de Oliveira (2000) ao dizer que a dificuldade de comunicação democrática e argumentação efetiva, no qual os desejos da comunidade e suas especificidades sejam compreendidas e respeitadas, o que resulta em obstáculos para a construção da educação indígena diferenciada. A comunicação entre índios e administradores públicos é assimétrica, com falta de informação aos primeiros e uma postura colonizadora de imposição pelos segundos.

Partindo do desconhecimento, tanto por parte dos Krahô como de outros povos indígenas brasileiros, a respeito do significado da escola, ela possui poucas chances de resultar em algo proveitoso para as sociedades indígenas, isto é, não trazendo contribuições ao bem-estar das populações indígenas. Ao contrário, como será demonstrado mais à frente, ainda neste artigo, a escola traz atritos e controvérsias quando se trata da questão de distribuição de seus empregos.

Sobre a questão de a escola indígena ser diferenciada, um direito garantido na Constituição Federal Brasileira de 1988, é necessário colocar a visão do líder *Cuxy* da Manoel Alves ao dizer: “A escola diz que é diferenciada, mas não pratica este movimento diferenciado, né! Quando tem festa, a escola prende o funcionário, ele não participa do ritual”. A este respeito, o da escola diferenciada, *Jabhé*, diretor da 19 de Abril, pergunta: “como fazer a diferença?” Para que a escola seja diferenciada, eles, os *mêhĩ*, têm de fazê-la diferente, descobrir a forma, o caminho, não esperar pela SEDUC. Ele mesmo afirma que antes os Krahô eram livres, ao se referir ao tempo anterior à implantação da escola, a educação era diferenciada.

Os *mêhĩ* convivem com a escola há mais de meio século, e para a maioria das etnias indígenas ela não é de forma alguma conhecida quanto aos seus objetivos, razões de existência, e de que modo poderia ser usada em benefício deles. Tanto povos indígenas com longo tempo de contato com a sociedade brasileira quanto aqueles com pouco contato estão perdidos em relação à educação escolar, suas finalidades e estratégias para sua incorporação em seus universos culturais.

Uma possível explicação para esta falta de entendimento que os povos indígenas têm sobre a educação escolar poderia estar calcada na dificuldade que os mesmos têm para entender a estrutura

política de poder central das sociedades ocidentais, suas formas de controle social e, no caso da escola, como uma instituição que responde por esta função. Por este prisma podemos visualizar a imensa confusão para os índios, gerada pela introdução das escolas em suas aldeias.

Giraldin (entrevistado *online* em 13/11/16) se posiciona em relação à escola em comunidades indígenas como uma das agências indigenistas que exercem influência sobre os índios. Para ele talvez a escola não seja a mais importante porque através da e.e.i. se estabelece uma noção de tempo, também uma relação entre os campos de conhecimento indígena e não indígena. Ele cita outras inter-relações indígenas com o mundo dos brancos, como a questão do saber médico, que resulta numa relação tensa com o saber tradicional, além dos meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão, que atuam influenciando.

Deixando a questão ideológica e política da implantação das escolas em aldeias indígenas, levanta-se o quesito espacial, i.e., a posição que as escolas indígenas ocupam dentro das aldeias. A localização espacial das instituições escolares pode demonstrar seu caráter alheio ao universo indígena onde ela se encontra por se tratar de um espaço fora do loco principal de aprendizagem, de transmissão do conhecimento.

A inserção da escola na aldeia, no local onde está edificada, evidencia a falta de interesse para com o conhecimento indígena, uma vez que a escola não está preocupada em se tornar um centro de divulgação do conhecimento tradicional. O local onde foram construídas as escolas nas aldeias krahô não foi sequer discutido com chefes, líderes ou professores indígenas. A comunidade não foi consultada a respeito desta questão, ela não foi envolvida para opinar sobre o assunto. Desta forma as chances de se chegar aos resultados esperados são mínimas, no sentido de fazer uma educação diferenciada, onde o conhecimento ocidental não esteja em uma posição superior ao indígena.

Este fato foi evidenciado pela distância física entre a escola e a comunidade. Por exemplo, na Manoel Alves, onde a visão da maioria dos entrevistados sobre a escola é favorável, aí o espaço compreendido entre a escola e as residências é mínimo, não chegando a 100 metros a distância que separa ambas. Enquanto que na Pedra Branca, onde a visão da escola pela maioria dos *mêhĩ* lá entrevistados é desfavorável, ela é bem mais distante das casas quando comparada à da Manoel Alves. Tomando como parâmetro a questão da localização da escola, é possível compreender o desinteresse da comunidade por ela, a frustração dos educandos, a falta de participação dos indígenas para determinar o local mais indicado, e até vislumbrar a distância entre a escola e a comunidade.

As escolas, ao serem construídas fisicamente fora do círculo das aldeias krahô, estão localizadas totalmente fora da área tradicional de transmissão do conhecimento, que ocorre na maioria das vezes na relação social entre as diferentes categorias de idade, partindo sempre do interesse, da vontade de aprender dos mais jovens, que buscam os mais velhos indagando-os, imitando-os, pedindo esclarecimento sobre um determinado quesito. Isto pode ocorrer em qualquer lugar da aldeia, mas é no *cà* onde ocorre a maior parte da transmissão dos ensinamentos. Assim que o que existe na sociedade *mêhĩ* é muito mais um processo de aprendizagem dos mais jovens pelos mais velhos, não existindo, desta forma, uma concentração na área do ensino. As crianças e adolescentes *mêhĩ* são livres para buscar com os mais velhos o que querem aprender, cada pessoa só avança no que lhe interessa aprender, nada lhe é imposto.

A respeito da liberdade dos povos indígenas em procurarem o que desejam conhecer, pode se fazer um paralelo com a Pedagogia de Paulo Freire fundamentada na educação como caminho para a libertação do ser humano. Sendo os indígenas mais livres, no sentido de poderem escolher o que desejam aprender, este pode ser um passo importante para a introdução do método freiriano que se baseia na educação para a libertação do ser humano oprimido (Freire, 1987). No caso Krahô os *mêhĩ* ocupam a posição de colonizados, submissa aos colonizadores representados localmente pelos comerciantes de Itacajá que os exploram vendendo a eles mercadorias superfaturadas e pelos empresários do agronegócio ao cobiçarem suas terras para expandir seus cultivos, além de destruírem o meio ambiente circunvizinho Krahô dificultando a sobrevivência dos *mêhĩ*.

A educação seria uma via de libertação desta relação colonialista, a partir do momento que os colonizados tomam consciência de sua posição, que Paulo Freire (1987) desenvolve em seu método a partir da dualidade opressor e oprimido. Partindo da premissa que os *mêhĩ* são livres para escolher o que pretendem, parte do caminho a ser trilhado pelo método freiriano já se encontra pronto.

Ainda a respeito desta questão, Luciano também se posiciona ao dizer: “Todos os membros de uma comunidade têm acesso aos conhecimentos e valores básicos, mas alguns se especializam em determinados domínios segundo seus talentos e interesses”... Isso evita que determinados saberes sejam de exclusividade de certos indivíduos ou grupos, o que em geral gera monopólio, exploração e desigualdades (Luciano, 2012b, p.225). Esta pedagogia Baniwá impede que grupos de poder sejam constituídos dentro de suas sociedades, não permitindo a eles o controle dos demais membros, utilizando meios de coerção. Muito semelhante com o que ocorre aos Baniwá encontra-se também em outros grupos indígenas brasileiros, como entre os Krahô, os Xerente, os Panará, etc.

Sendo a maior parte dos conhecimentos transmitidos no pátio central e no círculo residencial, ali seria o local ideal para se construir a escola, fazendo com que a comunidade possa ter mais controle do que está ocorrendo e maior facilidade para os mais velhos, sábios tradicionais e líderes frequentarem e transmitirem o que dominam, tornando o prédio escolar um local mais acessível, e dando aos Krahô a impressão de ser uma instituição também passível para o entrosamento de seus conhecimentos com o ocidental. Possibilitaria também o controle da escola pelos *mêhĩ* tornando-a algo deles, poderiam no dizer de Giralдин (entrevistado eletronicamente em 13/11/16) timbirizar a escola, absorvê-la incorporando-a à cultura deles, como ocorreu com a *Kajré* onde não só o controle como os ensinamentos Krahô fundiram as disciplinas ocidentais como a Geografia de seu território, a história contada pelo ancião Penô naquela escola localizada no *krinkapé* (espaço entre o pátio central e as casas). A escola indígena para Luciano seria “um local de complementação do conhecimento, onde ele seria agregado ao que os índios já possuem, enfim acumulado harmonicamente, juntando o local e o global” (Luciano, 2012b, p.188).

A escola sendo erigida na circunferência residencial da aldeia, que é o local onde toda a comunidade está voltada, além de proporcionar o maior entrosamento entre ambos conhecimentos, simboliza juntamente com o *cà* o universo *mêhĩ*. Ao se encontrar do lado de fora da aldeia como está disposta na Pedra Branca, a escola se distancia do objetivo de interação entre ela e a comunidade, fica caracterizada como instituição “branca”, dos “brancos”, assim sendo com menos chances de integração e troca de conhecimentos.

As escolas que foram construídas fora da aldeia, foram com material inadequado, i.e., de alvenaria, tornando-as desconfortáveis, muito quentes, sem ventilação, ao contrário das casas krahô, cobertas de palha e com espaço entre o telhado e as paredes de pau-a-pique, levantadas a partir de barro e madeira, o que as fazem mais frescas para suportar as altas temperaturas do cerrado brasileiro.

As escolas, além de estarem fora do espaço das aldeias e serem desconfortáveis, obrigam a frequência dos alunos por grandes períodos de tempo, privando as crianças e jovens Krahô de terem mais contato social com outras categorias de idade, as quais poderiam estar passando não só o conhecimento tradicional como as práticas fundamentais para a sobrevivência física e identitária, como o trabalho das roças, técnicas de caça e pesca, confecção de utensílios domésticos como esteiras, cestos, enfeites e adornos corporais. Cada vez mais preteridos em função daquilo que o líder Antonino *Krwakraj* critica como ensino da escola, que os Krahô não estão entendendo: Matemática,

História, Português, conhecimentos que ele considera desnecessários para a formação do indivíduo Krahô.

À medida que a escola vai ocupando mais espaço, fazendo com que crianças e jovens dispensem boa parte dos seus dias dentro das quatro paredes brancas, diminui assim a oportunidade do aprendizado tradicional, acelerando o processo de integração do grupo aos padrões nacionais, conseqüentemente podendo enfraquecer também a identidade krahô.

Partindo do pressuposto que a identidade é constituída de valores e conhecimentos estes aprendidos na formação do indivíduo enquanto parte de um grupo social, a escola desempenha papel fundamental na constituição desta. Dependendo do tipo de conhecimento ensinado na escola krahô, este pode reforçar o ser *mêhĩ*, formar indivíduos com ambos conhecimentos (ocidental e tradicional) ou aliená-los quando ensina apenas o universal. A preocupação de Antonino tem fundamento quando se reflete sobre as disciplinas ensinadas na escola, caso estas sejam somente as ocidentais, as crianças e jovens estariam se distanciando da identidade krahô, longe de aprender as coisas do mundo krahô, segundo Antonino.

Segundo *Pobkroc*, de 34 anos, residente na Manoel Alves, os Krahô devem ocupar o lugar dos “brancos” como professores das escolas krahô, usar a escola a favor da comunidade, incorporando-a, assumindo-a e administrando-a. *Pobkroc* usa a expressão “o novo guerreiro Krahô”, aquele que deve lutar com novas armas na relação com o “branco”, sendo o indivíduo que sabe conversar com o “branco”, o que já sabe traduzir as aspirações krahô para o português e as palavras portuguesas para a língua *mêhĩ*. Ele diz: “O novo guerreiro é aquele que sabe fazer projeto, já sabe manter o próprio povo”.

Para *Pobkroc*, o novo guerreiro dispensa a assessoria “branca”. Trazendo de volta o pensamento de Luciano Baniwá (2003), em sua dissertação de mestrado em Antropologia Social intitulada **Projeto é como branco trabalha, as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar: experiências dos povos indígenas do Alto Rio Negro**, onde expõe de forma bastante clara a expectativa dos membros de sua aldeia natal, do povo Baniwá/AM, em relação a seus líderes. Ou em outras palavras como deve agir o “novo guerreiro” indígena, parafraseando *Pobkroc* Krahô, nas suas relações com os “brancos”, é o que esperam os membros de uma aldeia em relação a este novo líder, aquele que tem noção de futuro, no sentido de refletir em algo que vai atingir os interesses de sua comunidade trazendo melhoras substanciais para o bem comum.

Kõc fala daquele tempo como o da verdadeira educação krahô, que não admitia interferência externa. O chefe possuía certa autoridade, as pessoas seguiam suas orientações, estavam voltadas para o modo de vida tradicional, com caçadas, corridas com toras diariamente, reuniões no *cà* e incentivava a abertura de novas roças. O que ele denomina verdadeira educação eram os ensinamentos baseados no modo de vida krahô que formavam os indivíduos segundo a tradição. O local onde boa parte do conhecimento tradicional era passado e onde ocorriam importantes momentos da vida social krahô era o *cà*, quando toda a aldeia se voltava para ela mesma, para o centro.

A escola em todas as aldeias krahô está localizada fora do círculo residencial. Ela é algo externo, vem de fora do mundo krahô, e não foi totalmente assumida pelas comunidades krahô, constitui-se ainda em algo a ser conquistado, porém que deve ser primeiramente descoberto seu significado.

A formação escolar é também de extrema importância para a formação de líderes indígenas, pois através dela se adquire o domínio da língua portuguesa e de requisitos mínimos para dialogar com o mundo “branco”, adquirir *status* através dos diplomas que podem permitir ao líder expressar desejos, necessidades de seu povo e ser escutado, com intuito de realizar negociações.

A importância do domínio dos conhecimentos ocidentais está presente não só em líderes políticos como no mundo acadêmico, como é o caso do professor Luciano Gersen Baniwá, entre muitos outros indígenas ensinando e divulgando a causa indígena em universidades brasileiras, além do escritor Daniel Munduruku através de seus livros.

Darlene Taukane Bakairi a este respeito se pronunciou: “A minha formação acadêmica me trouxe muitas coisas boas, como reconhecimento dos povos indígenas e, principalmente, dos não indígenas. De início eu vi que a partir daí muitas portas se abriram. Sou convidada para dar palestras, fazer conferências. Isso me deu condições de participar do movimento Indígena com mais qualidade, o que fez com que surgissem oportunidades para viajar, lecionar, bem como para atuar como professora nos cursos de formação de professores indígenas no Brasil. Portanto, já estive em São Paulo, no Amazonas, na Bahia, em Minas Gerais, Londres (Inglaterra), São José (Costa Rica), Quito (Equador). O mestrado me deu essa possibilidade. Abriu caminhos e oportunidades para conhecer outras realidades” (MUNDURUKU, 2012, p.115).

A tensão existente entre levar o conhecimento tradicional krahô para dentro das “paredes brancas” da escola, ou trazer de volta a vida social e o ensino tradicional para o *cà*, local cada vez menos frequentado, persiste. A título de ilustração e comparação entre o que acontece atualmente

com as escolas *mêhĩ* acerca do conhecimento tradicional, se este deve ser ensinado nas escolas ou não, Giralдин (2010, p.41) trata o caso Akwen/Xerente do Tocantins, na aldeia Salto. Em reunião entre professores da escola e membros da Associação daquela aldeia, ficou acertada a contratação de anciãos para o ensino do conhecimento tradicional na escola, porém os velhos se recusaram a participar dizendo que é desnecessário ensiná-lo na escola, uma vez que o pátio já não existe mais como local de transmissão de conhecimento, e que a escola deve seguir seu papel de ensinar os conhecimentos não-indígenas. A maneira de se resolver esta contradição tem sua forma característica em cada uma das aldeias krahô pesquisadas.

Foi registrado também, através de entrevista gravada com *Jabbé*, a postura de defesa das tradições krahô, ao dizer que a educação diferenciada acontecia quando os *mêhĩ* eram educados segundo seus antigos métodos, os quais incluíam maior tempo dispendido no *cà* e em outros locais onde se ensinava aos jovens e crianças o modo de ser krahô. Mesmo considerando *Jabbé* como sendo um dos representantes da inovação, ele também apresenta através de seu discurso sua veneração à tradição e ao mesmo tempo a dicotomia entre a inovação e a tradição.

Para Luciano (2012b, p.197) a escola indígena tem de se ajustar, harmonizar o mundo moderno com as tradições indígenas. Para ele a escola não deve negar a tecnologia e nem supervalorizar as tradições, sendo necessário articular a inovação com a tradição. O mesmo autor (2012, p.195) usa a ideia de Pacheco de Oliveira ao afirmar que a tradição não consegue explicar o mundo moderno, globalizado, tecnológico e científico.

Surge também a visão de *Cuxy*, ultrapassando a dicotomia tradição-inovação, ao colocar a situação dos jovens *mêhĩ* perdidos, não estando integrados nem ao próprio mundo nem ao mundo dos *cupẽ*. Ele diz que os jovens estão deixando as próprias coisas e dando valor nas que vêm de fora, estas coisas são importantíssimas para eles. Segundo *Cuxy* os Krahô estão deixando a própria cultura, mesmo gostando dela. Dessa forma passam a não entender tanto a cultura alheia quanto a própria. Diz ele: “Estão perdidos no meio do caminho, gostam do que é deles e estão deixando o que é próprio”.

Totalmente em oposição à visão de *Cuxy* é a posição de Giralдин (2016) ao contestar a ideia de estarem os Krahô perdidos no meio do caminho, entre o mundo *cupẽ* e o mundo krahô. Para ele, os Krahô estão se tornando mais Krahô do século XXI, usando da tecnologia, acessando os meios que estão ao alcance deles. Como exemplo, cita as informações postadas no *Facebook* da Aldeia Manoel Alves onde os jovens gravaram depoimentos com os velhos sobre a cerimônia de casamento

Krahô tradicional. Giralдин (2016) também aludiu aos jovens da Pedra Branca que estão filmando suas festas, outras cerimônias utilizando de câmeras e outros recursos tecnológicos para falar sobre sua própria cultura.

No caso de *Cuxy*, mais maduro, e com uma experiência de vida mais centrada no mundo *mêhĩ*, faz com que ele se torne um crítico acirrado dos valores *cupẽ*, e pode ser considerado como um fiel representante da resistência à escola, a qual ele frequenta. Enfim ele faz oposição ao modelo de escola essencialmente “branca”, representada pelo Estado, diferentemente de *Jabhé*, apoiado pelo Estado para fortalecer a escola, além de ser *mêhĩ* é também um representante do governo do Tocantins junto aos Krahô, como disse Schiavini ao se referir a *Jabhé*: “o menino dos olhos do governo”, que sabe aproveitá-lo como um importante aliado. A posição de *Jabhé* como membro da etnia krahô e também diretor de escola o coloca como representante de interesses contrários, assemelhando-o ao que Maher (1996) mostra a dificuldade de ser professor sendo índio, posição dúbia entre interesses conflitantes, os de sua comunidade e os do Estado enquanto professor que é pago para representá-lo.

A presença de estrutura física como escola, posto de saúde condiciona também a fixação e permanência de aldeias em determinados locais do território. Situação semelhante que Belaunde (2010) presenciou no Peru, onde escolas bilíngues geraram aglomerações destribalizadas quando populações procuravam benefícios infra estruturais. A partir da estrutura criada pelo Estado, os *mêhĩ* conseguem receber assistência mínima de educação escolar e cuidados médicos, que os tornam dependentes destes, e em muitos casos não se mudam desses locais resultando em esgotamento das possibilidades de terras agricultáveis, com frutas nativas e também escassas de caça.

Ivo Zézim diz com clareza a falta de interesse atualmente dos jovens *mêhĩ* para com sua cultura, motivo este que pode explicar o número reduzido de mestres de cerimônias rituais, pajés, cantores, etc. Afirma que se qualquer pessoa quiser certificar o desinteresse dos jovens *mêhĩ* pela própria cultura, é só ir até a escola *Toró Hakró* e pedir para eles cantarem alguma cantiga *mêhĩ*, todos têm vergonha de cantá-las, desconhecem as letras e melodias, porém dominam muito bem as canções *cupẽ* sertanejas e de forró, cantando-as com entusiasmo.

Pode-se apresentar a escola como um desafio para os povos indígenas, no sentido de que ela compartimentaliza o conhecimento por disciplinas, enquanto a visão Krahô do conhecimento, acima exposta por *Piiken*, é holística, não divide o saber separando-o por partes. Apenas a nível de maior

explicitação sobre esta questão, contrariamente à visão do todo separado por partes, a cultura ocidental está baseada na visão dual, de oposição entre o verdadeiro e o falso, entre o bem e o mal, separando e negando um lado, o oposto. Daí a dificuldade indígena, em nosso caso a dos Krahô, em ajustar sua escola entre o todo homogêneo e a divisão do conhecimento em disciplinas. Solucionar este problema fica ao encargo das sociedades indígenas, as quais vão criando seus próprios modelos escolares, e dando encaminhamento a esta dualidade trazida pela escola.

6 DIFERENÇAS ENTRE AS ESCOLAS INDÍGENAS DO ARN E AS ESCOLAS KRAHÔ

A presença efetiva dos religiosos católicos salesianos no Alto Rio Negro marca a grande diferença entre sua educação escolar e a dos Krahô. A participação de religiosos entre os Krahô perdurou por poucos anos. Isto ocorreu quando foram conduzidos para uma missão, juntamente com os antigos inimigos, os Xerente, que permaneceram no antigo aldeamento de Pedro Afonso, que deu origem à cidade com o mesmo nome no Estado de Goiás, hoje Tocantins. Muito distinto do processo religioso educativo no Alto Rio Negro que perdurou por décadas, enquanto que “para os Krahô durou apenas 27 anos, de 1848 a 1875 quando retornaram em direção nordeste, ocupando a área onde se encontram atualmente, entre os rios Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno” (Giraldin, 2010, p.3).

O trabalho educativo religioso no Alto Rio Negro foi bastante eficaz, no sentido de destruir os costumes tradicionais como a habitação em malocas coletivas, tidas como ambiente sexualmente promíscuo, anti-higiênico. “Os salesianos combateram também o uso de cerimônias rituais, festas, danças e conhecimentos tradicionais, todos relacionados às práticas diabólicas” (Luciano, 2006, p.73). O mesmo não ocorreu com os Krahô, pelo menos não temos dados a respeito das proibições a seus costumes na missão capuchinha, onde habitavam em aldeias.

No ARN houve ajuda financeira do governo federal, simpático à missão salesiana e sua atuação entre os índios. Desde a década de 40 do século XX, o Estado brasileiro deu suporte às missões salesianas no MT, entre os Bororo e também no Alto Rio Negro. A ausência do Estado, entre os indígenas do Alto Rio Negro, permitiu a atuação dos salesianos que ocuparam este vácuo deixado pelo governo, em termos de assistência educacional e de saúde, em uma região

estrategicamente bastante importante, por se tratar de uma área de fronteira entre o Brasil, Colômbia e Venezuela.

Ao compararmos o Território Krahô com o do Alto Rio Negro e sua importância estratégica, evidencia-se o total desinteresse pelo Estado em relação ao sertão, onde vivem os Krahô, região que não atraía nenhum tipo de atenção especial na época da demarcação, completamente diferente da área fronteira do Alto Rio Negro.

Depois da missão do padre capuchinho Rafael de Taggia os Krahô foram literalmente abandonados pela Igreja Católica. Em 1920 chegou à Itacajá a primeira missão evangélica batista, que não conseguiu fiéis entre os Krahô, a ponto de influenciá-los alterando sua cultura, apesar de combaterem muito a corrida tradicional de toras. Esta persistiu e não foi feita nenhuma tentativa por parte daqueles missionários para alfabetizar os Krahô em português. Mais tarde o pastor batista Acácio e sua esposa Vânia fixa-se em Itacajá concentrando seu trabalho mais no aprendizado da língua *mẽhĩ*, conseguindo traduzir a Bíblia em krahô. A atuação deste missionário ficou restrita apenas às aldeias Manoel Alves e Pedra Branca onde parte da população também destas aldeias se diz católica.

A preservação cultural dos rituais krahô, quando comparada a outros povos Timbira, é maior. Então pode-se fazer uma relação entre o isolamento krahô, apesar de bem mais próximos às cidades que os povos do ARN ainda assim conseguiram manter vários rituais e preservaram mais sua cultura tradicional que os indígenas do Alto Rio Negro, bastante distantes de cidades como a de São Gabriel da Cachoeira. Outro fator significativo foi a falha da escola do SPI e da Funai entre os Krahô, no sentido de alfabetizá-los, o que foi bastante diferente do Alto Rio Negro e o êxito da educação salesiana para os indígenas que conseguiu distanciá-los, afastá-los de suas culturas originais, o oposto do que ocorreu com os Krahô, onde a escola inoperante do SPI e da FUNAI acabou permitindo os ensinamentos tradicionais.

Além do quesito religioso da educação, outra grande disparidade entre o Alto Rio Negro e os Krahô consiste na luta empreendida pelos indígenas rionegrinos para demarcarem seu território. O território krahô após o massacre de 1940, foi demarcado no ano de 1944, enquanto que os povos do Alto Rio Negro tiveram que lutar bastante, organizando-se em associação para conseguir a legalização de suas terras.

Os problemas enfrentados pelos índios do Alto Rio Negro foram enormes. Tiveram que interromper o Projeto militar Calha Norte que pretendia a efetivação de tropas militares naquela área

de fronteira, para o combate do tráfico de ouro para a Colômbia e de cocaína para o Brasil. Tiveram também que vigiar a fronteira, uma vez que o referido projeto afetaria a demarcação contínua das terras indígenas, como são na atualidade representam a maior área indígena contínua brasileira.

As associações de professores do ARN, principalmente a FOIRN, desempenharam papel importante na organização e luta contra o Projeto Calha Norte e os índios saíram vitoriosos. Além da disputa pelo controle do ARN com os militares, os indígenas tiveram também que lutar contra os garimpos de ouro ilegais que foram retirados de sua reserva.

A demarcação da área krahô não enfrentou nada comparado à do ARN. Os Krahô tiveram que recorrer aos aliados locais e ao governo federal, contra a atuação de dois fazendeiros locais responsáveis pelo massacre que poderia culminar em genocídio. Diferentemente do ARN que a legalização das terras indígenas estava se opondo a interesses de grandes forças do Estado como o Exército, grandes mineradoras e garimpos ilegais de ouro avançando sobre suas terras. Portanto não foi desenvolvido entre os Krahô nenhum tipo de organização, como ocorreu com os professores do ARN e sua importância no combate à presença militar e dos garimpos.

O Território Krahô não apresentava motivos para ser cobiçado, uma vez que é composto por terras de solo fraco, impróprio, portanto, para a produção de cereais como milho e feijão e com as mesmas características das fazendas do entorno, aproveitadas para a criação extensiva de gado *vacum*. Assim que, da década de 40 até fins da de 90 do século passado, quando inicia a expansão da produção de soja na região, o Território Krahô não possuía atrativos especiais para ser disputado até então. Bem diferente da região estratégica fronteiriça do ARN, e também com a existência de ouro naquelas terras.

A escolarização no ARN mostrou-se bastante necessária para que os indígenas pudessem participar do poder político local e regional. Há muito que índios ocuparam posições de destaque na política local como vereadores, prefeitos das cidades mais próximas ao seu território. A educação foi, de certa maneira, um requisito para se alcançar os postos políticos. Ao comparar a situação rionegrina com os Krahô, somente neste último mandato, o primeiro vereador Krahô *Yãxy* assumiu que não possui sequer o ensino médio completo, totalmente diverso da situação do ARN, onde existem vários indígenas de diferentes etnias com o curso superior completo e pós-graduação.

7 RESULTADOS

A escola entre os Krahô foi instituída sem apresentar seu significado e também sem a participação dos Krahô no processo de sua criação. Inicialmente, ainda na década de 40 do século passado, até a implantação da escola da SEDUC, a escola não conseguiu sequer alfabetizar seus alunos em português. Partindo deste ponto, pode-se afirmar que a escola entre os Krahô foi ineficiente o que de certa maneira propiciou a continuidade da formação dos Krahô segundo sua cultura. Graças à ineficiência da escola, os Krahô tiveram a oportunidade de se manterem mais ligados aos seus valores tradicionais.

Quando as escolas krahô comparadas às do ARN, tem-se como enorme disparidade o fato dos povos indígenas do ARN terem sofrido durante muitos anos a influência da educação missionária salesiana, enquanto que entre os Krahô o ensino atrelado à religião durou pouco e não foi marcante, i.e., não determinou mudanças culturais.

Além da influência religiosa na educação escolar indígena, é também importante salientar o aspecto do empoderamento político que a escolarização pode propiciar. No ARN foram muitos os representantes indígenas a frente de prefeituras locais enquanto que entre os Krahô somente na última foi empossado um Krahô como vereador. Desta forma, é possível correlacionar a escolarização e sua influência religiosa como também o potencial de empoderamento político que possa advir com os ensinamentos escolares.

REFERÊNCIAS

ABBONIZIO, Aline Cristina Oliveira.(2013), **Educação Escolar Indígena como inovação educacional: a escola e as aspirações de futuro das comunidades.** 2013. Tese de Doutorado em Sociologia da Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BELAUNDE, L.E. (2010), *Deseos encontrados: escuelas, profesionales y plantas en la Amazonía peruana.* **Revista da FAEEBA, Educação e Contemporaneidade**, Salvador: v.19, n.33, p.119-133, jan/jun..

CARDOSO DE OLIVEIRA, R.. Os [Des]caminhos da Identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n.42, fev., 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIRALDIN, O. Educação Escolar Indígena e os processos próprios de ensino-aprendizagem: reflexões a partir de alguns casos Jê. (2010), **Revista Brasileira de Linguística Antropológica, Brasília:** v.2, n.2, p.265-284, 2010.

GORETE NETO, M. **As Representações dos índios Tapirapé sobre sua escola e as línguas faladas na aldeia:** implicações para a formação de professores. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada – Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

LUCIANO, G. J. da S. (2006), **Educação Escolar:** Desafios da Escolarização Diferenciada. Povos indígenas no Brasil 2001-2005. São Paulo: ISA, p.145-150.

LUCIANO, G. J. da S. **Educação para o manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a real:** os dilemas da educação escolar indígena no ARN. (2012), Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: www.dan.unb.br/imagens/doc/Tese 2012.pdf, Acesso em 17/04/2016.

LUCIANO, G. J. da S. **Projeto é como branco trabalha:** as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar, experiências dos povos indígenas do ARN. (2003), Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: www.dan.unb.br/imagens/doc/Dissertação 2003.pdf. Acesso em 10/08/2015.

MAHER, T. de J. M. **Ser professor sendo índio:** questões de linguagem e identidade, Tese de Doutorado em Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

MEIRELES, J. M. R. **A Educação Escolar Indígena, as escolas Krahô e o Estado Brasileiro no século XXI: uma relação repleta de desafios e possibilidades.** Tese de doutorado em Estudos Lusofônicos/America Latina, University of Nottingham, Nottingham, Reino Unido, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **O Caráter Educativo do Movimento Indígena Brasileiro (1970 -1990).** São Paulo: Paulinas, 2012.

Data de submissão: 04/12/2020

Data de aprovação: 14/05/2021

NAS ENTRELINHAS DA HISTÓRIA: REPRESENTAÇÕES SOBRE MULHERES NO ROMANCE DE FRANCISCO GALVÃO

IN THE LINES OF HISTORY: REPRESENTATIONS ABOUT WOMEN IN THE ROMANCE OF FRANCISCO GALVÃO

Neila Braga Monteiro¹

RESUMO

O presente artigo discute a representação feminina no romance social *Terra de ninguém*, do escritor Francisco Galvão. Justificamos a escolha do romance por elucidar a temática de gênero no cenário amazônico, principalmente nos seringais do Amazonas, espaço majoritariamente ocupado por homens. Como fundamentação teórica, nos apoiaremos em Rago (1997), Chartier (1990) e Cândido (2006). Como método de pesquisa, seletamos as evidências de representação das mulheres, incluindo posição, comportamento e cotidiano. Interpretamos as informações para compreender as personagens, assim como os possíveis diálogos entre história e literatura. Verificamos que, as manifestações femininas na obra *Terra de ninguém* ocorreram de forma relevante, principalmente por demonstrar como as mulheres viviam e sobreviviam em seringais, e como elas se conduziam de acordo com os episódios vivenciados, cooperando assim, com os estudos das mulheres na Amazônia, que por muito tempo estiveram às margens da história.

PALAVRAS- CHAVE: História; Literatura; Representação sobre mulheres.

ABSTRACT

This article discusses the female representation in the social novel “Terra de nobody”, by the writer Francisco Galvão. We justify the choice of the novel by elucidating the gender theme in the Amazonian scenario, especially in the rubber plantations of Amazonas, a space mostly occupied by men. As a theoretical basis, we will rely on Rago (1997), Chartier (1990) and Cândido (2006). As a research method, we selected the evidence of female representation, including position, behavior and daily life. We interpret the information to understand the feminine, as well as the possible dialogues between history and literature. We found that the female manifestations in the work Terra de Nobody occurred in a relevant way, mainly by demonstrating how women lived and survived in rubber plantations, and how they conducted themselves according to the episodes experienced, thus cooperating with the studies of women in the Amazon, that for a long time are on the margins of history.

KEYWORDS: History; Literature; Representation about women.

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal Do Amazonas (UFAM). Pós-graduada em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia. Graduanda em Letras-Língua portuguesa pela Universidade Do Estado Do Amazonas. E-mail: neilabmonteiro@gmail.com.

1 PALAVRAS INICIAIS

A historiografia contemporânea passou por diversas modificações, entre elas, a remodelação nas abordagens, metodologias, ampliação e tratamento de fontes. Nesse contexto, também houve a inserção dos estudos direcionados às mulheres, que vem evidenciando não apenas momentos singulares da presença das mulheres nos acontecimentos históricos, mas também uma ampliação do próprio discurso historiográfico, que até então, era direcionado às práticas coletivas e às ações masculinas. Em vista disso, diversos pesquisadores passaram a investigar a presença das mulheres na vida social²

Com o decorrer destas pesquisas históricas, notamos significativas mudanças na vida da mulher, desabrochando assim, toda uma apreensão em identificar acontecimentos econômicos e sociais vinculados ao cotidiano das mulheres, ocorrências que se diversificavam de acordo com a localidade e o tempo ambientado. Essas transformações podem ser percebidas na literatura brasileira, que muitas vezes se utilizava do momento vivenciado para abordar eventos relevantes.

Considerando que a literatura passou a ser utilizada como artefato para a pesquisa histórica desde a década de 1970³, objetivei com esta pesquisa, demonstrar algumas conexões entre a História e a Literatura, que conseqüentemente pode ser articulada e utilizada como suporte para os trabalhos historiográficos e literários.

O propósito inicial desta pesquisa é a interpretação dos aspectos históricos correlacionados à representação da figura feminina na literatura amazonense, verificando as possibilidades de diálogo entre a romance social (ficção) e a historiografia, tomando como objeto de pesquisa as personagens femininas de *Terra de Ninguém*, elaborada pelo romancista Francisco Galvão.

Selecionamos, portanto, o conceito de *representação* em Chartier⁴ encontrado na obra *A história cultural*, sendo “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é”. Segundo o filósofo, contos e obras literárias funcionam como representações de um mundo possível, um portal para um universo das fontes ainda não alcançadas. Assim, a literatura acaba se tornando produto das relações entre o autor e a sociedade⁵. Diante do exposto, os

² Ver RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. João Lopes da Cunha, 1997.

³ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2ª edição revista e ampliada Tradução: Sérgio de Paula. 2004. p. 43.

⁴ CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre prática e representações: Memória e sociedade*. Rio de Janeiro, 1990. P. 17-20.

⁵ Ver CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade: Estudos de teoria e história literária*. RJ: Editora Ouro sobre o Azul, 9ª Edição, Rio de Janeiro, 2006.

escritos literários podem exercer uma atribuição ideológica, filosófica, política e humanista, profundamente pertinente na constituição das perspectivas históricas propagadas no passado e enraizadas no presente.

Diante dessa perspectiva, procurei investigar dentro do romance elementos basilares que permitiram fazer uma relação com acontecimentos históricos. Em sequência, procurei decifrar os vestígios deixados na obra sobre as condições e a representação feminina e, por conseguinte, comparei com eventos históricos expostos pela historiografia circundante me atentando a linha temporal que perpassa a narrativa e a que o autor pertinente estavam inseridos, em outras palavras, o tempo da ambientação da respectiva obra e o tempo vivenciado pelo autor.

Para tanto, dividimos esse artigo em dois tópicos. No primeiro, faremos uma breve exposição sobre o autor, a obra e seu relacionamento com o romance engajado. Corrente que utilizou grupos ligados aos movimentos sociais para transcender suas ideias. No segundo tópico, abordaremos de forma sistemática o romance e suas abordagens relacionadas à representação feminina, destacando suas posições em um ambiente hostil e brutal.

2 FRANCISCO GALVÃO: O ROMANCE ENGAJADO

Francisco Xavier Galvão nasceu em 1906, no município amazonense de Manicoré. Filho do Cel. Domingos Hermilo Galvão e Maria Cabral de Vasconcelos Galvão. Estudou em Manaus no Colégio Pedro II. Em 1922., Foi deputado estadual pelo Amazonas em duas legislaturas e, à época da revolução de 1930, viajou para o Rio de Janeiro, onde se formou em Direito e escreveu em diversos órgãos da imprensa. Lá publicou, em 1934, *Terra de Ninguém*⁶. Assim, o romancista produz um romance de apresentação, traçada com contornos autobiográficos na formação do personagem Anatólio. Nessa contextura, José Almerindo Rosa, em sua crítica no prefácio da obra *Terra de ninguém* (2002) realça:

Apesar de pouca informação conseguida, percebemos que existem traços autobiográficos na criação do personagem Anatólio (...). No segundo capítulo de terra de ninguém, este rememora: “O quintal enorme da casa onde nasci, com goiabeiras verdes e os sapotizeiros cheirosos, carregados de frutos. Era, ali, que eu brincava de batalhão com os curumins, e fazia os meus primeiros exercícios poéticos”. (GALVÃO, 2002, p. 29-30)

O plano político e econômico Brasileiro na década de 30, almejava apartar o prenúncio

⁶ Ver LINS, José dos Santos. *Seleção Literária do Amazonas*. Manaus: Ed. Governo do Estado do Amazonas, 1966.

do comunismo estimulado, principalmente, pela recente Revolução Socialista Russa de 1917⁷. Este processo social permeava consideravelmente algumas obras de literatura, e acabava por exigir que os autores se posicionassem em defesa da causa socialista.

O cientista social Rossi⁸, em sua análise *As Cores da Revolução: a literatura de Jorge Amado nos anos 30* demonstra como o escritor Jorge Amado, em suas específicas obras, *O país do Carnaval* (1931), *Cacau* (1993), *Suor* (1934), abordava a chamada “literatura engajada”⁹ em tempo presente da militância comunista, e “romance proletário”¹⁰. Nesse bojo, o historiador Boris Fausto ressalta:

De Trinta até o segundo pós-guerra, a prosa do resto do Brasil falou pela boca do realismo crítico e social (...) falou pela boca de Graciliano, de José Lins do Rego, de Marques Rebelo, de Octavio de Faria, de Lúcio Cardoso, de Érico Veríssimo, de Jorge Amado, de Cornélio Pena, de Cyro dos Anjos, de Dionélio Machado. (FAUSTO, 1997, p. 345)

Diante das perspectivas da realidade do trabalho no Brasil, os escritores empreenderam em suas obras, a expressão da classe trabalhadora, abordando, os dilemas e os interesses dos oprimidos. Ademais, “travestido” de trabalhador, o intelectual poderia transmitir nas suas obras, de modo mais “verdadeiro”, as experiências adquiridas com o mundo do trabalho. Como é apontado por Vieira e Silva (2012, p. 303) “Discutiria, com a força dos documentos, a exploração a que o trabalhador era submetido: parcos salários, condições precárias, carências de moradias, moléstias, em suma, extrema miséria”.

Segundo a crítica de Almerindo, ainda no prefácio de *Terra de ninguém* (2002) Francisco Galvão foi conduzido pelo fervor das ideias políticas e pelas veredas que seguiam a literatura do país nos anos 30, década que até então, havia sido a mais produtiva do romance social brasileiro. Nesse sentido ainda ressalta:

Provavelmente *Terra de ninguém* foi escrito na década de 30, quando o autor desiludido com a política de sua terra, muda-se para o Rio de Janeiro. Por este tempo, a capital do Brasil fervia com as ideias socialistas que produziram a Intentona Comunista de 1935, como registra a História oficial do país. (GALVÃO, 2002, p. 46).

⁷ A Revolução Russa foi um processo que se iniciou em fevereiro de 1917 com a abdicação do Czar Nicolau II, a instalação de um governo provisório, de caráter liberal, e que se intensificou em outubro do mesmo ano com a tomada do poder pelo partido Bolchevique de Vladimir Ilyich Ulyanov (Lenin), de cunho socialista. Inspirados nos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels, os bolcheviques fundaram o primeiro Estado Socialista do mundo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. (SERVICE, 2016)

⁸ ROSSI, Luís Gustavo Freitas. *As cores da revolução: A literatura de Jorge Amado nos anos 30*. São Paulo: Unicamp, 2009.

⁹ Ver FIGURELLI, Roberto. *Sartre e a literatura engajada*. Letras. Curitiba. UFPR. 1987.

¹⁰ Além de evidenciar as massas, o romance só poderá ser proletário se tiver “ar de revolta”, se as totalidades nele destacadas estiverem propensas a fazer revolução. Isso representa um engajamento direto, adicionado ao próprio enredo. Assim, descrever as dificuldades coletivas não é elaborar um romance proletário, é necessário haver uma rebeldia para arquitetar a revolução (CAMARGO, 2001).

O romance social “*Terra de ninguém*” se descortina no Seringal Remanso. Anatólio é um dos protagonistas da obra e, também, o narrador. Por trás da luta de seus protagonistas, está a luta pelo socialismo, provenientes das transformações históricas ocorridas no Brasil e no mundo. Essas ideias são representadas principalmente por dois personagens: Nadesca, filha de Manuel Lobo, dono do seringal no rio Madeira; e Anatólio, seringueiro, neste mesmo local.

3 A MULHER NO ROMANCE TERRA DE NINGUÉM

Terra de ninguém, de Francisco Galvão, se apresenta alicerçado nas representações sociais¹¹ sobre a Amazônia, a partir das conjunturas de existência da vida no Seringal articuladas ao contexto histórico da época. A primeira representação sobre mulheres presentes no romance se desvenda através da narração de Anatólio, com relação a sua mãe e sua parteira no dia do seu nascimento.

Minha mãe, pálida, na cama, tinha-me ao lado como a um Deus. O velho ia e vinha, traduzindo o seu contentamento. (...) alguém que lhe continuasse a linhagem flamenga, lembrando-lhe o avo, íntimo de Nassau, que se batera como um bravo, nas praias de Olinda, pela glória da bandeira holandesa. (GALVÃO, 2002, p. 55)

Anatólio, com riqueza de detalhes, narra o seu nascimento e o contentamento de sua mãe. A maternidade é algo verdadeiro e complexo para as mulheres, segundo a historiadora Michelle Perrot¹², passa a ser uma fonte de identidade, não é um momento é um estado, pois permanece pelo resto da vida de uma mulher. Como uma função materna, é o pilar da sociedade, acaba por ser tornar um fato social. Por conseguinte, menciona sua parteira e como sucedeu seu nascimento: “(...) nasci moreno, e inquietara a todos por haver levado meia hora sem dar um sinal de vida, enquanto Dona Adelaide, confusa, aplicava os meios da sua ginecologia de aldeia, esperando com atanasamento, o meu choro. (GALVÃO, 2002, p. 55)”

Assim, Dona Adelaide surge como uma personificação das parteiras no interior do Amazonas. Seu ofício era costureiro nos interiores e, por muito tempo, eram uma das opções mais acessíveis de assistência à saúde. Assim, eram (e ainda são) reconhecidas como verdadeiras médicas, principalmente por serem detentoras de um conhecimento informal indicado a substituir os conhecimentos médicos em locais de difícil acesso, e também por carregarem uma

¹¹ É uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo um objetivo prático e concorrendo à construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET, 1994, P. 36).

¹² PERROT, Michelle. O corpo feminino em Debate. Vários autores. organizadores Maria Izilda Santos de Matos, Rachel Soihet. - São Paulo: Editora UNESP 2003.

gama de experiências direcionadas a seus pares em comunidade.¹³

No decorrer da narrativa, surge o descontentamento do seringueiro Zé Vicente Seus dissabores eram centralizados nas saudades, e nas lembranças de sua noiva Maria do Rosário, com quem não podia se casar, devido ao impedimento de mulheres no Seringal Remanso.

Mas, por mais que quisesse disfarçar, o pensamento corria célere para a noiva, as mãos unidas sobre o peito, a coroa de flores de laranjeira, na frente, vestida para a grande viagem, como a mãe lhe dizia no fim da carta- falando sempre em você, até as últimas, quando, segurando o crucifixo de madeira, nada mais disse (GALVÃO, 2002, p. 86).

A proibição de mulheres nos barracões¹⁴ dos seringais era habitual e, devido a isso, os seringueiros experimentaram uma extensa solidão. Como destaca a historiadora e pesquisadora Barbara Weinstein (1993, p. 42) “O grau de isolamento variava, contudo de um lugar para outro, sendo pior no oeste da Amazônia, escassamente povoado, que parece ter atraído seringueiros solteiros e solitários”. Como é acentuado:

(...) Mas o que mais nos inquietava era o problema sexual, de vez que Manuel Lobo não consentia rabo-de-saia nas barracas. As raras existentes lembravam megatérios pelo tempo, ou eram vistas sempre nas margens dos rios, distantes, auxiliando as roças dos pescadores. (Galvão, 2002, p. 90)

O escritor Álvaro Maia, também destaca que, a supressão de mulheres no seringal, fez com que os seringueiros recorressem a prostitutas, buscando nelas preencher toda ausência que uma mulher poderia despertar. Deste modo, surgiu o mercado de mulheres na selva, que se tornou uma prática corriqueira¹⁵, “(...) era de ver-se aos domingos a caça a fêmea. O seringueiro partia os cadeados das canoas e descia o rio até Humaitá, onde nos subúrbios amavam doidamente fúfias¹⁶ aratas, cabeleireiras negras cheirando a patchuli¹⁷ (GALVÃO, 2002, p. 90).”

Com a escassez das mulheres nos barracões, além de recorrer a prostitutas, os seringueiros cometiam atrocidades com as raras mulheres que ali se encontravam. Nesse quesito, se destaca o caso do personagem já citado Zé Vicente, que deflorou a moça Felica de dezesseis anos.

¹³ Ver SANTOS, Luciana Guimarães. “*A arte de Partejar*”: Das parteiras tradicionais à medicalização do parto no Amazonas (1970-2000). Universidade Federal do Amazonas. Programa de pós-graduação em História. Mestrado em História. 2016.

¹⁴Ver MORG, Antônio Emilio; LAGE, Mônica Maria Lopes. *Mulheres nos Seringais do Amazonas: sociabilidade e cotidiano*. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 6, n. 1 – 104. jan. / jul. 2015.

¹⁵ MAIA, Álvaro. *Banco de canoa—cenas de rios e seringais do Amazonas*. 2. ed.. Manaus: EDUA, 1997. p. 93.

¹⁶ Mulher sem méritos, sem juízo.

¹⁷ O patchuli é uma planta abundante principalmente em Sumatra e em Java, mas também no norte e nordeste do Brasil, onde é cultivada principalmente no Maranhão e Pará e é chamada de Oriza.

De um salto, como um felino, subjugou-lhe os movimentos. A libido explodira e dominara o seu recato. Felica gritava forte, mas ninguém ouvia pela distância. (...) Depois, não se conteve e ali mesmo no intrincado da floresta, demonstrou a sua superioridade sexual, violando-a sem mais preocupações, como um fauno (GALVÃO, 2002, p. 125).

Os crimes intensos nos seringais do Amazonas ocorriam com bastante frequência, pois a maioria dos casos que começavam com paixões exorbitantes, era finalizada com defloramentos e tragédias. Assim, o seringal criava seu próprio código, sem justiça e sem lei, como é demonstrado no caso de Zé Vicente e Felica.

Depois do crime do cantador, resolvera viver com ele. Os seios, maiores, mexiam sob o vestido de chita, sem mais pano. (...) ninguém quis ver se a justiça puniria o assalto a honra, era pobre e, contra os que nada possuem a lei não se interessa. Honra de pobre não vale nada. (...) - Pra que se gastar justiça com essa gente? é o que dizem nas varas quando a mãe de um operário vai procurar vingar a luxúria do rapaz que lhe desvirgina a filha. (GALVÃO, 2002, p. 136)

Outra representação sobre mulheres na obra de Galvão é Nadesca, senhorinha que passara anos estudando no Rio de Janeiro, em companhia de seu irmão Wagner. Nadesca surge pela primeira vez na narrativa nas lembranças e no imaginário do seringalista Manuel Lobo¹⁸, seu pai.

Manuel Lobo começou, por analogia, a comparar aquele amplexo de águas consorciadas formando a laguna, com a adolescência da filha: a mesma impetuosidade de movimentos, a mesmíssima vitória da Natureza, no capricho com que lhe abrira os sentidos, despertando-lhe os desejos adormecidos. (GALVÃO, 2002, p. 99)

A chegada de Nadesca e seu irmão ocasionou grande deleite e emoção a seus familiares. Nesse cenário, a obra acaba por narrar singelamente a procura da moça pela negra Minervina, sua ama de meninice: “E a minervina? quero beija-lá muito e muito - disse Nadesca. Como a vida é diferente das suas histórias” (GALVÃO, 2002, p. 102). Neste panorama, as amas de leite surgem como civilizadoras estimadas e admiradas aos olhos das crianças. O trecho evidencia uma personagem que foi bastante silenciada na história do Brasil, a mãe preta. As negras que ocupavam espaços dentro da casa grande para cuidar dos filhos dos brancos acabavam se tornando mãe, pois amamentavam, davam banho, colocavam para dormir e contavam histórias. Nesse contexto, a antropóloga Lélia Gonzales (1984) destaca que, por cuidar, ensinar as primeiras palavras e contar as histórias, a negra se tornava uma figura importante para a vida da criança,

¹⁸ Há documentação retratando Manoel Lobo como uma das figuras mais influentes da região, e um aliado político da família Monteiro, uma das mais poderosas de Humaitá. Os seringais e castanhais pertencentes a Manoel de Sousa Lobo, proprietário fundador do lugar Três Casas e um dos mais abonados seringalistas do rio Madeira, datam das primeiras décadas do século XX. (LEAL, 2013. P. 172-173).

pois a branca somente colocava seus filhos no mundo, em outras palavras, sintetizou que a mãe preta acabava se tornando a verdadeira mãe.¹⁹

Com o desdobrar da narrativa, a personagem Nadesca demonstra suas vertentes socialistas, especificamente em seu primeiro diálogo com Anatólio, após seu pai discorrer acerca do seu abandono dos estudos e a incorporação da peleja na vida do rapaz.

- O senhor gosta de ler ?
- Quando me cai as mãos algum romance. Leitura simples da roça
- Eu também aprecio muito a leitura. Amo os livros modernos sobre as novas doutrinas sociais da Rússia. Constrói-se uma pátria sadia a forte. Não há o preconceito egoísta de classes.
- País perdido o nosso. (GALVÃO, 2002, P. 106)

Nesse enquadramento, constatamos o teor político socialista em expansão nas condutas de Nadesca, notadamente nos debates com seu irmão Wagner:

- A revolução vem aplainando terreno. Já existem leis sociais interessantes providenciando sobre garantia dos operários. É verdade que o capitalismo fez as suas manobras asfixiando em algumas conquistas como a lei de férias e das oito horas.
- O teu socialismo é um blague.
- Muito ao contrario de que você pensa, meu irmão, cada vez mais me persuado de que ele será a salvação política do regime (GALVÃO, 2002, P. 106).

Nesse contexto, conforme a historiografia, as primeiras décadas do século XX foram estabelecidas como o período das revoluções, e com a proximidade da Revolução Russa, as coisas se intensificaram. Assim, em outubro de 1917 ressoou por todos os prismas do mundo como um movimento de rebelião do trabalho. Entre os anos de 1917 e 1922, os reflexos do movimento comunista internacional retumbaram inclusive no Brasil, onde o proletariado fabril emergiu para o cenário nacional com a formação do Partido Comunista do Brasil - PCB (1922)²⁰. Com esses aspectos de revolucionária, Nadesca afirmava:

O governo não ajuda a esse pai de família obscuro na educação da prole, nem no seu sustento. Nem sabe mesmo, se existe por aí João Calafate, a não ser nas eleições quando, ele, ingênuo, vota com a chapa que lhe entregam. Não se lembra que estas crianças serão os homens de amanhã. Como estamos atrasados! A Rússia mantém várias creches abrigando seis milhões de crianças²¹. Há uma destas instalada no antigo

¹⁹ Ver GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

²⁰ Ver BUGIATO, Caio Martins. *O impacto da revolução Russa e a fundação do partido comunista no Brasil*. Campinas. São Paulo. 2008.

²¹ O propósito das creches era proporcionar auxílio as crianças, estimulando o bom desenvolvimento e sua educação integral. Com a Revolução de outubro de 1917 o Estado arcou com a educação das crianças desde seu nascimento, estabelecendo o conceito de uma educação pré-escolar pública e gratuita. Os projetos de intelectuais russos, como

palácio de Moscou, onde reinava antigamente a nobreza russa, em que as crianças saltam, brincam, passeiam e estudam por conta do Estado. (GALVÃO, 2009, p. 108)

Com o percorrer da narrativa, notamos que o ideal socialista de Nadesca, se utiliza de um fio condutor que contesta a condição da mulher, e a igualdade social na sociedade. Frente a essa conjuntura, Manuel Lobo passa a desejar o casamento da filha com o Dr. Monteiro, promotor de Humaitá, pois este estava interessado em desposá-la. Já Nadesca discursa em seu favor, abrindo mão da ordem familiar:

Não penso que o casamento seja a felicidade, e que seja este, em verdade, o único fim para que vivemos. Odeio os presídios; venham eles com as grades de ouro. Nada como a liberdade. (...) Mas não desejo me casar. Nada que me escravize eternamente; nada que me tolha a liberdade. Suportar um homem toda a existência é o que não faço (GALVÃO, 2002, p. 133-134).

Para as mulheres das classes abastadas, a única porta aberta para uma vida respeitável era a do casamento, era com esse propósito que as mulheres da elite eram educadas e também moderadas. Conforme a historiadora Soihet (2000, p. 367) “Entre as famílias ricas e burguesas o casamento era uma aliança política e econômica, e única via legítima de união entre homens e mulheres”. Desse discurso sobre o casamento, Nadesca levanta a questão do feminismo:

Nesse ponto, aliás, anda bem atrasado o Brasil. O feminismo avança, é certo, mas nas posições, na caça aos empregos. Os assuntos sociais como o divórcio e outros não são discutidos porque assim o quer a religião. As reivindicações mínimas da mulher brasileira não cogitam desse problema, inquietante, que está a afligir os lares. Homens e mulheres infelizes, que não se compreenderam e que se enganam mutuamente, com receio da sorte dos filhos, vendo que estão ligados àquele martírio para toda a vida (GALVÃO, 2002, p. 134).

Algumas correntes do feminismo, principalmente na década de 1930, apresentaram uma forte associação aos processos comunistas. Conforme a ativista Maria Amélia²², a União Feminista nasceu em 1934, como parte participativa da Aliança Nacional Libertadora (ANL), um movimento organizado em 1935, sob o comando dos comunistas com a finalidade de derrubar o governo de Vargas e estabelecer um governo popular. Suas maiores adeptas eram intelectuais²³ e operárias.

Krupskaia, Vigotski, dentre outros colaboraram positivamente para a instituição de um sistema educacional voltado as crianças pequenas (VOLOBUEBA, 2014).

²² Ver TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

²³ Entre os intelectuais se destacam, a escritora Raquel de Queiroz que exerceu uma militância política precoce. Já publicara O Quinze, seu primeiro romance, quando se filiou ao Partido Comunista, em 1931, aos 20 anos. VIEIRA, Denise Adélia Vieira; SILVA, Terezinha Zimbrão Da. O comunismo nas letras Brasileiras. Portal de revistas - línguas e literatura. Minas Gerais. 2010.

Ainda discutindo com seu pai, Nadesca continua demonstrando resistência, mas dessa vez, exhibe seu pensamento direcionado a igreja: “O senhor não se engane. Assim como escraviza eternamente estes trabalhadores, a igreja domina as consciências. O confessionário presta os mesmos serviços que a inquisição”. (GALVÃO 2002, p. 134).

A posição da igreja voltada à mulher era algo influente e autêntico. Nela ficava transparente, a restrição da mulher no seio do lar, com todas as exigências que lhes eram impostas. Segundo a socióloga Heloisa Lara²⁴, a família seguia o padrão hierarquizado; a autoridade do progenitor, o homem como chefe e provedor, a mulher submissa, pura e fiel, e os filhos obedientes. E a virgem Maria, acabava por transformar em um exemplo de castidade.

A narrativa prossegue destacando os discursos de Nadesca. Desta vez, se fundamenta em um episódio envolvendo seringueiros e índios parintintins²⁵, os mesmos atacaram o Seringal Remanso para resgatar um menino índio capturado, mas criado com muito zelo por uma senhora habitante do local. No ofensivo ataque, os índios ocasionaram muitas mortes, entre elas a de Dica, mãe de criação do indiozinho.

Dona Rosa comentava o ocorrido com sua filha, expelindo repulsa e revolta, os conceituando como malvados e desumanos. Contudo, Nadesca profere;

Não diga isso, minha mãe. Eles sabem o que fazem. A senhora queria que lhe roubassem os filhos? Da mesma forma, eles. São da mesma maneira que nós. -Tudo lhes tiram. Primeiro, a terra, de que se apossaram os civilizados. Não contentes ainda, se encontram, matam-nos como animais. E não querem reação. E não admitem que eles se defendam. (GALVÃO, 2002, p.138)

Após essas explícitas manifestações humanitárias de Nadesca, o Socialismo começa a ser evidenciado no personagem Anatólio, e também, exteriorizadas nos pensamentos românticos com relação à senhorinha:

Fui começando a notar que Nadesca se interessava pela minha sorte. (...) mostrava-me a necessidade de terminar meus estudos, de melhorar meu ordenado. Dava-me para ler os livros russos, com traduções berrantemente vermelhas. Tinha-me ao par da luta de Trotski contra Stalin. Sempre que nos reuníamos, mostrava-me vivamente o seu interesse para que eu reagisse contra o meio e não desfalecesse no ambiente em que vivia (GALVÃO, 2002, p. 133).

²⁴ COSTA. Heloisa Lara Campos Da. *As mulheres e o poder na Amazônia*. Manaus. Edua. Universidade Federal do Amazonas. 2005. p. 199-120.

²⁵ Os índios parintintins habitavam numa área demarcada ao norte pelo rio madeira, o que coincide com a localização de grandes seringais; como Paraíso, Três casas e Pádua, além do Mirari e Calama. Desta forma, sabendo que a área habitada pelos parintintins eram ricas em borracha de boa qualidade, os exploradores se tornavam motivadores de diversos conflitos, o que acabava por gerar confronto com os próprios seringueiros que entravam naqueles rios (LEAL, 2013).

Que passa a estender-se em sua primeira conversa com Doutor Frederico:

- Então, é certo que abandonou os estudos? porque não os reinicia ?
 - Apenas porque detesto os títulos de qualquer natureza.
 - O Brasil errado, Brasil perdido, Brasil sem concerto...
 - O senhor é comunista?
 - Por pesquisar a verdade sobre os problemas sociais, será preciso ser comunista?
- (GALVÃO, 2002, p.158)

Com o transcorrer da narrativa, o personagem Anatólio prossegue com seus pensamentos em Nadesca: “Somente agora começara a ver a diferença entre mim e Nadesca. Ela burguesa, embora com pendores socialistas, bem avançados e eu de outra classe.” (GALVÃO, 2002, p. 143).

Enquanto isso, a narrativa para seu irmão Wagner;

Inevitável, o que se dera. Wagner resolvera se jogar aos amores de Felica, mais próximo, e sem dúvida, mais fácil. Dera em visitar frequentemente a cabocla, que vinha sendo pressentindo pelo Amásio, disposto a tomar uma vingança. (...) Amarrou Wagner, que com o pavor embranquecera ao oitão da casa, e chamou a mulher, apavorada, como se nada acontecesse:

- Vai amolar esta faca na pedra.

Obedeceu, os olhos vermelhos ignorando o destino de ambos. Pronto Felica: pega agora um pouco de cinza da trempe e traz aqui.

A mulher obedeceu.

- Agora tu mesma, capa o safado. Depois eu sangro. Somente assim; nunca mais há de brincar com o nordestino. (Galvão, 2002, p. 149- 150)

A Historiadora Cristina Wolff²⁶ nos aponta que existiam casos como esses, em que a violência era protagonizada pelo “roubo de mulher”, ou seja, a violência estava sendo cometida pelo possessor da mulher roubada. Desta maneira, ser homem era ser “seringueiro”, render bastante borracha, ser resistente, destemido e até violento, em ocasião da sua "honra". Ser mulher era "pertencer" a um homem, progenitor, cônjuge ou parceiro. Este concernente podia ser permeado por escambo, oferta ou mesmo por um "roubo".

Com o perpassar do enredo, o romance se volta para Anatólio e Nadesca, e realça a união dos protagonistas. De início, é apresentado como mais um encontro entre os dois sob a copa da castanheira, mas se desloca para um diálogo sobre matrimônio, “entregar-me-ei ao homem que admire. A mulher tem que cumprir o seu destino. Nascemos para o amor. E eu penso que devemos procurá-lo sem ser por intermédio do casamento.” (GALVÃO, 2002, p. 153). Assim, durante as conversas, Anatólio e Nadesca se envolvem e se enlaçam e se entregam as suas sinas,

²⁶ WOLFF, Cristina Scheib. *Relações de gênero e violência nos seringais do Alto Juruá– Acre (1870-1945)*. Revista De Ciências Humanas. Florianópolis. V 15. 1997 p. 97- 98.

sem se preocupar com as futuras consequências, com efeito, a gravidez de Nadesca.

A princípio dona Rosa andou a se impressionar com os vômitos da filha, o quebrando em que se ficava horas inteiras. Remédios de Humaitá não davam jeito. Telegrafou pedindo recursos médicos urgentes.

- Minervina veio esclarecer tudo (...) Não tenha mais dúvidas, o que ela tem é gravidez. (GALVÃO, 2002, p. 165)

O seringalista e pai de Nadesca, quando soube do ocorrido, mandou o personagem Anatólio para o tronco²⁷. “Não ficaria impune o malvado que lhe roubara o melhor tesouro. Desvelara-se pela educação de Nadesca. Que de sacrifícios não fizera para mantê-la noutra ambiente onde aprendesse alguma coisa!” (GALVÃO, 2002, p. 167). No âmbito seringalista, pertenciam ao homem a obrigação de evitar a desonra da parentela, defendiam sob suas vertentes e sob sua tutoria todas as suas mulheres - mães, esposas, filhas, irmãs ou amantes, pois tal defesa estava associada a própria honra masculina que, por um lado, protege de violências de outros homens, e por outro, controla os corpos e sexualidades das mulheres de seu grupo familiar, e caso a desgraça viesse a acontecer, só restava vingar a honra com sangue.

Nesse ambiente da narrativa, a personagem Nadesca “mostrara ao seu carrancismo que o amor não tinha barreiras, e desconhecia o limite de castas. Amara e se unira de alma e corpo aquele que lhe despertara aos instintos” (GALVÃO, 2002, p. 167). Segundo o pesquisador Emilio Morga²⁸, no entretenimento entre o sagrado e o profano, em combates íntimos, a mulher não reverencia a zombaria alheia, se utilizava dos sentimentos e do amor como um alívio para a alma. Após o pesaroso episódio, Nadesca se articula ao seringueiro Capitulino²⁹, se agregando à aglomeração de operários que prosseguia contra o seringalista Manuel Lobo, gritando palavras de ordem em prol da causa revolucionária.

- Capitulino à frente dava ordens

Contra os opressores, - pelos que sofrem.

- Encurralemos a fera! Partiam gritos da massa anônima .

Nadesca confundida com a multidão comungando de seus ideais marchava com a avalanche. Percebendo o que conjeturara o pai a meu respeito, tomara aquela atitude suprema.

- Abaixo a tirania! Abaixo a perversidade! Pelos fracos e oprimidos. Avante! (...) (GALVÃO, 2002, p.171)

²⁷ O seringalista fazia uso do mesmo processo utilizado contra os escravos - prendia os trabalhadores no “tronco” e os torturava. Se se considerava ofendido, mandava eliminar o ofensor; sua vontade era lei, o magistrado civil ou a autoridade militar não agiam no seringal. (CARDOSO, 1997, p. 322).

²⁸ MORGA, Antônio Emilio. *Nos subúrbios do desejo: Masculinidade e sociabilidade em Nossa Senhora do Desterro no século XIX*. Manaus: Edua, 2009.

²⁹ Capitulino era o personagem vindo do Sul, com prolegômenos de sindicato e direitos trabalhistas.

O personagem Anatólio não compreendia o que via, “aquela mulher extraordinária sacrificara-se pelo meu amor e pelo meu ideal, avançava disposta a destruir sua propriedade”. (GALVÃO, 2002, p. 172). Por conseguinte, o seringalista Manuel Lobo surge na sacada, e ao ver sua filha, exclama;

Cadela, por causa desse cachorro, tem coragem de se armar contra os pais! (...) -correu para a cozinha e ia deitar querosene na casa, para que a propriedade não fosse parar nas mãos dos trabalhadores, quando uma bala certa prostrou-o por terra. (...) O “Remanso” está entregue aos poderes discricionários da multidão. (GALVÃO, 2002, p. 172)

O desenlace dessa manifestação no seringal remanso custou à vida de Manuel Lobo e o aborto espontâneo da personagem revolucionária Nadesca. Segundo o crítico Almerindo (2002), as ideias socialistas, casamento, educação, eram pensamentos que percutiam no intelecto do romancista social Francisco Galvão. No entanto, notou-se que a narrativa aborda fatos memoráveis, como a Revolução Russa (1917) e o Tenentismo. Assim, o autor passa a memorizar, através de sua obra, ciclos marcantes para a história do Brasil.

Diante do exposto, observamos que, as representações sobre personagens mulheres iam se ajustando de acordo com os eventos, apresentavam resistência e tentavam extinguir as adversidades que ali se fazia presente. Não obstante, apesar de serem minorias no romance em questão, as personagens mulheres alcançavam notoriedade, lutando, ocupando espaços dentro e fora dos barracões nos seringais amazonenses.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da fonte literária nos estudos historiográficos, proporcionou uma ampliação de fontes e um leque de possibilidades para os pesquisadores e historiadores que se debruçam sobre temáticas variadas, considerando que, por meio desses materiais o pesquisador consegue captar vestígios imprescindíveis para a construção e ampliação do conhecimento.

Nesse contexto, a incorporação da arte literária vinculada a representatividade das personagens mulheres na literatura em questão, possibilitou o aprimoramento das diversas pesquisas direcionadas ao feminino. Com o estudo do romance social *Terra de ninguém*, procurei investigar as personagens femininas tecidas pela imaginação masculina no seringal nos anos 1930, personagens que vivenciaram momentos angustiantes em ambientes repletos de hostilidade e violência.

Ao aprofundar, e interpretar as ocorrências de representação sobre mulheres no romance, observamos que, no romance em questão, as mulheres habitantes do seringal remanso, iam se modelando de acordo com os acontecimentos, apresentavam resistência e tentavam de alguma forma erradicar a hostilidade e violência que ali se encontrava..

Desta forma, com o seguimento desta pesquisa, podemos afirmar que, a arte literária pode ser utilizada de forma mais abrangente como fonte de pesquisa para o historiador, pois através do romance abordado, observamos a representatividade das mulheres e como elas se ambientavam no interior do seringal. Considerando ainda que, o autor é produto de seu tempo, certificamos que sua obra evidencia uma variedade de nuances que cria representações sobre mulheres nos ambientes dos seringais amazônicos.

REFERÊNCIAS

- BUGIATO, Caio Martins. **O impacto da revolução Russa e a fundação do partido comunista no Brasil**. Campinas. São Paulo. 2008.
- BURKE. Peter. **O que é história cultural?** 2ª edição revista e ampliada Tradução: SÉRGIO GOES DE PAULA. 2004.
- CAMARGO, Luís Gonçalves Bueno de. **Uma história do romance brasileiro de 30**. Campinas Instituto de Estudos da Linguagem. 2001.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade: Estudos de teoria e história literária**. RJ: Editora Ouro sobre o Azul, 9ª Edição, Rio de Janeiro, 2006.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre prática e representações: Memória e sociedade**. Rio de Janeiro, 1990. P. 17-20.
- COSTA. Heloisa Lara Campos da. **As mulheres e o poder na Amazônia**. Manaus. Edua. Universidade Federal do Amazonas. 2005.
- FIGURELLI. Roberto. **Sartre e a literatura engajada**. Letras. Curitiba. UFPR. 1987.
- GALVÃO, Francisco. **Terra de Ninguém**. Manaus: Editora Valer, [1934] 2002.
- GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.
- JODELET, D. **Représentations sociales: un domaine en expansion**. 4 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- LEAL. Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: Os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio madeira. (1861-1932)**. Tese (Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas. 2013.
- LINS, José dos Santos. **Seleção Literária do Amazonas**. Manaus: Ed. Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- MAIA, Álvaro. **Banco de canoa – cenas de rios e seringais do Amazonas**. 2. ed. rev. Manaus: EDUA, 1997.

MORGA, Antônio Emilio. **Nos subúrbios do desejo**: Masculinidade e sociabilidade em Nossa Senhora do Desterro no século XIX. Manaus: Edua, 2009.

MORGA, Antônio Emilio; LAGE, Mônica Maria Lopes. **Mulheres nos Seringais do Amazonas**: sociabilidade e cotidiano. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 6, n. 1– 104. jan. / jul. 2015.

PERROT, Michelle. **O corpo feminino em Debate**. Vários autores. Organizadores Maria Izilda Santos de Matos, Rachel Soihet. - São Paulo: Editora UNESP 2003.

RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. João Lopes da Cunha, 1997.

ROSSI, Luís Gustavo Freitas. **As cores da revolução**: A literatura de Jorge Amado nos anos 30. São Paulo: Unicamp, 2009.

SANTOS, Luciana Guimarães. **“A arte de Partejar”**: Das parteiras tradicionais à medicalização do parto no Amazonas (1970-2000). Universidade Federal do Amazonas. Programa de pós-graduação em História. Mestrado em História. 2016.

SERVICE, Robert. **Camaradas**: Uma história do comunismo mundial. 4. Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2016.

SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano.” In: Del Priore, MARY (org.) & BASSANEZI, Carla (coord.). **História das mulheres no Brasil**. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2000.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VIEIRA, Denise Adélia Vieira; SILVA, Terezinha Zimbrão da. **O comunismo nas letras Brasileiras**. Universidade de Juiz de Fora. Mg. 2012.

VOLOBUEBA, Ludmila Mirrailovna. **Cem anos dos jardins de infância na Rússia**. Artigo traduzido do russo por Magalys Fernández Pedroso, com revisão técnica de Zoia Ribeiro Prestes. Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 17, n.3, p. 09-13, Setembro/Dezembro 2014.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850- 1920. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WOLFF, Cristina Scheib. **Relações de gênero e violência nos seringais do Alto Juruá -Acre (1870-1945)**. Revista De Ciências Humanas. V 15. p. 97- 98. Florianópolis, 1997.

Data de submissão: 01/04/2021

Data de aprovação: 29/05/2021

A REVISTA *MANCHETE RURAL* E A ANTENA PARABÓLICA: TECNOLOGIA, INTEGRAÇÃO E NOVOS HÁBITOS

THE *MANCHETE RURAL* MAGAZINE AND THE SATELLITE DISH: TECHNOLOGY, INTEGRATION AND NEW HABITS

Roberto Biluczyk¹

RESUMO

As práticas comunicacionais no Brasil e no mundo alcançaram novos patamares com o investimento em ciência e tecnologia, beneficiando-se, direta ou indiretamente, das disputas ideológicas impetradas pela Guerra Fria. Destarte, as relações humanas se modificaram, considerando o inédito acesso aos meios de comunicação, não apenas nos grandes centros urbanos, como nos pequenos núcleos e no mundo rural. Em 1985, o Brasil lançou seu primeiro satélite ao espaço, fator que viabilizou melhorias na telefonia, no fluxo de dados e nas transmissões televisivas. A comercialização de antenas parabólicas, úteis para a captação dos sinais das emissoras de televisão em locais mais distantes, despertou especial interesse na linha editorial da revista *Manchete Rural*, publicação segmentada, de circulação mensal, veiculada entre os anos de 1987 e 1998, pela Bloch Editores. O modo como o periódico abordou o tema é o fundamento deste artigo, que se embasa no exercício jornalístico da publicação para compreender como o ser humano interagiu com a referida tecnologia, principalmente em seus contatos iniciais, no final de década de 1980.

PALAVRAS-CHAVE: Antena parabólica; *Manchete Rural*; Tecnologia.

ABSTRACT

Communication practices in Brazil and in the world have reached new heights with investment in science and technology, benefited, directly or indirectly, by the ideological disputes brought about by the Cold War. Thus, human relations have changed, considering the unprecedented access to means of communication, not only in large urban centers, but also in small municipalities and in the rural world. In 1985, Brazil launched its first satellite into space, a factor that enabled improvements in telephony, data flow and television transmissions. The commercialization of satellite dishes, useful for capturing the signals of television stations in more remote locations, aroused special interest in the editorial line of *Manchete Rural*, a segmented magazine, with monthly circulation, published between 1987 and 1998 by Bloch Editores. The way in which the magazine approached the theme is the basis of this article, which looks at the journalistic exercise of the monthly to understand how the human being interacted with this technology, especially in his initial contacts, in the late 1980s.

KEYWORDS: Satellite dish; *Manchete Rural*; Technology; Search.

¹Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: rb.biluczyk@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento científico e tecnológico ajudou a redirecionar os passos da humanidade, também no que concerne à comunicação. Inventos, como o telefone, o rádio e a televisão, com suas funções peculiares, fazem a diferença nas práticas cotidianas do ser humano. Inicialmente mais restritos, com o tempo se popularizaram, aperfeiçoando-se e ganhando a companhia de outros mecanismos, igualmente fundamentais para a vivência em sociedade no século XXI.

Em 1950, o Brasil teve sua primeira experiência comercial de televisão. Os altos custos desse modelo de transmissão e as restrições permeadas pela incipiente tecnologia lhe impuseram barreiras, principalmente no que tangia a seu acesso (ALDÉ, 2009, on-line). Anos depois, especialmente após o final da década de 1970, o aparelho televisor se tornou item comum na sala de estar da maioria dos brasileiros, em todas as classes sociais. Isso foi possível graças aos avanços obtidos pelos esforços intelectuais dos cientistas.

O processo que conduziu à comercialização de antenas parabólicas, doravante a década de 1980, derivou também de uma série de escolhas políticas do passado. As possibilidades previstas frente a aplicação dos recursos comunicacionais na sociedade brasileira se fizeram proeminentes na imprensa, sobretudo nas páginas da revista *Manchete Rural*, publicada entre os anos de 1987 e 1998, pela Bloch Editores. Nesse artigo, busca-se articular o conteúdo produzido pelo periódico com o contexto, captando-se visões sobre a ação humana conexas ao uso de antenas parabólicas no Brasil.

A pesquisa histórica envolvendo veículos de comunicação social foi viabilizada a partir dos anos 1970, quando novos paradigmas passaram a influenciar as atividades dos historiadores (LUCA, 2008, p. 113). Por meio da leitura analítica e minuciosa das fontes, sob rigorosos critérios, pode-se obter outras percepções sobre a trajetória humana ao longo do tempo. Outrossim, o produto gerado pelo exercício jornalístico possui suas particularidades, as quais devem ser ponderadas pelo pesquisador (ZICMAN, 1985, p. 90).

A historiadora Mônica Karawejczyk (2010, p. 136), baseada na visão de Roger Chartier, reflete que “os textos jornalísticos devem ser compreendidos como uma representação que deixa entrever a sociedade da época retratada e as atitudes ali introjetadas”. A informação fragmentada representada em jornais e revistas ganha sentido naquilo que se quer contemplar. Para a efetividade do exame das fontes, necessita-se recorrer à aplicação de metodologias adequadas. Uma das mais conhecidas e utilizadas, nesse caso, é a Análise de Conteúdo.

A Análise de Conteúdo consiste na observação de mensagens e informações expressas pela fonte, articulando-se a descrição “objetiva, sistemática e quantitativa” do teor de suas manifestações (BERELSON, 1954 apud BARDIN, 2000, p. 19). Com a leitura e a interpretação dos dados, desvenda-se o que está oculto dentro do discurso de natureza simbólica e polissêmica, considerando-se as características dos materiais estudados (BARDIN, 2000, p. 13-14)².

Esse artigo examinou edições da revista *Manchete Rural*, disponibilizadas pela Hemeroteca Digital Brasileira, ligada à Biblioteca Nacional. Salienta-se que a coletânea ofertada pelo site não está completa, uma vez que pontuais números, em diversos anos, não foram compartilhados, por razões não especificadas. O primeiro volume da revista está incluso nessa categoria, assim como os exemplares dos anos 1990 e 1991 e a maioria das edições veiculadas em 1997. Nesses parâmetros, foram analisadas, no total, 92 unidades do periódico.

A pesquisa a seguir se estrutura em três partes. Primeiramente, exploram-se nuances da história das tecnologias de transmissão de sinais de televisão, evidenciadas pela revista. Na sequência, salienta-se um breve histórico sobre as atividades da fonte, ou seja, a revista *Manchete Rural*, nos anos em que esteve em operação. Por fim, a descrição e a análise das reportagens e anúncios alusivos ao tema “antena parabólica”, diante do que foi publicado pela revista.

2 ANTENA PARABÓLICA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Atentos às necessidades do ramo comunicacional, cientistas tentaram, a partir da quarta década do século XX, desenvolver formas de obter com excelência, inéditos meios de transmitir informações. O escritor de ficção científica Arthur C. Clarke foi pioneiro em sugerir, em 1945, a fabricação e o uso de satélites artificiais elevados ao espaço, com a finalidade de repetir sinais. Suas ideias inspiraram pesquisas científicas sobre a viabilidade desse sistema (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 285).

Nos Estados Unidos, um ano depois, pesquisadores financiados pela Força Aérea realizaram experiências com o satélite natural da Terra, a Lua, no chamado Projeto Diana (CAMARGO, 1992, p. 3). Os estudos contemplavam a utilização de conhecimentos alcançados durante a Segunda Guerra Mundial, recém finalizada. Todavia, a alta exigência técnica, aliada aos poucos resultados conquistados, interrompeu o prosseguimento dos trabalhos (CAMARA, 2006, p. 14).

² Com relação às características da Análise de Conteúdo, sugere-se a leitura do artigo de Roque Moraes (1999).

O contexto mundial remetia às hostilidades entre Estados capitalistas e socialistas. Estados Unidos e União Soviética se destacavam no panorama, exercendo influências políticas e econômicas sobre outros países. A Guerra Fria, cuja formalização se deu em 1947, “embasou a existência de um sistema mundial bipolar, que foi o fio condutor da vida internacional por quase meio século”, encerrando-se em 1987, com os acordos entre Ronald Reagan, presidente dos EUA, e Mikhail Gorbachev, líder soviético (VIZENTINI, 2006, p. 9).

A concorrência direta entre os dois países motivou distintos desdobramentos. Entre eles, a corrida espacial, que contribuiu para a construção e funcionamento de satélites. Em 1957, a União Soviética iniciou, com o Sputnik I, uma sucessão de lançamentos de mecanismos ao espaço. No ano seguinte, os EUA também colocaram seus primeiros equipamentos em órbita. Apesar dos percalços, os resultados de cada experiência se mostravam promissores (CAMARGO, 1992, p. 4).

Em 1960, os Estados Unidos lançaram o Echo I, um satélite passivo de comunicação, “na forma de um balão com 30 metros de diâmetro, utilizado para refletir as ondas transmitidas por estações terrenas” (CAMARGO, 1992, p. 4). A seguir, em distintas frentes de atuação, os cientistas produziram satélites de repetição ativa, mais potentes e duradouros. Destaca-se o projeto que culminou na criação do Telstar, o “primeiro de uma série de satélites de construção cara, que serviram para funções de transmissões sem fio de rádio e televisão como substitutos para os cabos” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 286).

Em agosto de 1964, um consórcio internacional se uniu em prol do lançamento do primeiro satélite global, o Intelsat, sucedido por outros equipamentos, aperfeiçoados por novas tecnologias. O projeto “atraiu grande número de países, muitos não-alinhados”, excluindo a URSS, que, posteriormente, elaborou seu próprio programa, com baixa adesão. “Os satélites geoestacionários foram colocados numa órbita precisa e limitada sobre a Linha do Equador, local que permitia um contato permanente entre o satélite e a única estação no solo” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 287). O Brasil aderiu ao Intelsat em fevereiro de 1965.

Conforme Araújo e Brandi (2009, on-line), embora tenha sido um dos primeiros países a instalar uma central telefônica, o Brasil contava, em 1965, com “apenas 1,3 milhão de telefones, três sistemas de micro-ondas e alguns circuitos-rádio, ligando Brasília às capitais dos estados”. As comunicações internacionais eram ainda mais restritas, com “39 circuitos de voz e alguns canais telegráficos” (ARAÚJO; BRANDI, 2009, on-line). A estreia da TV Tupi, em 18 de setembro de 1950, em São Paulo/SP, marcou o início das transmissões televisivas comerciais, com lenta

evolução e dificuldades de afirmação mercadológica, posto que, por muito tempo, sua distribuição atendeu somente aos municípios de maior dimensão (ALDÉ, 2009, on-line).

Em acompanhamento às tendências mundiais, o presidente João Goulart sancionou a Lei nº 4.117, em agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) (BRASIL, 1962, on-line). A legislação objetivava a organização do setor, atendo-se à necessidade de modernização dos serviços até então prestados por empresas, em regime de concessão. Paulatinamente, o conjunto de normas ajudou, de fato, a reestruturar as práticas. Em 1963, foram abertos os estudos para a criação de uma estatal, cujo intuito seria articular e implementar melhorias no modelo comunicacional brasileiro (ARAÚJO; BRANDI, 2009, on-line).

O golpe militar de 1964 atrasou a implementação da almejada empresa pública, pois membros do governo ditatorial, como o ministro do Planejamento, Roberto Campos, manifestavam-se contrários à sua fundação. À revelia dos pensamentos de sua equipe, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que ocupava a presidência da República, apoiado por outros influentes militares interessados na integração dos serviços, se posicionou a favor da criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações, a Embratel, cujas atividades se iniciaram em 16 de setembro de 1965 (ARAÚJO; BRANDI, 2009, on-line).

A Embratel se transformou em uma referência para o incremento da telefonia, do telex e das retransmissões de televisão, mesmo tendo passado por mudanças em sua estrutura organizacional, sendo absorvida pela *holding* Telecomunicações Brasileiras S/A – Telebrás – em 1972 (ARAÚJO; BRANDI, 2009, on-line). A estação terrena para a operação do Sistema Internacional de Comunicações por Satélite foi inaugurada em fevereiro de 1969, em Tanguá, então distrito de Itaboraí/RJ, ampliando-se o serviço (CAMARA, 2006, p. 16).

Todo esse esforço dos militares para promover as comunicações não era gratuito. Boa parte do território do país estava pouco ocupado e interligado, com especial destaque à Região Norte, que não possuía uma vultosa densidade populacional, tampouco uma eficaz cobertura telefônica e televisiva como os grandes centros. Atrelando a prática econômica com a promoção da segurança nacional, “os militares procuraram desenvolver a infraestrutura produtiva” (MENEZES, 2007, p. 38). Esse potencial de modernização, porém, adquiriu, desde cedo, um caráter conservador (SILVA, 2016, p. 12-13).

No início dos anos 1980, o Brasil enfrentava graves crises econômicas. Politicamente, o modelo governamental afiançado pelos militares dava sinais de desgaste. A população se mostrava cada vez mais interessada em reaver a democracia que lhe foi tolhida nos atos golpistas do passado (BATISTELLA, 2020, p. 231-232). Mesmo assim, as atividades da Embratel

continuaram a ser apoiadas financeiramente pela ditatorial administração nacional, empenhada em melhorar sua imagem. No mesmo período, o satélite da Intelsat começou a demonstrar sua insuficiência para as demandas do país.

Em um novo planejamento, em 1981, a Embratel se associou a duas empresas, a estadunidense Hughes e a canadense Spar, para obter a construção de um satélite nacional. Do projeto, foram criados os satélites Brasilsat A1 e Brasilsat A2³, lançados de uma base, localizada em Kourou, na Guiana Francesa, respectivamente, em fevereiro de 1985 e março de 1986. Por ocasião do primeiro lançamento, o *Jornal do Brasil* noticiou que, quando entrasse em operação, o satélite disponibilizaria soluções inéditas à área das telecomunicações (BRASILSAT 1..., 1985, p. 15).

O país deixaria de depender de sete canais alugados no equipamento do consórcio internacional Intelsat para usufruir de 24 canais próprios, deixando para trás o pagamento do aluguel, orçado à época em 6,5 milhões de dólares ao ano. O investimento de 210 milhões de dólares nos novos satélites seria pago em dez anos, após quatro anos de carência (BRASILSAT 1..., 1985, p. 15). Segundo Araújo e Brandi (2009, on-line), com o recurso, “o Brasil passou a dispor de um canal autônomo para tráfego doméstico, com capacidade para transmissão simultânea de até 12 mil ligações telefônicas, 24 programas de televisão e 28.800 linhas de telex”.

Conforme o *Jornal do Brasil*, o consórcio Spar/Hughes habitualmente lançava seus equipamentos diretamente da base da NASA, nos Estados Unidos. A peculiar escolha pela base da Guiana Francesa, pertencente à Arianespace, de acordo com Jean Claude Biget, diretor comercial da empresa, consultado pelo periódico, foi de cunho essencialmente político. “Politicamente, o prazo era a coisa mais importante para o governo brasileiro”, declarou o gestor (BRASILSAT..., 1985, p. 7). Eram os últimos dias do mandato ditatorial do general João Baptista Figueiredo, que, a princípio, seria sucedido pelo civil Tancredo Neves, eleito indiretamente em 15 de janeiro pelo opositor Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁴.

A NASA somente estaria disponível para lançar o equipamento em julho de 1985, na administração seguinte – que, por fim, terminou nas mãos de José Sarney, diante do falecimento de Tancredo. O gerente brasileiro responsável pelo contrato com a Arianespace, Amâncio Pulcherio, em convergência com a cúpula da empresa francesa, negava a artimanha, explicando que a proximidade da Guiana Francesa com a órbita do satélite permitiria economia de

³ A nomenclatura A1 e A2 é posterior e derivou da expansão do projeto. Originalmente, eram chamados Brasilsat 1 e 2, simplesmente.

⁴ Em 2017, o PMDB, fundado em 1980, passou a se denominar Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nome que alude à agremiação que operou entre 1966 e 1979, congregando opositores da ditadura militar.

combustível ao equipamento, conferindo-lhe uma vida útil maior. A operação terrena dos satélites se daria em uma base em Guaratiba, município do Rio de Janeiro (BRASILSAT..., 1985, p. 7).

De acordo com reportagem da revista *Veja*, a comercialização de antenas parabólicas dava seus primeiros passos em meados de 1982. O semanário da Editora Abril enfatizou que o recurso possibilitou aos moradores e trabalhadores de empresas mineradoras de municípios no interior do Pará, que assistissem aos jogos da Copa do Mundo – que acontecia na Espanha –, ao vivo, sem depender de fitas de videocassete, entregues dias depois, como habitualmente ocorria em situações análogas, em localidades da região (DIRETO..., 1982, p. 120).

Os limites do Intelsat permitiam, em 1982, que apenas duas emissoras brasileiras transmitissem seus sinais, mediante pagamento de pesadas tarifas: a TV Bandeirantes, de São Paulo, e a TV Globo, do Rio de Janeiro (SARTI, 1986, p. 10). Nesse período, o uso de antenas parabólicas para fins de melhorias nas condições de recepção de sinais de televisão, além de atrair grandes empresas, fez sucesso também entre hotéis de renome, segundo pontuou o jornalista Norton Godoy, da revista *Superinteressante* (GODOY, 1988, on-line).

O lançamento do satélite Brasilsat A1 produziu efeitos imediatos, facultando que outras estações de televisão tirassem proveito dos instrumentos, a exemplo da TV Manchete, do Rio de Janeiro, e do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), de São Paulo – canal conhecido, à época, como TV Studios (TVS). Ainda de acordo com Godoy, em 1988, o número de parabólicas em funcionamento no país atingia a marca de 20 mil, algo que demonstrava uma tendência ascendente de usuários (GODOY, 1988, on-line).

Entre as décadas de 1980 e 1990, o mundo rural se transformou a olhos vistos, influenciado por originais preocupações sociais sobre o meio ambiente, pela introdução de equipamentos e formas de plantio e por conflitos fundiários. Essas complexas características contextuais vêm sendo exploradas em eficientes pesquisas por historiadores especializados⁵. Por razões de espaço, essas nuances não serão aprofundadas aqui, primando-se, por sua vez, pela relação entre o habitante da zona rural e a antena parabólica, considerando as visões de *Manchete Rural*, cuja trajetória editorial se pormenoriza a seguir.

⁵ Sobre a experiência humana no mundo rural, em diversas periodizações, recomenda-se a coletânea organizada por Dickel e Zanella (2020). Sugere-se, igualmente, a leitura de estudos de recepção dos conteúdos televisivos por habitantes da zona rural, como os elaborados por Ronsini (1995).

3 A REVISTA *MANCHETE RURAL*

Os imigrantes judeus ucranianos, Boris, Arnaldo e Adolpho Bloch, filhos de Joseph Bloch, todos estabelecidos no Brasil desde 1922, comandavam uma gráfica no Rio de Janeiro, voltada à produção de impressos para terceiros (NASCIMENTO, 2015, p. 27). Por meio da Lei nº 1.386, de 18 de junho de 1951, o presidente Getúlio Vargas modificou regras de importação de materiais gráficos utilizados pela imprensa, permitindo aos empreendimentos do ramo, a importação de máquinas, insumos e acessórios, com relevantes subsídios, tendo em vista a modernização nacional (BRASIL, 1951). Esse fator despertou em Adolpho, um ano mais tarde, o ímpeto de lançar uma revista semanal de ampla circulação (NASCIMENTO, 2015, p. 28).

Envolveram-se na concepção do periódico, o próprio Adolpho Bloch, a esposa dele, Lucy Mendes Bloch, o escritor Pedro Bloch e o jornalista Henrique Pongetti (NASCIMENTO, 2015, p. 28). A revista foi batizada como *Manchete*, nome criado por Pedro Bloch, sob duas inspirações: o vocábulo “*manchettè*”, apropriado da língua francesa, que, no contexto, significava “primeiro plano, cabeçalho, valorização visual dos assuntos pela escolha do tamanho e da família dos tipos” (A DIREÇÃO, 1952, p. 3); e o título do semanário francês *Paris Match*, de proposta similar à publicação (GONÇALVES; MUGGIATI, 2008, p. 22).

A revista *Manchete*, cujo primeiro número foi publicado em 26 de abril de 1952, se configurou como uma revista ilustrada, atendendo às expectativas do mercado, posto que aquele era um formato comum no período. Destarte, as imagens geralmente se faziam proeminentes frente ao texto. Mesmo assim, crônicas literárias de qualidade garantiram seus espaços no semanário. Apesar das crises enfrentadas em seus primeiros meses, *Manchete* se consolidou, fazendo concorrência à renomada revista *O Cruzeiro*, criada em 1928 e editada pelos Diários Associados, empresa liderada por Assis Chateaubriand (NASCIMENTO, 2015, p. 25).

No primeiro aniversário da *Manchete*, em 1953, Adolpho Bloch tornou pública, sua disposição em expandir os títulos da editora, a partir da criação da *Manchete Esportiva*, que inauguraria o setor de revistas segmentadas da Bloch Editores (PONGETTI, 1954, p. 3). O novo hebdomadário estreou em 26 de novembro de 1955, impulsionado por um complexo projeto, em que participaram prestigiados cronistas, como os irmãos Augusto, Paulo e Nelson Rodrigues (COUTO, 2012, on-line).

Manchete Esportiva, revista tida como inovadora, não teve vida longa, sendo extinta em 1959⁶. O plano de segmentação concebido para *Manchete* também não vingou. No final dos anos 1960, a Bloch Editores começou a criar títulos com diferentes enfoques. Em 1974, a empresa desenvolveu para si, uma nova linha editorial: as revistas dirigidas, compostas por mensários orientados a meios empresariais e técnicos. O título mais exitoso desse projeto foi *Geográfica Universal*, lançada em outubro daquele ano, cuja tiragem se ampliou consideravelmente em pouco tempo (COMO..., 1976, p. 9).

No contexto, também surgiram *Medicina de Hoje* e *Agricultura de Hoje*, com tiragens sensivelmente menores que as publicações mais comerciais da editora (COMO..., 1976, p. 9). Após meses de preparação, *Agricultura de Hoje* estreou em março de 1975, recebendo um relevante aparato de sustentação, promovendo eventos, com lideranças envolvidas no que posteriormente seria chamado de agronegócio. Naquele ano, a revista ganhou o Prêmio Esso, prestigiada condecoração na área das comunicações, na categoria “melhor contribuição ao jornalismo” (PRÊMIO..., 1976, p. 123).

Adolpho Bloch começou a investir em emissoras de rádio, no início da década de 1980 (VIEIRA, 2012, p. 2). Em 1981, ganhou a concessão de canais de televisão, vagos devido à extinção de empresas anteriores, como a TV Tupi e a TV Excelsior, sabotadas pela ditadura militar. A TV Manchete foi fundada em 5 de junho de 1983 (VIEIRA, 2012, p. 2). *Agricultura de Hoje* ganhou um espaço na grade de programação do novo canal, mantendo-o até o início de 1987.

A revista e o programa faziam parte do chamado Sistema Manchete de Informação Rural, gerenciado pelo jornalista e veterinário Luiz Octávio Pires Leal, que desde cedo atuou nos projetos. Em um redirecionamento das atividades, *Agricultura de Hoje* foi substituída, nas bancas e na televisão, por *Manchete Rural*, fazendo com que o carro-chefe das revistas da Bloch Editores voltasse a possuir uma derivação. O novo planejamento nada tinha a ver com a experiência da segunda metade da década de 1950.

De acordo com Paulo Roque, editor da revista, em editorial veiculado em dezembro de 1995, a iniciativa para a mudança do nome e do perfil da publicação partiu de Adolpho Bloch. “Quero uma nova revista de agricultura, mudem tudo. *Manchete*, este nome é meu. Rural é de todo mundo. Então, *Manchete Rural*”, declarou o empresário, segundo Roque, em reunião com ele e com o jornalista Janir Hollanda, editor-chefe da publicação. Rapidamente, foram contratados novos funcionários e os trabalhos deram continuidade (ROQUE, 1995a, p. 5).

⁶ Inicialmente de circulação semanal, a *Manchete Esportiva* se tornou quinzenal nos meses de seu ocaso. No final dos anos 1970, houve uma efêmera tentativa de resgatar a veiculação da revista, sem grandes resultados.

Na mesma época, suas principais concorrentes, a Editora e a TV Globo, articulavam estratégia similar, com a veiculação do “Globo Rural”, na TV desde 1980 e nas bancas desde 1985. Conforme Sérgio Dayrell Porto (1987, p. 166), a introdução do rural na grande imprensa proporcionou transformações nas relações humanas e comunicacionais, ajudando a integrar os hábitos urbanos com os rurais, em especial atendimento a interesses econômicos antes pouco experimentados. O autor sinalizou que *Manchete Rural* se constituía como um bom exemplo de implantação do formato, caracterizado como um “esquema de dobradinha”, um “pacote rural-urbano” a contemplar o gráfico e o audiovisual (PORTO, 1987, p. 167).

A *Manchete Rural* estreou como revista de circulação mensal em abril de 1987, ao custo de 30 cruzados⁷, preço que foi se elevando mês a mês devido à inflação. Oficialmente, a tiragem de sua primeira edição foi de 100 mil exemplares (UMA REVISTA..., 1995, p. 65). De acordo com informações prestadas pela própria revista, a partir de solicitações de leitores, o número de estreia se esgotou com facilidade – em uma semana – desapontando os interessados em formar coleções particulares (LEAL, 1987a, p. 3). A capa do primeiro volume do periódico estampou um anúncio veiculado em *Manchete*, reproduzido na sequência:

Figura 1: Anúncio da primeira edição de *Manchete Rural*, de abril de 1987



Fonte: ONDE..., 1987, p. 19.

⁷ Conforme o *Jornal do Brasil*, em 1º de abril de 1987, naquele dia, um dólar estava cotado para venda em C\$ 22,271.

Como se observa, o logotipo da *Manchete Rural* possuía uma peculiaridade: sua associação aos logotipos de *Manchete*, a revista (acima do “Rural”), e *Manchete*, a emissora de televisão (à esquerda). Assim se manteve até a edição nº 63, de julho de 1992. No mês anterior, a TV *Manchete* foi vendida para a Indústria Brasileira de Formulários (IBF), devido a uma grave crise do Grupo Bloch (VIEIRA, 2012, p. 5). Ao retomar o controle da rede de televisão, em abril de 1993, a Bloch Editores não voltou a correlacionar as marcas.

Ainda no que se refere à apresentação da revista, percebe-se que a conexão com *Manchete* a fez acompanhar as mudanças visuais de logotipo, adotadas pela publicação principal no final de 1996. Internamente, o projeto gráfico seguiu pontuais tendências de aprimoramento. Doravante sua edição nº 99, de setembro de 1995, ganhou o subtítulo “A Revista do Agribusiness”, mantido até sua edição derradeira, no final de 1998.

Manchete Rural demonstrou, desde seus volumes iniciais, interesse na difusão de informações tecnológicas voltadas ao meio rural – como geração de energia solar e eólica –, práticas inovadoras de agricultura, pecuária, veterinária e afins – com vistas ao incremento da produtividade – e conhecimentos obtidos em pesquisas oriundas das esferas acadêmicas. Entre suas seções, distinguia-se “Correio do Campo”, composta por correspondências de leitores, respondidas pelos jornalistas, com ajuda de dados fornecidos pelos especialistas.

Assim como ocorrera com *Agricultura de Hoje*, sua antecessora, *Manchete Rural* e seus jornalistas, como Adeildo Lopes Cavalcante e Marcelo Sampaio Pimentel, foram agraciados com prêmios, concedidos pelo setor agropecuário. “Mesclando experiência e juventude, a equipe de redação tenta manter vivo o ideal preconizado no editorial do primeiro número, fazendo de *Manchete Rural*, ‘uma revista para ler, aproveitar e guardar’”, explanou uma reportagem, em dezembro de 1995 (UMA REVISTA..., 1995, p. 65-66).

No final de 1998, uma nova crise na Bloch Editores culminou na descontinuação de diversos títulos – entre eles, *Manchete Rural*⁸. Sua estrutura basicamente não se alterou com o tempo. Murilo Melo Filho era o diretor-responsável pelo setor de revistas da Bloch Editores, Janir Hollanda era o editor-chefe da revista e Paulo Roque, o editor, liderando diretamente a equipe (UMA REVISTA..., 1995, p. 66). Com o falecimento de Adolpho Bloch, em 19 de

⁸ Acredita-se, com base em notícias publicadas à época, que a edição nº 137, de novembro de 1998, foi a última da revista *Manchete Rural*. A comprovação da informação, contudo, carece, nesse momento, de um estudo aprofundado. A Bloch Editores encerrou suas atividades em agosto de 2000. Os títulos de seus periódicos foram arrematados em leilão pelo empresário Marcos Dvoskin, que não demonstrou interesse em voltar a publicar *Manchete Rural*. Em 2021, a única revista remanescente da Bloch Editores publicada pela empresa de Dvoskin, é a *Pais & Filhos*. Sobre isso, verificar Santos (2019).

novembro de 1995, as empresas do grupo passaram ao comando do sobrinho, Pedro Jack Kapeller.

Seus principais jornalistas e fotógrafos trabalhavam no Rio de Janeiro, permanecendo um repórter radicado em São Paulo. Todos se deslocavam pelo país, em nome das pautas. Parte de seus conteúdos se originava em *freelancers*, jornalistas sem vínculo empregatício, contratados por ocasião (UMA REVISTA..., 1995, p. 66). Junto aos assuntos correlatos à proposta da revista, *Manchete Rural* se preocupou com a popularização da recepção de sinais de televisão via satélite, captados através de uma antena parabólica, como se examinará a seguir.

4 A ANTENA PARABÓLICA NAS PÁGINAS DE *MANCHETE RURAL*

A partir da leitura e da interpretação dos dados veiculados por *Manchete Rural* foi possível dividir os conteúdos da revista a respeito do assunto “antena parabólica” em quatro categorias: reportagens com citações diretas sobre o tema; reportagens com citações indiretas sobre o tema; anúncios institucionais; e anúncios de terceiros. Com relação ao último item, ressalta-se que as intervenções publicitárias de empresas promotoras de vendas de antenas e seletores geralmente se repetiam mês a mês, nas edições dos três primeiros anos de existência do periódico.

Seis empresas lançaram mão desse recurso. A Empresa de Comunicações Ltda (EMCO), de São Paulo/SP, fez apenas uma pequena menção à venda de parabólicas, posto que seu principal produto, à vez, era um radiocomunicador (EMCO, 1987, p. 31). Já a Microvídeo, de Pinheiros/SP, aproveitou a veiculação de uma das reportagens de citação direta para fazer sua apresentação. Seu anúncio contava com a imagem de uma antena em destaque, ao lado de uma ilustração que remetia ao contexto rural: um homem conduzindo um trator, próximo a uma casa que aludia a uma fazenda, cercada por animais de criação (MICROVÍDEO, 1987, p. 40).

Os outros quatro anúncios se dirigiam a públicos mais amplos, não se restringindo a convencer o morador da zona rural dos benefícios dessa tecnologia. A empresa Brasilsat S.A, de Curitiba/PR – sem relação com a Embratel ou com os satélites homônimos – buscou persuadir proprietários de casas, condomínios fechados, hotéis e edifícios. “Em todos os apartamentos ou em todos os quartos, uma imagem pura e limpa de tudo o que acontece no Brasil e no mundo”, prometia a peça, reiterando a recepção de sinais de televisão nacionais e internacionais. Duas antenas ilustravam o reclame, veiculado entre 1987 e 1988 (BRASILSAT S.A, 1987, p. 29). Na mesma linha, o anúncio da Space – Sistemas de Telecomunicações Ltda., incluía na lista, sítios, fazendas e casa de praia (SPACE, 1987, p. 70).

Esse fator também embasava o anúncio da Kompac, do Rio de Janeiro/RJ. “Todo o avanço tecnológico da imagem via satélite está agora ao alcance de um simples botão. O botão do seu televisor”, pontuava. Veiculada em uma página inteira, a publicidade dava ênfase à fotografia de uma antena, colocando-a acima de um seletor e da figura de uma cena supostamente reproduzida da televisão, composta por torcedores do Flamengo, em um estádio. Com a eliminação de “fantasmas, chuviscos, ruídos e interferências”, o telespectador recuperaria “o prazer de assistir seus programas favoritos, com todas as cores, formas e detalhes da realidade”, assegurava a empresa (KOMPAC, 1988, p. 21).

A Linear Equipamentos Eletrônicos S/A, de Santa Rita do Sapucaí/MG, expressou, em 1989, que, com seu novo modelo de seletor de canais, “os acontecimentos do Brasil e do mundo” chegariam ao usuário “ao vivo, em cores, com perfeição de áudio e vídeo”. O seletor aparecia em primeiro plano. A antena, por sua vez, detinha menor relevância. Ao fundo, uma imagem que lembra um corpo celeste, possivelmente, a Lua, em uma confusa associação (LINEAR, 1989, p. 63). Esse tipo de anúncio perdeu força, não sendo percebido nas edições da década de 1990.

A *Manchete Rural* editou duas reportagens com citações diretas sobre o tema. A primeira delas em julho de 1987, nas páginas 39 e 40 de seu número 4. Sem autoria declarada, a matéria sinalizou aquela que era considerada a principal vantagem do recurso tecnológico: a nitidez na recepção dos sinais de televisão. “Imagem no campo não é mais problema”, informava o título. Em destaque, um breve texto salientava que a antena parabólica vinha sendo “empregada com sucesso, no interior do Brasil”, estando disponível ao acesso dos produtores rurais (IMAGEM..., 1987, p. 3).

A linha de narrativa demonstrou a crença do redator de que a antena parabólica era uma das responsáveis por mudanças de hábitos entre moradores da zona rural. “Aquela velha história de que o homem do campo se deita e desperta com as galinhas – ou com o canto do galo, clarim do dia – aos poucos está passando a fazer parte do folclore”, defendia a matéria, acreditando que essa transformação na rotina era um reflexo da modernização do “interior”, que paulatinamente incorporava “o modo de vida em curso nos centros urbanos” (IMAGEM..., 1987, p. 39).

De acordo com a reportagem, a captação de imagens com melhor qualidade contribuía implicitamente para uma maior permanência das pessoas dentro de casa, em um momento onde a segurança pública era alvo de constantes discussões. “Não é por acaso que hoje, nas cidades sedes de regiões do interior paulista, por exemplo, 73,6% das residências possuem aparelhos de televisão”, informou o texto, citando como um “problema”, o fato de que “muitas fazendas e cidades distantes dos grandes centros” eram prejudicadas pelos acidentes geográficos, que

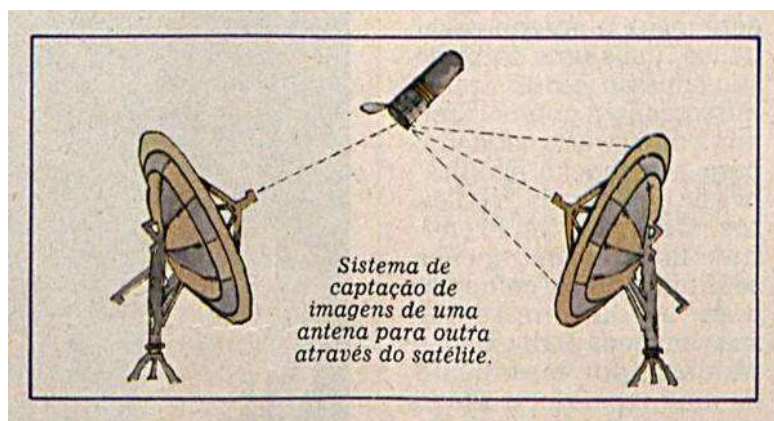
atrapalhavam a “transmissão horizontal” dos sinais gratuitamente distribuídos pelas emissoras, em televisão aberta (IMAGEM..., 1987, p. 39).

Essa barreira, no entanto, já pode ser vencida com a instalação de um enorme aparelho, semelhante a um guarda-chuva tamanho gigante aberto de cabeça para baixo: é a parabólica, antena utilizada para recepção de linhas de satélites de diversos países, capazes de jogar para as telas, imagens de TV absolutamente nítidas geradas no Rio, em São Paulo e até mesmo nos Estados Unidos e União Soviética (IMAGEM..., 1987, p. 39).

Para o redator, somente os mais “imaginosos”, à época do lançamento da televisão no Brasil, em 1950, concluiriam que, algum dia, eventos, como a final da Copa do Mundo e a chegada do ser humano à Lua, seriam transmitidos pelo aparelho. Sobre isso, o texto sintetizou que, “naquele tempo, o máximo, em matéria de comunicação, que a riqueza gerada pelo café poderia proporcionar, era a construção de salas de cinema para a exibição dos fulgurantes filmes produzidos em Hollywood”. Os “sonhos”, porém, ganharam concretude a partir da década de 1960, com a implementação de tecnologias que permitiram ao “interior”, “um até inimaginável contato com os satélites artificiais” (IMAGEM..., 1987, p. 39).

A matéria intencionou explicar o modo de funcionamento dos satélites e suas aplicações frente à comunicação no mundo. Contabilizava-se que 11 equipamentos, sendo dois deles brasileiros, orbitavam no espaço. As ondas de diferentes emissoras ficavam, assim, ao alcance de um “simples apertar de botão” (IMAGEM..., 1987, p. 39). Uma ilustração se propunha a resumir o modo de operação dos equipamentos, sem expor, todavia, maiores detalhes.

Figura 2: Esquema simplificado, publicado por *Manchete Rural*, para explicar o modo de captação dos sinais de televisão via satélite por parabólicas



Fonte: IMAGEM..., 1987, p. 39.

A chance de se poder captar uma programação diferenciada, que ia “da novela das 9, no Brasil, ao noticiário norte-americano CBS News”, carecia da superação de um ônus, pontuado no texto: “Para ter acesso a essas imagens, o homem do campo deverá incorporar as antenas parabólicas à paisagem rural, fazendo que elas convivam pacificamente ao lado das lavouras e das pracinhas enfeitadas por coretos”. Essa foi a motivação da fotografia ao início da reportagem, creditada a Vic Parisi (IMAGEM..., 1987, p. 39).

Para *Manchete Rural*, em 1987, as parabólicas eram o elo “entre o caboclo e esse complexo sistema de transmissão via satélite”. A redação comparou o modelo da antena com “um grande prato de sopa de metal”, visando tornar apazível a feição do equipamento, minimizando o impacto visual de sua instalação. Orçava-se entre 100 e 400 mil cruzados⁹, o preço para a aquisição de uma antena parabólica. “Qualquer um pode ter em sua propriedade”, insistia a reportagem, incentivando o contato entre o consumidor e uma das “muitas empresas fabricantes que rapidamente se espalham por diversos pontos do país” (IMAGEM..., 1987, p. 39-40).

O investimento indispensável para a recepção de canais internacionais distribuídos por outros satélites era entendido como “proibitivo” “para muitos”, uma vez que a antena comum precisaria ser adequada com a instalação de um “sistema eletrônico rastreador”, que a redirecionaria ao posicionamento do satélite adequado. Além disso, fazia-se necessário adquirir um filtro para a adaptação do sistema de cores¹⁰ e eliminação de ruídos. Esse aparato suplementar habilitava, segundo a reportagem, a recepção de 24 canais (IMAGEM..., 1987, p. 40)

Outra configuração de instalação de parabólicas começava a ganhar notoriedade, conforme o periódico: um “sistema completo de transmissão”, para atender “às necessidades de uma cidade de porte médio”. Esse pacote requeria mais uma torre de transmissão e dois transmissores mais potentes, com 50 watts, cada um, para receber dois canais brasileiros. “Com ele, as prefeituras integram não apenas seus municípios, como podem, ainda, emprestar suas imagens para cidades vizinhas, por intermédio de uma repetidora” (IMAGEM..., 1987, p. 40).

Sinaliza-se aqui, a citação, pela revista, de um conceito criado pelo teórico canadense Marshall McLuhan: a aldeia global. As teorias de McLuhan, lançadas no decorrer da década de 1960, alertavam para “a confluência entre os meios de comunicação e a vida em sociedade”, prevendo mudanças nas relações humanas, com o encurtamento de distâncias (LIMA; BOMFIM, 2016, p. 1). A ideia, que gerou expectativas imediatas, ganhou ressignificações, mediante o

⁹ De acordo com o *Jornal do Brasil*, em 1º de julho de 1987, um dólar estava cotado em Cz\$ 43,545 para venda.

¹⁰ O Brasil utiliza o sistema PAL-M para transmissão dos sinais televisivos em cores, enquanto alguns países empregam outro sistema, o NTSC.

surgimento de outros recursos. O ideário do filósofo emergiu naquela edição da revista em dois momentos: no editorial de Luiz Octávio Pires Leal, na página 3, e na própria reportagem.

Segundo o editorial de Leal, a antena parabólica estava “ajudando a acabar com o isolamento dos lares rurais e expandindo a aldeia global do McLuhan” (LEAL, 1987b, p. 3). Segundo a matéria, as prefeituras de municípios situados “em áreas distantes do centro transmissor, ou com topografia acidentada” eram as “pioneiras nessa aventura de se ligar ao mundo, via tela de TV, tornando o conceito de aldeia global, propagado por McLuhan, quase uma realidade”, superando-se as dificuldades impostas (IMAGEM..., 1987, p. 40).

O produtor paulista da região de Campinas, Raimundo Guimarães, entrevistado pela revista, manifestava sua crença de que o investimento feito por ele em uma antena com mais recursos tinha compensado. Guimarães confessava ser telespectador do canal AFRTS, de origem estadunidense, pertencente às Forças Armadas daquele país, que transmitia seleções de noticiários, competições esportivas e programas de entretenimento, oriundos de diversas redes como NBC, CBS, ABC e CNN (IMAGEM..., 1987, p. 40).

O produtor salientava, em sua fala, sua satisfação com o serviço, ao demonstrar que teve acesso a uma partida de futebol, não transmitida na televisão aberta, entre o Guarani, time de seu município, e o São Paulo, pela Copa Libertadores da América. Para a *Manchete Rural*, esse era mais um atrativo para a aquisição. “O futebol, aliás, foi o grande responsável pelo *boom* de vendas de antenas que se verificou no primeiro semestre do ano passado [1986]: ninguém queria perder os jogos da Copa do Mundo”, completava a reportagem (IMAGEM..., 1987, p. 40).

Para embasar dados de ordem técnica, a revista fez uso do conhecimento de um especialista, Jean Caradec, associado a uma empresa instaladora, não citada nominalmente. Para ele, os mecanismos de transmissão analisados ofertavam a chance de acesso a informações primordiais ao produtor rural, especialmente sobre tempo e clima, úteis às práticas de plantio. Concomitantemente, Caradec alertava aos consumidores sobre a necessidade de observarem detalhes técnicos dos módulos a serem instalados, principalmente no que concernia a suas potências (IMAGEM..., 1987, p. 40).

A segunda reportagem foi publicada na edição nº 15, na página 28, de junho de 1988, sob autoria de Adeildo Lopes Cavalcante. No texto, o repórter considerava a antena parabólica como “um meio de levar o progresso ao campo”. “O homem do campo, em qualquer ponto do Brasil, pode instalar uma antena parabólica em sua propriedade e fazê-la funcionar a eletricidade, bateria, gerador, cata-vento ou roda d’água”, garantia Cavalcante, revelando a quem se direcionava, explorando as possibilidades dos equipamentos (CAVALCANTE, 1988, p. 28).

A operação dos mecanismos proporcionaria a recepção de oito canais de televisão nacionais: “Manchete, Globo, Bandeirantes, TVE, TVS, Amazonas, Jockey Club e Executiva, esta última da Embratel”, elencou o jornalista, dando proeminência à qualidade do sinal das emissoras, captadas “sem fantasmas, ruídos e chuviscos, como se estivessem no cinema”. A reportagem citou como exemplo de sucesso, a instalação de um televisor e de uma antena parabólica em um garimpo, a 500 quilômetros da localidade de Alta Floresta/MT. Os eletrônicos, alimentados por um gerador, sintonizavam perfeitamente os oito canais (CAVALCANTE, 1988, p. 28).

Para Joacir Lameu, diretor técnico da empresa Kompac, do Rio de Janeiro – uma das anunciantes daquela edição da revista –, consultado por Cavalcante, as dimensões do país não favoreciam a distribuição dos sinais comumente irradiados pelas emissoras, algo que podia ser superado pela tecnologia que comercializava. Ao mesmo tempo, o jornalista garantia que o potencial da antena poderia conduzir o sinal para vizinhos em um raio de 100 quilômetros (CAVALCANTE, 1988, p. 28). A informação foi corrigida dois meses depois, em uma nota publicada na seção “Correio do Campo”: era, na verdade, 100 metros (CORREÇÃO, 1988, p. 74).

Graças à potência de alcance dos dispositivos, as despesas com a instalação poderiam ser compartilhadas entre várias pessoas. Cavalcante estimava que uma antena custasse, “em valores de maio último” [isto é, maio de 1988], algo em torno de 260 mil cruzados ou 200 OTN – sigla para Obrigação do Tesouro Nacional, títulos da dívida pública emitidos no Brasil durante a vigência do Plano Cruzado, entre 1986 e 1989¹¹. As condições de pagamento oferecidas pelas empresas que comercializaram o produto eram consideradas atrativas, dada a chance de parcelamento do investimento (CAVALCANTE, 1988, p. 28).

Por fim, Cavalcante pormenorizou características dos itens que compunham o conjunto a ser instalado para a recepção do sinal. Segundo ele, a antena se constituía de “uma parábola de 2 metros e 40 centímetros, em fibra de vidro ou revestimento de alumínio, que serve também como espelho”. Ainda conforme o repórter, “a parte de fibra de vidro consiste basicamente na sustentação da parábola. Há, também, um mastro que sustenta todo o equipamento” (CAVALCANTE, 1988, p. 28). A nota de correção, publicada em agosto de 1988, corrigiu parte dessa informação. “Na 19ª linha do quarto parágrafo, ao invés de “fibra de vidro”, o correto é “estrutura em aço zincado a fogo”, esclarecia o apontamento (CORREÇÃO, 1988, p. 74).

¹¹ Um dólar para venda, em 1º de junho de 1988, estava sendo comercializado a Cz\$ 163,95. Já 1 OTN estava cotada a Cz\$ 1.337,12. Informações do *Jornal do Brasil*. Naquele mês, a *Manchete Rural* custava Cz\$ 250,00.

Na sequência, Cavalcante reiterou dados expostos na reportagem de julho de 1987, no que diz respeito à operação dos satélites, ao modo de captação dos sinais e à diferença entre os tipos de antena, aptos a receber sinais nacionais e internacionais. “As antenas parabólicas mais parecem imensos cogumelos virados ao contrário, que interceptam os satélites que gravitam em torno da Terra”, comparava o repórter, em uma linguagem simples, mais próxima do popular. Novamente, como em julho de 1987, uma antena instalada junto a uma paisagem rural foi o motivo da fotografia a ilustrar a reportagem. O equipamento era o mesmo fabricado e comercializado pela Kompac. A ilustração, dessa vez, não possuía créditos autorais (CAVALCANTE, 1988, p. 28).

Durante os anos 1990, menções sobre antena parabólica se deram em matérias, sem qualquer relação direta com o tema. O acesso à tecnologia era visto, no período, por *Manchete Rural*, como um diferencial ao morador de áreas rurais, um sinônimo de qualidade de vida. Em abril de 1996, uma reportagem explorou o bom momento da avicultura e da suinocultura, favorecidas pela modernização dos manejos, os quais geravam alta produtividade. A rentabilidade da atividade proporcionava ao avicultor Fernando Costa Beber, “uma boa condição de vida”, pois ele tinha “uma casa bem construída, carro, telefone e antena parabólica” (INTEGRAÇÃO..., 1996, p. 119).

Para a revista, a antena parabólica facilitava a participação do produtor rural em eventos. “De maneira inédita, diversos criadores assistiram pela TV, em 23 de outubro [de 1995], um simpósio sobre equinocultura, transmitido diretamente via Embratel, de São Paulo para outras 17 cidades do país”, noticiou *Manchete Rural*, em novembro de 1995. A organização comemorava o êxito do evento, considerando “incalculável”, o “número de telespectadores que puderam assistir [o simpósio] através do uso da antena parabólica” (SIMPÓSIO..., 1995, p. 69).

Em agosto de 1995, a revista lançou o Prêmio Criatividade *Manchete Rural*, destinado a condecorar “soluções de melhores resultados na agricultura, pecuária, agroindústria, benfeitoria, etc.”. Um seleto grupo de especialistas ficaria responsável por avaliar e laurear as “ideias mais criativas”, presenteando os vencedores com cinco antenas parabólicas, ofertadas pela revista e pela ASR Comunicações – sigla para Antenas Santa Rita. Em letras pequenas, um breve parágrafo explicava que o equipamento proporcionaria uma “imagem via satélite perfeita, sem chuviscos ou fantasmas”, conservando-se o teor dos discursos de outrora (GANHE..., 1995, p. 29)¹². O mesmo anúncio figurou nas edições de agosto, setembro, outubro e novembro de 1995.

¹² A tecnologia da antena parabólica encontrava, desde setembro de 1994, uma nova fase de adesão. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, após o vazamento de uma conversa entre o então ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, e o jornalista Carlos Monforte, da TV Globo, onde o político fazia declarações polêmicas sobre seu trabalho e a

Figura 3: Anúncio institucional sobre o Prêmio Criatividade *Manchete Rural*



Fonte: GANHE..., 1995, p. 29.

Em maio de 1996 e em setembro de 1998, nas edições números 107 e 135, o periódico se mostrou interessado em conhecer os hábitos e as condições de vida de seus leitores. “Suas informações são extremamente valiosas para o desenvolvimento de nosso trabalho”, justificava o prólogo do segundo questionário. Entre as várias perguntas, estava a disposição em saber se o leitor era possuidor de telefone, fax, televisor, videocassete e antena parabólica. Em ambas as solicitações, as primeiras cinquenta respostas a chegarem à redação receberiam uma camiseta da *Manchete Rural* como brinde (PESQUISA..., 1996, n.p.).

Uma série de reportagens especiais, veiculadas na edição nº 130, de abril de 1998, pormenorizou as “tecnologias a serviço da agricultura”. Novas técnicas de produção e comercialização se aliavam à emergência de recursos, como a telefonia celular e os vídeo-leilões. Segundo o editorial assinado pelo editor-assistente Felipe Dias, o campo mostrava “uma

campanha do candidato Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a venda desse tipo de equipamento ganhou novo impulso. Fabricantes, como a Antenas Santa Rita (ASR), a mesma que patrocinou o concurso da *Manchete Rural*, demonstravam otimismo quanto ao futuro do setor. Estimava-se em 1,5 milhão, o número total de antenas instaladas no Brasil, conforme dados fornecidos por empresários do ramo (ROCCO, 1994, p. 1).

admirável capacidade de reação e sobrevivência”, em tempos de “competição acirrada”, não se permitindo ao “atraso” e à “incompetência” (DIAS, 1998, p. 6).

O otimismo se manteve em uma das matérias, ao salientar que a “modernidade” chegava ao campo. “Satélites monitoram a colheita, computadores, telefones celulares e antenas parabólicas já fazem parte da rotina de muitas propriedades e, na hora de comercializar a safra, o governo vem sendo substituído pela iniciativa privada”. Um horizonte de possibilidades se alinhava, de acordo com a revista, às práticas denominadas como agricultura de precisão, em estágio inicial de aplicação (O FUTURO..., 1998, p. 36).

O discurso da reportagem remetia ao contexto político e econômico do país. Adepto do neoliberalismo, o governo Fernando Henrique Cardoso articulava a venda de estatais. Entre as empresas que passaram para as mãos da iniciativa privada estava a Embratel, em julho de 1998, apesar de sua importância estratégica (ARAÚJO; BRANDI, 2009, on-line). Entre 1995 e 1999, o incentivo do governo à prática de privatização das companhias telefônicas públicas passou também pelo esvaziamento da Telebrás.

Apesar dos controversos resultados que viriam a ser produzidos pela entrega das posses e dos serviços aos conglomerados estrangeiros, *Manchete Rural* demonstrava certo alinhamento com o corriqueiro argumento de modernização nas comunicações, utilizado como justificativa pelo governo. A redução de danos naturais e o aumento da produtividade se materializavam como as metas do gerenciamento de informações, com auxílio de sistemas, como o inovador GPS (O FUTURO..., 1998, p. 36).

Nesse momento, segundo *Manchete Rural*, a antena parabólica havia se consolidado como um mecanismo plenamente absorvido pelo homem do campo, uma tecnologia básica para a vivência no mundo rural. O emprego desse recurso era uma realidade e o futuro parecia ser promissor. Entretanto, uma nova crise no Grupo Bloch, doravante 1998, interrompeu a trajetória da revista, cerceando seu acompanhamento do porvir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a fazer um breve estudo sobre a abordagem relativa ao tema “antena parabólica”, a partir de uma fonte de comunicação social, a revista *Manchete Rural*. A fonte e o tema não são muito habituais nos estudos históricos. Espera-se, com esse primeiro esforço, que a apropriação desse tipo de tecnologia pelo ser humano, bem como as atividades do mensário da Bloch Editores, inspirem outras pesquisas e análises no futuro.

Através dos conteúdos expressos pela revista, pode-se ponderar alguns desdobramentos contextuais, dentre os quais, a visão que se tinha do habitante da zona rural, que, para o periódico, necessitava ser “integrado” ao modo de vida aplicado nos meios urbanos. Paralelamente, reforçavam-se estereótipos sobre seus hábitos, como seus horários de dormir e acordar. Mudanças poderiam ser concretizadas, com o acesso à televisão, experiência a ser aprimorada pelo emprego de uma antena parabólica.

No que concerne à fonte, frisa-se que a *Manchete Rural* fazia parte de um conglomerado de comunicação, que englobava, entre outras empresas, a TV Manchete, emissora captada por antenas parabólicas. Mesmo sendo um dos principais canais do país, a Manchete não dispunha, especialmente no final dos anos 1980, de uma robusta rede de afiliadas. Tornava-se interessante promover ao público segmentado do mensário, uma tecnologia que lhe permitisse a visualização da programação da emissora.

Com relação ao modo como o assunto foi tratado, salienta-se a influência da publicidade sobre a linha editorial da revista. As antenas parabólicas defendidas pelas fábricas e comércios afins não necessariamente se voltavam ao habitante do meio rural, e sim, à sociedade como um todo. Embora o direcionamento de público estivesse bem demarcado, inclusive pelo título do periódico, nada indica que sua leitura se limitasse exclusivamente ao morador rural. A citação do tema e o interesse dos anunciantes, em prol da promoção da tecnologia, eram diretamente proporcionais.

Com o tempo, a ciência e a tecnologia se aperfeiçoaram. Outros modelos de recepção de sinais de televisão emergiram das pesquisas, com aplicações exitosas. A TV digital, lançada em 2007, ofertou uma notável qualidade à transmissão aberta das emissoras. As antenas parabólicas tradicionais, como as retratadas nesse artigo, seja em modo analógico ou digital, em 2021, se envolveram em uma polêmica. A tecnologia 5G ameaça a continuidade do modelo que encantava os redatores e os fabricantes de antenas, na longínqua década de 1980¹³. Frente às incertezas do futuro, pode-se apreciar um pouco do papel desse recurso na experiência humana do passado.

¹³ Estima-se que a implantação da tecnologia de quinta geração para uso de redes móveis e banda larga, o 5G, faça com que as faixas utilizadas pelas emissoras para transmissão via antena parabólica necessitem de mudanças. Outras informações sobre os primeiros encaminhamentos relativos ao tema podem ser consultadas na reportagem do jornalista Guilherme Tagiaroli (2021, on-line). O texto salienta que “6,5 milhões de residências no Brasil contam apenas com antena parabólica para ver TV”, segundo dados do IBGE relativos a 2017 (TAGIAROLI, 2021, on-line).

REFERÊNCIAS

A DIREÇÃO. Um momento, leitor. **Manchete**, nº 1, 26 abr. 1952, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2 mar. 2021.

AGRICULTURA de Hoje. **Manchete**, nº 1195, 15 mar. 1975, p. 126. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ALDÉ, Alessandra. TV Tupi. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tv-tupi/>. Acesso em: 6 mar. 2021.

ARAÚJO, Rejane; BRANDI, Paulo. Embratel. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/embratel/>. Acesso em: 6 mar. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2000.

BATISTELLA, Alessandro. **O bipartidarismo em Passo Fundo/RS – 1965-1982**. Passo Fundo: Acervus, 2020. Disponível em: <http://www.acervuseditora.com.br/nossasobras/>. Acesso em: 9 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 1.386, de 18 de junho de 1951**. Regula a importação de papel e outros materiais de consumo da imprensa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1386.htm/. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117compilada.htm/. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASILSAT ganha salva de palmas ao subir com êxito. **Jornal do Brasil**, nº 305, 9 fev. 1985, p. 7. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2 mar. 2021.

BRASILSAT 1, o primeiro satélite brasileiro, vai ser lançado sexta-feira. **Jornal do Brasil**, nº 298, 2 fev. 1985, p. 15. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2 mar. 2021.

BRASILSAT S.A. Anúncio da empresa. **Manchete Rural**, nº 6, set. 1987, p. 29. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CAMARA, Lucas Rodrigues Raposo da. **Análise de interferência entre satélites geostacionários**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia

Eletrônica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/7564/>. Acesso em: 4 mar. 2021.

CAMARGO, José Tarcísio Franco de. **Projeto e implementação de um sistema de recepção de TV via satélite**. 1992. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) – Faculdade de Engenharia Elétrica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. 101f. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/261612/>. Acesso em: 4 mar. 2021.

CAPA. **Manchete Rural**, nº 63, jul. 1992. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CAPA. **Manchete Rural**, nº 99, set. 1995. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CAVALCANTE, Adeildo Lopes. Antena Parabólica: um meio de levar o progresso ao campo. **Manchete Rural**, nº 15, jun. 1988, p. 28. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

COMO se faz “Manchete”, nascida há 24 anos numa pequena gráfica. **Boletim ABI**, maio-jun. 1976, p. 8-9. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2 mar. 2021.

CORREÇÃO: Correio do Campo. **Manchete Rural**, nº 17, ago. 1988, p. 74. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

COUTO, André Alexandre Guimarães. *Manchete Esportiva* e sua primeira fase (1955-1959): Diálogo entre Imagens e Crônicas Modernas. **Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430338_ARQUIVO_AndreAlexandreGuimaraesCoutoAnpuhRJ2012.pdf/. Acesso em: 9 mar. 2021.

DIAS, Felipe. Editorial. **Manchete Rural**, nº 130, abr. 1998, p. 6. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

DICKEL, Simone Lopes; ZANELLA, Anacleto (org.). **História do Mundo Rural: o Sul do Brasil – Volume 3. Passo Fundo: Acervus**, 2020. Disponível em: <https://www.acervuseditora.com.br/nossasobras/>. Acesso em: 9 mar. 2021.

DIRETO do espaço. **Veja**, 7 jul. 1982, p. 120. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervo/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

EMCO. Anúncio da empresa. **Manchete Rural**, nº 4, jul. 1987, p. 31. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da Morte de Vargas aos Dias Atuais**. São Paulo: Contexto, 2016.

GANHE 5 antenas parabólicas. Anúncio do Prêmio Criatividade *Manchete Rural*. **Manchete Rural**, nº 98, ago. 1995, p. 29. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GARCIA, Roberto. TV do Espaço. **Veja**, 5 maio 1982, p. 105. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervo/>. Acesso em: 2 mar. 2021.

GODOY, Norton. De parabólicas ligadas. **Superinteressante**, nº 8, maio 1988. Disponível em: <https://super.abril.com.br/tecnologia/de-parabolicas-ligadas/>. Acesso em: 3 mar. 2021.

GONÇALVES, José Esmeraldo; MUGGIATI, Roberto. A Janela do Russell. In: GONÇALVES, José Esmeraldo; BARROS, J. A. (Orgs.). **Aconteceu na Manchete: as Histórias que Ninguém Contou**. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008, p. 21-53.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

IMAGEM no campo não é mais problema. **Manchete Rural**, nº 4, jul. 1987, p. 39-40. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

INTEGRAÇÃO, a força do agribusiness. **Manchete Rural**, nº 106, abr. 1996, p. 116-122. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

KARAWEJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico – Breves Considerações. **Historiae: Revista de História da Universidade Federal do Rio Grande**, v. 1, p. 131-147, 2010. Disponível em: <http://periodicos.furg.br/hist/article/view/2371/>. Acesso em: 9 mar. 2021.

KOMPAC. Anúncio da empresa. **Manchete Rural**, nº 15, jun. 1988, p. 21. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

LEAL, Luiz Octávio Pires. O método de confinamento. **Manchete Rural**, nº 4, jul. 1987b, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

LEAL, Luiz Octávio Pires. Um hectare produz. **Manchete Rural**, nº 2, maio 1987a, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

LIMA, Ana Cláudia Silva; BOMFIM, Filomena Maria Avelina. A implementação da Aldeia Global de McLuhan no século XXI: a Educomunicação como ambiente sustentável de aprendizagem. **Anais da III Conferência do Pensamento Comunicacional Brasileiro**. São Paulo: INTERCOM, 2016, p. 1-15. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/pensacom2016/textos/ana-claudia-lima-filomena-bomfim.pdf/>. Acesso em: 6 mar. 2021.

LINEAR. Anúncio da empresa. **Manchete Rural**, nº 24, mar. 1989, p. 63. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. 155f.

MICROVÍDEO. Anúncio da empresa. **Manchete Rural**, nº 4, jul. 1987, p. 40. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/60815562/Analise%20de%20conte%C3%BAdo.pdf/>. Acesso em: 4 mar. 2021.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. **“Aconteceu: Virou Manchete”**: O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. 146f. Disponível em: http://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3020220/. Acesso em: 4 mar. 2021.

O FUTURO já começou. **Manchete Rural**, nº 130, abr. 1998, p. 36-40. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ONDE você ganha sempre. Anúncio do primeiro número de *Manchete Rural*. **Manchete**, nº 1824, 4 abr. 1987, p. 19. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2 mar. 2021.

PESQUISA *Manchete Rural*. **Manchete Rural**, nº 107, maio 1996, n.p. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PESQUISA *Manchete Rural*. **Manchete Rural**, nº 135, set. 1998, n.p. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PONGETTI, Henrique. Manchete nº 100. **Manchete**, nº 100, 20 mar. 1954, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2 mar. 2021.

PORTO, Sérgio Dayrell. Televisão Brasileira: Economia e imaginário. Globo Rural e Som Brasil: A mesma safra urbana? **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, v. 4, n. 2, p. 165-178, maio/ago. 1987. Disponível em: <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9180/>. Acesso em: 8 mar. 2021.

PRÊMIO Esso de melhor contribuição ao jornalismo, de 1975. Anúncio da revista *Agricultura de Hoje*. **Manchete**, nº 1238, 10 jan. 1976, p. 123. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2 mar. 2021.

ROCCO, Nelson. Caso Ricupero puxa vendas de parabólicas. Nono caderno. **Folha de S. Paulo**, 11 set. 1994, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/index.do/>. Acesso em: 3 mar. 2021.

RONSINI, Veneza Mayora. Cotidiano rural e recepção de televisão: o caso Três Barras. **Intercom – Revista Brasileira da Comunicação**. São Paulo, v. XVIII, n. 1, p. 108-118, jan./jun. 1995. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/883/>. Acesso em: 8 mar. 2021.

ROQUE, Paulo. Editorial. **Manchete Rural**, nº 102, dez. 1995a, p. 5. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ROQUE, Paulo. Editorial. **Manchete Rural**, nº 98, ago. 1995b, p. 5. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SANTOS, Liana Pereira Borba dos. “Mais que uma revista, um dicionário para os pais”: a revista *Pais & Filhos* e a imprensa transnacional para a família. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. 1-25, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/10.4025/>. Acesso em: 8 mar. 2021.

SARTI, Ingrid Piera Andersen. **Os efeitos da tecnologia de ponta na televisão: a TV Globo**. Relatório de Pesquisa. Lima/Rio de Janeiro: IPAL, 1986. Disponível em: <http://dspace.unila.edu.br/123456789/578/>. Acesso em: 8 mar. 2021.

SILVA, Thiago de Sales. “**Espectáculo inconveniente para qualquer horário**”: a censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. 144f. Disponível em: http://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4891013/. Acesso em: 4 mar. 2021.

SIMPÓSIO de atualização em equinocultura. **Manchete Rural**, nº 101, nov. 1995, p. 69. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SPACE. Anúncio da empresa. **Manchete Rural**, nº 6, set. 1987, p. 70. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

TAGIAROLI, Guilherme. Leilão do 5G vai afetar quem tem parabólica; entenda o que ficou decidido. **Tilt**: o canal sobre tecnologia do UOL, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/02/26/como-o-5g-vai-afetar-a-transmissao-de-tv-via-antena-parabolica.htm/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

UMA REVISTA de sucesso. **Manchete Rural**, nº 102, dez. 1995, p. 65-66. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

VIEIRA, Renan Milanez. Rede Manchete: um estudo de caso. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação – BOCC**, 2012. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/vieira-renan-rede-manchete-um-estudo-de-caso.pdf/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Guerra Fria (1947-1987): conflito ou sistema? **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 9-38, jul./dez. 2006.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. São Paulo, v. 4, p. 89-102, jun. 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

Data de submissão: 14/03/2021

Data de aprovação: 28/05/2021

A HISTÓRIA DA MADEIRA-MAMORÉ: MEDOS, DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS NA CONSTRUÇÃO DA EFMM¹

LA HISTORIA DE MADERA-MAMORÉ: MIEDOS, DESAFÍOS Y ENFRENTAMIENTOS EN LA CONSTRUCCIÓN DE EFMM

Rosa Thaís Neves Hydall²

RESUMO

Este estudo pretende discorrer os impactos econômicos e sociais, através de uma leitura histórica da construção, em plena floresta equatorial amazônica da estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), com aporte teórico do romance de Barros Ferreira (1963). Baseando as análises documentais deste estudo, mostrando a trajetória de imigrantes que, em sua maioria, vieram à contragosto para os trabalhos na Amazônia, a construção da linha de telégrafo de Rondon que ocorria no mesmo período da referida EFMM, a maneira como chegavam os imigrantes na região e as histórias de vidas de diversos trabalhadores, com suas experiências e memórias. Através destes relatos que surge uma visão crítica do trabalho escravo e todo o contexto que se passava no período de 1907 a 1915 com a ideia de progresso rumo à região amazônica ligando Rondônia e mais tarde outros estados brasileiros à Bolívia, viabilizando o transporte de mercadorias acordado no Tratado de Petrópolis em 1903. Que por fim, resulta na análise literária deste plano de progresso que ligaria as fronteiras e posteriormente escravizaria a Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Madeira-Mamoré; Imigrantes; Amazônia; Memórias.

RESUMEN

Este estudio pretende discutir los impactos económicos y sociales, mediante una lectura histórica de la construcción, en medio de la selva ecuatorial amazónica del Ferrocarril Madeira - Mamoré (EFMM), con la contribución teórico de romance de Barros Ferreira (1963). A partir de los análisis documentales de este estudio, que muestra la trayectoria de los inmigrantes que, en su mayor parte, llegaron a trabajar contra el gusto en la Amazonía, la construcción de la línea telegráfica Rondon que se dio en lo mismo período del referido EFMM, la forma en que los inmigrantes de la región y sus historias de vida de muchos trabajadores, con sus vivencias y recuerdos. Mediante de estos informes, surge una visión crítica del trabajo esclavo y de todo el contexto que esta pasando la década de 1907 a 1915 con la idea de avanzar curso la región amazónica conectando Rondônia y luego otros estados brasileños con Bolivia, haciendo posible el transporte acordado en lo Tratado de Petrópolis de 1903. Lo que finalmente da como

¹ Abreviatura para Estrada de Ferro Madeira- Mamoré.

² Bacharelada em História pela Universidade Federal do Acre – UFAC, 8º período. Foi bolsista no programa institucional de bolsas de iniciação científica PIBIC/UFAC, desenvolvendo o projeto de pesquisa: Entrecruzos culturais e identitários: os enunciados dos corpos nas bordas interamazônias, sob orientação da Dr^a Geórgia Pereira Lima. Cursou Arte Dramática, com ênfase em interpretação teatral, administrada pela Usina de Arte Joao Donato. E-mail: hydall73@gmail.com

resultado el análisis literario de este plan de progreso que uniría las fronteras y luego esclavizaría a la Amazonía.

PALABRAS-CLAVE: Madeira-Mamoré; Imigrantes; Amazonia; Memórias.

1 INTRODUÇÃO

O Romance da Madeira-Mamoré, do autor Barros Ferreira traz uma leitura do contexto social e econômico da Amazônia e os impactos causados pela Belle Époque desde o século XIX, as negociações do território do Acre com o Tratado de Petrópolis em 1903 entre Brasil e Bolívia com o objetivo de escoar as mercadorias e ter maior contato comercial, algo importante para economia e expansão de fronteiras.

A Belle Époque foi um período conhecido como uma pequena Europa dentro dos estados de Manaus e Belém no primeiro ciclo da borracha, onde eram conferidos grande progresso na área da arquitetura, artes, banquetes, bailes e contatos de negócios com estrangeiros que proporcionaram riqueza e ostentação às famílias bem sucedidas das sociedades amazônicas no início do século XX.

Essa época retrata bem o que se passava nas grandes cidades da Amazônia e o quanto elas cresciam economicamente com a extração e exportação da borracha, e ainda a ausência de expansão econômica dos estados Acre e Rondônia que tardiamente têm espaço na história deste período que foi nomeado como Belle Époque, e ainda assim sua participação foi como “explorados”, pela retirada de matéria-prima e mão-de-obra escrava.

Diversos acontecimentos entremeavam na trama da construção da estrada Madeira-Mamoré, e a ideia de progresso acompanhada pela construção da linha de telégrafo do Rondon em 1907 a 1915, conhecido na região como o “Marechal da Floresta”, a então “Ferrovia do Diabo” passa a ser um símbolo importante para os moradores rondonienses, com a promessa de progresso econômico rápido na região, o que torna o projeto de construção em meio à floresta amazônica algo promissor.

O Romance da Madeira-Mamoré traz o impacto da vinda dos imigrantes para a região e ainda as promessas que lhes eram feitas, além do contexto econômico na época. Diversos adventos foram responsáveis pela vinda de imigrantes para a região amazônica no final do século XIX e início do século XX como a revolta da Chibata em 1910 no Rio de Janeiro.

As forças econômicas presentes neste momento eram as nações capitalistas emergentes como o Japão, EUA e Alemanha que buscavam além de matérias primas, o controle do mercado

consumidor, se destacando no fornecimento de materiais como a goma elástica.

Contudo, além do aspecto político e militar presente que forjou uma mentalidade no campo social alienante para privilegiar alguns mercados trazendo imigrantes de mais 50 nacionalidades para a Amazônia, homens que atravessavam mares, longas estradas e rios, enfrentando os fatores climáticos, a fauna e flora de uma região de difícil acesso.

2 A CORRIDA PARA UM PROGRESSO ÀS AVESSAS

O clima quente, a monotonia e os mosquitos traziam um estranhamento aos imigrantes quando adentravam na região amazônica, tinha-se uma sensação de inferno tropical ou “inferno verde”³ e as notícias das doenças existentes desanimavam e amedrontavam cada vez mais os trabalhadores, a malária ou impaludismo era o principal vilão e a cada parada do navio eram visto pequenos núcleos ribeirinhos pobres, trazendo o que havia para os viajantes, de mais primitivo, como diz o trecho de Barros:

O navio soltou prolongado apito, que serviu de aviso aos passageiros. Todos correram à amurada, para ver o espetáculo que supunham de maravilha. E sofreram desoladora decepção. O que tinham em frente nem uma povoação podiam denominar-se. Haviam passado já por núcleos ribeirinhos muito pobres, mas bem melhores, estava na frente deles o que podia existir de mais primitivo. A cidade, que esperavam encontrar, não passava de meia dúzia de barracões de madeira cobertos de fôlha zincada, o denominado ferro corrugado. (FERREIRA, 1963, p. 25)

Era chegada dos trabalhadores para início da construção da estrada de ferro, onde Barros Ferreira desenha muito bem o sentimento de tristeza e desolação por parte daqueles homens que se embreavam na selva amazônica.

A surpresa ao chegar ao local de trabalho é evidente, pois esperavam chegar a uma cidade ao menos melhor estruturada e a adaptação ao clima e aos horários tinham que ser obedecidos pela temporalidade da floresta, ela dita as regras de ida e vinda da ferrovia e ainda seu tempo de vida naquele espaço verde.

O estado de Rondônia é onde se passa toda a trama do romance que casando com a realidade vivida por milhares de trabalhadores, descreve o que para a história do Brasil será lembrada como um fracasso econômico, visto o alto investimento de materiais ferroviários enviados para uma região de difícil acesso e difícil adaptação de condições de trabalho humano. Entendendo a posição geográfica que se encontra Rondônia no período de construção da

³ CUNHA, Euclides da, Um paraíso Perdido, p. 345.

referida EFMM é possível identificar através do mapa da figura 1, a região de fronteira Bolívia/Brasil (Rondônia) e onde se localizou o plano de expansão comercial via linha férrea.

Figura 1: A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré



Fonte: Livro “O Romance da Madeira-Mamoré, São Paulo 1963, p. 4.

Era um projeto ambicioso, mas antes de ser executado não teve o devido estudo da região, de suas condições climáticas, dos povos originários que lá habitavam e ainda a fauna e a flora parece não ter assustado os engenheiros e empresários que visavam, antes de tudo, a lucratividade que sonhavam para além fronteiras, como relata o romance de Barros.

Assim se inicia um novo capítulo na história de homens e de famílias que sonhavam sair de condições miseráveis ao vim para a Amazônia e conhecem assim, o dessabor na tão temida Madeira-Mamoré.

Em meio aos homens que para ali eram recolhidos, vinham as mais variadas levas de imigrantes sem distinguir cargos, saiam frente à abertura de estradas na selva e comparações dos americanos as construções no país eram feitas de maneira constante, também por outros de diferentes nacionalidades.

Evandro da Rocha Lopes em sua tese de mestrado, intitulada *Imagens da Madeira-Mamoré: proposta de um Centro de Documentação e Referência*, descreve através do relatório de Railway Company, uma empresa ferroviária criada no início do século XX, mais precisamente em 1906, no estado de Maine, nos Estados Unidos⁴, que os trabalhadores da EFMM vieram de mais de 50

⁴ Informações consultadas em artigo científico do XXIX Simpósio Nacional de História, com autoria de Lucas Mariani Córrea, intitulado *A atuação do holding Brazil Railway Company (1904-1920)*, p. 4.

países, e somaram mais de 1.500 mortes e tinham como principal fator a insalubridade, a malária e febre amarela.

De acordo com o relatório de atividades da Madeira-Mamoré Railway Company, publicado no final de 1912, do início da construção da ferrovia até o término foram “importados” 21.817 homens, de mais de 50 nacionalidades, dos quais morreram 1.552. (LOPES, 2018 p.50)

Preferiam instalar-se nas margens dos rios, onde achavam - se mais seguros, e ainda pela facilidade de transporte que era feito por meio fluvial. Montados em pequenas instalações, como mostra a figura 2, quando chegavam das extensas viagens a qual se submetiam, estavam exaustos e mal dirigiam a palavra uns para os outros, como menciona Barros Ferreira em diversos trechos do romance, sobre a chegada dos imigrantes para a construção da EFMM.

Figura 2: Habitação, 1907 - 1912



Fonte: Dana B. Merrill. Acervo FBN *on line*.

Construções de instalações na beira do rio, com breve análise a figura 2, nota-se que logo no centro, há uma habitação rodeada de árvores de grande porte, logo a sua frente uma espécie palheira, típica na região amazônica, observa-se que pelas dimensões da habitação, trata de uma grande estrutura habitacional. Essa localização, era a forma mais fácil que se encontrava para facilitar o acesso as instalações, e a recepção de entrega de materiais e alimentos, visto a dificuldade em transitar no terreno da região devido a mata fechada e os perigos existentes na fauna, incluindo na lista de “medos” dos transeuntes, os animais peçonhentos e as onças.

É evidente que nos primeiros dias de trabalho o cansaço era maior e fadiga lhes tomava de conta o corpo, tendo em vista o estranhamento do clima quente e úmido da floresta e os

animais que por ali habitavam, agora em meio à presença do homem, a sucuri e ainda, mais animais peçonhentos eram um dos obstáculos encontrados durante o percurso de trabalho.

Até então ainda tinham experimentado a malária que por acaso não duraria muito tempo até o primeiro caso se manifestar e trazer desconfiância e medo em meio aos trabalhadores que pouco ou nada conheciam desta doença tropical, como descreve Barros com surgimento do primeiro caso de malária do companheiro O' Hara no trecho que segue de O Romance da Madeira-Mamoré, publicado em 1963:

Começaram a surgir casos de Malária. Primeiro foi O' Hara que sentiu estranhos tremores de frio seguidos de fraqueza intensa que não lhe permitia ficar de pé. Depois foi o engenheiro Wisser, que não pôde efetuar as medições e levantamentos topográficos. Em seguida o engenheiro Bird. Ao décimo - quinto dia, apenas metade dos homens encontrava-se em condições de trabalhar. Os doentes não podiam receber alimentação adequada. (FERREIRA, 1963, p. 47)

O quinino, grande descoberta da medicina já estava em uso para tratamentos da malária, algo que possibilitou excursões para regiões de selva, porém o tratamento com o quinino tem que se obedecer rigorosamente aos horários de tomada dos medicamentos e quantidade adequada de ingestão.

O medicamento de nada ou pouco serviu para evitar a mortalidade dos trabalhadores já que estes tomavam sem orientação médica, mesmo com as fortes doses preventivas do quinino, a malária atacava com força a todos os trabalhadores.

Em meio às tragédias eminentes, um momento de esperança que marcou o século 1907 a 1912 onde se aponta que empreiteiros chegam com trezentos operários e mil toneladas de equipamentos, além de médicos contratados para a expedição e medicamentos vinham em grande quantidade, à promessa de segurança a saúde dos trabalhadores animava, os mantimentos e demais equipamentos vinham de Belém.

Em 1907 o Pará estava no auge do consumo e novas formas de convívio social eram notadas, para o calor dos trópicos gozavam do uso de câmaras frigoríficas buscando assemelhar-se aos países europeus, e o consumo da cerveja traziam um ar de urbano às capitais amazônicas.

Ana Maria Daou a autora do livro *A belle époque amazônica*, publicado em 1999, descreve esse e outros momentos de áureo fervor de produção gomífera nos estados do Pará e Amazonas, marcados pela euforia social e cultural, dentre os anos de 1880-1910 traz a realidade das elites locais com o mercado mundial, trazendo o comércio de cerveja e seu impacto na região amazônica.

Em 1907 o consumo de cerveja no Pará chegou a mais de 2 milhões de litros. A cerveja fornecida pela Fábrica Paraense “era de fato tão boa como a cerveja de Munich” e fornecia mais da metade do que era então consumido no Pará... O chope e a cerveja animavam a sociabilidade masculina, quando ao final do dia se reuniam nos clubes e nos bares os recebedores da borracha, fiscais de Alfândega, representantes das firmas seguradoras e das companhias de navegação, responsáveis pela entrada e saída da contrapartida amazônica na tonelage dos navios que cortavam o Atlântico em direção à Europa. (DAOU, 2004, p. 58-59)

As novidades vinda de outros países afetavam em única na região amazônica as cidades de Belém e Manaus que experimentavam o que havia de melhor das cidades europeias, enquanto mercadorias promoviam grandes bailes acompanhadas de negociatas com americanos e europeus com os grandes barões da borracha, eram as capitais de trocas comerciais, no final dos séculos XIX e início do século XX, tinham acesso a mercadorias sofisticadas.

Enquanto isso em Rondônia os trabalhos da EFMM continuavam a todo vapor, mas as revoltas se acentuavam conforme os trabalhadores iam adoecendo e o estranhamento com o clima e as dificuldades com o trabalho na mata virgem iam somando a todo aquele desgosto.

Volveu Giovanni – Mas com que salário e quantas horas por dia? Forçam-nos a trabalhar dez horas, num clima ruim, estando alguns de nós com febre. Se alguém fica doente e não vai trabalhar não recebe nem dinheiro nem comida. Nem tem aonde ir comer. Não foi êsse o trato. Estamos aqui em piores condições do que os escravos negros nos Estados sulinos, antes da vossa nobre guerra. (FERREIRA, 1963, p. 71)

As condições que Ferreira relata eram subumanas, um trabalho sem dúvidas escravo que exigia 10 horas de atividade, além disso quando a malária atacava e o corpo já não possuía mais forças, eram obrigados a passar fome e duras condições de vida na selva que quase sempre ocasionava sua morte, mas ainda sim havia resistência por parte dos trabalhadores que hora em outra empreendiam fuga rumo à mata sem destino certo, com uma única finalidade, sair desse sistema exploratório.

Há relatos de que alguns trabalhadores da linha telegráfica de Rondon, obra que acontecia no mesmo período que a EFMM, tendo sua abertura em 1907 e término em 1915 aproximadamente, fugiam para trabalhar na EFMM, pois fugiam do comandante mão de ferro, como era conhecido o exigente Marechal Rondon como mostra o texto do autor Todd A. Diacon:

Adjetivos como solitário, afável, compassivo e compreensivo, não vêm à mente quando analisamos as qualidades de Rondon como comandante. Para sermos justos, tampouco Rondon os teria julgado necessários. Mais apropriados parecem os termos duro,

exigente, rigoroso e, talvez até mesmo cruel e insensível. Rondon certamente afirmou que as exigências da construção do telégrafo no sertão, aliadas às qualidades dos soldados sob seu comando. Requeriam disciplina férrea. (DIACON, 2006, p. 81)

Isso causou muitas deserções por parte de seus soldados. O número de fugas aumentou de maneira vertiginosa e para tratar destas Marechal Rondon saía à procura dos praças como uma caça a animais selvagens, em muitos casos acabavam matando até mesmo para servir de exemplo para que os demais não empreendessem revolta, havia ele a ferramenta do medo e utilizava-se dela com frequência.

Rondon ainda era conhecido por sua preocupação com seus animais durante a viagem “a morte de animais seus diferentemente da morte de um soldado, ensejava comoventes louvores no diário de Rondon.” (DIACON, 2006, p. 85) tem-se a justificativa para tamanhas deserções, tanto pelos mais tratos aos praças quanto pela revolta de tratar melhor os animais do que seus trabalhadores.

Sem dúvidas que havia entre as opções de fuga dos soldados da linha telegráfica a ida para a EFMM, de tanto era o desespero dos praças que optavam até mesmo ir trabalhar na tão mal afamada construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, constatando um contato entre dos trabalhadores, duas construções que ali se desdobravam no mesmo espaço de tempo, Diacon traz, em mais um trecho de seu livro “Rondon O marechal da floresta” o desespero dos trabalhadores em meio ao árduo trabalho de construção da linha do telégrafo e da estrada de ferro e o desespero em vias de exploração de trabalho e fugas.

Próximo a cidade de Santo Antonio do Madeira, havia outra alternativa para escapar do serviço na comissão: empregar-se como operário na construção da mal-afamada Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Um frustrado oficial da comissão cogitou a possibilidade de a ferrovia ser obrigada a reembolsar a comissão por ter sustentado e transportado aqueles desertores até Mato Grosso. (DIACON, 2006, p. 90)

Na EFMM não foi diferente quanto ao fato de as fugas também terem se acentuado, assim como o aumento do número de doentes, foi de fato algo inesperado, pelo desconhecimento da fauna e flora da região, o que trouxe condições de trabalho ali estabelecidas que eram de fato insalubres.

A borracha era o principal produto de exportação e propulsora de tamanho progresso, entra em declínio que acompanha-se entre os anos de 1930 a 1940, “sendo possível encontrar nos seringais abandonados resquícios dessa época anterior, propalada como período áureo da

borracha.”⁵ Onde tudo aquilo desola e a construção da EFMM parece em vão. A EFMM fica com percurso de Guajará-Mirim até Porto Velho e tem o término de sua construção em 1912, o segundo ciclo da borracha que ganhou sobrevida em 1942, tem seu declínio em 1945.

Para aqueles que viviam do trabalho da extração de borracha há um lamento e ao mesmo tempo um alívio, com o fim do segundo ciclo da borracha, pois a situação que passavam os seringueiros e trabalhadores que tinham que obedecer o crescente e devastador “progresso” viam a “poeira” da ambição baixar de maneira impressionante. O fato é que a borracha enriqueceu muito aqueles empresários, mas também muito escravizou os trabalhadores mais humildes, era muito dinheiro nas mãos de poucos.

A borracha proporcionava muita riqueza, mas escravizava toda a Amazônia à ambição dos homens. A uma cruel ambição que sacrificara vidas humanas aos milhares para o êxito de alguns. Manaus crescera sobre um pântano drenado a peso de ouro. Passara de três escassos mil habitantes a mais de cem mil num quarto de século. O que havia de mais caro e mais fino no mundo pra ali era levado e tinha imediato comprador (FERREIRA, 1963, p. 144).

O fragmento faz uma relação com riqueza de detalhes todas aquelas memórias, do que foi esse período da borracha, visto por aqueles trabalhadores que estavam diretamente envolvidos no trabalho de extração e ainda, de construção das linhas de telégrafo de Rondon, da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e o crescimento econômico da Belle Époque experimentado de modo circunscrito pelas capitais Belém e Manaus.

O romance de Ferreira enfatiza o declínio da borracha e as causas que se deram para o fim de um dos marcos para a história da Amazônia, a produção da borracha na Malásia, Ceilão e nas Índias Neerlandesas que conquistou rapidamente o comércio da produção gomífera, e a desolação daqueles que trabalhavam na produção afetou diretamente econômica e socialmente a vida de milhares de pessoas, alastrando miséria e uma realidade que nem de longe esperavam alcançar tão rapidamente, a mesma velocidade que crescera a economia baseada na goma elástica, declinara a todo o vapor na Amazônia.

O declínio foi fulminante, porque rápida e espantosamente crescente resultou a produção na Malásia, no Ceilão e nas Índias Neerlandesas. Eu sou uma vítima, também, porque minha família foi duramente atingida pela baixa da borracha. Faltou dinheiro para prosseguir meus estudos. Minhas irmãs tiveram que sair do colégio por falta de recursos para pagar as anuidades. A miséria alastrou-se (FERREIRA, 1963, p. 144).

⁵ Trecho disponível na tese de dissertação intitulada “Soldados da borracha: das vivências do passado às lutas contemporâneas, do autor Frederico Alexandre de Oliveira Lima, 2013, p.33.

A queda do preço da borracha e seu inevitável declínio afetou todas as camadas sociais que iam desde os grandes barões da borracha até aqueles que trabalhavam e ganhavam seu sustento no transporte da péla⁶ e ainda os seringueiros que lidavam com o processo de defumação e coleta do leite da seringueira, que residiam nas colocações dos grandes seringais e tiveram que sobreviver com a coleta de castanha, pesca e pequenas plantações em torno das colocações, apesar de trabalharem ainda com a borracha, porém agora em menor escala. E assim o progresso acaba por definhir junto com a borracha e a EFMM perde seu sentido de existência.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enredo do romance de Barros Ferreira possibilita a leitura da história da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré através de uma ótica romancista realista, que interage facilmente com depoimentos e lembranças daqueles homens que trabalhavam na via férrea.

O intuito de trazer ao leitor as mazelas sociais que um progresso desenfreado trouxe durante o boom da borracha e, posteriormente, as construções da linha de telégrafo e a EFMM que veio devido à necessidade de transporte de materiais e demais itens.

Traz ainda o apoio teórico de outros autores que compõem e enriquecem ainda mais a leitura, ajudando a entender esse período. Tal progresso não atendia as necessidades dos mais humildes e o preço que cada trabalhador pagou foi muito caro, tiveram que conviver com as doenças, exploração (coerção e violência física), e tristeza. O medo e morte faziam parte de seu cotidiano.

Abarcando uma temporalidade histórica, que vai desde a construção da linha de telégrafo que parte de Cuiabá rumo à Santo Antonio do rio Madeira, em 1907, e a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré no mesmo ano, desenha o quadro social e econômico da época, com a ideia de um progresso acelerado da região amazônica devido à grande produção da borracha dividida em dois ciclos. E ainda traz uma visão mais humana encarada em *O Romance da Madeira – Mamoré*, de Barros Ferreira, quanto aos depoimentos dos imigrantes e narração destes no trabalho de construção da EFMM.

As memórias trabalhadas por Barros no romance é uma tentativa de trazer o leitor para o momento que se passa a trama protagonizada por Giovanni, um jovem que vem com a promessa de um futuro melhor e acumulação de riqueza, trabalhando na linha férrea de Rondônia, traçando através das histórias de vidas destes e de outros companheiros, a real situação que passava o

⁶ Diz-se a goma elástica obtida através da coagulação do látex pelo processo de defumação do leite da *Hevea brasiliensis*.

trabalhador nesse “período de progresso” da Amazônia, o novo El Dorado, como ficou conhecida a região na década de 1880, pelo acentuado enriquecimento dos barões da borracha.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Lucas Mariani. A atuação do holding Brazil Railway Company (1904-1920), **XXIX Simpósio nacional de História**, 2017, Brasília. **Contra os preconceitos: História e Democracia**, p. 4. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488824986_ARQUIVO_AatuacaodoholdingBrazilRailwayCo-CompletoAnpuh-ST115.pdf. Acesso em: 14. mai. 2021.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.

DIACON, Todd A. **“Rondon” O Marechal da Floresta**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.

DOMINGUES, César Machado. A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste. **XIV Encontro Regional da Anpuh – Rio: Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro, v. 14, p. 24, jul. 2010.

FERREIRA, Barros. **O Romance da Madeira-Mamoré**, São Paulo: Editora Clube do Livro, 1963.

GOMES, Márcia Letícia. Estrada de ferro Madeira Mamoré na literatura. **Revista Labirinto**, Ano XII, UNIR, n. 17, dez. 2012.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: A ferrovia Madeira – Mamoré a modernidade na selva**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.

Lopes, Evandro da Rocha. **Imagens da Madeira-Mamoré: proposta de um Centro de Documentação e Referência**, 102 f., Dissertação, História, mestrado em História, Política e Bens Culturais, Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

MERRILL, Dana B. **A construção da Madeira – Mamoré, a “ferrovia da morte”**, Figura 2. Disponível no link. brasilianafotografica.bn.br/?p=10460. Acesso em 26 Mar. 2021.

Data de submissão: 02/04/2021

Data de aprovação: 28/05/2021

OS INTELLECTUAIS NA CONSTRUÇÃO DE UMA BAHIA IMAGINADA ENTRE AS DÉCADAS DE 1910 E 1950

INTELLECTUALS IN THE CONSTRUCTION OF AN IMAGINATED BAHIA BETWEEN THE 1910 AND 1950 DECADES

*Sura Souza Carmo*¹

RESUMO

O presente artigo visa discutir as ações dos intelectuais baianos na construção de um imaginário relacionado a Salvador e a Bahia entre as décadas de 1910 e 1950 que culminaram na invenção da baianidade. A partir da caracterização de tais intelectuais, busca-se compreender a criação e difusão de diversos elementos da cultura soteropolitana em publicações e nas artes, criando-se um imaginário para a cidade que se torna também um imaginário da Bahia. Distinguem-se dois grupos de intelectuais: os vinculados ao IGHB, caracterizado pela valorização do apogeu colonial, e um segundo grupo, a Academia dos Rebeldes, de pensamento comunista, que valorizava elementos da cultura afro-baiana. O conceito de intelectual orgânico de Gramsci foi essencial para a compreensão da intelectualidade local como indivíduos profundamente emaranhados nas relações sociais, que pertencem a uma classe ou grupo social, mas também como força autônoma independente da classe onde circulam. A metodologia empregada foi à análise qualitativa de textos publicados em anais do IGHB, jornais e revistas, além de livros considerados como guias da baianidade, em que foram observados os diferentes discursos relacionados à cultura local. Os resultados obtidos demonstraram o caráter heterogêneo na intelectualidade baiana com a formação de grupos antagônicos, mas que, concomitantemente, atuaram em prol do desenvolvimento local através da valorização de aspectos culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais; Bahia; Imaginário; Discurso.

ABSTRACT

This article aims to discuss the actions of Bahian intellectuals in the construction of an imaginary related to Salvador and Bahia between the decades of 1910 and 1950 that culminated in the invention of baianidade. Based on the characterization of such intellectuals, we seek to understand the creation and diffusion of various elements of the soteropolitan culture in publications and in the arts, creating an imaginary for the city that also becomes an imaginary of Bahia. Two groups of intellectuals are distinguished: those linked to the IGHB, characterized by the valorization of the colonial heyday, and a second group, the Academia dos Rebeldes, of communist thought, which valued elements of Afro-Bahian culture. Gramsci's concept of organic intellectual was essential for understanding local intellectuality as individuals deeply entangled in social relations, belonging to a social class or group, but also as an autonomous force independent of the class in which they circulate. The methodology used was the qualitative

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPGPMUS (UNIRIO/MAST)
E-mail: suracarmo@yahoo.com.br

analysis of texts published in the IGHB annals, newspapers and magazines, in addition to books considered as guides to Bahianity, in which the different discourses related to the local culture were observed. The results obtained demonstrated the heterogeneous character in Bahian intellectuals with the formation of antagonistic groups, but, at the same time, they acted in favor of local development through the valuation of cultural aspects.

KEYWORDS: Intellectuals; Bahia; Imaginary; Speech.

1. INTRODUÇÃO

No início do século XX, surgiu um comportamento, não apenas na Bahia, mas em outros estados brasileiros, de busca por características singulares pela intelectualidade local que elevassem o lugar a condição de lócus privilegiado de uma determinada história, cultura e modos de vida. Relacionado à construção de uma identidade local e memória do apogeu da Velha Capital, Salvador tornou-se uma cidade imaginada através da construção de um imaginário que relacionava edifícios históricos e manifestações da cultura popular, culminando na invenção da “baianidade” ou uma idéia de Bahia. Deste modo, o artigo buscou discutir como os intelectuais forjaram uma Salvador imaginada em que elementos arquitetônicos do apogeu colonial da cidade e ênfase nos ciclos econômicos da cana-de-açúcar, diamantes e cacau, somaram-se, posteriormente, a elementos da cultura da diáspora africana para caracterizar a capital e o estado.

No pensamento de Antonio Gramsci, os intelectuais têm um papel preponderante na vida social, sendo compreendidos como “todo o estrato social que exerce funções organizativas no campo da produção, no da cultura e no político-administrativo” (GRAMSCI, 2004, p. 96). Ao analisar o contexto baiano é possível observar, a partir do pensamento de Gramsci, que “não existe uma classe independente de intelectuais”, pois “todo grupo social tem uma própria camada de intelectuais ou tende a formar uma para si” (GRAMSCI, 2004, p. 64). O intelectual é um homem do seu meio, que influencia e é influenciado pelo seu círculo social. Jean-Pierre Sirinelli e Jean-François Rioux (1998) caracterizaram os intelectuais como homens de cultura, ao salientar que “sob esta classificação podem estar reunidos tanto os criadores como os mediadores culturais”, e diferenciando a primeira categoria como aqueles “participam na criação artística e literária ou no progresso do saber” e a segunda como “os que contribuem para difundir e vulgarizar os conhecimentos dessa criação e desse saber” (SIRINELLI; RIOUX, 1998, p. 261). Para Sirinelli e Rioux, faz parte do cotidiano dos intelectuais se envolverem “na defesa de grandes causas” (SIRINELLI; RIOUX, 1998, p.263), sendo a valorização das características históricas e culturais da Bahia uma maneira de superar o isolamento político e a crise econômica do início do

século XX, caracterizada por alguns estudiosos do enigma baiano (AGUIAR, 1958; MARIANI, 1977; FRITSCH, 1990).

Ainda para Sirinelli e Rioux, “as elites da mediação cultural poderiam ser, com efeito, entendidas como dotadas de certa capacidade de ressonância e de amplificação, noutros termos, de um poder de influência” (SIRINELLI, RIOUX, 1998, p.261). A intelectualidade local utilizou diversas ferramentas para propagação de suas ideias de uma cultura singular na Bahia, com ressonância internacional sobre a Bahia ser uma “terra boa de se viver” ou da “harmonia das raças”. Entretanto, no início dos discursos não eram homogêneos, pois distintas classes de intelectuais promoviam de maneiras diferentes, os aspectos da cultura local. A partir da Era Vargas e da valorização do negro na formação do povo brasileiro, de maneira gradual, e irreversível, os imaginários da Bahia se fundiram em prol da promoção da cidade de Salvador.

Uma Salvador imaginada foi fruto de uma construção ideológica da identidade local, semelhante ao dos nacionalismos por meio de invenções de tradições – em que algumas tradições são inventadas e muitas vezes institucionalizadas, ou seja, inseridas artificialmente em um contexto de continuidade histórica, com o passado para legitimar o nacionalismo a partir de criações das elites para autenticar a importância de sua nação (HOBSBAWM; RANGER, 1984). Neste contexto, os intelectuais podem ser considerados corresponsáveis pela invenção de uma Bahia imaginada, em que a identidade local, definida a partir das características “típicas” de um povo, tornou-se a válvula propulsora da reinserção da Bahia no cenário nacional a partir da década de 1930. Assim, a partir de “uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas”, a identidade torna-se um “dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade” (HALL, 2006, p.52). De acordo com Stuart Hall as identidades não são permanentes e nem definidas biologicamente, mas uma construção cultural, ou seja, definidas historicamente, com caráter múltiplo, diversificado e em constante movimentação, constituindo uma “celebração móvel” (HALL, 2006), alicerçadas por “discursos, práticas e posições” (HALL, 2000, p. 108). Assim, a partir do pensamento de Hobsbawn e Ranger (1984) a respeito da invenção de tradições por diversas nações, e do conceito de identidade de Hall (2000, 2006), salienta-se neste estudo o papel dos intelectuais na eleição de elementos e na difusão de uma “ideia de Bahia”.

2. O PENSAMENTO DOS INTELLECTUAIS BAIANOS ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 E 1950

Entre as décadas de 1910 e 1930 tiveram a hegemonia nos discursos sobre Salvador e a Bahia um grupo de intelectuais não homogêneos, vinculados ao IGHB, que possuíam como principal característica o enaltecimento de uma Bahia de outrora, ou seja, aspectos que demonstrassem a riqueza do período colonial e civilidade – através da enumeração dos “homens de letras” que atuaram principalmente no campo político. Neste discurso, havia uma discrepância acentuada entre o pensamento da elite e as práticas culturais das classes populares, pois aliado ao enaltecimento da Velha Capital houve a propagação de ideias higienistas, que buscavam coibir os “africanismos”² da cidade e elevar o elemento português na formação do território e do povo (ALBUQUERQUE, 2013). Um exemplo do pensamento dos intelectuais do IHGB foi à indicação da mulher branca como representação do estado no Centenário da Independência em detrimento da índia, mulata³ ou negra, em um posicionamento que demonstra a vontade de se afastar de qualquer herança dos outros povos formadores do Brasil:

Não é um Brasil índio ou Brasil catecúmeno que se vai celebrar. Essas modalidades já passaram, há séculos, como formas transitórias de uma civilização transplantada. O Brasil índio nunca existiu. Dizer Brasil é dizer civilização, cristianismo, nas plagas da América pela ação portuguesa.[...]

É por isso que optamos a que se não tome por figura representativa da Bahia o tipo índio, que não é prevalente, nem do mestiço acentuado, que é forma transitória, mas a da mulher baiana dos nossos dias, de procedência européia ou branca, com feições expressivas do nosso meio étnico [...] (SAMPAIO; PIRAJÁ; FRANÇA, 1919, p. 231-232).

O primeiro grupo de intelectuais analisados, hegemônico entre as décadas de 1910 e 1930, vinculava-se ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), que apesar de não homogêneo, possuía como principal característica o enaltecimento de uma Bahia como a primeira capital do país e berço da civilização brasileira. Tal enaltecimento efetuou-se através da valorização do patrimônio edificado, pela criação de instituições museais, pela publicação de textos a respeito da história da Bahia e das relíquias históricas que Salvador legava aos olhos dos turistas. Personalidades como Francisco Marques de Góes Calmon, Pedro Calmon, Jorge Calmon, José Wanderley de Araújo Pinho, Hermes Lima, Bernardino de Souza, Frei Pedro Thomaz Margallo,

² Denominava-se de africanismos as manifestações culturais e ações do cotidiano realizadas pela população negra em Salvador, frequentemente alvo de ações da polícia e de escárnio em diversos jornais que circulavam em Salvador.

³ A mulata, através da valorização da crioula baiana, ou simplesmente baiana, passa a ser valorizada como um símbolo da Bahia apenas a partir da década de 1930, relacionadas a venda de quitutes nas ruas e a Festa do Bonfim.

Teodoro Sampaio, Xavier Marques, Silva Campos, Pirajá da Silva, Francisco Borges de Barros, Antônio José do Prado Valladares, entre outros fizeram pronunciamento veementes a favor da proteção das antiguidades baianas (DÓCIO, 2014; MATTOS, 2014). Neste período é possível encontrar uma gama variada de publicações em defesa do patrimônio baiano realizados pelos intelectuais do IGHB, como a conferência do Frei Pedro Thomaz Margallo realizada em defesa da preservação dos bens históricos, em que cobrava medidas do poder público contra o abandono de edifícios e roubo de arte sacra tanto na capital quanto no Recôncavo⁴. O Frei, em sua exposição, buscou enaltecer, por exemplo, a singularidade dos bens móveis integrados em madeira que eram alvos do tráfico ilícito de bens:

A Bahia pode gloriar-se de possuir verdadeiras joias de arte, e confessamos sem exageração alguma que os seus templos guardam obras de talha tão primorosas e raras que constituem um verdadeiro thesouro artistico para o Estado e ainda para a Nação, pois difficilmente se encontram fora de aqui. Atrever-me-ia a dizer que poucas nações conservam tanta riqueza em talha, como a que aqui profusamente admiramos com verdadeiro assombro (MARGALLO, 1927, p. 515).

Um fato marcante na efetivação de um discurso pautado nas características históricas baianas foi à criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos do Estado da Bahia em 1927, através da iniciativa de Wanderley de Araújo Pinho, durante a gestão do sogro, o governador Góes Calmon, demonstrando o poder de ação de tais intelectuais na defesa de determinadas ideias. Para Sueli Cerávolo, Wanderley Pinho, como influente político e membro do IGHB, tinha em seu discurso a “intenção em insuflar a percepção do valor do patrimônio histórico e artístico” usando a persuasão para protegê-lo (CERAVOLO, 2012, p.7). Pinho proferiu inúmeros discursos nas décadas de 1910 e 1920, publicados nos Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia e na Revista do IGHB, defendendo o passado colonial de Salvador contra os anseios demolidores da modernidade. Tais discursos, publicados em alguns jornais de circulação no estado, propalaram um imaginário de Salvador vinculado a riquezas coloniais – arquitetura, bens móveis integrados e bem móveis. É possível perceber a defesa do passado colonial por Pinho, por exemplo, em discurso no IGHB de 1925, em que o patrimônio baiano além de representar um passado de fausto também era “um museu de antiguidade” em que turistas poderiam apreciar em Salvador:

[...] A nossa cidade tem como um valor grande esse cunho seu característico, que são os aspectos coloniaes de algumas de suas ruas e construções. Toda a orientação de reforma, pois, deveria tomar como diretriz a conservação e resguardo dessas ruas

⁴ O Recôncavo é toda a área que circunda a Baía de Todos os Santos, que povoada desde o século XVI para o plantio de cana-de-açúcar, possui diversos edifícios históricos do período colonial, principalmente nas cidades de Santo Amaro da Purificação e Cachoeira.

estreitas, tortuosas, inclinadas, mas cheias de casas e palácios de antanho, repletos de arte velha e de tradições antigas. O bairro da Sé, nesse particular, desde a rua da Assembléia à Baixa dos Sapateiros é valiosíssimo, ao *touriste*, inteligente e a quem não banalisou ainda o espírito nas impressões da mesmice do modernismo.

Respeitemos pois essa velharia que não poderíamos remodelar sem feiura e que só poderemos embelezar destruindo, para levantar sobre as ruínas coisa totalmente nova. Repartamos a cidade velha urbs intangível e a cidade mais nova, sujeita às transformações constantes, estendendo a cidade por toda essa área entre a Barra e Itapagipe, até Amaralina e pelos aterros do cais do Porto. Ofereçamos assim ao visitante e às gerações por vir um museu de antiguidade como um orgulhoso pergaminho de nossa prosápia, no bairro da Sé, e, como um atestado de nossa cultura contemporânea, a nova cidade. Elevemo-nos com esse estalão de alto valor moral [...] no respeito à arte e às lembranças do passado (PINHO, 1925, p.82-83).

Esta ação de proteção ao mesmo tempo em que possuía um cunho propagandístico, lembrava às demais elites nacionais o espaço destinado à Bahia na história da nação e atraía turistas para Salvador. De forma semelhante aos discursos proferidos por Pinho, o relatório do Subinspetor de Monumentos Históricos, Padre Manoel A. Barbosa, enviado ao governador do Estado da Bahia em 1936, enfatizou o caráter lusitano como único atrativo de Salvador para a visita turística, demonstrando o pensamento que para tal grupo de intelectuais a única tipologia de patrimônio seria a arquitetura luso-portuguesa colonial:

A nossa Capital, será, num futuro bem próximo, o maior centro de turismo sul-americano tão simples pelo que possui do passado. As igrejas, os edifícios, as velhas e tortuosas ruas, os aspectos regionais, os costumes, as tradições, a história, enfim todo esse legado que nos foi transmitido, serão os grandes e únicos atractivos para o visitante curioso e para o turista historiador ou artista (BARBOSA, 1972, p. 463-464).

Contudo, é importante ressaltar a ação de um intelectual outsider, negro e não vinculado à elite agrária no mesmo período. Manuel Querino, falecido na década de 1920, por meio de publicações em vida ou póstumas, evidenciou o papel do negro na formação nacional e sua a proeminência no campo das artes na Bahia (QUERINO, 1909, 1911, 1918, 1938). Em um período de intenso escárnio às atividades do cotidiano realizado por pessoas afrodescendentes, de coibição de “africanismos”, Querino foi um intelectual orgânico que levou para o meio acadêmico discussões a respeito do negro como elemento civilizador e contribuiu para a valorização da cultura vinculada a diáspora africana na Bahia.

A partir da década de 1930 ocorreu, em nível nacional e local, uma aproximação entre os intelectuais e as classes populares, representando a busca por se pensar uma identidade nacional mais próxima das características da população. Foram diversos os mecanismos utilizados pelos intelectuais baianos para criar uma ideia de Bahia vinculada às características da diáspora africana e romper com o pensamento hegemônico do IGHB. Em uma aproximação entre os intelectuais,

influenciados por ideais comunistas, e as classes populares, inaugurou-se um novo jeito de imaginar Salvador e a Bahia, com a agregação nos discursos de elementos culturais das camadas populares, sobretudo dos descendentes de africanos (SANTANA, 2017). Entretanto, durante a década de 1930, o discurso hegemônico sobre a Bahia e Salvador continuou pautado na valorização da arquitetura secular.

Era um momento de mobilizações com a criação da Frente Negra da Bahia, em 1932, um marco na luta por igualdade na capital baiana, pois buscava na alfabetização, o “levantamento moral da raça” e a inserção política (BACELAR, 1996, p.76), mas também de diminuição da propagação dos ideais de branqueamento da nação em virtude da busca, na Era Vargas, de uma unidade nacional. O discurso mais solidificado contra o exclusivismo da herança portuguesa na Bahia foi realizado pelos membros da Academia dos Rebeldes – um grupo de intelectuais que a partir do final da década de 1920 passaram a se reunir com frequência e publicar textos que salientavam a predominância da cultura popular em Salvador. Para Angelo Soares (2005) o grupo tinha caráter modernista conjugando tradição e modernidade, combatendo o conservadorismo e com uma produção literária que refletia as tensões sociais e valoriza a riqueza do negro e do mestiço (SOARES, 2005, p.68-75). Eram membros da Academia dos Rebeldes Jorge Amado, Edison Carneiro, Aydano Couto Ferraz, Clovis Amorim, João Cordeiro, Walter da Silveira, José Alves Ribeiro e Pinheiro Veigas.

Um marco da ação de Jorge Amado, Edison Carneiro e Aydano Ferraz para refletir sobre a presença africana na Bahia foi a organização do II Congresso Afro-Brasileiro, sediado em Salvador em 1937, com a participação de intelectuais, mas também do povo-de-santo. Para Geferson Santana, tais intelectuais “estiveram comprometidos com uma agenda de luta pela liberdade religiosa, denuncia das repressões aos terreiros de candomblé, à condição de marginalidade e exploração do proletariado negro” através da “produção acadêmica, organização de eventos, agremiações ou na literatura” (SANTANA, 2017, p.313). Publicado nos anais do evento, o discurso de Jorge Amado sobre a importância de dar visibilidade à população negra de Salvador simboliza o pensamento do grupo, pois a ideia de vergonha relacionada à população de origem africana propagada por intelectuais vinculados à elite agrária não poderia ter mais espaço na sociedade sendo necessário “reconhecer, estudar, classificar e louvar a admirável contribuição do negro na formação da nacionalidade” (AMADO, 1940, p.326).

O posicionamento político de tais intelectuais rendeu a Jorge Amado e Edison Carneiro uma forte perseguição política no Estado Novo devido à propagação de ideias consideradas comunistas. Edison Carneiro, por exemplo, refugiou-se em 1937, no Opô Afonjá, de Mãe

Aninha, que meses antes teve papel de destaque na organização do Congresso Afro-Brasileiro na Bahia, demonstrando mais uma vez em que meio circulava os intelectuais de esquerda na Bahia (LIMA, 2004). Para Luiz Rossi “muito da rebeldia invocada por Édison Carneiro e seus colegas devia operacionalizar códigos de distinção que fossem capazes de marcar a distância relativa que seus membros mantinham das instituições oficiais de manutenção da produção cultural baiana”, pois o distanciamento “se expressava nos diferentes redutos de sociabilidade que cada um dos grupos frequentava, bem como nos próprios estilos de vida que sustentavam” (ROSSI, 2011, p.93). Rossi informou que os locais frequentados pelos “rebeldes” era a antítese dos ambientes de encontros dos membros do IGHB, pois enquanto um grupo buscava se distanciar do povo o outro convivía em espaços onde era possível entrar em contato com as camadas mais baixas da população:

[...] cafés e bares ao lado ou às margens dos clubs mais elegantes do Largo do Teatro, ou então naqueles de feições mais proletárias – não por acaso, a meio caminho da cidade alta e baixa de Salvador, na região do Pelourinho, teriam eles a oportunidade de não apenas travar contato com um universo heterogêneo de outros tantos jovens desafortunados aspirantes a poeta ou subliteratos desprovidos de toda sorte de capitais, mas também de vivenciar os prenúncios de uma identificação em chave virtual e ambivalente com as figuras e personagens do “povo”, os quais muitos deles, posteriormente, passariam a reivindicar como aliados de suas atividades intelectuais, literárias e políticas (ROSSI, 2011, p.97-98)

É importante salientar que diversos locais de encontros dos dois grupos localizavam-se no centro da cidade, mas em espaços muito diferentes, pois, a opção dos jovens acadêmicos e literatos da Academia dos Rebeldes era vivenciar a vida do povo para falar com propriedade sobre o mesmo. Valdomiro Santana apresentou um depoimento de Jorge Amado sobre suas vivências entre o povo baiano entre o final da década de 1920 e início de 1930:

[...] éramos uns subliteratos, uns esculhambados, o rebotalho da cultura baiana. Fazíamos farras imensas, tínhamos muita ligação com as figuras populares, capoeiristas, malandros, estivadores, boêmios, prostitutas. Íamos sempre as festinhas de bairro, aos candomblés, as feiras, aos mercados. Dai o meu aprendizado de romancista. Esse meu contato com o povo foi fundamental para a obra que escrevi (AMADO *apud* SANTANA, 1986, p. 14).

Jorge Amado, a partir da década de 1930, foi o responsável pela criação e/ou difusão de alguns imaginários sobre a Bahia e a cidade de Salvador a partir de uma escrita que evidenciava características do povo pouco apreciadas pela elite. Um imaginário de Salvador e de outras regiões da Bahia foi construído através de personagens, lugares, profissões, hábitos do cotidiano

em uma obra ficcional que remetia a diversos personagens que realmente existiram na Bahia, através de uma escrita de cunho antropológico, imaginativo, memorialístico e documental de intelectual orgânico de seu tempo. Considerado um dos agentes construtores da “utopia de lugar” (RISÉRIO, 1993; MACIEL, 2015), o autor foi uma espécie de porta-voz da cultura da diáspora africana da Bahia e dos marginalizados, através de uma escrita que buscava enaltecer o “espírito do lugar”, uma aura fantástica, singular, que só a Bahia e o povo baiano “seriam capazes” de possuir. Para Celeste Andrade (2000) a obra de Jorge Amado possui a habilidade de demarcar espaços e fronteiras, uma geografia imaginada. A obra de Jorge Amado, assim como suas práticas sociais, estava comprometida por uma luta pela liberdade religiosa, contra a marginalidade do povo negro e pela descriminalização do candomblé.

É importante salientar que na década de 1930 houve um embate de ideias, pois a elite não se agradava da visibilidade que Jorge Amado dava aos segmentos considerados mais baixos da população, entretanto, o romancista não se abalou com as críticas à sua escrita ou a representação de personagens típicos do povo baiano – sobretudo de origem negra e das classes sociais subalternas – em seus romances. No prefácio da primeira edição de *Capitães de Areia* esclareceu que não escrevia para alimentar o próprio ego, mas para apresentar a essência do povo baiano – o romance apresentava a realidade de um grupo de meninos de rua que cometiam pequenos delitos, o qual a elite não queria que fosse relacionada a uma cidade que se “civilizava” e atraía turistas através do Touring Club do Brasil e do Automóvel Club Brasil (KELSCH, 2018). A forma como Jorge Amado tratou de tal questão reflete o incômodo que o sucesso dos romances do autor causava em alguns segmentos na elite letrada soteropolitana em que uma imagem da Bahia com moleques, cortiços, bêbados e prostitutas se fixava no imaginário popular sobre a Antiga Capital:

Tenho certeza que não fiz obra de repórter e sim de romancista, como tenho a certeza que, se bem os meus romances narrem fatos, sentimentos e paisagens baianas, têm um largo sentido universal e humano mesmo devido ao caráter social que possuem, sentido universal e humano sem dúvida muitas vezes maior que os desses romances escritos em reação aos dos novos romancistas brasileiros e que se distinguem por não aceitarem nenhum caráter local nem social nas suas páginas, romances que no fundo não passam de masturbação intelectual, espécie de continuação da masturbação física que praticam diariamente os seus autores (AMADO, 1937, p.13).

Além dos romances, Amado propagou um imaginário de Salvador através de uma obra emblemática para a compreensão de Salvador pelo grupo de intelectuais ao qual fazia parte: o livro *Bahia de todos os Santos*, uma espécie de guia turístico não convencional sobre a cidade, lançado em 1945. O diferencial da obra está associado ao autor não mascarar os problemas

sociais da cidade, criando um imaginário da cidade que perpassa locais, personagens e acontecimentos na vida da plebe. Para o autor a “cidade da Bahia é múltipla e desigual” com uma “beleza eterna, sólida como em nenhuma outra cidade brasileira nascendo do passado, rebentando em pitoresco no cais, nas macumbas, nas feiras, nos becos e nas ladeiras, sua beleza tão poderosa que se vê, se apalpa e se cheira, sua beleza de mulher sensual” (AMADO, 1945, p.17). Ao descrever os elementos que compõem o imaginário de Salvador não deixa de realizar de apontar a miséria existente na cidade:

São muitas as festas populares da Bahia, festas religiosas, festas católicas, negras ou misturadas, festas de rua e festas patrióticas, material para um vasto livro. Todas elas cheias de pitoresco, iluminadas com a presença alegre das “baianas” com seus trajes típicos, dos capoeiristas, dos pais-de-santo, das mulatas dengosas, desse povo de tanto colorido, de tão resistente alegria que supera a miséria em que vive. Povo forte que a fome não consegue abater (AMADO, 1945, p.145).

Apesar da grande movimentação intelectual em prol da valorização da cultura da diáspora africana por alguns intelectuais baianos em meados da década de 1930, o guia *Breves Informações Turísticas*, publicado em 1949, confeccionado pela prefeitura de Salvador através do prefeito Wanderley de Araújo Pinho, refletia ainda a negação a influência da cultura africana na cidade. A publicação, em vinte e quatro páginas, buscou sintetizar informações úteis e lugares para a visitação turística, apontando as construções históricas como o principal passeio.

Uma mudança de pensamento pode ser observada a partir das obras denominadas “guias da baianidade”, que possuem uma escrita voltada a apresentação dos atrativos da Bahia em um misto de texto memorialístico e propagandístico que disseminou um imaginário sobre a cidade. Produzidas pela intelectualidade local, tais livros inseriram as manifestações populares de influência africana como bens culturais baianos que deveriam ser apreciados pelos olhos dos turistas. As principais obras publicadas entre as décadas de 1940 e 1950 são: *Procissões tradicionais da Bahia*, de João da Silva Campos (1941); *Breviário da Bahia*, de Afrânio Peixoto (1945); *Bahia de Todos os Santos*, de Jorge Amado (1945); *Alma e corpo da Bahia*, de Eduardo Tourinho (1950); *Beabá da Bahia*, de José Valladares (1951); *Bahia: imagens da terra e do povo*, de Odorico Tavares (1951); *Roteiro da Bahia*, de Hermam Lima (1953); *Bahia cidade feitoço*, de Carlos Torres (1957); *Bahia de todas as doçuras* de Nelson Gallo (1959). Em tais “guias da baianidade”, de uma maneira geral, é possível observar a junção de diferentes elementos como relacionados a um imaginário de Salvador em que a cidade de arquitetura secular e de homens de letras, pensada pelos membros do IGHB, somou-se ao pensamento de um território repleto de manifestações populares e bens culturais

frutos da diáspora africana, defendida pela Academia dos Rebeldes, ressaltando que todo o patrimônio cultural poderia ser apreciado ao se circular pela cidade.

A obra *Breviário da Bahia* do médico Afrânio Peixoto salientou a união destes dois imaginários ao denominar Salvador como “museu-cidade, capital ainda do espírito, das maneiras, rainha-mãe da inteligência, que dá sempre, e não precisa receber, porque não pede, e graças a Deus lhe sobra, para dar aos irmãos menos favorecidos” (PEIXOTO, 1980, p.248), mas também:

Entre tantas dádivas que tivemos – do trabalho, com que se granjeou o Brasil; da graça do ‘marfim negro’, de muitas mulheres: do leite branco e doce das amas que criaram tanto brasileiro; das mucamas e das domésticas que nos mestiçaram por três séculos; dos sambas lundus, candomblés, mandingas e macumbas, superstições que enfeitaram nossas crenças; da culinária que é a alma da carne, como a fé é a do espírito... não foi menor esta, a da bela palmeira, o dendezeiro, a *Elaes guineensis*, Jacquin que dá o coco dendê, de onde o óleo de palma ou azeite de dendê (PEIXOTO, 1980, p.80).

Um outro exemplo da mudança de pensamento, observado através de publicações, foi o guia turístico *Bêabá da Bahia: Guia Turístico*, publicado em 1951, e escrito por José Valladares, membro do grupo de intelectuais vinculados ao IGHB, em que no capítulo denominado *A Bahia Pitoresca*, enfatizou a influência cultural africana abordada nos tópicos preconceito de cor, candomblés, culinária, mercados e feiras, pesca do xaréu, capoeira, festas populares. A obra de Valladares pode ser encarada como a rendição de um intelectual vinculado às elites a um imaginário de Salvador repleto de elementos de práticas culturais das classes populares.

A imagem de Salvador criada pela intelectualidade através das letras e diversos modos de produzir arte, desde a música a pintura, foi preponderante para transformar a cidade em um importante polo turístico, voltado, a partir da segunda metade do século XX para o turismo étnico. Os intelectuais através dos “guias da baianidade”, e posteriormente por outros meios de circulação de ideias, foram os responsáveis por um frenesi na busca de informações sobre a Bahia e no aumento do fluxo turístico. O livro *Bahia cidade Feitiço* de Carlos Torres apresenta os elementos de uma Salvador imaginada que atraía os turistas:

O turista, de modo geral, viaja pelo desejo de encontrar, além do progresso material das grandes metrópoles, novidades, emoções diferentes e a Bahia preenche esses requisitos com vantagem. A riqueza dos seus templos e de suas alaias, o encanto das suas paisagens, o romantismo dos seus solares, o pitoresco de suas fortalezas, a graça dos seus ascensores, os mistérios dos seus subterrâneos, o feiticismo de suas fontes, a poesia de suas lendas, o caráter folclórico de suas festas, o apetitoso de suas comidas e o saboroso de suas frutas, a evocação de suas músicas e a proclamação da beleza de suas mulheres, tudo isto prende e enleva os que a visitam. (TORRES, 1973, p.3)

A “idéia de Bahia” forjada entre os anos de 1930 e 1950 foi o embrião do que mais tarde denominou-se baianidade. Para Agnes Mariano o termo baianidade surgiu na segunda metade do século XX, quando a Bahia entrelaçou de maneira acentuada sua economia ao turismo étnico (MARIANO, 2009). Pode-se afirmar, a partir da análise realizada por Jocélio dos Santos, que a cultura negra chegou ao poder, e no caso baiano, tornou-se uma fonte de renda para o estado através do turismo (SANTOS, 2005). Nas últimas décadas a indústria cultural e o circuito midiático consagraram um imaginário sobre a cidade de Salvador e a Bahia que amplifica o construto dos intelectuais da primeira metade do século XX – considerados inventores da baianidade. A indústria do turismo a partir da ideia da Bahia como “Terra da Alegria”, do Carnaval e do Pagode intensificaram imaginários que evidenciam a importância dos atores locais, políticos e intelectuais no processo inclusive de invenções de tradições, apropriações e ressignificação de bens simbólicos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste artigo em distinguir os diferentes grupos de intelectuais que promoveram determinadas características da cidade de Salvador não foi desqualificar qualquer grupo ou demonstrar uma evolução de pensamento, pois todos eles tiveram um papel significativo na construção de uma Salvador imaginada. Os intelectuais do IGHB tiveram um papel decisivo na proteção dos bens culturais do estado e na criação das primeiras instituições museológicas, a fim de legar às futuras gerações a história do apogeu econômico e político vivenciado na durante séculos na Bahia. Grande parte da cultura material da Bahia deixou de sofrer com o tráfico ilícito de bens culturais graças ao engajamento destes intelectuais em perpetuar um aspecto da história da Bahia.

O surgimento da Academia dos Rebeldes pode ser vista não como uma ruptura, mas como a existência de discursos paralelos sobre a cidade de Salvador. A publicação de textos relacionados aos rebeldes não configura uma mudança na construção do imaginário de Salvador de imediato, ocorrendo à consagração de suas visões de Salvador a partir da década de 1950. É deste período a produção de muitos romances de Jorge Amado, a chegada de Carybé e Pierre Verger à Salvador e a criação pelo reitor Edgard Santos na UFBA do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO).

Muitos intelectuais surgidos na década de 1950 e que escreveram os guias da baianidade não pertenciam a este ou aquele grupo, mas circulava entre os dois meios, demonstrando a

independência de pensamento, pois seus escritos são caracterizados pela valorização tanto do elemento português quanto do elemento africano na formação da cidade de Salvador. Portanto, da fusão de ideias nasceu um imaginário de Salvador e da Bahia caracterizado pelo seu aspecto heterogêneo, tornando-se atualmente símbolos amplamente difundidos por intelectuais, Estado e indústria cultural.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Manoel Pinto de. **Notas sobre o enigma baiano**. Progresso: Salvador, 1958.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. Esperanças de Boaventura: construções da África e africanismos na Bahia (1887-1910). In: BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Cláudio (Orgs.). **Política, instituições e personagens da Bahia (1850-1930)**. Salvador: EDUFBA; CEAO, 2013, p.93-124.

AMADO, Jorge. Elogio a um mestre de seita. In: CARNEIRO, Edison; FERRAZ, Aydano Ferraz (Org.). **O Negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

AMADO, Jorge. Os romances da Bahia. In: **Capitães de areia**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1937.
AMADO, Jorge. **Bahia de todos os santos: Guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador**. São Paulo: Martins, 1945.

ANDRADE, Celeste M. P. de. **Bahias de Amado: a ficção fundando uma nova geografia**. In: BACELAR, Jeferson. Frente Negra Brasileira na Bahia. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, p. 73-85, 1996.

BARBOSA, Manoel de Aquino. **Retalhos de um arquivo**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1972.

CAMPOS, João da Silva. **Procissões tradicionais da Bahia**. 2ª Ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, 2001.

CERAVOLO, Suely Moraes. A Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais do Estado da Bahia: do discurso à ação (1927-1938). **Seminário Internacional 90 Anos do Museu Histórico Nacional em Debate (1922-2012)**, Rio de Janeiro, 2012.

DÓCIO, Vanessa de Almeida. **Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927 – 1967)**. 171 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 31-72.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização

- Brasileira, 2004. GALLO, Nelson. **Bahia de todas as doçuras**. Livraria Progresso, 1959.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103- 133.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KELSCH, Leonardo Teixeira. **Turismo em Salvador na Era Vargas: a trajetória das políticas de inserção e promoção da atividade na cidade da Bahia entre os anos 1930 e 1945**. 305 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- LIMA, Herman. **Roteiro da Bahia**. 2ª Ed. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, [1953] 1969.
- LIMA, Vivaldo da Costa. O candomblé da Bahia na década de 1930. **Estudos Avançados**, Salvador, v. 18, n.52, 2004.
- MACIEL, Neila Dourado Gonçalves. **Carybé e a legitimação de um discurso da baianidade na integração das artes em Salvador**. 309 fls. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- MARGALLO, Pedro Thomaz. Protecção do Estado às Obras de Arte e Monumentos Históricos (Cachoeira, 10 de julho de 1927). **Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia**, Salvador, nº 53, p. 513-518, jan/jun, 1927
- MARIANI, Clemente. Análise do problema econômico baiano. **Planejamento. Fundação de Pesquisas – CPE**, Salvador, v.5, n. 4, p. 55-121, out/dez, 1977. MARIANO, Agnes. **A Invenção da Baianidade**. São Paulo: Annablume, 2009.
- MATTOS, Ana Teresa Góis Soares de. **Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro**. 145 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.
- PEIXOTO, Afrânio. **Breviário da Bahia**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, [1945] 1980.
- PINHO, José Wanderley de Araújo. A Igreja da Sé - em torno de sua demolição. Proposta do Dr. José Wanderley de Araújo Pinho em sessão de 22 de março de 1925 e parecer da comissão. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 51, p. 81-91, 1925.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. Diretoria do arquivo, Divulgação e Estatística. **Breves informações turísticas**. Salvador: PMS, 1949. 24 p.
- QUERINO, Manuel. **As artes na Bahia**. Salvador-Ba: Typ. E Encardenação de Lyceu de Artes e

Offícios, 1909.

QUERINO, Manuel. **Artistas Baianos**: indicações biográficas. 2 ed. Bahia: Oficina da Empresa A Bahia, 1911.

QUERINO, Manuel. **O colono preto como fator da Civilização Brasileira**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

QUERINO, Manuel. **Costumes africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

RISÉRIO, Antonio. **Caymmi**: uma utopia de lugar. São Paulo: Perspectiva, 1993. ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. **O intelectual “feiticeiro”**: Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil. 288 f. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2011.

SAMPAIO, Theodoro; SILVA, Pirajá da; FRANÇA, A. de Campos. A figura simbólica da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 45, p. 231-232, 1919.

SANTANA, Geferson. **O combate das idéias**: estratégias culturais dos intelectuais comunistas baianos a produção e um novo conhecimento sobre o Brasil (1920-1937). 336 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos-SP, 2017.

SANTANA, Valdomiro. **Literatura baiana (1920-1980)**. Rio de Janeiro: Philobiblion; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1986.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura no poder**: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: Edufba, 2005.

SIRINELLI, Jean-Pierre; RIOUX, Jean-François. **Para uma história cultural**. Editora Estampa: Rio de Janeiro, 1998.

SOARES, Angelo Barroso Costa. **Academia dos Rebeldes**: modernismo à moda baiana. 204 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2005.

TAVARES, Odorico. **Bahia**: imagens da terra e do povo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, [1951] 1961.

TORRES, Carlos. **Bahia cidade feitiço**. Salvador: Editora Mensageiro da Fé, [1957] 1973.

TOURINHO, Eduardo. **Alma e corpo da Bahia**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Pongetti, [1950] 1953.

VALLADARES, José. **Bêabá da Bahia**: guia turístico. Salvador: Progresso, 1951.

Data de submissão: 29/03/2021

Data de aprovação: 07/04/2021

DO INTERIOR BAIANO À SELVA DE PEDRA PAULISTANA: DESAFIOS FRENTE A MIGRAÇÃO NORDESTINA EM SÃO PAULO

FROM THE INTERIOR OF BAHIA TO THE SÃO PAULO STONE JUNGLE: CHALLENGES FACING NORTHEASTERN MIGRATION IN SÃO PAULO

Victor Hugo de Almeida França¹

RESUMO

A discussão fomentada no presente texto visa explorar diferentes circunstâncias que dizem respeito ao processo migratório dos retirantes nordestinos para o sudeste brasileiro, em especial para a região metropolitana de São Paulo no século XX. Os sujeitos da migração passaram por diversas dificuldades e adversidades em contextos urbanos. Deste modo, a metodologia de História Oral foi utilizada para a produção das fontes que estruturam a discussão teórica acerca do cotidiano desses indivíduos submetidos a tal processo. A fonte de História Oral fora produzida remotamente por reunião em plataforma digital, tendo em vista as dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19 que tomou o país em 2020. Aqui, busca-se também analisar a importância da metodologia para o resgate e pronunciamento das vozes subalternizadas, tendo em vista que a historicidade das identidades individuais e coletivas.

PALAVRAS-CHAVE: Retirantes nordestinos; História oral; Metrôpole paulistana; Processos migratórios.

ABSTRACT

The discussion fostered in this text aims to explore different circumstances that concern the migration process of the northeastern retreatants to the southeast of Brazil, especially to the metropolitan region of São Paulo in the twentieth century. The migration subjects went through various difficulties and adversities in the urban contexts. To this discussion, the Oral History methodology is used for the production of the source that structures the theoretical discussion about the daily life of these individuals submitted to such process. The Oral History source had been produced remotely by meeting on a digital platform, in view of the difficulties imposed by the Covid-19 pandemic that took over the country in 2020. By the way, it also seeks to analyze the importance of the methodology for the rescue and pronouncement of subaltern voices, as well as the preservation of individual and collective identities.

KEYWORDS: Northeastern retreatants; Oral history; São Paulo metropolis; Migratory processes.

¹ Graduando do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campus de Três Lagoas.

E-mail: vhugo012@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as construções sociais, econômicas, históricas, culturais e políticas responsáveis pela migração nordestina a São Paulo e como tais aspectos interferem no cotidiano das mulheres e dos homens retirantes. Por isso, a metodologia da história oral é utilizada para a produção de fontes orais, de modo a analisar histórias de vida e temáticas de indivíduos que viveram o difícil processo de retirada do interior baiano para a grande metrópole paulistana nas décadas de 1970 e 1980.

A análise da vida, a partir da história oral é de fundamental importância para se compreender não somente uma História oficializada presente nos documentos tidos como oficiais. Nesse sentido, a metodologia e toda a área que faz parte da história oral permite a composição de narrativas de sujeitos que foram silenciados pelo fatos histórico-culturais e que tentaram subalternizar as identidades não oficiais uem tentem exaltação da do homem branco, de classe média e, no contexto em questão, com a intenção de imputar a superioridade do Sulista, em contrapartida aos nortistas.

O trabalho em questão tem por objetivo salientar as identidades nordestinas e expor como se deu o processo de migração destes para o estado de São Paulo. Em um momento inicial, foram realizadas três entrevistas. A análise está dividida em cinco tópicos que problematizam a importância da História Oral para a apreensão desses fatos e como se deu os acontecimentos de vida das entrevistadas em questão: Dona Leda e Patrícia, mãe e filha, que participaram de todo o processo migratório dos habitantes do Nordeste brasileiro – As duas narradoras residem atualmente na cidade de Barueri, localizada na zona Oeste da Grande São Paulo. Vale ainda ressaltar o complexo processo de produção, reprodução, construção e desconstrução de identidades e dos conceitos que evoluem o ser e o pertencer a uma região e como se dá o processo dentro da perspectiva analisada.

2. HISTÓRIA ORAL, CULTURA E IDENTIDADE

As construções da historiografia brasileira ao longo do século XX foram importantes para que a produção da análise dos acontecimentos humanos fosse amplamente abordada pelos historiadores brasileiros. A exemplo, está o livro “Historiografia Brasileira em Perspectiva” (FREITAS, 2007), que apresenta um panorama de como a produção científica da historiografia no Brasil se alterara conforme a História se estabelece e se consolida em território nacional. Assim, uma historiografia amplamente ligada à construção de identidades nacionais e dominantes,

que transformam em objeto o estudo histórico, passa a ceder lugar a uma repensada perspectiva do sujeito “visto de baixo”². “Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do obsoleto tear manual, o artesão utópico (...). Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência” (THOMPSON: 1987, P.13). “Como se pode notar, Thompson se dispôs a pensar a história dos que não foram lembrados no processo de industrialização pelas ortodoxias tradicionais, uma história das pessoas comuns enfim uma história “vista de baixo” ou “dos de baixo” ou “History from Bellow.”³

A partir de tal abordagem que a História Oral entendida como uma área da produção do conhecimento científico histórico passa a ganhar força, em vista que tal perspectiva proporciona ao surgimento de novas fontes. Todavia, assim como salienta Ferreira (2002), a História Oral como técnica de produção de fontes de registros para a análise historiográfica é questionada e negativada, em vista do caráter pragmático de que a história válida a ser pesquisada é somente a história de um tempo longínquo e não um passado recente que ainda pode sofrer alterações, uma vez que se trabalha com as “fontes vivas”. A autora aponta sobre a metodologia da História Oral como uma alternativa a subversão e deslocamento das estruturas dominantes para as redes culturais e políticas e histórias de vida.

A expansão da técnica de uso do gravador de áudio e vídeo, é propiciadora de um novo método, como modo de se obter fontes para a reconstrução do passado dos oprimidos, implica todo um debate teórico e metodológico de produção de conhecimento científico, visto que além de se tornar uma alternativa ao documento escrito, a fonte oral se torna um elemento de contrabalanço.

A possibilidade da História Oral reconstruir as vivências pessoais por meio dos acontecimentos de vida ou histórias temáticas, até mesmo da tradição oral, está muito atrelada a ideia de que essa área se configura como uma forma de se produzir conhecimento científico através da reconstrução dos processos históricos por meio da memória e das representações do passado vivido desses sujeitos, sem necessariamente praticar um ato paternalista.

Assim, como traz Ramos Júnior (2019), a prática da oralidade pode ser tomada por uma “cegueira epistêmica” caso não seja problematizada e, perceber certa cegueira quanto aos relatos colhidos pela história oral, em face da compreensão como apenas representações para a produção

² “E. P. Thompson no livro “A Formação da Classe Operária Inglesa” (Livro: A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade, v. 1, 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.)

³ E.P. THOMPSON E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA SOCIAL E OS ESTUDOS SOBRE ESCRAVIDÃO. Acesso: http://anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2014%20-%20Eleonora%20F%C3%A9lix%20da%20Silva%20TC.PDF

do conhecimento científico, é compreender que os sujeitos, além de objeto de pesquisa, também são agentes ativos da produção do conhecimento histórico. Ramos Júnior diz respeito dessa tomada de consciência da cegueira epistêmica:

Dei-me conta de que era necessário tratar os narradores e suas narrativas de outro modo, a saber, como sujeitos que produzem sua história – não só sua história, mas sua *História*. Com ela, eles lutam pelo controle de sua vida e de sua História, a qual é verbalizada pela oralidade e pela escrita, e que tem regras e formas próprias de produção e manutenção. (RAMOS JÚNIOR, 2019, p.364)

A produção de identidade cultural está amplamente ligada aos lugares e aos modos como os indivíduos se relacionam com o tempo e com a sociedade. Por conseguinte, Oliveira (2011) ressalta que interrogar o contexto sócio-histórico e as divisões binárias em que os corpos estão inseridos nos auxilia a compreender como se dão os processos de construção e transformação das culturas e dos espaços.

As migrações nordestinas e as formas com que se constrói a figura do sertanejo retirante, fundada em ideais do caipira atrasado e pouco instruído, muito se relacionam com o binarismo do ser e do não pertencer, do Norte e do Sul, do branco e do mestiço, os quais definem parte da sustentação da identidade nacional. Tais binarismos são amplamente responsáveis por interferir nas produções de identidade sertanejas e, assim como ressalta Thompson em “Costumes em Comum” (1998), a cultura dita como popular é passível de transformações e interferências externas, bem como, necessariamente, depende de um contexto histórico para que tais costumes se expressem na sociedade, de modo que muitas vezes as práticas culturais evidenciam formas de resistência face às classes dominantes e ao conflito de mentalidades, mesmo que a cultura de subversão interfira nas produções identitárias.

Para Oliveira (2011), a produção de identidade no Norte do país e a figura do sertanejo nordestino, diz respeito não somente aos nortistas, mas também a grande invenção por parte da porção Sul do país acerca de quem são esses indivíduos. Constrói-se uma figura de que o sertanejo é pouco instruído e de que o local de onde ele vem é marcado de total sofrimento. Portanto, assim como a literatura pode resgatar as verdadeiras construções desta identidade, como no artigo de Oliveira, que analisa a figura do retirante na obra de Patativa do Assaré, as entrevistas de História Oral podem desconstruir os arquétipos acerca da identidade do retirante, visto que é possível uma reconstrução do passado, por meio de vivências particulares, a identidade de todo um povo reprimido historicamente, que dentro da metrópole paulistana configura uma cultura de classe a partir das vivências e do trânsito de uma vida no sertão para uma existência movida pelo ideal da “oportunidade”.

Quanto ao referencial cultural, Thompson em “A Formação da Classe Operária Inglesa” (1987) salienta que a noção de classe é intrínseca a uma noção histórica, de modo a entendermos como algo fluido e que nos escapa da tentativa de imobilização. Assim, a superestrutura cultural faz com que as expressões de noções de coletividade utilizem de termos substitutivos como o de consciência de classe. Destarte, todo o processo estrutural de migração na busca por oportunidades empregatícias e de melhores condições de vida do que aquela que levavam no sertão, é responsável por caracterizar a cultura do retirante nordestino e as formas com que esta lida com o meio em que está inserido e articulado.

3. ANTES DA MIGRAÇÃO: A VIDA NO INTERIOR DA BAHIA

Os ideais construídos acerca da identidade do retirante nordestino vão muito além da somente a ideia do pobre trabalhador que migra para o Sul em busca de melhores oportunidades. Antes da diáspora que o povo sertanejo é obrigado ou seduzido a enfrentar, a vida no Nordeste se configurou majoritariamente como agrária. Assim, a vida no sertão, apesar do clima seco, conforme os relatos, era caracterizada pelo cultivo de insumos para o autoconsumo ou para troca em feiras livres. Por sua vez, o trabalho na capital paulista se torna cada vez mais se tornava um atrativo para pessoas oriundas de outras regiões do país, que chegavam em São Paulo para trabalhar principalmente em empreendimentos na construção civil.

A vida no campo – e como a terra se estabelece como a provedora da subsistência das famílias na Bahia – foi um dos aspectos apontados por Dona Leda e Patrícia em sua entrevista. Ao serem questionadas de onde vieram e como era a vida na terra natal, as entrevistadas explicaram a importância do cultivo de mandioca para produção da farinha, o plantio do feijão, da mamona, entre insumos que serviam para o alimento da família ou para a troca por produtos com outros sítiantes. Aqui, vale ressaltar as considerações feitas por Borges no capítulo “O desejo do roçado e o sonho de liberdade” (2004), visto que, por meio das entrevistas de História Oral, a terra para o camponês adquire sentido maior do que somente um objeto de produção, assume também um sentido poético. Mesmo que as entrevistadas tenham apontado a vida como dificultosa por conta da seca, a terra representa o controle do tempo de trabalho e da liberdade dos corpos de ser e de produzir.

O processo histórico do denominado “Ciclo do Café” – que se iniciou no século XIX durante o Brasil Império e se consolidou na República, especialmente na República Velha – tem como principal consequência o deslocamento do eixo econômico do Brasil, em específico, das

Minas Gerais e do Nordeste para a província cafeeira de São Paulo. O presente fenômeno, mesmo que não anulasse as outras atividades produtivas nacionais, exerceu grande força econômica em todo o país. Por conseguinte, assim como aponta Ribeiro (2011), o café paulista é o agente responsável por fazer de São Paulo (consequentemente de sua metrópole) o centro econômico brasileiro, além de ser o elemento propiciador do salto industrial que o estado tivera após a década de 1930.

Todavia, o eixo econômico centralizado em São Paulo evidencia uma dominação de mercado, o capital pelo capital. Enquanto regiões como a metrópole paulistana e a metropolitana carioca (por ser a capital) se beneficiam desse excedente econômico, regiões pouco habitadas ou sem potencial produtivo” de gerar grandes lavouras naquele momento histórico, a exemplo do sertão nordestino, pouco ou nada progrediram em relação ao Sul em vista da circulação do capital interno, que fica retido nos grandes centros. A respeito desse fenômeno de centralização Oliveira (1993) nos dá um parâmetro acerca da construção histórica da “locomotiva do Brasil”. Em suas palavras:

Para tanto, seria preciso ter resolvidas as questões agrária e do mercado de trabalho, as quais são precisamente duas travas do processo de acumulação, ou melhor dizendo, da possibilidade do processo de centralização do capital, que é do que se trata ao falar-se de circulação de capitais. Não há transferência de capitais entre as diversas regiões do país, uma das formas concretas que a centralização adquire quando a unidade nacional se nacionaliza para o capital, pelas vias do capital. (OLIVEIRA, 1993, p.05)

A partir do estabelecimento do eixo econômico em São Paulo que o ideal de “terra da oportunidade” se desenvolve concomitantemente a centralização do capital. Com base em tal afirmativa que a capital paulistana e outras regiões seduzem, em alguns casos, os nortistas apresentando um sonho de se alcançar melhores oportunidades de vida. Entretanto, não somente a sedução do eixo econômico brasileiro é propiciadora de tal movimento visto que, assim como as entrevistadas ressaltaram, a vida era muito difícil por conta da seca e da concentração de terra. Portanto, o processo de migração para São Paulo é entendido desde cedo pelas crianças, de modo que as relações sociais dentro dos laços familiares, sempre se alteram conforme se dá a migração sazonal (SILVA, 2001).

Novamente, as identidades do ser e do não pertencer a uma determinada região permeiam os estudos migratórios a partir da História Oral. O sentimento de necessidade se sobrepunha aos sentimentos de sentir e permanecer na terra natal. É de tal necessidade que as entrevistadas contam os motivos pelos quais vieram para a Grande São Paulo: em vista das oportunidades de emprego na selva de pedra em construção, a oferta empregatícia é o principal atrativo para a

viagem até São Paulo e esse é o caso do já falecido esposo de Dona Leda, Senhor Orlando. Ela conta como o conheceu e como ela o acompanhava sempre ia a São Paulo para trabalhar como mestre de obras e ela sempre ia para a região também. A filha Patrícia brinca ao falar que sua mãe sempre ia e voltava para a Bahia e, em suas palavras, “sempre tem uma criança na história”⁴ em decorrência dos sete filhos dela nascerem um em cada estado. Assim, a cultura do migrante do Leste é marcada pela arquitetura das identidades nacionais, em que, segundo Oliveira:

É interessante destacar, que as elaborações dominantes inscritas no transcorrer da construção da identidade nacional, ganham significados subjetivos no intuito de estabelecer a formação de um imaginário regional que versa com os interesses estratégicos do projeto político econômico capitalista. Mas que também, paralelo a isso, está ligado ao aspecto de uma nova cultura instaurada no projeto nacionalista, que permeia um modelo ideário cultural sustentado na supremacia dos grandes centros industriais urbanos, tendo como maior representação deste desenvolvimento o estado de São Paulo. (OLIVEIRA, 2011, p. 218)

Destarte, a vida do retirante nordestino não é resumida somente pelo processo pós migratório. A memória e as vivências da terra natal são objeto de lembrança das (os) entrevistados. Assim, não se pode ignorar as (sobre) vivências e a vida que os entrevistados tiveram anterior ao processo de migração, em vista da importância que a terra natal e a produtora de alimentos adquirem na vida dos entrevistados frente a todo o processo de deslocamento e choque com a grande cidade em pleno desenvolvimento.

4. IDAS E VINDAS: O CONTÍNUO ENTRAVE ENTRE A OPORTUNIDADE DA METRÓPOLE E A TERRA NATAL

As construções sociais que geriram a ideia da “locomotiva do Brasil”, expressadas nas considerações de Oliveira (2011), são o fundamento para a constituição de uma cultura de classe, em dois caminhos/duas vias, na grande metrópole em desenvolvimento: o migrante nordestino se vê diante a um entrave de não pertencer ao lugar, mas necessitar da oportunidade que foi “concedida”; e da saudade da terra natal, que está relacionado com a base de suas vidas, visto que (sobre) vivem da terra. Assim, antes de se deslocarem para São Paulo, era necessário que se desvinculassem materialmente de seus bens. As entrevistadas contam que, ao deixar o sítio em que viviam em Macajuba-BA, tiveram de vender tudo e só levaram o essencial para começar a nova vida em São Paulo.

⁴ ENTREVISTA Dona Leda; Patrícia, Barueri, 19/05/2020.

Acerca do trajeto, Patrícia nos conta um pouco sobre a vinda dificultosa para o Sul, em decorrência do pouco dinheiro para a sua passagem e dos filhos, que sua mãe carregou na viagem definitiva para Barueri-SP, onde residem até hoje. Em suas palavras:

A história é longa, ia voltava, ia voltava, ficava um ano aqui e outro lá, a vovó engravidava de um filho aqui ganhava lá, engravidava de um filho lá ganhava aqui. Vinha com duas passagens, com um monte de filho no ônibus. Os filhos vinham em cima do motor quente do ônibus, outros deitados no bagageiro. É uma história bem longa, mas é verdade, as malas eram sacos amarrados costurados na boca, trazia farofa e frango frito pra comer no caminho e assim vai, tomava banho lá pra sair e só tomar quando chegava e assim ia pelos caminhos.⁵

A entrevistada lembra com muito carinho do trajeto que faziam para sair do interior da Bahia e chegar à capital paulista. Mesmo que Patrícia reconheça os tempos lembrados por sua memória como difíceis, ela sente saudade de toda a vida que passou, evidenciando que a História Oral é um meio de se reconstruir lembranças de parte dos entrevistados, não somente do ponto de vista do contexto histórico-social, mas como forma de afirmar as identidades individuais e coletivas pertencentes aos indivíduos.

O choque de identidades e de localidades também é percebido nos relatos das entrevistadas que, ao chegarem à rodoviária em São Paulo, se depararam com um mundo totalmente diferente do que estavam acostumadas no Norte. Assim, “na terra, há o sentimento de pertencimento, de identificação. Longe dela, os sentimentos são contrários. O estranhamento e o desenraizamento invadem a alma, gerando a saudade da terra” (SILVA, 2001, p.111). Portanto, o sentimento de pertencimento gera o de estranheza em quem migra de um local a outro.

5. A VIVÊNCIA NA METRÓPOLE PAULISTANA

O choque da chegada a São Paulo é marcado também por preconceitos de ordem linguística, de formação educacional e regional. Ao ser questionada sobre o preconceito em São Paulo, Patrícia revela que o preconceito linguístico e a xenofobia foram constantes na chegada da Bahia, não somente por parte de estranhos, como também por parte da própria família que já morava fazia muito tempo em Osasco-SP. As vias de preconceito que se estabeleceram e se enraizaram na fragmentação do eixo Norte-Sul são evidenciadas por Lordelo e Barros (2005), ao observarem que:

⁵ ENTREVISTA Patrícia A. A. Caboclo, Barueri-SP, 09/04/2020.

No Brasil, ao lado de minorias étnicas, religiosas e de preferência sexual, destaca-se o grupo dos nordestinos como alvo de preconceito, principalmente nas regiões Sul e sudeste do país. Os encontros de subculturas diferentes e as inserções no mercado de trabalho em condições desiguais, proporcionados pelos grandes movimentos migratórios, produziram sua história de preconceito que vem, nas últimas décadas, transformando-se em mal-estar e, algumas vezes, em conflito aberto. (LORDELO; BARROS, 2005, p. 02)

A entrevista de História Oral, bem como a análise desta requer certa aptidão do historiador, visto que a produção do conhecimento transdisciplinar é uma forma de descolonizar os modos de historicidade e extinguir as abordagens eurocêntricas por meio da História Oral. Assim, reconhecer os sentimentos e quaisquer considerações feitas pelos entrevistados é parte das habilidades inerentes ao historiador oral em sua pesquisa. Portanto, entender como as pessoas vivem, constroem as suas identidades e como elas se relacionam com o meio em que estão inseridas é de suma importância para reconhecer o contexto geral no caso do processo de migração dos trabalhadores do Nordeste do país para o Sul.

Diferente do padrão de continuidade do plantio de insumos de autoconsumo e de trocas observados na edificação de novas cidades no interior paulista (SILVA, 2003), na região de São Paulo, os trabalhos destinados ao migrante eram quase sempre os de construção civil ou trabalhos exclusivamente urbanos, como o caso do esposo de Dona Leda. Todavia, ao serem questionadas em que trabalhavam e do que viviam, ambas se lembram da roça que produziam quando chegaram em Barueri, mostrando-nos que o movimento de continuidade do interior paulista também se configurou na capital.

As dificuldades de estar inserido em um mundo altamente capitalizado e que explora a mão-de-obra dos trabalhadores é outro desafio que configura a pobreza laboriosa. Segundo Nadir Mendonça (1991) em sua tese de doutorado, a sociedade que se construiu em Três Lagoas, e outras em amplo desenvolvimento, foi de contrastes entre os ordenadores e aqueles “fadados a pobreza”. Tal diferença se observa por meio do trabalho, já que a condição das camadas subalternas era de sobrevivência: os trabalhadores eram inseridos em um contexto estrutural e funcional desigual, a dualidade entre os proprietários e os sem-terra. Portanto, as considerações feitas pelas entrevistadas acerca da pobreza e das dificuldades encontradas para se estabelecer em São Paulo e de estudar, em decorrência da falta de recursos são objetos que fazem da História Oral uma prática que conta a outra face de uma história não oficializada.

Ao indagarmos o que a família representa para as entrevistadas, ambas expressaram como as dificuldades são enfrentadas frente a todo esse processo. Para Dona Leda, o sentimento de carregar consigo seus filhos nessa jornada foi muito difícil, pois, para ela, “a família representa

tudo”. Ao ser questionada, Patrícia ressalta que a família representa toda sua jornada: lembra do papel de “pai” que seu irmão mais velho exerceu em grande parte de suas vidas e ressalta a importância de suas irmãs para ela. Aqui, vale destacar os papéis da família não somente das entrevistadas, mas para todos os migrantes que se submetem a tal processo. A família também se configura como um elemento da felicidade das entrevistadas que, ao serem questionadas se tudo valeu a pena, respondem que pela família tudo vale, a família é o elemento fundante dos indivíduos que migram para o Sul em busca de oportunidades.

Segundo Silva (2001), caso a mulher também migre, a ruptura com a terra se torna efetiva e a relação de complementariedade para com ela. Em face de todo o processo que passaram ao chegar a São Paulo, a terra natal ainda se configura como as origens de toda a vida e identidade das entrevistadas, mesmo que não se vejam regressando ao local de partida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, compreender as construções históricas que fizeram com que grande contingente de pessoas migrasse dentro do vasto território nacional é importante para poder entender como se constroem as identidades individuais e coletivas dos indivíduos que vieram para o Sul e Sudeste do país em busca da tão sonhada oportunidade de emprego.

Para tanto, o resgate das memórias de quem viveu esse fenômeno histórico é somente possível pelo desenvolvimento da historiografia brasileira, que possibilitou a introdução da História Oral como uma área de produção e análise de fontes orais. Ao longo das décadas as entrevistas de História Oral vão adquirindo status de confiabilidade histórica e, portanto, as histórias de vida dos povos subalternizados podem ser ouvidas e o processo de construção de identidades compreendido.

Assim, na construção das representações do passado, a metodologia História Oral atua como uma importante ferramenta a fim de se entender como os indivíduos se relacionam com a terra natal, como se dá a vida camponesa no interior nordestino e como as objetivações e motivações que fazem com que o Nortista migrem para o Sul em busca da oportunidade de emprego e de uma vida melhor, entre outras questões. Para além disso, a metodologia também auxilia, por meio da rememoração de memórias pessoais, a compreender as dificuldades encontradas no deslocamento e na adaptação ao novo local, lembranças essas marcadas por sentimentos diversos das (os) entrevistadas (os).

REFERÊNCIAS

- BORGES, Maria Celma. **De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP.** Tese (Doutorado em História), Unesp, Assis, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e História Oral.** In: Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 200, pp. 314-332.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2007.
- LORDELO, Eulina da Rocha; BARROS, Mari Nilza Ferrari de. **Identidade social de paulistas e nordestinos - comparações intra e intergrupais.** In: Mental v.3 n.5 Barbacena nov. 2005.
- MENDONÇA, Nadir Domingues. **A (Des) Construção das (Des) Ordens – Poder e Violência em Três Lagoas, 1915-1945.** Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A questão regional: a hegemonia inacabada.** In: Estud. Av. vol.7 no.18 São Paulo May/Aug. 1993.
- OLIVEIRA, Vanderly Vitoriano de. **Triste Partida: A subjetividade do retirante nordestino.** In: **Revista Fórum Identidades – UFS. ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 5, Volume 9 | jan-jun de 2011.**
- RAMOS JÚNIOR, Dornival Venâncio. **Encontros epistêmicos e a formação do pesquisador em História Oral.** In: História Oral, v.22, n.01, 2019. p. 359-372.
- RIBEIRO, Fernando. **A Política Econômica e o Convênio de Taubaté na Economia Cafeeira (1889-1906).** PESQUISA & DEBATE, SP, volume 22, número 1 (39) pp. 75-93, 2011.
- SILVA, Célia Regina Reis da. **Lembranças (re)vividas, tradições (re)inventadas – Experiências de migrantes “nortistas” na Alta Noroeste Paulista (1930-1950).** Dissertação (Mestrado em História), PUC- São Paulo, 2003.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A terra no imaginário dos migrantes temporários.** In: **História Oral**, 4, 2001, p. 103-120. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP/Araraquara.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Data de submissão: 01/04/2021

Data de aprovação: 06/06/2021

NOTAS SOBRE O “DESDIZER” E O “DESEXPLICAR”, DE FRANCISCO BENTO DA SILVA, NA OBRA “ACRE, FORMAS DE OLHAR E DE NARRAR: NATUREZA E HISTÓRIA NAS AUSÊNCIAS”

SILVA, FRANCISCO BENTO DA. ACRE, FORMAS DE OLHAR E DE NARRAR: NATUREZA E HISTÓRIA NAS AUSÊNCIAS. / FRANCISCO BENTO DA SILVA. – RIO BRANCO: NEPAN, 2020.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, Formas de Olhar e de Narrar: Natureza e História nas Ausências** / Francisco Bento da Silva. – Rio Branco: Nepan, 2020.

Eziz Leite de Moura Júnior¹

A proposta da resenha é apresentar a obra “Acre, Formas de Olhar e de Narrar: Natureza e História nas Ausências”, do escritor, professor e pesquisador Francisco Bento da Silva. O livro é o resultado do estágio de pós- doutoramento no curso de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi, pensado e produzido entre agosto de 2019 até meados de 2020. No texto, o autor propõe desenvolver debates a respeito da historiografia, da natureza e dos imaginários que permeiam a história do Acre. Utilizando-se Para isso, utiliza-se de fontes documentais como: jornais, relatórios da época e referenciais teóricos dos mais diversos campos do conhecimento. Com isso,, o autor propõe diálogos que buscam novos modos de narrar e de olhar o Acre.

O pesquisador, ao escolher o título, já direciona o leitor a sua posição de questionador e de problematizador no campo das mentalidades. As colocações são bem articuladas, organizadas e cirurgicamente conceituadas para que o leitor, ainda que com pouco contato com a temática, se sinta confortável com a leitura. Francisco Bento da Silva (20200000, p.15 00), já no início do livro, deixa claro que: “não sou poeta”, mostrando sua posição de distanciamento de qualquer “liberdade poética” ou senso comum. Diante disso, o autor se aproxima e se utiliza de um

¹ Licenciado em História pela Faculdade Estácio de Sá. Bacharelado em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC), 6º período. Bolsista PIBIC (2019-2021).
Email: junior.469@hotmail.com

aglomerado de fontes e de referências as quaisque suportaram sua obra. As problematizações que o autor propõe são referentes aos discursos de vazio, de ausência e de inexistência de saberes e viveres amazônicos, e que, na sua visão, contrapõem as realidades múltiplas que foram intencionalmente silenciadas pela historiografia hegemônica.

Francisco Bento da Silva organiza suas ideias e problematizações a partir de um recorte espacial e cronológico. O espaço é o Acre Territorial, e, posteriormente, sua integração como “estado-nação”, e ode modo que o tempo cronológico se articula entre o início e meados do século XX. Com tempo e espaço definidos, o sumário ganha consistência e organização, estruturando-se em quatro capítulos e subtítulos. O ponto de partida da obra é a contextualização dos conceitos introdutórios que formam o prólogo — “o Acre como caricatura”. Nessas primeiras páginas, o autor delimita conceitos, abordagens, motivações, inquietações a respeito das narrativas que sobressaíram e sobressaem como “verdades” absolutas e incontestáveis sobre as múltiplas vivências e realidades da região.

O prólogo é a primeira etapa da obra que começa com a descrição de uma visão decolonial, que desfaz, desconstrói e desarticula a história feita e imaginada a partir das elites políticas, intelectuais e econômicas locais. Para o pesquisador Francisco Bento da Silva, os lugares da história, da historiografia e do historiador se alteram com o tempo e com suas movimentações. Por isso, o desafio não é só produzir conhecimento, mas também criar desconhecimento a partir do que já é conhecido. Faz parte, também, destronar o mito, descobrir o coberto, revelar o escondido, reciclar, inventar e redescobrir o passado através dos vestígios deixados.

Por meio através dessas orientações, o autor desloca-nos para suas preocupações que o colocam no centro das disputas discursivas que reverberam a sua própria construção social, cultural e mental. Pois, como acreano que nasceu, vive e trabalha nesse lugar, o professor coloca-se, também, como provocador da sua própria história, questionado o seu próprio “local de fala”, indagando acontecimentos, narrativas e integrações que sustentam a sua própria nacionalidade e regionalidade identitária. Essa dinâmica apresenta a quebra do natural, da essência, e coloca o autor na posição de “desdizer” e de “desexplicar” as narrativas hegemônicas que foram sobrepostas através dos discursos da mentalidade coletiva.

Nessa linha de pensamento, o escritor abraça a ideia de reimaginar, de ressignificar “de dentro e por dentro” a historiografia nas/das Amazônias, alargando e influenciando novas perspectivas e abordagens para novos saberes acadêmicos. Essa nova forma de olhar e de narrar a história possibilitou ao autor escrever a obra “Acre, formas de olhar e de narra: história e natureza nas ausências”. Para o autor, a intenção é romper com as narrativas hegemônicas que

reverberam o senso comum, destronando “verdades” absolutas e, cristalizadas que protegem os “heróis”.

O pesquisador enfatiza em “desexplicar” o explicado, desconstruir o construído e desimaginar o imaginado. Diante de tal proposta, as ausências se tornam viáveis e cheias de significados e de ressignificados que são omitidos a partir do pensamento de progresso estatal e social. Para o autor, o Acre, através dos discursos, corpos e espaços, não é uma são coisas que ficaram no passado, mas é uma discussão atual e moderna, hoje sinalizadas e narradas a partir das novas mídias sociais (*Instagram, Facebook*, entre outras) que ainda desenhavam o Acre como lugar abissal, inabitável e pré-histórico.

O escritor parte sua escrita pelo o conceito de caricatura, indicando um termo que se refere à a distorção, ao exagerado, ao imaginário cômico, ao estereotipado, ao e estigmatizado e à a alegoria circense. Esses indicadores são identificados pelo autor a partir da historiografia hegemônica, estabelecida como “verdade” a partir do Tratado de Petrópolis (1903), no qual e que, se passa a observar a criação das gêneses identitárias e regionalistas acreanas. Essa ação formaliza os “bravos” e “heroicos” personagens das narrativas, que atualmente reverberam na frase “somos brasileiros por opção”.

Ao entrar no campo das representações, das memórias e da historicidade, o autor se ancora nos autores Roger Chartier (2011), e Christian Kieling (2014), entre outros. A partir desses diálogos, o pesquisador levanta questionamentos a respeito da montagem e da desmontagem da história. Essas conversações retraem os diálogos aos pensamentos referentes ao “novo mundo” e suas consequências nos processos colonizatórios. Para Francisco Bento da Silva, esse contato que cria a relação do “normal” e do “estranho”, do “eu” e o do “outro”, torna o espaço ideal para conflitos sociais e culturais que articulam e desarticulam corpos e espaços.

Nessa complexa dinâmica, a dualidade é a protagonista, pois, ao entrar nas lacunas da história, o autor traz novidades que não estão na superficialidade da história contada. Essa é a principal proposta do pesquisador no livro: “remontar o passado novamente”, a partir de uma operação historiográfica e documental, onde na qual o principal objetivo não é descobrir, e simmas redescobrir o ignorado. Diante desses paradoxos, o autor percorre textos auxiliares de Anderson (2008), Euclides da Cunha (2000), Benjamim (2013), Didi-Huberman (2017), entre outros.

O texto do autor nos orienta a tomarmos cuidado tanto com a parte “amarga” e quanto com a “doce” da história, pois qualquer uma delas, em dosagens exageradas, podem nos conduzir a pensamentos ortodoxos. Nesse contexto, o professor desloca sua narrativa aos tempos das

redes sociais, nos quais onde *blogs*, *sites*, aplicativos e páginas são ferramentas de polarização da inexistência do Acre, identificado, por vezes, em tom de sátira, ironia e sarcasmos. O Acre se tornou nas narrativas modernas o *habitat* de dinossauros e monstros. Essas dinâmicas discursivas são apresentadas pelo autor a partir de problematizações feitas a partir da obra e do documentário chamado “O Acre Existe” (2013), que remonta a experiência de alguns “viajantes” paulistas que buscam “provar” a existência do estado.

Para o pesquisador as “evidências” trazidas pelos “expedicionários” não são nada mais que a junção e a reprodução do senso comum, vinculando a narrativa dos nativos, dos nordestinos e dos povos das florestas como uma hegemonia identitária. O autor, ainda, para fortalecer sua problematização, reivindica a fala dos professores do curso de Jornalismo da UFAC, Aquinei Timóteo e Francielle Mendes, que, ao se deparem com as narrativas dos autores, apontam como discursos estereotipados e heterogênicos do espaço e dos habitantes.

Outro trabalho que Silva (2020) usa como contra ponto às narrativas da “existência” ou não do o Acre, é a dissertação de Giselle Lucena, intitulada “O Acre (não) existe: um estudo sobre identidade, memória e midiaticização” (2014). O autor toma como referência o estudo da pesquisadora e problematiza os contextos midiáticos, o estudo da professora, analisando os contextos midiáticos, pois, para Silva (2020), em ambientes virtuais os “anônimos” verbalizam o imaginário antes retratados em registros documentais. A xenofobia, por vezes maquiada por de zombaria, piadas e ironias corrosivas, alimentam a agressão invisível ao pensamento colonizado. Essa situação, para o autor, se coloca como um paradoxo para quem tenta desfazer as inverdades ali postadas. Os mitos e os boatos agora são uma mistura de risos ao politicamente incorreto. E essa inexistência acreana, por meio das redes sociais, confronta a identidade “verdadeira” que é des [acre]ditada todos os dias.

Para o escritor, essas narrativas polissêmicas sobre um Acre inóspito, estranho e exótico, propõem um revisionismo histórico a respeito dos viajantes, cientistas e naturalistas que vieram para o “Novo Mundo” depois século XV. Desde modo, Silva (2020) se sente no dever de contextualizar conceitos de modernidade e de civilização a partir da ocupação e colonização. Ainda, dentro do recorte espacial e cronológico, ele o autor coloca a discussão nos aspectos da constituição de “estados e territórios”.

O autor ainda buscar problematizar as “gêneses” desses delírios da visão do europeu, que se estabeleceram como “verdades” através dos séculos a partir de discursos e narrativas que foram registradas através de crônicas, relatos e ilustrações que desenham o imaginário sobre as Amazônias. Por vezes, pessoas colocados, como espaço e comportamentos sociedades eram

colocados como “incivilizadas” e “hostis”. Alguns relatos são mostrados como objetos “comprobatórios” que remontam e perpetuam o imaginário dos viajantes a respeito dos hábitos e espaços amazônicos.

Ao dialogar com Abguar Bastos, Euclides da Cunha e Craveiro Costa, entre outros, o autor remonta aos mitos das Amazônias, apresentando como os mais disseminados aqueles sobre a natureza e sua imponência. Segundo Silva (2020), ao narrar os espaços e pessoas, os viajantes descreviam os fenótipos, jeitos e perfis que denotassem a negligência intelectual, existencial e humana., Assim, para o escritor, a região é taxada como trópicos úmidos, sertão, e habitat selvagem. Diante desses pensamentos, o autor desenvolve suas preocupações e problematizações diluídas em quatro capítulos.

O primeiro capítulo traz os subtítulos: “O deserto e as distâncias: natureza, nacionalidade e história”; “O espaço das ausências: vazio, barbárie, tempo e natureza”; “A conquista do território – territorialização e territorialidade”; “Arquitetura urbana: as ausências do bom gosto no Acre Federal”. Nessas subseções entre as páginas 41 e 90, o autor aprofunda a concepção de “vazio” em relação ao espaço natural e humano, em especial questionado pelos primeiros governadores territoriais que não se conformaram ao ver a região completamente descolada da realidade a qual eles estavam acostumados. Para o autor, ao se depararem com o espaço, categorizaram a natureza e os habitantes como exóticos, primitivos, rudes, preguiçosos e sem alma, e essa imagem inventada criou um espaço “vazio de tudo”.

A partir de narrativas identificadas em fontes documentais e em referenciais teóricos, o pesquisador proporciona discussões com os conceitos de representações, identidades, temporalidades que circulam nos discursos a respeito do lugar/espaço colocado, por vezes, como “vazio”, “selvagem” e “região sem história”, sobressaindo o discurso do “deserto em busca de nacionalidade”. O Acre Federal é o epicentro dos questionamentos do professor, que, busca deslocar a imagem do “acreano original”, o “vencedor” da batalha homem contra natureza na busca pela redenção regional/nacional. Para o autor, as narrativas agora atreladas ao espaço e povo, se tornam a base teórica para a domesticação do homem e da natureza da região. Esses modos operantes são o principal eixo de debates presentes em todo o primeiro capítulo, no qual Francisco Bento nomeia-o como: “O Acre como deserto conquistado: amansar e civilizar como missão”missão” (2020, p.39).

No segundo capítulo, Francisco Bento da Silva traz os “incômodos” naturais e humanos que são as principais afrontas ao pensamento da relação civilizador e colonizado. As narrativas se fortalecem a partir dos subtítulos: “A fauna e a Flora: riqueza, exuberância e selvageria”; “A selva

como sombra da civilização”; “Alimentação, doenças e os corpos “fora do lugar”; e o último: “A natureza redimida no espaço urbano”. Nesse trecho do livro *Entre as páginas 93 e 137*, com o auxílio de documentos, o autor coloca em discussão o papel dos bichos, da flora e da fauna na construção das narrativas higienistas, sanitaristas e modernistas. Esses pontos são colocados pelo autor como “ameaça” ao colonizador, e essa visão que reverbera em medidas para a supressão do “selvagem” homem e natureza.

Dentro desse contexto, o pesquisador também apresenta os hábitos alimentares, os corpos e as doenças nas Amazônias, confrontando com dados e relatos publicados em jornais e relatórios oficiais da época. Localizando e apresentando. Ele também localiza e apresenta, a partir de fontes e referências teóricas, sobre a base alimentar e os produtos comestíveis, que, por vezes, são considerados impróprios para os viajantes e sanitaristas. Também, o autor também pontua sobre o consumo predatório de tartarugas e seus ovos, que, por tempos, foi a base econômica e alimentar de partes da Amazônias.

Francisco Bento da Silva problematiza o papel dos agentes públicos em resolver os problemas enfrentados na época utilizando documentos oficiais. Neles, o autor identifica narrativas a respeito dos espaços amazônicos, apresentando e questionando as afirmações que apontam um lugar com pouca higiene e de hábitos alimentares duvidosos. Também foram citadas, a partir de fontes, doenças e sua suposta relação ao consumo de alimentos estragados e a cachaça. A carne estragada, as conservas inválidas, junto ao clima quente, segundo alguns materiais mostrados pelo professor, eram o diagnóstico para o surgimento de nosologias, que, foram o ponto de partida para o início das movimentações por parte do poder público a respeito das normatizações da higiene, regulamentação de abates e fiscalização sanitária. Por isso, o autor se mostra perspicaz quando coloca o título do capítulo II como: “Bichos, florestas e doenças: o outro mundo selvagem”.

No capítulo III, aparecem, com os subtítulos: “A natureza selvagem do nativo; Os indígenas: violências e a indolência atávica”; “Deslocamento e apagamentos”; e o “Os indígenas e a nacionalidade”, distribuídos entre as páginas 141 e 179. Nessa parte o escritor foca nas pessoas, povos e dinâmicas sociais de resistências conscientes ao modelo capitalista. Diante dessa realidade, os caboclos, indígenas e mestiços se tornam referência do atraso, da selvageria e do importuno humano ao sonho colonizador. Segundo o autor, esse fator faz parte de movimentos geográficos, culturais, sociais, ideológicos que desenham o processo de apagamento das realidades vividas antes da conquista.

Ao debater com Luciana Murari, David Arnold, e outros autores, o escritor traça os

impactos na colisão entre os pensamentos civilizatórios, hegemonia social, e a busca pelo progresso em relação aos espaços e povos. Os indígenas, sertanejos, caboclos e outros personagens foram “obrigados” a assumirem hábitos europeus, incumbidos, por vezes, a serem as mãos escravas que eram a tração física e ideológica da busca pela modernidade. Para Silva (2020), tudo ficou diferente, nada mais passa pela vontade do morador, e sim do dominar, novas vestimentas, novas casas, novos olhares em busca de amansar e civilizador os “selvagens”. Diante dessas abordagens profundas e sistemáticas a respeito do “fator” humano, e do seu papel na construção e formação do “estado” acreano, o autor batiza o capítulo III sob o título: “Indígenas e caboclos no caminho da conquista e da colonização”.

O quarto e último capítulo é o resultado de toda essa engrenagem, se estruturando com os subtítulos: “A Bolívia como mulher e a representação colonial do gênero”; “Acre, o “mau” negócio do Brasil e a vitória de Pirro”; “Os heróis singulares e coletivos: ufanismos nas identidades inventadas” e o último subtítulo da obra “Nomenclatura e memórias em disputas”; que se decorre ao longo das páginas 183 e 234. Apresentado a partir de publicações de jornais e documentos oficiais da época, nesse derradeiro capítulo do livro, o autor problematiza o poder e o papel da imprensa na construção da identidade nacional acreana, vinculando acontecimentos, tratados e negociações para a criação dos “Heróis Acreanos”. Em suma, esses registros trazem a comprovação dos mitos, das origens, dos imaginários patrióticos e o regionalismo fronteiriço (Peru e Bolívia). O aguçado sentido do professor direciona a nomear o último capítulo como “As disputas pelo Acre: Narrativas do risível e do heroico”.

Nesse sentido, os discursos constroem um espaço de pequenez humana, no qual a fauna e a flora são apresentadas como um fator que predomina a “irrelevante” demografia, e, para o autor, esse discurso é o ponto de partida para a construção da pátria acreana, onde na qual a concepção de colonização e civilização começa a ser implantada de forma sistemática. Ao observar o espaço como lugar vazio, o colonizador coloca em curso uma situação de catástrofe demográfica, cultural e social. Além da invasão de terras indígenas, o autor pontua também o uso de índios nas mudanças do próprio território em prol da modernização desses espaços. Para o pesquisador, o discurso predominante é que o “povo” que ajuda o governo é um “povo” patriota e civilizado.

O professor Francisco Bento da Silva, além de trazer uma leitura dinâmica, poética, inovadora e de fácil compreensão, também proporciona um texto repleto de referenciais teóricos e de diversos tipos de fontes, que facilitam a produção do conhecimento ou como ele afirma também do “desconhecimento” sobre a construção histórica acreana. Outro benefício para os

leitores de primeira viagem é a compreensão que a obra proporciona a respeito das noções de espaço, território, hegemonia historiográfica, modernidade, civilização, formação do cenário político, social e cultural do Acre. Além disso, a facilidade de acesso, seja em documentos digitais (PDF'S) grátis ou no modelo físico, utilizado nesta resenha, disponíveis para venda com o autor e em algumas livrarias de Rio Branco/AC, tornam a obra acessível e disponível.

O livro “Acre, Formas de Olhar e de Narrar: Natureza e História nas Ausências” é a materialização das preocupações que inquietam alguns historiadores e pesquisadores do campo das ciências humanas nas/das Amazônias. Esses, buscam desfazer, desdizer, desmontar ou desconstruir espaços e vivências estigmatizados e caracterizados pela historiografia personalista, eurocêntrica e hegemônica. Entre esses pesquisadores, o professor Francisco Bento se propôs a problematizar através da estética, da caricatura, do excentricíssimo, da adjetivação, da natureza e dos seres inexistentes que existem, à sociedade imaginada a partir da mentalidade de estado-nação.

O livro percorre a metade do século XX, através de fontes documentais e de referenciais teóricos que remontam esses imaginários descritivos, que desfizeram e refizeram as dinâmicas sociais, culturais, e políticas nas/das múltiplas histórias geradas a partir dos espaços e tempos históricos. A obra problematiza os adjetivos, que perpassavam e perpassam o campo da zombaria, da sátira, do sarcasmo a respeito do espaço e dos saberes e indivíduos amazônicos. O texto é um desdizer do dito, um dizer do não dito, que fragmenta o senso comum e revela a essência de coisas, de casos e acasos nas/das lacunas que circulam as histórias do Acre.

SOBRE O AUTOR:

Francisco Bento da Silva possui graduação em Ciências Sociais, com bacharelado em Ciência Política, pela Universidade Federal do Acre - UFAC (1998); é mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2002) e Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2010). Fez Pós-doutorado em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2020). Atualmente é Professor Associado I do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre - UFAC. Atualmente atua como professor na graduação dos cursos de bacharelado em História e licenciatura em História da mesma universidade. É também professor dos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade - PPGLI/UFAC. Tem publicado outras obras Ele publicou algumas obras,, tais como: “Autoritarismo e Personalismo no executivo acreano – 1921/1964”; “Acre, a Sibéria Tropical: prisões e desterros para regiões do Acre – 1904/1910”,

Das Amazônias / revista DISCENTE DE HISTÓRIA DA UFAC

ISSN: 2674-5968

cuja primeira edição é de 2013. E-mail para contato: chicobento_ac@yahoo.com.br. Perfil *on line*:
<https://ufac.academia.edu/FranciscoBentoSilva>.

Data de submissão: 22/02/2021

Data de aprovação: 20/04/2021

AQUIRIANAS: O PROTAGONISMO FEMININO NA FLORESTA ACRIANA¹

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **Aquirianas**: mulheres da floresta na história do Acre. Rio Branco: Instituto de Pesquisa, Ensino e de Estudos das Culturas Amazônicas, 2010.

Jardel Silva França²

O livro de Carlos Alberto Alves de Souza, denominado *Aquirianas: mulheres da floresta na história do Acre*, editorado pelo Instituto de Pesquisa, Ensino e de Estudos da Cultura Amazônicas - ENVIRA, 2010, aborda uma proposta audaciosa – dentro das várias possíveis – de uma escrita da História das Mulheres na Amazônia. O autor é Carlos Alberto Alves de Souza, formado em História pela Universidade Federal do Acre, com Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sendo o primeiro Professor Titular da área de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Ufac, foi presidente da Associação Brasileira de História Oral de 2004 a 2006, além de fazer parte da Academia Acreana de Letras, possui obras sobre a História do Acre que se inspiram na História Social Inglesa – notadamente em Thompson e Hobsbawm - e por um diálogo interdisciplinar com os espaços e geografias amazônicas.

O livro busca trazer ao palco cultural as mulheres que, por muito tempo, foram injustiçadas e excluídas de uma sociedade da qual sempre fizeram parte. A obra divide-se em cinco partes. Na primeira parte, o autor mostra como se dá ocupação dos espaços nos seringais, que eram unidade produtoras de extrativismo vegetal assentado no látex da *Hevea brasilienses*, fazendo inferências sobre a criação destes latifúndios durante aquilo que se caracterizou como a primeira fase de exploração das terras acreanas pelos brasileiros. Na segunda fase da obra, vemos a saga das mulheres seringueiras do Acre, como participante do processo de constituição do modo de vida no seringal, atendendo ao chamado de Scheibe (1998), que afirma:

¹ Este trabalho é uma homenagem póstuma ao meu querido amigo professor Carlos Alberto Alves de Souza, no qual tenho grande admiração.

² Mestrando em Letras: Linguagem e Identidade (Ufac). Especialista em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade de Educação Superior Euclides da Cunha (Inec). Licenciado em História pela Universidade Federal do Acre - Ufac (2019). Aperfeiçoado Uniafro em Políticas de Promoção de Igualdade Racial na Escola (2016). Membro do corpo editorial da Revista Em Favor de Igualdade Racial e Revista Das Amazôniaas / Revista Discente de História da Ufac. Filiado à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras (ABPN). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) da Universidade Federal do Acre.

E-mail: jardelfranca2509@gmail.com

Colocar as mulheres no centro da análise de um trabalho sobre o Acre tem ainda um sentido militante tanto na historiografia da região, que costuma ignorar quase por completo a experiência social das mulheres, como do ponto de vista da sociedade atual, cuja a postura violenta e opressora com as mulheres tem sido denunciada com veemência por diversas entidades. (SOUZA, 2010 *apud* SCHEIBE, 1998.)

Ainda na fase em comento da obra, o autor traz a figura feminina dos tempos áureos da exploração da borracha, assentando seu foco nas nordestinas, chamadas de “as invisíveis”, soldadas da borracha³ que migraram para o solo acreano na Segunda Guerra Mundial. Apesar da vinda massiva de homens para a Amazônia, mulheres também fizeram parte desta leva de trabalhadores do Látex na região. Também este mesmo capítulo dialoga sobre as mulheres seringueiras nas reservas extrativista – territórios de conservação, de uso sustentável utilizada por populações extrativistas tradicionais cuja subsistência baseia-se no extrativismo, agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura destas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade e nas beiras dos rios – e fechando esta parte–, e somos convidados a entrar no mundo das parteiras e da medicina popular tradicional nos seringais.

Na terceira parte, Souza nos coloca diante de uma face cruel do seringal: o roubo de mulheres por homens dos seringais e aventureiros, apresentando incesto e violências praticadas de várias formas contra elas. Enquanto na quarta parte do texto, o autor traz a luta das mulheres em defesa de sua terra através dos sindicatos e empates, com ênfase em Valdiza – integrante e fundadora do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília. Por fim, na última parte da obra, o autor traz a luz da história, a contribuição e resistências das mulheres agricultoras, colonas e indígenas.

Souza, no início de sua obra, pautado em uma definição dada pelo Instituto de Pesquisa, Ensino e de Estudos das Culturas Amazônicas ENVIRA, explica o significado de aquirianas:

O termo aquirianas é uma homenagem às mulheres acreanas e ao Rio Acre, denominado antes *Aquiri*. Se a historiografia oficial se deu ao luxo de chamar o grande rio de Amazonas, em homenagem às mulheres indígenas (adjetivadas de “as amazonas”) que lutavam ao lado de seus homens contra os conquistadores europeus que, a partir do século 15, invadiram a Amazônia, também podemos chamar nossas mulheres da floresta de *aquirianas* como uma justa homenagem. (SOUZA, 2010, p.03).

³ “Soldados da Borracha” foram brasileiros que atuaram na Segunda Guerra Mundial. Eles foram recrutados pelo governo brasileiro, que, aproveitando-se dos problemas enfrentados pelos nordestinos, recrutaram milhares para irem para região amazônica trabalhar na extração do látex, que seria exportado para os Estados Unidos para dar apoio ao governo e aos aliados da guerra”.

Nos recorda o autor que falar de seringal significa adentrar em um universo amplo, um modo de vida atemporal que sobrevive ainda, mesmo com o avanço das cidades e da tecnologia. Apesar da borracha – para aqueles que ainda extraem – não ser o único meio de sobrevivência dos seringueiros, pois muitos recorrem a outros meios para extrair da natureza o seu sustento e manter o mercado consumidor, continuam morando em suas “colocações de seringa”, bem deixado por seus avós e pais. Nos seringais, homens e mulheres dividem o mesmo espaço na coletividade, assumindo, tanto os afazeres de casa quanto o do plantio. Segundo Souza:

Os modos de vidas criados e recriados nos seringais não permitiriam a segregação de homens e mulheres em determinados espaços (na cidade são os espaços do público e do privado). Todos os espaços foram atingidos pelas experiências sociais de homens e de mulheres. Daí, numa colocação de seringa, a presença da mulher é materializada em todo e qualquer espaço, porque, em uma colocação de seringa, a vida acontece.” (SOUZA, 2010, p.25).

As mulheres se “moldaram” enquanto mulheres com as práticas cotidianas, constituíram múltiplas formas de resistência, sabendo gerir sua casa e ao mesmo tempo supriu as fraquezas mais invisíveis do homem seringueiro, graças a sua astúcia e sensibilidade. Mesmo não estando na linha de frente da Revolução Acriana – não diretamente –, elas souberam ter pulso forte, contribuíram muito para manter os homens firmes contra os bolivianos, como descreve o autor,

As mulheres não estavam na linha de frente dos combates, mas estavam em suas colocações de seringa, sem seus pais, sem seus maridos, sem seus filhos, substituindo os homens nos trabalhos de uma colocação de seringa. Não deixaram parar a produção. Elas passaram a produzir mais borracha, pois, agora, além do trabalho normal no corte de seringa, tinham de realizar o trabalho dos homens que estavam na guerra. Boa parte da alimentação consumida pelos soldados acreanos foi produzido pelas mulheres nos seringais.” (SOUZA, 2010, p. 29).

A relação direta com a natureza, fez com que as mulheres seringueiras adquirissem o conhecimento das ervas, desenvolvendo assim uma medicina popular, uma forma de amparar entes contra as doenças, já que assistência médica era algo inexistente. O autor traz o relato de Maria Almeida de Melo, seringueira – quando entrevistada em 1993, era residente do seringal Porongaba, região acreana de Brasília –, praticante da medicina popular, realizava partos e remédios “caseiros”, ganhando grande prestígio em sua localidade. O autor expressa:

O trabalho de medicina de Maria Almeida de Melo fez com que ela se tornasse conhecedora de uma série de “remédios” caseiros, utilizados para curar várias doenças comuns nos seringais. No parto, agia com o que estava ao seu alcance para garantir uma “operação” com um mínimo de higiene, garantindo o nascimento da criança e a sobrevivência da mãe: lavava as mãos com álcool ou com cachaça, desinfetava a tesoura a ser utilizada, fazia uso de um cordão limpo para amarrar o umbigo do recém-nascido

e, em seguida, passava levemente azeite doce na região para não ser infeccionada. Quando a gestante demorava a parir, mesmo sentindo muitas dores, Maria preparava seu chá. (SOUZA, 2010, p.119).

A vinda da mulher para os seringais acreanos se deu a partir de diferentes motivações: ao acompanharem os seus parentes, algumas vieram sozinhas trazidas por comerciantes de borracha ou à procura de seus esposos que estavam no Acre. Já nos seringais, mostravam ser tão capazes quanto os homens para o corte da seringa e aquelas que sabiam ler, foram solidárias, alfabetizando os que jamais entraram na escola. As aquirianas foram para a linha de frente junto com seus maridos enfrentar as motosserras dos fazendeiros e armas dos policiais no “empates” (movimentos constituídos a partir dos “adjutórios”, em que diferentes seringueiros, caboclos e posseiros se reuniam, a fim de dar auxílio mútuo para afazeres nas áreas de mata, mas que, nos anos de 1970, passou a congregiar pessoas, a fim de obstar a derrubada da floresta pelos novos donos das terras, em função da desarticulação do extrativismo vegetal subsidiado pelo governo), enfrentando a “corja de subordinados” durante aquela década que tentava expulsá-los das áreas territoriais em que tinham posse, para que ali os grandes fazendeiros transformassem os seringais em pastos para o gado.

O “costume” de roubo de mulheres é descrito por Souza (2010) como uma prática cultural, recriada nos seringais amazônicos, hábito difundido pelos migrantes nordestinos. Podendo ocorrer de duas formas: com o consentimento da mulher, que se apaixona por um rapaz e não tem o consentimento da família, vendo assim, a “fuga” como única alternativa de viver o seu amor proibido. Ocorre também o roubo de mulheres sem o seu consentimento – circunstâncias em que muitas eram levadas pelos patrões, donos dos seringais para servirem de objetos sexuais. A respeito do “ladrão de mulheres”, o autor descreve,

Em muitos casos, o sedutor se comporta para ganhar a confiança da família. Sob seu controle, todos os horários dos moradores da casa. Quando dormem, chega a grande oportunidade de roubar mulheres. Em muitos casos, relações de intimidades familiares são constituídas com o sedutor namorado da menina. (SOUZA. 2010, p.134).

No que se refere aos incestos praticados nos seringais, Souza diz “os agentes sedutores são sempre os homens que agem na certeza da impunidade dos seringais, longe da polícia e da Justiça”. A partir dos relatos descritos no livro, percebe-se a mulher sempre categorizada como a “culpada” pelo incesto, sendo ela a desonra da família, demonstrando o caráter machista e patriarcal dos núcleos familiares e sociais nestes espaços.

São vários os casos em que o homem utiliza de sua força, status patriarcal para abusar sexualmente das moças e rapazes da sua família. A impunidades para esses crimes se dava pelo

não alcance do Poder Público aos eventos passados dentro dos seringais ou pela omissão da família por medo de sofrerem na mão do abusador.

Em a *mulheres agricultoras e indígenas*, a figura feminina no seringal, muitas das vezes com seu marido, desempenhava a função de extrair a borracha, além de realizar os trabalhos agrícolas. Hoje, devido à crise do mercado da borracha, elas desempenham com mais fervor o plantio de alimentos e criação de animais para a sua sobrevivência. Acresce o autor que desde o Acre território, as mulheres já desempenhavam o trabalho de cultivo nas colônias agrícolas, desenvolvida durante toda a formação dos seringais, como forma dos seringueiros equilibrarem a sua produção de bem alimentícios, a fim de não dependerem fortemente dos barracões dos patrões do seringal, com tal atitude, muitos foram perseguidos, vindo a ter fim – aos olhos da legalidade – a partir da década de 1940, quando o governo brasileiro impôs aos seringalistas que assinassem um “Contrato de Extração do Látex” com os seringueiros, permitindo o plantio do roçado (SOUZA, 2010, p. 197-198). Somente com a chegada de migrantes “paulistas” (expressão que não deve ser confundida com o adjetivo pátrio, mas, enquanto designação criada no imaginário dos acreanos para identificar os migrantes que chegaram em busca de terras ao Acre durante o Regime Militar), a partir da década de 1970 foi que teve início a forma de categoria de mulheres exclusivamente agricultoras.

Ao falar da mulher indígena, o autor destaca o pioneirismo de trabalhadoras da floresta, onde mesmo antes da chegada dos seringueiros, essas mulheres já realizavam a agricultura, ensinavam suas tradições aos mais jovens. Com a chegada dos não índios – tanto do lado brasileiro, quanto do lado peruano (caucheiros) – em busca das árvores seringueiras, o cotidiano dos indígenas muda completamente. Nesse processo pela expansão de terras para a coleta da borracha, serão organizadas várias “correrias”, expedições sistematizadas objetivando a destruição dos nativos. Muitos indígenas serão mortos, populações inteiras dizimadas buscando proteger o seu território dos invasores. Nos diz o autor que as mulheres e crianças sobreviventes eram tidos como prêmios, obrigados a conviver com o “homem branco”⁴, seringueiros. As indígenas que conseguiam fugir de seus algozes procuravam refúgio na floresta. Aquelas mal-sucedidas nesse intento ou amedrontadas em demasia para realizar fuga, eram incorporadas ao corte de seringa, denominados “caboclas seringueiras”.

Data de submissão: 10/02/2021

Data de aprovação: 28/05/2021

⁴ O “branco” aqui é analogia ao homem civilizado e dominante, dentro de uma etnicidade de supremacia branca.

CAÇA ÀS BRUXAS: A CONTRIBUIÇÃO DO CAPITALISMO PARA O AUMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA ÀS MULHERES

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 158 p.

*Karolaine da Silva Oliveira*¹

Ao falar de caça às bruxas imagina-se fogueiras queimando acerca de centenas de anos atrás em um povoado bem distante, com pessoas ao redor do fogo assistindo a incineração de uma ou mais mulheres acusadas de bruxaria por serem aliadas ao diabo. São cenas que parecem estar bem longínquas do século 21, e ainda relacionadas somente ao combate contra o mundo sobrenatural. No entanto, através do livro “Mulheres e Caça às Bruxas: da Idade Média aos Dias Atuais” a autora Silvia Federici apresenta a interligação da caça às bruxas à eliminação das mulheres do sistema capitalista e as consequências disso para as suas vidas. O livro de título original “Witches, witch-hunting, and women” é a obra mais recente da autora, lançado no Brasil em 2019 pela editora Boitempo, estando dividido em duas partes no mesmo volume: Revisitando a acumulação primitiva do capital e a caça às bruxas na Europa; Novas formas de acumulação de capital e a caça às bruxas em nossa época. Silvia Federici é escritora, professora e intelectual militante de tradição feminista marxista autônoma, nascida na Itália em 1942, mudou-se para os Estados Unidos no fim da década de 1960, onde foi cofundadora do Coletivo Internacional Feminista e contribuiu para a Campanha por um salário para o trabalho doméstico. Em 1965 concluiu a graduação em filosofia. Atualmente é professora emérita na universidade de Hofstra, em Nova York. Suas outras obras são: Calibã e a Bruxa (Elefante, 2017) e O Ponto Zero da Revolução (Elefante, 2019), além de artigos sobre feminismo, colonialismo e globalização.

Para Silvia Federici os motivos que levaram ao surgimento da caça às bruxas ocorrida no fim do século XIV indo até meados do século XVIII, tendo maior intensidade entre os séculos XVI e XVII, foram multicausais, ou seja, não se pode dizer que os processos de cercamentos

¹ Licencianda em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC), 8º período. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no projeto "Representações dos povos indígenas do Acre nas plataformas digitais brasileiras", voluntária no Programa de Residência Pedagógica na área de Licenciatura em História, e integrante do grupo de pesquisa "O Processo de Construção do Docente em História: possibilidades e desafios da formação inicial e da formação continuada do fazer-se historiador em sala de aula", na linha de pesquisa "Estágio Supervisionado do Ensino de História".

E-mail: karolainysilva417@gmail.com

intensificados no século XV na Inglaterra, o surgimento da medicina ou questões religiosas foram os únicos culpados pela perseguição contra às mulheres. No entanto, a autora atribui todas as causas “subjacentes ao desenvolvimento das relações capitalistas”, assim na primeira parte do seu livro ela examina os acontecimentos do passado para o leitor visualizar a caça às bruxas sendo uma ação do Estado atrelado a igreja no combate à presença ativa das mulheres no mundo capitalista, sendo este o grande contribuinte ao aumento da violência contra elas durante os séculos subsequentes a seu surgimento.

Embora a caça às bruxas não tenha ocorrido somente na Inglaterra, mas em vários outros países da Europa, incluindo a França, Espanha, Itália e Alemanha, Federici usa os cercamentos da Inglaterra para explicar este acontecimento, pois segundo ela “estes demonstram mais claramente como a comercialização da terra e o crescimento das relações monetárias afetou, de forma diferente, mulheres e homens.” (FEDERICI, 2019, p.48). Quando os proprietários de terras e outros membros abastados da sociedade privatizaram suas terras colocando fim aos direitos consuetudinários deixaram a população de agricultores desamparados dos seus meios de sobrevivência, entre eles estavam as mulheres. Justamente em áreas onde ocorreram os cercamentos houveram os mais sangrentos processos de bruxaria da Inglaterra. Bem como as áreas em que estavam havendo uma reformulação das relações econômicas e sociais em decorrência da prata trazida das colônias na América do Sul, causando o aumento no preço dos grãos e demais produtos agrícolas, desta forma intensificava-se cada vez mais as desigualdades.

As maiores atingidas por essas mudanças foram as mulheres mais velhas que viviam sozinhas, sem filhos ou maridos, ficando-as desamparadas ao fim dos seus direitos consuetudinários. A situação delas tornou-se mais degradante após a Reforma, sendo proibida a caridade, de modo a não poderem sobreviver nem mesmo de esmolas. Passaram então a serem consideradas um estorvo à sociedade produtiva e acumulativa de bens, não podendo oferecer força de trabalho e muito menos gerar futuros trabalhadores, e ainda representando a maioria na população europeia. De acordo com os estudos do professor Emérito de História e Estudos Religiosos da Universidade de Virginia, H.C Erick Midelfort, no século XVI houveram acentuadas mudanças demográficas na Europa, produzindo o número cada vez maior de mulheres sozinhas. A Reforma trouxe o fechamento de inúmeros conventos deixando 20% de delas sem nunca terem casado e 10% a 20% de viúvas. Outro fator contribuinte para serem a maioria se deu por sobreviverem mais comparadas aos homens durante o período da peste, se dando a maior parte de suas mortes somente em decorrência do parto. Diante deste cenário haviam várias mulheres desamparadas pela figura masculina do pai, filho ou marido. Assim

tornavam-se sujeitos marginalizados, rendendo a “feminização da pobreza”. Parte-se daí a caracterização da bruxa existente até os dias de hoje, sendo mulheres velhas, pobres, sujas, rabugentas e sozinhas, a elas ainda eram cometidos crimes fáceis de serem executados pela sua falta de força física, como os incêndios de plantações e mortes de animais.

Para Silva Federici estas mulheres não eram vítimas, mas pessoas divergentes às ordens estabelecidas, eram contrárias ao sistema, e resistentes às condições injustas que lhes eram impostas. Mesmo sendo proibida a caridade continuavam a pedir dinheiro e alimentos, sempre encaradas a modos inconvenientes, reagiam falando palavras ofensivas contra aqueles que lhes negavam ajuda, entretanto “atitudes como essas poderiam ser ressentimentos nascidos da raiva pela injustiça sofrida, uma forma de rejeitar a marginalização.” (FEDERICI, 2019, p.52)

Não bastava ser velha para receber a acusação de bruxaria. A autora explica que muitas das acusadas haviam tido condutas consideradas erradas, quando jovens foram mulheres promíscuas, libertinas, mães solteiras, curandeiras e parteiras possuidoras de popularidade. Para Federici estas mulheres não eram acusadas de bruxaria por seus feitiços e remédios medicinais realmente surtirem efeito, mas porque elas faziam parte do lado contrário ao novo poder. Além de serem pobres também compunham o corpo de revoltosos contra os cercamentos, a propriedade privada, a repressão sexual e ao controle de nascimentos imposto pelo Estado. Quando puniam às “bruxas” acabavam punindo os compactuantes dos mesmos pensamentos. Por estes motivos historiadores e historiadoras também desconsideram à elas somente a definição de vítimas, preferindo enxergá-las como resistentes, “A bruxa foi a comunista e a terrorista de sua época, quando foi necessário um mecanismo ‘civilizador’ para produzir uma nova ‘subjetividade’ e uma nova divisão sexual do trabalho em que a disciplina capitalista da mão de obra viria a se apoiar.” (FEDERICI, 2019, p.72)

Colocadas às margens da sociedade, sem fonte de renda ou o amparo da figura masculina algumas mulheres recorriam a prostituição para poderem se manter. Entretanto, essa atitude foi interpretada a existência de um pacto diabólico, pois considerava-se haver a facilidade de arrancarem dinheiro dos homens, muitos deles chegavam a dizer terem sido vítimas de seus encantamentos. Mesmo quando não se envolvia a prostituição, mas relações sem o casamento, a sexualidade feminina era vista intimamente atrelada ao diabo. Apesar desta ser uma questão religiosa, no século XVI e XVII quando a caça às bruxas foi mais intensa, os julgamentos eram conduzidos por magistrados leigos pagos pelos governos municipais, e não por membros da igreja. Segundo a autora, relacionar a figura da mulher rebelde ao sobrenatural foi de suma importância para executar toda a violência contra as mulheres durante o período da caça às

bruxas, afinal quando se queimava a “bruxa” na fogueira a população interpretava aquilo não sendo um ato contra ser humano político possuidor de posicionamento social, mas sim contra o sobrenatural que continuava a ser tão temido e repulsivo, diz mais: “Nunca, ao longo da história, as mulheres foram submetidas a tão grande agressão, organizada internacionalmente, aprovada pelas leis, abençoada pelas religiões.” (FEDERICI, 2019, p.70)

Ainda em sua primeira parte do livro Silvia Federici continua a explicar o que verdadeiramente o sistema capitalista significou para o mundo feminino. Para ela assim como a colonização da América e o extermínio dos povos indígenas no “novo mundo”, a caça às bruxas também foi um “acontecimento que preparou o caminho para o surgimento do mundo capitalista moderno.” (FEDERICI, 2019, pg.40). Ao mesmo modo dos negros e indígenas as mulheres acusadas de bruxaria sofreram drasticamente com o novo sistema econômico, levando a avaliar se realmente houve um desenvolvimento, ou somente o acúmulo de riqueza nas mãos de alguns. Desta forma, africanos escravizados e indígenas da América eram “parentes próximos” das bruxas europeias, todos “tiveram suas terras comuns confiscadas, vivenciaram a fome produzida pela mudança para agricultura comercial e viram suas resistências serem perseguidas como sinal de um pacto diabólico.” (FEDERICI, 2019, p.41).

O desenvolvimento do capitalismo gerou o desenvolvimento de conflitos sociais e transformações radicais desde os modos de produção à questões particulares dos indivíduos, como a reprodução e comportamentos adequados para cada gênero, “o capitalismo foi uma contrarrevolução não apenas sufocando com sangue as novas demandas por liberdade, mas virando o mundo de cabeça para baixo com a criação de um sistema de produção que exigia uma concepção diferente de trabalho, riqueza e valor que fosse útil às formas mais intensas de exploração.” (FEDERICI, 2019, p.64) Esse novo sistema forjou um novo indivíduo impondo a disciplina dos corpos, estabelecendo a batalha contra aquele que pudesse interromper a geração de mão de obra, ou seja, contra aquelas conhecedoras de ervas abortivas. Em seguimento as novas estruturas houve o rompimento aos antigos costumes produtivos, ocorrendo o fim das terras comunais e a ação da caridade, por esta prática acreditava permitir a entrada do sujeito ao céu. O mundo mágico que resistiu até mesmo a cristianização durante a Idade Média foi duramente atacado, pois representava o poder não condizente a nova realidade, devendo então ser exorcizado, era “a racionalização do mundo natural - pré-condição de uma disciplina de trabalho mais organizada e da revolução científica- passava pela destruição da “bruxa”. (FEDERICI, 2019, p.65 a 66)

O capitalismo invadiu a vida das mulheres criminalizando a sua liberdade sexual, “a nascente classe capitalista precisou desprezar a sexualidade e o prazer feminino.” (FEDERICI, 2019, p.67). Seus corpos teriam duas funções, serem o instrumento para a reprodução da força de trabalho e a satisfação das necessidades dos homens, às não obedientes a isso foram perseguidas, humilhadas, julgadas e mortas. Para haver o estabelecimento do capitalismo na Europa, enquadrado a um sistema patriarcal, antes precisava haver a degradação do corpo feminino, surgindo então a nova feminilidade. Esta significava ser dócil, submissa, subserviente, reclusa ao trabalho doméstico - tido como improdutivo- e assexual, ou seja, a nova feminilidade significava ser destituída da liberdade.

A autora dedica o último capítulo da primeira parte, intitulado de “Sobre o significado de ‘gossip’, para abordar sobre a rivalidade gerada entre as mulheres. Em português a palavra significa fofoca, porém não teve sempre esse significado, o termo depreciativo foi aplicado para destruir a sociabilidade feminina que “prevaleceu durante a Idade Média”. Antes *gossip* era destinado à denominação das madrinhas ou acompanhantes no parto, nomeando a parceria existente entre às mulheres. A partir do século XVI a situação delas foi tão deteriorada que até mesmo essas relações foram atacadas. As conversas de mulheres eram tidas como fúteis e irrelevantes, acreditavam haver a união somente para conspirarem contra os homens ou falarem da vida alheia, enquanto deixavam de lado as suas atividades domésticas e cuidados aos seus maridos. A partir desse mesmo século o número de mulheres acusadas de bruxaria aumentou consideravelmente, muitas eram agredidas por seus companheiros por quaisquer sinais de enfrentamento, eles poderiam lhes aplicar castigos físicos fazendo o uso das “scold bridle” ou “ducking stool”. Elas também foram levadas aos tribunais e multadas pelo simples fato de falarem demais, recebendo o termo de rabugentas, esperava-se e exigia-se delas o silêncio e obediência. Tendo ainda seus poderes e amizades enfraquecidos não somente por as ridicularizarem chamando-as de fofoqueiras e desocupadas, mas por fazerem mulheres sob tortura denunciarem umas às outras, sendo suas próprias mães, irmãs filhas e amigas.

Encerrando a primeira parte a autora traz um dos motivos pelos quais as mulheres tornaram-se os principais alvos da caça às bruxas, visto que os homens também eram mortos por associações, entretanto compunham um número bem pequeno. Este motivo não se deu unicamente por representarem a maioria da população, e sim em virtude de serem as “tecelãs de memórias”, principalmente as mais velhas, pois lembravam dos seus direitos consuetudinários, das tradições, e mais ainda, das liberdades que lhes foram tomadas, por meio de suas conversas transmitiam isso umas às outras, incitando mais mulheres a se revoltarem contra as injustiças

impostas. Tendo em vista estes motivos, Federici considera a rotulação por fofoca de toda essa troca de conhecimentos e comunicação entre mulheres como forma de continuar a degradá-las, perpetuando os estereótipos e misoginia criados pelos inquisidores, demonólogos, alguns magistrados e maridos.

Na segunda parte do livro, “Novas formas de acumulação de capital e a caça às bruxas em nossa época”, Silvia Federici começa citando o Primeiro Tribunal Internacional de Crimes contra às Mulheres, realizado em Bruxelas em março de 1976, onde mulheres de quarenta países se reuniram para debater sobre as violências realizadas contra os corpos femininos, citando as esterilizações compulsórias, estupros, agressões físicas, prisões em hospitais psiquiátricos e o feminicídio. A autora demonstra que a violência desmedida cometida contra às mulheres não acabou mesmo com o fim da caça às bruxas ou da colonização, apenas foram adotados novos métodos e perpetuados alguns já existentes, pois elas continuam tendo seus corpos invadidos. Federici aborda alguns acontecimentos para dar exemplos da continuidade desta violência. Nos anos de 1920 a 1930 a promiscuidade feminina foi associada a doença mental, em 1950 havia a realização da lobotomia em mulheres com depressão causando um retardo mental, mesmo assim não era visto como prejudicial por não interferir no desenvolvimento de atividades domésticas, em 1960 mulheres pobres ou que exerciam a sua sexualidade livremente sofreram esterilizações compulsórias. Para Federici a violência contra às mulheres continua sendo algo institucionalizada, pois de certa forma é liberada pelo Estado ao permitir as Forças Policiais a cometerem atrocidades contra elas em países da América Latina e África, havendo o envolvimento até mesmo do Banco Mundial através do seu financiamento às atividades mineradoras.

Se em alguns países as violências contra às mulheres somente possuem traços análogos àquelas cometidas durante a perseguição às bruxas, na Índia e em países da África a partir de 1990 a caça às bruxas voltou a acontecer seguindo até os dias atuais. Ocorrendo principalmente em regiões afetadas pelas negociações comerciais e privatizações de terras, nestes lugares a população tornou-se bipolarizada, em vista tanto das questões econômicas, e também pelo aumento da aids e ampliação da pobreza, problemas estes acometidos às “bruxas”. Os homens também são mortos devidos as acusações de bruxaria por serem considerados cúmplices caso às defenda, mas as mulheres são a grande maioria. Até mesmo as crianças sofrem acusações, sendo mortas ou abandonadas nos “campos de bruxas”, somente em Gana chegou a haver cerca de 3 mil mulheres exiladas nesses locais. Estas, do mesmo modo das antigas europeias, são mulheres mais velhas que se recusam a venderem as suas terras, para seus parentes são o empecilho e usurpadoras. As idosas são a maioria a oferecem resistências ao fim das terras comunais e suas

vendas ao Banco Mundial, este por sua vez considera a “terra como patrimônio morto” até ser submetida a atividades comerciais. Em decorrência a isso a autora coloca novamente a culpa sob o capitalismo, ele sempre “incita a violência contra às mulheres”.

Do mesmo modo da antiga Europa, as populações africanas são influenciadas por questões religiosas, onde seitas evangelizadoras pentecostais e sionistas fazem pregações sobre a presença de satã entre as comunidades, sendo estes os motivos das mortes e doenças. O mais impactante é a contribuição da mídia para a perseguição, por meio das programações da rádio e televisão relatam o comportamento das bruxas e os meios para identificá-las. Existem até mesmo profissionais para fazerem a perseguição, são os chamados “caçadores de bruxas”, além de se orgulharem do título em muitos dos casos são ignorados pela polícia. Eles chegam nas comunidades a procura de suas “presas” as levando até o público, as agridem brutalmente e depois ateam fogo nelas ainda vivas. Através de dados estatísticos de 1912 Federici afirma ter ocorrido cerca de 100 assassinatos no Quênia, enquanto de 1991 a 2001 foram aproximadamente 23 mil mortes em toda a África. Em um dado mais atual, no Distrito de Gonja, região de Gana, a senhora Akua Denteh de 90 anos foi espancada até a morte em novembro de 2020. Os números são tão alarmantes que foi declarado o dia 10 de agosto como Dia Mundial Contra a Caça às Bruxas.²

Embora a atual caça às bruxas na África seja ocasionada por motivos semelhantes ao passado, ainda assim possui rupturas no cenário, sendo uma delas a diferença da participação exigida pelas mulheres na sociedade. Se antes elas eram confinadas ao trabalho doméstico para a geração de mão de obra e satisfação do marido, atualmente exige-se cada vez mais essas presenças no mundo do trabalho para a geração de lucros, e se antes a existência dos filhos era obrigatória, e evitá-los era causa de morte, agora a gravidez passa a ser considerada um empecilho devendo então ser evitada, por isso as esterilizações compulsórias. Por meio disto a autora apresenta que “a integração das mulheres na economia global é um processo violento” (FEDERICI, 2019, p.99) e até mesmo exaustivo, pois ainda se exige e determina-se às mulheres trabalhem fora de casa, porém continuando a desempenharem as atividades domésticas e a existirem de forma realizada e completa a partir da companhia de um homem.

No fim da segunda parte do livro Silvia Federici explica que a caça às bruxas na África não deve ser relacionada a regressão no tempo, afinal os grupos étnicos africanos não possuíam conhecimentos da prática da bruxaria antes da era colonial. Assim a caça às bruxas “representa

² MULLER, Charlotte. SANDERSON, Seta. Caça às bruxas: Um problema que persiste no século 21. **DW Made for Minds**, 2020. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/ca%C3%A7a-%C3%A0s-bruxas-um-problema-que-persiste-no-s%C3%A9culo-21/a-54520254>>. Acesso em: 06 de mar. de 2021.

uma reação à crise social produzida pela reestruturação neoliberal das políticas econômicas da África”. (FEDERICI, 2019, p.115), onde os Estados Unidos, Canadá e União Europeia fazem a destruição das políticas locais, atacando as terras comunais, e executando a recolonização do continente. Isso comprova porque justo as mulheres mais velhas que se recusam a venderem suas terras, e ainda tidas como um escoadouro de riquezas” são as mais atacadas, e os financiadores da caçada são homens mais jovens, em muito dos casos parentes das vítimas, eles consideram essas idosas “indivíduos inúteis, que monopolizam de forma egoísta os recursos que a juventude poderia usar.” (FEDERICI, 2019, p.129).

Finalizando a segunda parte a autora cita ações que poderiam pôr fim a essa violência cometida contra às mulheres africanas. Para ela as feministas deveriam contribuir através de investigações e análises das condições sociais produtoras da caça às bruxas, assim saberiam combatê-la, podendo também expor às sociedades os motivos pelos quais as doenças existem em demasiada intensidade, estando relacionadas ao colapso do sistema de saúde e não em detrimento a relações com o satã. Um ponto fundamental é envolver a política nessas violências, afinal a caça às bruxas é uma violação contra os direitos humanos ocasionadas por questões econômicas, porém camufladas em meio a crenças religiosas. Outra ação eficaz, segundo Federici, seriam mulheres dos países africanos se organizarem da mesma forma das indianas quando em 1990 houve o aumento do número de entre maridos que assassinavam suas esposas para poderem se casar novamente e receber outro dote. Elas foram as ruas juntamente em companhia de professores e professoras fazendo protestos pacíficos e manifestações na frente da casa dos assassinos. Essas táticas podem ser realizadas contra os caçadores de bruxas, onde na hora de executarem suas vítimas primeiro as ridicularizam chamando-as de “vaginas estéreis” satisfazendo-os graças aos prestígios recebidos. Ao concluir o seu livro Silvia Federici afirma a existência da caça às bruxas, independentemente do tempo e espaço ao qual ocorreu, como a opressão dos revoltosos contra as novas formas de poder e controle. Assim entende-se a caça às bruxas sendo um mecanismo de controle e educação de comportamento dos corpos, estando em linha de frente os corpos femininos.

Por meio da leitura do livro compreende-se a caça às bruxas sendo uma ação do Estado amparado pela igreja ao combate a todas as práticas divergentes do novo poder instaurado, ou seja, o sistema capitalista, ao invés de ser a luta contra o sobrenatural. Entende-se ainda a caça às bruxas como um crime altamente misógino que destituiu às mulheres de suas vivências, as condicionando a espaços subalternos da sociedade, fazendo delas os principais alvos, isto também é apresentado nos estudos de Jeffrey B. Russo e Brooks Alexander, historiadores e

autores do livro “A história da bruxaria” reeditado em 2019, eles informam que de meados do século XIV ao século XVIII cerca de 110 mil pessoas foram torturadas sob a acusação de bruxaria, 40 a 60 mil foram mortas, as mulheres representavam cerca de 85%. Enquanto hoje na África o número de mortes por acusações de bruxaria supera aqueles da Europa. A leitura faz visualizar as mulheres reais existentes por trás da figura da bruxa, estas foram oprimidas, humilhadas, violadas, degradadas, deturpadas e por fim queimadas até restarem delas somente as cinzas. Ainda nos dias atuais, aquelas que insistem em oferecer resistências ao sistema excludente continuam sendo mortas, não é por acaso estar presente na última página do livro a imagem de Marielle³ contendo o seguinte questionamento: “Quem mandou matar Marielle Franco?”. Ler “Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais” é importante para revisitar a história e descobrir o nome bruxa sendo um termo taxativo dado justamente às mulheres as quais não se submetiam à submissão, estudar a caça às bruxas e expandir os conhecimentos adquiridos é escancarar o machismo encoberto que fez as mulheres serem vistas ao longo dos anos como históricas, quando na verdade sempre foram históricas.⁴

Data de submissão: 01/04/2021

Data de aprovação: 27/04/2021

³ Marielle Francisco da Silva, foi eleita Vereadora do Rio de Janeiro pelo partido PSOL, era uma mulher negra, feminista e gay. Compunha o grupo das minorias e as representava. Foi assassinada no dia 14 de março de 2018 juntamente com seu motorista Anderson Pedro Gomes quando carro em que estavam foi atingido por 13 tiros. O livro mulheres e caça às bruxas foi publicado no Brasil no dia 14 de setembro de 2019, mesmo dia em que se faria um ano e meio do assassinato. Em 14 de março de 2021 farão três anos das mortes, e até hoje a pergunta não obteve resposta. “Quem mandou matar Marielle?”

⁴ Frase presente em cartazes de manifestações da luta das mulheres.

